

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

A CRÍTICA CARIOCA (1920-1950)

VERSÃO CORRIGIDA

PEDRO BUENO DE MELO SERRANO

São Paulo

2022

PEDRO BUENO DE MELO SERRANO

A CRÍTICA CARIOCA (1920-1950)

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson
Orientador

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S487c Serrano, Pedro Bueno de Melo
A crítica carioca (1920-1950) / Pedro Bueno de
Melo Serrano; orientador Luiz Carlos Jackson - São
Paulo, 2022.
208 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Sociologia. 2. Sociologia da arte. 3. Crítica
literária. 4. Religião católica. 5. Literatura
brasileira. I. Jackson, Luiz Carlos, orient. II.
Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do aluno: Pedro Bueno de Melo Serrano

Data da defesa: 13/06/2022

Nome do Prof. orientador: Luiz Carlos Jackson

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/07/2022

(Assinatura do orientador)

Para Eduardo, Regina, Daniel e Gabriel

AGRADECIMENTOS

Terminei a tese! Nesse momento, é justo comemorar. Concluí o trabalho após anos intensos e apesar das dificuldades impostas pelo contexto nacional, pela pandemia e pela falta de dedicação plena à pesquisa. Em um país marcado pela violência e pelo negacionismo, pesquisar e escrever é também um meio de reafirmar a ciência e a razão, o texto e a linguagem. Mas isso só foi possível graças a uma estrutura material e humana, a um suporte coletivo pelo qual agradeço.

Inicio mencionando o meu orientador, Luiz Carlos Jackson. Há quase dez anos, quando cursava na graduação a disciplina sobre o pensamento sociológico brasileiro, conversamos, Luiz e eu, e iniciamos uma parceria duradoura. Hoje, tenho nele uma referência intelectual e humana, um exemplo de professor, pesquisador e crítico. Ao Luiz devo minha trajetória acadêmica até aqui, com grande admiração.

Agradeço ao Sergio Miceli, ao Fernando Pinheiro e ao Guilherme Simões Gomes Júnior por terem integrado as bancas de qualificação e de defesa do meu mestrado. À Jacqueline Moraes Teixeira e ao Fernando Pinheiro, pelos aportes certos na banca de qualificação deste doutorado. E ainda ao Alejandro Blanco, que compôs, junto aos dois nomes anteriores, a banca de defesa desta tese.

Agradeço ao Antonio Candido (*in memoriam*).

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida entre os meses de abril de 2018 e janeiro de 2019, e ao Departamento de Sociologia da USP, por acolhê-la.

Agradeço aos trabalhadores da Biblioteca Nacional, da Hemeroteca Digital Brasileira e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Agradeço à Beatriz Calderon, ao Pedro Vidal e ao conjunto dos funcionários da pós-graduação da FFLCH/USP.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Sociologia da Cultura do PPGS/USP.

Agradeço a todos com os quais convivi em treze anos de Universidade de São Paulo, numa trajetória que agora (ou por enquanto...) encerro. Aprendi muito! E me somei à luta em defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e a serviço da classe trabalhadora.

Agradeço àquelas e àqueles com que dividi gestões no Diretório Central dos Estudantes e batalhas no movimento estudantil.

Agradeço aos docentes combativos da velha guarda da ADUSP, e em especial ao Chico Miraglia, amigo e mestre durante a greve estudantil de 2013.

Agradeço aos companheiros do SINTUSP e aos funcionários técnico-administrativos da universidade.

Agradeço aos amigos que a USP me deu, direta ou indiretamente: Amanda, Ana, Ariane, Bárbara, Bruna, Bruno, Camila, Charles, Daniel, Diogo, Eduardo, Estevan, Evelin, Felipe, Frederico, Gabriel, Gabriela, Giovanna, Giovanny, Giulia, Guilherme, Inti, Israel, Joana, Joyce, Juliana, Mariana, Maurício, Naiara, Natália, Pedro, Raul, Renan, Renata, Taline, Tamires, Tamiris, Tatiane, Thiago, Tiago, Vanessa, Vinagre, Yu.

Agradeço ao Gustavo Rego, amizade antiga e atual, meu irmão, meu amigo do peito.

Agradeço ao Matheus Trevisan, amigo, mente e coração brilhantes com os quais dividi momentos únicos de elaboração profissional, cumplicidade e diversão.

Agradeço à Carolina Ucha, pela companhia amiga e divertida.

Agradeço às duas ex-colegas de movimento estudantil que hoje orgulham a luta socialista nos parlamentos: Sâmia Bomfim e Luana Alves.

Agradeço à “minha equipe” de anos e anos, Paula Kaufmann, e, em nome dela, aos amigos com os quais já trabalhei ou sigo trabalhando no PSOL.

Agradeço ao Carlos, meu namorado e grande amor, porto-seguro na reta final da escrita da tese, quando a ansiedade apertou.

Agradeço à minha madrinha, Liliana Serrano.

Agradeço aos professores do Ensino Médio, em nome de Hermes Petrini, Julio Cesar Souza, Kátia Chiaradia, Marcela Pontara, Pablo Simpson e Vera Ramalho.

Agradeço aos meus pais, Eduardo e Regina, e aos meus irmãos, Daniel e Gabriel, a quem dedico esta tese. Em decorrência da pandemia, vivemos juntos outra vez, por meses, em nossa casa em Campinas. Dessa fase, extraí uma enorme lição de solidariedade e amor, ao compartilharmos as mesmas angústias, indignações, alegrias e irreverências, como uma família que de fato somos. Muito obrigado!

Como agradecer não é demais, agradeço até à Frida e à Güera, as cadelinhas, melhores recursos lúdicos de que dispus quando as panes criativas se instalaram.

Agradeço à Quinita Ribeiro Sampaio (*in memoriam*), minha avó poeta e intelectual, anfitriã dos melhores encontros literários.

Agradeço à Ignez Bueno (*in memoriam*), farol da alegria, minha avó.

E agradeço à Greice Klem e à Carla Marcelino, pela atenção cuidadosa com a minha saúde e bem-estar.

“Para que haja crítica é preciso haver literatura, e não o contrário”

(Wilson Martins, *A crítica literária no Brasil*)

RESUMO

Esta tese de doutorado tem como objeto a crítica literária veiculada em jornais e revistas cariocas entre as décadas de 1920 e 1950, quando o Rio de Janeiro era capital do Brasil. A crítica literária (ou “crítica de rodapé”, como também foi denominada) desempenhou função decisiva na arbitragem cultural. Orientado pela Sociologia da Cultura, pela Sociologia da Literatura e pela Sociologia da Religião, percorro três objetivos. Primeiramente, mapear em detalhe o objeto, definindo os veículos da crítica, seus autores mais notáveis e desvelando as ligações existentes entre estes, a esfera política, o mercado editorial, a religião e outras instâncias. Em segundo lugar, elucidar a relação vigente entre parte da intelectualidade do Rio de Janeiro e a militância católica, no contexto do período da neocristandade, caracterizado pela iniciativa política e cultural da Igreja Católica e do laicato em nível nacional (MAINWARING, 2004). Por fim, aproximar a crítica carioca da crítica paulista, considerando Rio de Janeiro e São Paulo como centros da modalidade e aprimorando a visão sobre o campo literário brasileiro. Como hipótese, considero que os críticos do Rio de Janeiro tenham sido, em sua maioria, críticos católicos, sob liderança de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). Esta afiliação, que era socialmente condicionada, afetou pareceres literários. Para investigar o fenômeno e compreender meu objeto, dedico capítulos específicos ao exame dos dois principais críticos literários do momento, ambos católicos: Tristão de Athayde e Álvaro Lins.

Palavras-chave: Sociologia da Cultura; Sociologia da Literatura; Sociologia da Religião; Crítica de rodapé; Crítica literária brasileira; Alceu Amoroso Lima; Tristão de Athayde; Álvaro Lins.

ABSTRACT

This doctoral thesis focuses on literary criticism published in Rio de Janeiro's newspapers and magazines between the 1920s and 1950s, when Rio de Janeiro was the capital of Brazil. Literary criticism (or "*crítica de rodapé*" [footnote criticism], as it was also called) played a decisive role in cultural arbitration. Guided by the Sociology of Culture, the Sociology of Literature and the Sociology of Religion, I pursue three goals. First, thoroughly map the object, defining the vehicles of criticism, its most notable writers and revealing the links between them, the political context, the publishing market, religion and other instances. Second, to elucidate the current relationship between part of the intelligentsia of Rio de Janeiro and the Catholic militancy, in the context of the neo-Christianity period, characterized by the political and cultural initiative of the Catholic Church and the laity on the national level (MAINWARING, 2004). Finally, to bring Rio de Janeiro's criticism closer to São Paulo's criticism, considering Rio de Janeiro and São Paulo as centers of the modality and improving the vision of the Brazilian literary field. As a hypothesis, I consider that the critics of Rio de Janeiro were, for the most part, Catholic critics, under the leadership of Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). This affiliation, which was socially conditioned, affected literary statements. To investigate the phenomenon and understand my object, I dedicate specific chapters to the examination of the two main literary critics of the moment, both Catholics: Tristão de Athayde and Álvaro Lins.

Keywords: Sociology of Culture; Sociology of Literature; Sociology of Religion; *Crítica de rodapé*; Brazilian literary criticism; Alceu Amoroso Lima; Tristão de Athayde; Álvaro Lins.

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
CDV	Centro Dom Vital
DTLLC/USP	Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL/USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
ICES	Instituto Católico de Ensinos Superiores
LEC	Liga Eleitoral Católica
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A CRÍTICA CARIOCA	33
CAPÍTULO II – PROFETAS DA CRÍTICA	73
CAPÍTULO III – A CONVERSÃO DO MESTRE	89
CAPÍTULO IV – O CRÍTICO IMPRESSIONISTA	125
CONCLUSÕES	164
BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS	186
ANEXO I – IMAGENS DE RODAPÉS DE CRÍTICA LITERÁRIA	187
Imagem I - Rodapé “Vida literária” de Tristão de Athayde em <i>O Jornal</i>	187
Imagem II - Rodapé “Registro literário” de Múcio Leão em <i>Jornal do Brasil</i>	188
Imagem III - Rodapé “Livros” de Lucia Miguel Pereira em <i>Gazeta de Notícias</i>	189
Imagem IV - Rodapés “Vida literária”, de Mário de Andrade, e “Letras alheias”, de Tasso da Silveira, em <i>Diário de Notícias</i>	190
Imagem V: Rodapé “Crítica literária” de Roberto Alvim Corrêa em <i>A Manhã</i>	191
Imagem VI: Rodapé “Jornal de crítica” de Álvaro Lins em <i>Correio da Manhã</i>	192
Imagem VII: Seção “Correntes cruzadas”, de Afrânio Coutinho, e rodapé “Letras e problemas universais”, de Tristão de Athayde, em <i>Diário de Notícias</i>	193
ANEXO II – ESCRITORES FALAM SOBRE CRÍTICOS	194
Carlos Drummond de Andrade	194
Jorge Amado	196
Mário de Andrade	200
Augusto Frederico Schmidt	204

INTRODUÇÃO

“A crítica não é uma atividade literária subalterna.”
(Tristão de Athayde, “Críticos”, 1941)

A crítica literária esteve entre as práticas intelectuais mais relevantes da cena cultural brasileira da primeira metade do século XX. Esse contexto, entretanto, foi pouco examinado de forma sistemática pela sociologia. Em certa medida, também, pelas letras. A inegável consagração de Antonio Candido e de seu programa dentro do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo a partir dos anos de 1960 favoreceu a revisão da crítica literária que partiu daí, restando sobre o período precedente um olhar mais genérico em que a crítica e os críticos foram enquadrados como “amadores”, “diletantes”, “impressionistas”, e por essa razão, pouco merecedores de análises específicas.

A bem da verdade, essa disposição não foi a incorporada pelo próprio Candido. Além de ter estreado em jornais na década de 1940 sua jornada como crítico literário — integrando, assim, uma tradição que depois superaria —, ele conduziu com orientandos alguns dos poucos estudos focados na era da chamada “crítica de rodapé”, que tinha nos jornais seu local mais importante de publicação¹. São exemplos os livros de Bolle (1979) sobre Álvaro Lins e de Lafetá (2000) sobre a relação entre modernismo e crítica literária na década de 1930, em que o autor analisa os críticos Agripino Grieco, Mário de Andrade, Octávio de Faria e Tristão de Athayde.

A lacuna de um trabalho sociológico aprofundado acaba deixando mal explicadas as razões de contexto pelas quais intelectuais importantes da época, como os citados acima, tiveram num tipo de “crítica literária profissional” exercida nos jornais uma de suas atividades mais valorizadas, embora não exclusivas.

Portanto, o peso que possuiu a crítica literária no meio intelectual da época carece de explicação e as ferramentas da sociologia são essenciais para compreender os críticos literários, suas trajetórias, suas obras e a especificidade de sua posição relativa em meio a um quadro geral de divisão de funções dentro da fração letrada da classe dirigente, ou em outras palavras, da elite intelectual. Isso quer dizer que é necessário elucidar os condicionantes que fizeram da crítica um gênero prestigioso e que levaram parte da intelectualidade a alojar-se ou transitar pela função, ao identificar nela um posto rentável do ponto de vista simbólico e financeiro.

A abordagem brasileira da sociologia bourdiesiana se apresenta como um caminho interessante para buscar essas explicações, tal como se observa em autores

¹ O nome “crítica de rodapé” resultou do fato dos artigos de crítica literária serem veiculados, com muita frequência, aos pés das páginas dos jornais (os rodapés), ocupando por volta de ¼ do espaço das mesmas. Dessa forma, costumavam ser artigos extensos.

como Miceli (2001; 2009; 2012), Sorá (2010), Jackson e Blanco (2014), Arruda (2001; 2011), Pinheiro Filho (2007) e outros que serão mobilizados nesta tese. Aqui considero a crítica literária como uma modalidade de produção intelectual diferenciada que se inseriu, entre as décadas de 1920 e 1950 (período recortado), no domínio de um campo literário pouco autonomizado, mas já possuidor de contornos próprios e em forte processo de adensamento, conforme explicou Johnson (1995). Em síntese, um campo em formação².

De início, é preciso notar que o Brasil contava já com acumulação literária robusta até meados do século XX. Ao estabelecerem uma série de estudos comparados com países da América Latina, Jackson e Blanco (2014; 2018) sugerem que o peso da literatura desde o período da colônia pode ser considerado um traço distintivo da cultura nacional. Se comparados com a Argentina, por exemplo, o romance e a poesia brasileiros — a “literatura de imaginação” — teriam impulso entre os séculos XVIII e XIX (CANDIDO, 1959/2012), enquanto no país vizinho ganhariam força somente no século XX.

Tomar essa afirmação como ponto de partida significa não apenas registrar a “acumulação remota” da tradição literária local (JACKSON E BLANCO, 2014: 226) como o terreno em que a crítica fincou suas estacas, mas destacar a literatura mesma enquanto forma predominante de interpretação e de discussão da realidade, como “o fenômeno central da vida do espírito” brasileira, usando as palavras de Candido (CANDIDO, 2010a: 137). Por isso, houve uma duradoura influência, ou contaminação, da forma literária sobre outros gêneros e domínios do pensamento para além do espaço da ficção ou da poesia, numa etapa de diferenciação débil do trabalho intelectual no Brasil³.

² Referencio-me no conceito de campo de Bourdieu (2010) e, como registrado, em sua adaptação para a realidade brasileira e latino-americana. “[...] um uso ao pé da letra desse conceito [de campo] inviabiliza sua aplicação direta aos casos latino-americanos, uma vez que sua construção teve como referência a experiência francesa. Acreditamos, entretanto, que os ganhos interpretativos derivados de sua utilização justificam uma certa flexibilidade do mesmo, que se faz necessária para abarcar os contextos das literaturas periféricas. Em tal direção, a rigor, deveríamos falar antes de campos em constituição e não de campos já plenamente formados e autonomizados.” (JACKSON e BLANCO, 2014: 225).

³ “A longa soberania da literatura tem, no Brasil, duas ordens de fatores. Uns, derivados da nossa civilização europeia e dos nossos contatos permanentes com a Europa, quais sejam o prestígio das humanidades clássicas e a demorada irradiação do espírito científico. Outros, propriamente locais, que prolongaram indefinidamente aquele prestígio e obstaram esta irradiação. Assinalemos, entre os fatores locais [...], a ausência de iniciativa política implicada no estatuto colonial, o atraso ainda hoje tão sensível da instrução, a fraca divisão do trabalho intelectual. [...] A literatura se adaptou muito bem a estas condições, ao permitir, e mesmo forçar, a preeminência da interpretação poética, da descrição subjetiva, da técnica metafórica (da *visão*, numa palavra) sobre a interpretação racional, a descrição

Com a inexistência ou apenas o início da implantação do ensino universitário moderno, o que predominava entre os intelectuais era a formação generalizante obtida nas Faculdades de Direito e, em menor medida nos casos estudados neste trabalho, Medicina e Engenharia. Os bacharéis, membros das oligarquias do período, só com essa condição já se espraiavam por múltiplas áreas de atuação profissional implicadas na gestão do patrimônio, da influência e dos interesses de suas famílias. No caso das ocupações intelectuais, os recursos literários eram mobilizados amplamente por funcionar como uma espécie de demonstração de erudição, que conferia respeitabilidade ao autor, comprovava sua alta estirpe. Trata-se da linguagem ensaística que impregnou várias disciplinas do período e que, tempos depois, seria taxada como diletante.

No que importa à sociologia, o ensaio histórico-sociológico pode ser entendido como gênero de transição entre essa etapa pré-universitária e a seguinte, que adviria com as universidades (JACKSON e BLANCO, 2014). Candido (2010a) fala do próprio Direito como área então tomada pelas Letras. E essa mesma torrente literária, conseqüentemente, tomava conta dos jornais e da crítica literária neles desenvolvida, entendida inicialmente “como gênero literário ou disciplina humanística” (JACKSON e BLANCO, 2014: 35). A propósito, os rodapés que passaram a ser preenchidos pelos artigos de crítica tinham, originalmente, sido espaço dos folhetins, cuja publicação diária permanecia frequente até o meio do século XX. Conforme afirma Sodré, “literatura e imprensa se confundiam”, uma “vivia da outra” (SODRÉ, 2011a: 424; 432).

Ao uso do tom literário típico da escrita dos polígrafos, somavam-se as constrações trazidas pelos jornais. Embora a crítica tenha sido praticada também em revistas e livros, ela se alojou, sobretudo, nos diários. Dessa forma, acabou se moldando de acordo com as demandas e o espaço do jornalismo, isto é, aproximou-se da crônica e da notícia sobre livros novos (“Livros novos” foi o nome de seções de rodapé em mais de um periódico da época, como em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo). Bolle sintetiza esse contexto dizendo que a crítica de então era ligada “a duas vertentes: o espírito acadêmico e o jornalismo”

científica, o estilo direto (ou seja, o *conhecimento*). Ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento. [...] a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza” (CANDIDO, 2010a: 138-140).

(BOLLE, 1979: 23). Sobre a crítica literária publicada em jornal, afirma:

Ela se ocupa da 'atualidade literária' [...]; daí os riscos, que correrá, de superficialidade, caráter politizante, adesão a certas necessidades da 'notícia'. [...] A crítica jornalística dobra-se às necessidades da notícia, e notícia *vendável*. [...] tem que acompanhar o ritmo de produção do jornal, o que obriga os títulos do rodapé a uma produção dificilmente compatível com seriedade de pesquisa e qualidade literária constantes. [...] ela tem como uma das características principais servir de intermediária entre o autor e o público; apresentar e divulgar os novos; passar em revista os livros da semana; fazer balanços periódicos. No entanto, dependendo do gabarito do crítico, essa função não se restringirá à de mero [...] noticiário de livros (BOLLE, 1979: 32-33).

Nesse ponto, é útil reconstituir o surgimento da grande imprensa. Historiando os jornais brasileiros em circulação desde a época colonial, Sodré (2011a) estipula o advento desta na passagem dos séculos XIX ao XX. Aos poucos, os jornais começaram a se estruturar como empreendimentos capitalistas modernos. A relevância desse acontecimento extrapolava o mundo das comunicações então dinamizado com o surgimento de novas tecnologias de impressão e de distribuição, pois a grande imprensa passou a ser chave para compreender o próprio meio intelectual brasileiro.

Dizendo de forma sucinta, ainda durante o regime da Primeira República, o jornal tornou-se uma das principais, se não a principal, alternativa de atuação profissional para a intelectualidade, ao lado do Estado e dos partidos políticos (MICELI, 2012). Nele, obtinham-se rendimentos financeiros que, embora não vultosos para os que eram somente colunistas, eram relevantes para um complemento de orçamento e fonte de visibilidade, brilho, influência, capacidade de atuar publicamente e de interferir nos rumos da sociedade em assuntos da política, da cultura etc. No caso dos críticos, obtinha-se a prerrogativa de arbitrar o mundo da literatura, de definir, passo a passo com os lançamentos, o que tinha ou não valor literário.

Era no seio da atuação na imprensa, também, que o ofício da crítica literária se estabelecia, vagarosamente, como uma função diferenciada em relação às demais (editorialistas, repórteres, caricaturistas, contistas etc.)⁴, sem que os críticos

⁴ “A diferenciação do intelectual como porta-voz pode ser descrita por intermédio da especialização dos críticos. Mesmo que os nomes de Tristão de Athayde, Agripino Grieco, Álvaro Lins [...] já aparecessem em cena, deslocando os críticos polígrafos dos primeiros suplementos literários do início do século, como José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque, Sílvio Romero, Osório Duque Estrada, Nestor Vitor, João Ribeiro [...] ou Humberto de Campos, sua consagração final como ‘árbitros das letras’ seria clara na década de 1930, ao tempo em que se separava a função de editor como caçador de talentos, quando

deixassem de ser parte da engrenagem de conjunto do jornal, na condição de escritores preparados para “escrever de tudo” e amarrados em posição dependente em relação à fração oligárquica proprietária do veículo. Segundo Miceli:

No início do século XX, o jornalismo tornara-se um ofício compatível com o status de escritor. O *Jornal do Comércio* pagava trinta, cinquenta e até sessenta mil-réis pela colaboração literária, o mesmo fazia o *Correio da Manhã*; em 1907, Bilac e Medeiros de Albuquerque recebiam salários mensais ‘decentes’ pelas crônicas que publicavam [...]. O que fora para alguns autores românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática ‘tolerada’, tornando-se depois para certos escritores da geração de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular, que lhes proporcionava renda suplementar cada vez mais indispensável, torna-se a atividade central do grupo dos ‘anatolianos’. De fato, o aparecimento de diversos jornais na capital e na província, as inovações técnicas que transformavam os métodos de impressão, o crescimento das tiragens, a rapidez da distribuição, o surgimento de uma nova categoria de jornalistas profissionais [...], a introdução de novas seções de ‘entretenimento’ e de novas fórmulas no tratamento da informação, ilustram um processo de expansão que convertera o jornal em grande empresa industrial (MICELI, 2012: 54-55).

Esse caráter abrangente da imprensa como meio de profissionalização do trabalho intelectual, que chegou ao ápice no período da Primeira República estudado por Miceli, perdeu um pouco de força no momento subsequente, especialmente a partir do surgimento das universidades e da multiplicação dos postos que aspiraram os intelectuais para dentro do Estado. Ainda assim, preservou espaço importante na divisão do trabalho intelectual até o final do período analisado nesta tese, e mesmo um pouco depois, no caso da crítica literária. Basta levar em conta empreendimentos como o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil* (1957-1961, RJ) e o *Suplemento Literário de O Estado de São Paulo* (1956-1974, SP), que obtiveram grande repercussão no meio intelectual do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Tendo em vista o processo de autonomização literária em curso, a configuração da crítica literária discutida até aqui a faz um objeto significativo. Por um lado, ela testemunhava uma ausência de especialização tal como se entende hoje em dia nos moldes acadêmicos. Grosso modo, qualquer bacharel ou jornalista podia praticar a crítica de literatura ocasionalmente, e de fato foram muitos os que transitaram pelo

as obras passavam a circular mais nitidamente como mercadorias, quando a arte e a cultura se diferenciavam como esferas distintas de produção simbólica, quando um grande público provocava efeitos sensíveis, a par do aumento da escolaridade e das políticas de cultura. Somente neste quadro o crítico pôde afirmar sua missão como mandatário do público e como seu pedagogo.” (SORÁ, 2010: 69).

gênero, algumas vezes por períodos curtos, tão somente como forma de arranjar brilho extra ao selo intelectual obtido prioritariamente em outras searas (a própria literatura de ficção, poesia, sociologia, política, direito, medicina etc.).

As origens sociais e as trajetórias de críticos e de escritores eram, em geral, parecidas⁵, e a ciranda de funções entre eles se estabelecia, no mais das vezes, como garantia da criação e da permanência de um “círculo de consagração mútua” (SORÁ, 2010: 191). Por sua vez, esse círculo visava menos à diferenciação de funções do que à manutenção de um prestígio coletivo do próprio grupo, composto por figuras preocupadas a todo tempo em manejar seu capital social e as vantagens que traziam do reduto familiar⁶ para preservar o controle dos postos de poder, dentro de um contexto de reconfiguração social com o avanço da modernização e os choques sofridos pelas oligarquias brasileiras com a Revolução de 1930.

Em contrapartida, o jornal emprestava à literatura um fator dificilmente trazido por outro veículo: a publicidade. Em outras palavras, um livro comentado em uma crítica de rodapé ou em um artigo avulso vendia mais. A propósito dessa afirmação, Bolle (1979) recupera em seu trabalho uma pequena mas sugestiva nota publicada no jornal *A Manhã*, sem assinatura:

Já não se pode dizer, como se afirmava outrora, que a crítica não concorre para o êxito editorial de um livro. No dia seguinte à publicação do rodapé de Álvaro Lins sobre *Sagarana*, a obra do sr. Guimarães Rosa passou a ser procuradíssima nas livrarias. E essa procura continua cada vez mais intensa. (Jornal *A Manhã*, RJ, 26/05/1946. Cf. BOLLE, 1979: 33).

⁵ Jackson e Blanco (2014) notaram as origens sociais e trajetórias intelectuais semelhantes entre escritores e críticos brasileiros. Segundo eles, essa coincidência morfológica favoreceu a legitimação dos críticos pelos escritores e aqueles se constituíram progressivamente em árbitros da produção literária. Diferentemente, na Argentina, os escritores resistiram muito durante o século XX às investidas dos críticos e não os reconheceram como árbitros legítimos do mundo literário. Deve-se notar que os escritores eram, em geral, oriundos de famílias *criollas* tradicionais, autodidatas ou formados em Direito, enquanto os críticos eram descendentes de imigrantes, formados na faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires.

⁶ Aquilo que Candido chamou de “vantagem de berço” ao prefaciá-lo o livro de Miceli: “Este estudo [...] tenta mostrar como os intelectuais [...] correspondem a expectativas ditadas pelos interesses do poder e das classes dirigentes. Em geral filhos dos grupos dominantes nos vários níveis, ou da classe média pobre e abastada, eles recebem na maioria uma vantagem de berço que lhes facilita singularmente a vida e que eles procuram manter, ampliar ou recuperar. Por outro lado, como são objeto de uma certa sacralização, reivindicam para si critérios especiais de avaliação, que são aceitos tacitamente como uma espécie de pacto ideológico (que Miceli procura denunciar). Segundo esse pacto, são tratados como representantes do ‘espírito’ e por isso até certo ponto imunes de julgamentos que comprometam a ‘nobreza’ da sua ação. [...] assim se plasmam personalidades e categorias extremamente curiosas. O intelectual parece servir sem servir, fugir mas ficando, obedecer negando, ser fiel traído. Um panorama deveras complicado.” (CANDIDO, 2012a: 72).

Já Augusto Frederico Schmidt destacou, em 1932, a função cumprida por Tristão de Athayde para a consagração de José Américo de Almeida e do romance *A Bagaceira* (1928):

Ainda está bem viva na memória dos que leem o rodapé com que o sr. Tristão de Athayde revelou ao Brasil o sr. José Américo de Almeida, pequeno advogado de província — transformado pelo entusiasmo do crítico em grande figura de escritor nacional. Subitamente depois das palavras transbordantes do comedido sr. Athayde, *A Bagaceira* passou a ser procurada avidamente nas livrarias. E as edições se sucederam rapidamente. (SCHMIDT, 1932).

A concomitância entre o auge da crítica de rodapé⁷ e o boom na indústria de livros não foi casual, na medida em que aquela serviu de alavanca para esta. O emblemático estudo de Sorá (2010) sobre a José Olympio enquadra bem o intenso desenvolvimento que houve na produção e circulação de livros entre os anos 1930 e 1940. De um mercado livreiro baseado nas livrarias tradicionais e na importação de mercadorias, o Brasil, com eixo em Rio de Janeiro, São Paulo e, em menor medida, Porto Alegre (com a editora Globo), viu nascerem novas editoras, publicações seriadas, gráficas, indústrias de papel etc. Tratava-se de uma mudança bastante significativa para os padrões nacionais de até então, embora, é claro, o círculo letrado continuasse restrito num país que ostentava índice de analfabetismo superior ao da maioria absoluta da população e no qual a escolaridade era elitizada.

Quando escreveu, em 1952, a respeito de cinquenta anos de literatura brasileira no século XX, Lucia Miguel Pereira anotou as mudanças ocorridas na década de 1930:

O certo é que a década de 30 foi extremamente fecunda para a literatura. Um sintoma econômico é frisante: ao passo que no começo do século os livros se editavam na sua imensa maioria na Europa, em Paris, pela Livraria Garnier, no Porto pela Livraria Chardron, que, pouco antes, dera mau resultado comercial a corajosa iniciativa de Monteiro Lobato, ampliam-se agora as editoras já existentes, e novas surgem. Escritores e mais escritores se vão revelando, chegando em boa parte das províncias principalmente das do Norte — lembra-se Manuel Bandeira, ‘são os do Norte que vêm’? Basta percorrer a coleção do *Boletim de Ariel*, mensário crítico — havia então lugar para uma revista destinada tão somente à crítica — de Gastão Cruls e Agripino Grieco, para se verificar quanto foi rico o surto literário. Poetas, romancistas, contistas, ensaístas escrevem com entusiasmo, quase com paixão, tomam posições, definem-se, apoiam-se reciprocamente ou reciprocamente se combatem. (PEREIRA, 1992: 263).

⁷ Há consenso em apontar este auge entre as décadas de 1930, 1940 e 1950 (COUTINHO, 1986; JOHNSON, 1995; SÜSSEKIND, 2002; SORÁ, 2010; BOSI, 2012; JACKSON e BLANCO, 2014).

No jogo de interesses dos editores e profissionais a eles atados, não havia mal — pelo contrário — em que a crítica jornalística fosse “rasa”, contanto que noticiasse os seus livros. Também por isso, essas editoras agiam conscientemente para promover alguns críticos ao status de “autores da casa”. Nessa posição ambígua, ligada aos interesses econômicos, premida por condicionantes políticos, adaptada à moldagem do jornal, porém aberta à personalidade dos críticos, que possuíam certa autonomia e prestígio para atuar com métodos variados ou mesmo “sem método”, a crítica de rodapé cimentava sua relevância como espaço reconhecido de “avaliação da produção literária”⁸.

O marco temporal entre as décadas de 1920 e 1950 abrange a transição entre o final da Primeira República, o varguismo (em suas diferentes fases) e a etapa de redemocratização e de relativo otimismo desenvolvimentista dos anos 1950. Transformações que se faziam sentir em toda a extensão da sociedade — grande crescimento populacional nas metrópoles, industrialização, fortalecimento da máquina estatal, desenvolvimento e massificação das comunicações, aumento da escolarização secundária e do mercado de diplomas de Ensino Superior, surgimento das universidades de tipo moderno, lutas políticas e econômicas de variadas feições —, um turbilhão, enfim, ressoava no interior da classe dirigente como *ameaça* e *possibilidade*.

Ameaça, pois a derrocada da Primeira República rompeu o pacto oligárquico até então vigente e, chacoalhando o tabuleiro do poder, tirou da zona de conforto as classes dominantes acostumadas a gerir a política e seus negócios de forma regionalizada, por dentro dos partidos republicanos estaduais. Miceli (2012) desvelou a uniformidade das carreiras seguidas pelos filhos dessas classes até 1930, quase sempre em funções ligadas a esses partidos. A centralização estatal e a mudança do pacto político federal que vieram em sequência causaram algum estresse nas oligarquias, frente ao qual seus membros adotariam estratégias variadas para evitar o rebaixamento, de acordo com o estoque capitais de que dispunham.

Já possibilidade, pois os caminhos eram vários para a reprodução social

⁸ “Se a primeira instância da avaliação da produção literária é a indústria editorial, a seguinte é a crítica literária, o que a torna uma segunda instância de reconhecimento e de legitimação. Como no campo literário de que faz parte, a crítica desenvolve suas próprias regras de operação, sua própria hierarquia e suas próprias estruturas de autoridade. Na verdade, ela é uma das condições de existência e de sustentação da obra literária enquanto tal.” (JOHNSON, 1995: 174).

dessas classes, ainda pouco afetadas por processos de democratização de direitos ou de poderes ou, melhor dizendo, de dissolução de seus privilégios. A diferenciação interna no trabalho intelectual abriria, ao mesmo tempo, novas frentes de profissionalização, mesmo que junto a isso a concorrência para o acesso aos cargos crescesse ligeiramente.

Essa tensão entre uma mudança de realidade e a abertura de novos caminhos para a acomodação da classe dirigente em funções econômicas, políticas ou culturais ampliou-se ainda mais com a criação de universidades e novos cursos nos anos 1930 (tardamente, se comparado a outros países da América Latina)⁹, especificamente a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Universidade de São Paulo (1934), em São Paulo, e a Universidade do Distrito Federal (1935), depois transformada em Universidade do Brasil (1939), no Rio de Janeiro, no interior da qual se abrigou a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil).

A expansão do mercado de diplomas de ensino superior geraria um triplo efeito: maior diversificação de perspectivas de carreira para os bacharéis, com novas frentes de trabalho para além das tradicionalmente proporcionadas pelas Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina (MICELI, 2012); abertura de um novo espaço (a universidade) para a atuação intelectual profissional, que deslocaria, embora lentamente, o eixo de trabalho dos intelectuais em relação ao jornal; e por fim, uma tendência crescente nas humanidades de separação e especialização entre os gêneros.

Este último tema, como será visto, tomou conta dos debates na crítica literária e provocou atritos e rugas entre seus autores; entretanto, manteve-se mais como problema do que como mudança efetiva, dado que os parâmetros envolvidos na crítica de rodapé, quer queira, quer não, continuaram dominantes até pelo menos o meio do século — inclusive entre aqueles que a diziam recusar ou combater.

O papel que desempenhou o Estado nessa nova configuração pós-1930 foi emblemático. Com diferentes níveis de envolvimento e cumplicidade com o poder, quase toda a intelectualidade de então apoiou-se no mercado de postos públicos. Sobretudo na era Vargas, o Estado foi habilidoso em cooptar ecleticamente escritores de posições variadas no espectro político, principalmente no Rio de Janeiro, que era a capital do país (JOHNSON, 1995; MICELI, 2012). Às rixas ideológicas e políticas

⁹ Novamente referencio-me em Jackson e Blanco (2014).

que eclodiam em escala internacional numa era de guerra e de crises, correspondiam diferenciações no interior do campo intelectual e inclusive no plano da estética literária; porém, de certa forma, quase todos cabiam dentro das ramificações estatais que se alastravam pelo mundo da cultura e da sociedade¹⁰. No caso brasileiro, é conhecido o caso do estremecimento do grupo modernista de 1922, na política e na estética, havendo uma radicalização das posições durante a década seguinte.

Junto com o Estado, a Igreja Católica foi agente decisivo, conforme discutirei em detalhe mais à frente. Aliás, ambos estabeleceram fina parceria de interesses, mesmo que a separação formal entre as instituições viesse desde a Constituição de 1891. A época de rearmamento da Igreja Católica sob orientação de Pio XI¹¹, no mundo, e de Dom Leme¹², no Brasil, alçou instituições religiosas destinadas à militância de intelectuais leigos a uma das mais dinâmicas frentes de trabalho para estes e influenciou em cheio o mundo da literatura e da crítica literária (BANDEIRA, 2000; VILLAÇA, 2006). Em decorrência disso, uma característica marcante da crítica do período foi a presença de temas “ideológicos” em meio aos artigos publicados. Os rodapés comportavam debates amplos acerca da conjuntura política e de questões filosóficas e morais, indo além da interpretação estrita de obras literárias. Em seu já aludido estudo sobre a década de 1930, Lafetá (2000) indicou justamente um predomínio do que chamou de “projeto ideológico” sobre o “projeto estético” naquele momento. Segundo ele, entre Tristão de Athayde, Agripino Grieco, Octávio de Faria e Mário de Andrade, somente o último — o único paulista entre três cariocas — soube

¹⁰ “O Estado transforma-se, por essa via, na instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico, passando a atuar como agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção do público portador de diplomas superiores”. “[...] a gestão Capanema erigiu uma espécie de território livre refratário às salvaguardas ideológicas do regime, operando como paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura oficial.” (MICELLI, 2012: 203; 218).

¹¹ O papado de Pio XI durou de 1922 a 1939. À frente do Vaticano num dos períodos mais turbulentos do século XX, ele ficou conhecido pela orientação conservadora e determinada em fortalecer a hierarquia e a influência eclesiásticas. “Pio XI pretende contrapor aos Estados fortes uma Igreja forte, coesa, na qual o episcopado mundial, unido firmemente em torno do sumo pontífice, conte com um clero disciplinado e virtuoso, atento às decisões superiores, e também com um laicato rigorosamente fiel às determinações da hierarquia católica.” (BANDEIRA, 2000: 29). “Também deve ser levada em conta a estratégia desenhada pelo Papa Pio XI para toda a Igreja Católica, de incluir a participação do laicato na luta pela manutenção do prestígio da instituição frente ao espaço cada vez mais reduzido que a Igreja ocupava na cena pública do mundo ocidental.” (ARDUINI, 2014: 19).

¹² Dom Sebastião Leme (1882-1942) foi chefe da Arquidiocese do Rio de Janeiro entre 1921 e 1942. Antes, fora Arcebispo de Olinda. Desde este período, uma das preocupações centrais da sua militância era a “re Cristianização” do Brasil, no que dava ênfase à necessidade da Igreja ligar-se ao laicato. Dom Leme foi o grande influenciador de Jackson de Figueiredo e do programa inaugurado por este a partir da fundação do Centro Dom Vital, em 1922 (PINHEIRO FILHO, 2007; ARDUINI, 2014).

combinar de maneira satisfatória a renovação estética e ideológica em sua atividade, havendo nos demais o predomínio da ideologia. No caso particular do Rio de Janeiro, a pista é de que tenham prevalecido os “críticos católicos”, mais ou menos envolvidos pela orientação religiosa e chefiados por Tristão de Athayde. Mas a “crítica católica” não foi, até hoje, objeto de estudo sociológico específico.

Ainda introdutoriamente, convém caracterizar de forma objetiva o que foi a crítica de rodapé. Entre uma variedade de formas de se publicar no jornal (muita coisa sobre literatura era publicada de modo ocasional em colunas avulsas ou páginas específicas), a crítica de rodapé apresentava as especificidades de: i) ser periódica, quase sempre semanal; ii) ser assinada por um mesmo crítico (o crítico titular), constando muitas vezes ao final dos artigos o endereço para remessa de livros; iii) ter um título fixo em sua seção, como “Livros novos”, “Jornal de crítica” ou “Notas de crítica literária”; e iv) debruçar-se de forma prioritária, embora não exclusiva, sobre livros recém-lançados¹³.

Por isso, é possível identificá-la como uma modalidade mais profissional de crítica levando em conta os parâmetros de então, modalidade essa que se fez presente, inclusive, no interior dos suplementos literários que ganharam corpo progressivamente.

As marcas de conteúdo desse tipo de crítica ligavam-na à crônica e ao jornalismo, à literatura (a crítica como uma arte ou um estilo, como um gênero literário) e à política (servindo o rodapé de tribuna para a doutrinação e defesa de posições); acima de tudo, ligavam-na à gestão dos gostos e das regras de legitimação e de consagração vigentes entre a elite intelectual de que seus autores mesmos (os críticos) faziam parte.

Era estratégico para o crítico de rodapé manejar as ideias de gosto literário e de erudição como atributos inatos. Aqui, é possível compreender por que quase toda essa crítica foi designada como impressionista. O impressionismo denotava o predomínio de uma linguagem na qual as impressões do crítico, isto é, suas percepções subjetivas, eram valorizadas acima de tudo, não havendo tanta preocupação com a existência de algum método objetivo de análise. Ele só podia

¹³ Ao lado da pesquisa em arquivo sobre jornais e da leitura de artigos, contribuiu para a compreensão objetiva do que era a crítica de rodapé ter realizado entrevista com Antonio Candido, em fevereiro de 2015. Na ocasião, pude visualizar os quatro pontos aqui expostos, além de colher outras informações sobre o dia a dia do ofício de crítico de rodapé. Sobre isso, olhar “O ofício do crítico de rodapé”, em Serrano (2016).

subsistir com base na sustentação de uma crença geral em torno do discernimento do crítico, de seus *insights*, da celebração da densidade do repertório humanístico por ele dominado e que lhe permitia atuar com “espírito livre”.

Alceu Amoroso Lima foi definido por Houaiss como um “homem sem especialidade, especialista de ideias gerais” (HOUAISS, 2000: 24), postulado que parece correto para alguém que, em artigo publicado em 1922 em *O Jornal*, afirmou abertamente: “a crítica não é ensino, nem história, nem ciência: é ‘bom gosto e pouco mais’. Não acham?” (LIMA, 1966: 747). Ou ainda que, comentando a primeira série do *Jornal de Crítica* do colega Álvaro Lins, definiu, entre as características superiores de um crítico, o “bom gosto”, relacionando esse atributo a um “instinto literário” trazido “do berço”:

A segunda qualidade de um bom crítico é, sem dúvida, bom gosto. [...] O gosto é um discernimento intuitivo de valores. Que uns têm e outros não têm. [...] Crítica é apreciação, como é a tarefa do provador de vinho nas destilarias, ou do classificador de café ou de algodão nos armazéns gerais. [...] É pois uma virtude que se relaciona com o exercício do instinto. E que está, por isso mesmo, no terreno anterior à lógica. [...] A vocação crítica, portanto, exige esse não sei quê — que coloca o crítico em afinidade com o autor e com o leitor [...]. O bom gosto é um criador de ambiente. A pessoa de gosto é a que sabe, não apenas discernir a qualidade de uma obra ou o valor de um espírito, mas ainda criar uma atmosfera em que é bom viver. A arte da dona de casa é, por exemplo, em grande parte, uma arte de bom gosto. Ela sabe ou não criar um ambiente, conforme seja ou não dotada desse talento que é análogo ao do crítico literário e se recebe no berço, se educa no convívio e se dissipa na fatuidade. (LIMA, 1946: 20-22).

Em torno do tema surgiram disputas e questionamentos, posto que o termo impressionista acabou estereotipado com o passar dos anos, chegando mesmo a absorver um tom depreciativo. Entendo o impressionismo sob duplo prisma: como tópico em torno do qual progressivamente se desenrolaram disputas por legitimidade e se marcaram diferentes posições no campo da crítica literária (havia os que se assumiam impressionistas, os que se autodeclaravam combatentes dessa orientação, e os que reivindicavam para si alguma metodologia singular)¹⁴; mas, também, como um tipo de denominador comum de toda a crítica de então, tendo em vista que sua

¹⁴ Agripino Grieco e Álvaro Lins são exemplos do primeiro conjunto. Afrânio Coutinho dizia combater o impressionismo e a crítica de rodapé, sugerindo a adoção dos parâmetros do *new-criticism* anglo-americano. Tristão de Athayde reivindicava para si um método “expressionista”, espécie de meio termo criado por ele próprio. Essas e outras diferenciações, e as razões de existirem dentro de uma crítica que, vista em perspectiva, tinha mais semelhanças do que diferenças internas, serão mais bem discutidas ao longo da tese.

técnica e estilo decorriam, em grande parte, dos parâmetros jornalísticos¹⁵. Já o reconhecimento do “gosto” e do julgamento literários, como se sabe, só sociologicamente pode ser decodificado¹⁶.

Ao enquadrar a crítica paulista, em *A crítica bandeirante (1920-1950)*¹⁷, trabalhei com hipóteses que se confirmaram parcialmente. A principal delas era a de que a crítica em São Paulo teria mais rápida e efetivamente se movido no sentido da especialização do gênero. Havia me orientado pela reflexão desenvolvida por Sússekind (2002) acerca de uma transição entre crítica de rodapé (amadora e feita nos jornais) e crítica universitária (especializada e de caráter acadêmico) no período especificado. Atentando ao peso que tinham desempenhado o modernismo e as universidades fundadas na década de 1930 para a renovação da estética literária e a instituição de novos parâmetros de trabalho intelectual, sugeria-se que também a crítica literária tivesse sido pautada por certo influxo modernizador característico de São Paulo. Nesse sentido, os estudos sobre o papel cumprido por Antonio Candido no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP a partir da década de 1960 pareceriam um indício confirmador (RAMASSOTE, 2013; JACKSON e BLANCO, 2014).

Entretanto, a investigação extraiu elementos multifacetados: 1) Embora Candido tenha se imposto aos poucos como figura central do cânone da crítica literária brasileira a partir da aplicação de um programa dentro da USP, até o marco da década de 1950 boa parte da crítica paulista preservou características essencialmente distantes de um “projeto estético” ou especializado em seu ferramental de análise, mesmo que estivesse aberta a algumas experimentações; 2) O peso do “projeto ideológico” se fez sentir também em São Paulo, mas pautado pelo contexto político

¹⁵ Ver “Uma visão sobre o impressionismo”, em Serrano (2016).

¹⁶ “Assim, a disposição estética é a dimensão de uma relação distante e segura com o mundo e com os outros que pressupõe a segurança e a distância objetivas; a manifestação do sistema de disposições que produzem os condicionantes sociais associados a uma classe particular de condições de existência quando eles assumem a forma paradoxal da maior liberdade concebível, em determinado momento, em relação às restrições da necessidade econômica. No entanto, ela é, também, a *expressão distintiva* de uma posição privilegiada no espaço social, cujo valor distintivo determina-se *objetivamente* na relação com expressões engendradas a partir de condições diferentes. Como toda a espécie de gosto, ela une e separa: sendo o produto dos condicionantes associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos aqueles que são o produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado.” (BOURDIEU, 2013: 56).

¹⁷ SERRANO, Pedro Bueno de Melo. *A crítica bandeirante (1920-1950)*. 145 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

local aberto após a revolução de 1930; e 3) A crítica paulista obteve menor legitimação do que aquela realizada na capital federal. Entre os quatro jornais investigados, dois tiveram em sua equipe de críticos titulares nomes cariocas, reproduzindo localmente artigos publicados antes na capital¹⁸; além disso, mesmo entre os críticos paulistas mais renomados, como os d'*O Estado de São Paulo*, o ponto de referência na elaboração intelectual provinha do Rio de Janeiro, especialmente de Tristão de Athayde, e de maneira mais ampla, do jornalismo literário francês, que inspirava a crítica de rodapé como um todo a partir de exemplos como os de Sainte-Beuve e Thibaudet (MARTINS, 1983; SODRÉ, 2011b)¹⁹.

Tomando como objeto a crítica literária carioca praticada entre as décadas de 1920 e 1950, esta tese acaba por enfeixar uma visão de todo a respeito do gênero na primeira metade do século XX, haja vista a experiência prévia de pesquisa. Com isso, busco contribuir para o adensamento dos estudos sociológicos sobre o campo literário brasileiro. São, na realidade, razões indissociáveis, pois é inviável compreender as características da crítica literária de então a não ser considerando as condições objetivas do espaço em que ela se inseriu. Os aspectos centrais da crítica de rodapé, conforme introduzido, estiveram ligados a um estágio de desenvolvimento do campo em que as fronteiras entre os domínios do trabalho intelectual eram pouco nítidas, o que abria espaço para a atuação amadora nos jornais e influenciada, muitas vezes, por interesses econômicos, políticos ou religiosos. Ao mesmo tempo, a crítica literária, como instância de arbitragem, interferia sobre esse contexto, gozando de prestígio próprio no mundo cultural. Ramassote (2011) definiu-a, por exemplo, como uma atividade “cobiçada” pelos intelectuais²⁰. Jackson e Blanco (2014) apontaram o

¹⁸ Foram os casos do *Diário de São Paulo*, em que foram críticos titulares os cariocas Tristão de Athayde, Agripino Grieco e Otto Maria Carpeaux, e da *Folha da Manhã*, que publicou por longo período Tristão de Athayde e Álvaro Lins.

¹⁹ As conclusões foram alcançadas com o estudo de quatro críticos paulistas — Plínio Barreto, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet — e de quatro jornais: *Correio Paulistano*, *Diário de São Paulo*, *Folha da Manhã* e *O Estado de São Paulo*.

²⁰ “Dada a centralidade da literatura e da imprensa diária na vida intelectual do período, o exercício regular de uma coluna de rodapé de crítica literária era bastante cobiçado [...]. Emitindo juízos,

domínio dos rodapés nos jornais como um “sinal de distinção inequívoco”²¹. Sússekind (2002) caracterizou a crítica literária da época como “uma espécie de acontecimento social”²².

Sob a alçada dessa discussão, percorro objetivos específicos, que orientam os capítulos. O primeiro deles, realizado no capítulo I, é mapear detalhadamente a difusão da crítica literária no Rio de Janeiro. Para tal, pesquisei em arquivo jornais e revistas e busquei ultrapassar o patamar de compreensão genérica da modalidade, a que se limitaram trabalhos anteriores. Trata-se de responder a perguntas como: quais eram os jornais e as revistas que publicavam a crítica literária entre os anos 1920 e 1950 no Rio de Janeiro? Quais críticos contribuíram para esses veículos e durante que períodos? Quais as origens sociais, geográficas, formações intelectuais e trajetórias desses críticos? Como eles se posicionaram diante dos principais debates existentes no interior da literatura, da sociedade e da cultura brasileiras? Quais eram os conteúdos e dilemas envolvidos nesses debates? Sem dúvida, o mapeamento da crítica carioca oportuniza o avanço da leitura sobre as relações de força existentes no espaço literário local e nacional. Considerando que imprensa e política se imiscuem e que, além disso, a ocupação de um posto de colunista titular em um grande jornal era uma das formas maiores de consagração intelectual, a divisão de críticos em diferentes jornais, a formação de grupos de interesse nesse processo, as relações estabelecidas entre estes grupos e editoras, partidos ou setores ideológicos, como os religiosos, são aspectos que merecem atenção.

Um segundo interesse do trabalho é discutir o que foi e que significado possuiu a relação entre a militância católica e a crítica literária, em meio ao que se compreendeu como o peso ideológico vigente nesta modalidade. Quais críticos cariocas incorporaram o viés católico em sua militância nos jornais e revistas? Que impacto isso teve do ponto de vista das análises literárias? Que espécies de disputas a filiação religiosa fomentava no espaço literário e crítico? Que relação uma possível

aclamando ou condenando estreias e lançamentos literários, estabelecendo critérios e formando cânones, o estatuto adquirido e o papel exercido pelo crítico conferiam influência e autoridade para arbitrar legitimamente sobre a dinâmica da vida cultural.” (RAMASSOTE, 2011: 44).

²¹ “Progressivamente [...] a esfera própria ao exercício da crítica literária concentrar-se-ia nos jornais e assumir uma coluna fixa em um deles era um sinal de distinção inequívoco, além de um modo de profissionalização do trabalho intelectual” (JACKSON e BLANCO, 2014: 206).

²² “Poder literário era em parte sinônimo de uma presença constante nas páginas e no noticiário de jornal, de eloquentes ironias impressas, do frequente envolvimento em polêmicas [...]. A crítica, por sua vez, uma espécie de acontecimento social”. (SÚSSEKIND, 2002: 18).

crítica católica possuiu com o romance e a poesia de igual inspiração, em crescimento na segunda fase do modernismo? Que interesses envolviam o engajamento de críticos literários em instituições do laicato? Tais questões são tratadas tanto no capítulo II, em que abordo, apoiado na bibliografia sociológica e das ciências sociais, o período da neocrisandade, os problemas do catolicismo brasileiro e a vigência de uma “crítica católica”, quanto nos estudos de caso que vêm em seguida.

O primeiro desses estudos, no capítulo III, é sobre Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, líder do laicato e crítico mais influente do momento. Em torno de sua trajetória, recorro para interpretação a conversão para o catolicismo militante, datada de 1928 e fruto do diálogo com Jackson de Figueiredo²³, documentado na correspondência entre os dois. Tento demonstrar o estatuto específico da “conversão”, que era decisiva para a Igreja e ao mesmo tempo capital social para os intelectuais. Uma hipótese, a essa altura, é de que a militância católica tenha se tornado o componente medular da orientação ideológica na crítica carioca exatamente por ação da liderança de Athayde, o expoente da crítica. Na verdade, sua trajetória se deslocou de uma fase de relativa independência e de concentração literária (no início dos anos 1920) em direção ao engajamento político e católico generalizado, que subordinou a literatura e influenciou seguidores, principalmente nos anos 1930 e 1940. Mobilizo, também no capítulo III, um conjunto de artigos e de rodapés do autor para comprovar essa mudança e para aferir, sob a sua rubrica, a morfologia de uma crítica católica.

No capítulo IV, chego ao estudo de Álvaro Lins, também católico, o maior crítico na década de 1940. Mas no caso dele, que era pernambucano, outras questões se abrem. Por exemplo, a dinâmica entre os centros intelectuais, tendo em vista sua origem nordestina e seus vínculos com a geração regionalista. Ou ainda, o impressionismo como meio de legitimação da crítica de rodapé, e a relação entre crítica literária, jornalismo e mercado editorial. Busco situar o apogeu e o ocaso do crítico literário em perspectiva, relacionando-os com estágio do campo literário carioca já em meados do século. E analisando o diálogo entre Lins e Athayde, proponho que os dois, em uma relação disputada, tenham conformado acima de tudo uma unidade.

²³ Sergipano e bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia, Jackson de Figueiredo (1891-1928) migrou para o Rio de Janeiro em 1914, onde se tornou líder do laicato, até ter a vida abruptamente interrompida por um afogamento em 1928. No segundo capítulo, sua trajetória será analisada em comparação à de Alceu.

Finalmente, um terceiro interesse da tese — marcado em todas as suas etapas — é aproximar o caso carioca do caso paulista. Trato Rio de Janeiro e São Paulo como centros da crítica, ressaltando a liderança carioca. Embora meu objetivo não seja de um estudo comparado, mas sim da compreensão particular da realidade da capital federal, ganha-se ao estabelecer pontos de aproximação e de afastamento entre os exemplos. É o que explica a atenção que dirijo, em paralelo aos críticos cariocas, a um conjunto de críticos bandeirantes representativos do modernismo e do jornalismo locais, que em geral divergiram dos críticos mais consagrados do Rio de Janeiro. À volta dessa relação, proponho ainda, ao final da tese, ter havido uma tendência para a inversão de poderes entre os centros da crítica literária nacional (Rio de Janeiro e São Paulo), perceptível no período posterior ao aqui alcançado.

Quase todo este trabalho foi executado sem dispor de dedicação exclusiva, nos interstícios das tarefas que me ocupam na militância e no ofício da política. Os anos da tese também coincidiram com uma fase conturbada e triste da conjuntura nacional, em que se nota uma reativação de ideologias reacionárias que buscam atacar a ciência, os direitos e a vida com base, também, no discurso religioso. Embora a correlação entre este período e aquele visto na tese não seja automática e tampouco explorada por mim, acredito ser útil registrá-la, pontualmente. Derrotar o obscurantismo, afinal, segue sendo nossa tarefa coletiva.

O que segue resulta de praticamente dez anos de pesquisa, iniciada na graduação, expandida no mestrado e concluída no doutorado. Nesse tempo, realizei ampla consulta bibliográfica, fiz estudos de trajetória, li artigos e rodapés em livros e fontes primárias, preparei entrevistas e pesquisei em arquivo os seguintes jornais e revistas cariocas (para o doutorado): *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *A Manhã*, *Boletim de Ariel* e *A Ordem*. O critério para mapear a crítica carioca baseou-se na imprensa local, na qual circulavam críticos nascidos ou não no Rio de Janeiro. Assim mesmo, enquanto críticos cariocas serão referidos apenas aqueles efetivamente fixados na cidade, por nascimento ou migração.

Como já dito, a crítica de rodapé, ou a crítica literária jornalística da primeira metade do século XX, é um tema interessante para a sociologia. Mas boa parte dos críticos que foram foco de análises, como Álvaro Lins, Tristão de Athayde, Agripino Grieco, Octávio de Faria, Mário de Andrade, Plínio Barreto e Sérgio Milliet, não o foram

em viés sociológico (BOLLE, 1979; LAFETÁ, 2000; CABRAL, 2009; GONÇALVES, 1992). É uma lacuna que pretendo suprir.

Como tudo que é relacionado à arte e à literatura, o objeto desta tese se revestiu comumente de idealizações, de uma aparência inefável com que se deve romper. Mas “a análise científica das condições sociais da produção e da recepção da obra de arte”, ao invés de “a reduzir ou de a destruir”, pode ao final intensificar a “experiência literária” (BOURDIEU, 2010: 14). Com essa premissa, aproximo-me de um conjunto de autores que reivindicava a si mesmo status artístico e que acompanhou vigilantemente, na imprensa, a aparição de movimentos e de obras até hoje emoldurados no cânone da literatura nacional.

No final da tese, incluí anexos: no primeiro, constam imagens de rodapés em páginas de jornais; no segundo, transcrições inéditas de quatro artigos jornalísticos de escritores em diálogo ou referência direta aos críticos literários: Carlos Drummond de Andrade, em 1970, falando de Álvaro Lins como o “imperador da crítica brasileira entre 1940 e 1950”; Jorge Amado, em 1934, em polêmica com Lucia Miguel Pereira e Tristão de Athayde; Mário de Andrade, em 1940, abordando a estreia em livro de Álvaro Lins; e Augusto Frederico Schmidt, em sua estreia no rodapé “Crônica de letras”, em 1932, no *Diário de Notícias*.

CAPÍTULO I – A CRÍTICA CARIOCA

“Um crítico não se define somente pelo valor estritamente literário e artístico das suas páginas, mas pela sua atuação na vida literária, pela sua influência, pelos resultados dos seus trabalhos, pelos erros que condena ou evita, pelas realizações que sugere ou provoca com as suas ideias. Um crítico é uma espécie de político no mundo das letras, um ‘regente’ da literatura.”

(Álvaro Lins, “Um crítico do mundo moderno”, 1942)

Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), realmente se destacava entre os críticos do país. Ele se tornou titular de *O Jornal* a partir de 1919 e, mais adiante, também do *Diário de Notícias*, além de ter colaborado de forma dispersa para inúmeras folhas e revistas. Sua atuação trouxe de volta certo prestígio para a crítica literária que havia se debilitado com a saída de cena dos expoentes da chamada “geração de 1870”²⁴, e rapidamente se instituiu como paradigma nacional influenciando seguidores. Foco de atenção prioritária nesta tese, de largada vale notar que Athayde era carioca, filho de uma rica família de industriais portugueses, bacharel em direito e que, ao longo de sua trajetória, além de ter sido crítico e literato, converteu-se em líder religioso e agente político. Ou seja, o nome principal na crítica de rodapé carioca, intelectual católico, era ao mesmo tempo controlador de importantes postos de direção no interior do espaço intelectual, o que esclarece características deste.

Sobre o Rio de Janeiro, um segundo autor a ser mencionado é Agripino Grieco (1888-1973). Ele estreou na crítica de rodapé a convite de Alceu²⁵ em 1923, na mesma seção “Vida literária” de *O Jornal*, e a partir daí escreveu na imprensa por mais de três décadas. Iniciado antes na poesia, com *Ânforas* (1910), e na ficção, com *Estátuas mutiladas* (1913), Grieco foi o típico intelectual polígrafo que não reivindicou para si método ou doutrina específicos para além do colonismo literário²⁶. Sua origem familiar remontava ao interior fluminense, onde nascera numa família de imigrantes italianos e recebera vasta formação cultural, sem frequentar universidade. Destoava, assim, do padrão de origem social predominante entre os críticos, em sua maioria descendentes da elite carioca ou de oligarquias em declínio dos centros afastados. A vinda para a capital se dera em razão do serviço público, para trabalhar primeiro nos Telégrafos e depois na Central do Brasil, da qual já era aposentado quando se iniciou na crítica.

Entre os empreendimentos em que Grieco tomou parte, o mais importante foi o *Boletim de Ariel*, fundado em 1931. Este mensário de crítica literária e cultural

²⁴ Sílvio Romero (1851-1914), Araripe Júnior (1848-1911) e José Veríssimo (1857-1916) são tidos como os representantes maiores dessa geração.

²⁵ “Não sei se devo mostrar-me agradecido ao Tristão de Athayde ou odiá-lo por ter me arrastado para essa profissão execrável de crítico literário, que a ninguém contenta e nos faz viver a vida inteira cercado de um exército de pidões de adjetivos”, afirmou o crítico em entrevista à *Manchete* em 24/06/1965. (In: GRIECO, 1968: 383).

²⁶ O crítico admitia isso. “Sempre desejei ser, acima de tudo, um homem de imprensa. [...] O jornal é nosso melhor professor, o melhor catequista dos cérebros e, nas folhas que voam através das cidades e aldeolas, estará o mais precioso da nossa cultura.” (In: GRIECO, 1968: 109).

condensou boa parte das características do campo letrado do momento. Conduzido por Grieco (redator-chefe) e Gastão Cruls (diretor), a publicação era contígua à editora Ariel, em uma sobreposição das funções do crítico e do editor que era inerente ao período prévio à profissionalização do mercado editorial (SORÁ, 2010). A seleção dos colaboradores fixos ou eventuais era ampla. Passaram pela revista figuras do pré-modernismo (Afrânio Peixoto, Gilberto Amado), católicos (Tristão de Athayde, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, Lucia Miguel Pereira, Octávio de Faria), alguns modernistas (Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade) e regionalistas nordestinos (Valdemar Cavalcanti, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Olívio Montenegro, José Lins do Rego), além de políticos, médicos etc.

Havia o objetivo de nacionalizar o impresso, que nomeava representantes editoriais no país, notadamente no Nordeste. Em 1932, eles se encontravam em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Pará, além de São Paulo e Rio Grande do Sul. Fora do país, como fator de distinção, a França. Vários escritores regionalistas encontraram no *Boletim de Ariel* a porta de entrada da consagração no Rio de Janeiro, para onde migraram. É o que demonstram Sorá (2010) a respeito de José Lins do Rego e Mendonça (2020) sobre Graciliano Ramos, este favorecido por artigos de Valdemar Cavalcanti (1912-1982), colaborador fixo e representante da revista em Alagoas.

O perfil de Cavalcanti é sugestivo. Proveniente do mesmo círculo social dos romancistas, inserido na política e no jornalismo alagoanos, ele migrou à capital do país em 1933, já integrado ao *Boletim de Ariel*. Em 1934, mudou-se para o Recife onde dirigiu o *Diário Pernambucano*, depois retornou a Maceió e finalmente, em 1937, fixou-se no Rio de Janeiro para assumir um cargo no IBGE. No mensário da Ariel, ele intermediou centros intelectuais, ao fazer propaganda de autores nordestinos no Rio de Janeiro. Assim, tornou-se dominante e dependente em relação ao grupo, pois encaminhou consagrações, mas ficou em segundo plano quando comparado aos escritores regionalistas que concentraram a projeção nacional do movimento. Após a passagem pelo boletim, Cavalcanti perdeu relevância literária, assinando apenas a coluna “Jornal literário”, na segunda metade dos anos 1950 em *O Jornal*, e publicando um único livro de igual título em 1960, pela José Olympio.

Um clima de confraria intelectual circundou o *Boletim de Ariel*, como se nota na apresentação de Gastão Cruls ao primeiro volume. Médico de formação, ele comparou o caráter do mensário ao das tertúlias que gozara na Assistência Municipal do Rio de Janeiro, onde havia trabalhado:

O *Boletim de Ariel*, embora com aspirações mais altas, pede muito menos a seus leitores. Na Assistência [Municipal do Rio de Janeiro], contavam histórias e resumiam novelas alguns médicos de boa vontade, mas, pelo menos até aquela data, sem nenhuma projeção além do círculo de seus amigos. Aqui, se também prepondera o mesmo espírito do escorço rápido e da nota despreziosa acerca do que mais interessante e significativo ocorrer no mundo das letras, das ciências e das artes, tanto no Brasil como no estrangeiro, tudo se valorizará pelo nome dos seus signatários, como colaboradores de realce, escolhidos entre o que de melhor houver, nas nossas elites intelectuais. (CRULS, 1931).

Com seu dinamismo, a revista compensou certa desestruturação dos rodapés de jornais nos anos 1930, quando, em comparação a outros períodos, eles perderam fôlego, bastante em decorrência da politização excessiva dos debates literários. Em sentido inverso, a publicação da Ariel se concentrou na produção de resenhas curtas sobre livros novos, instigando o meio editorial e atualizando rituais de consagração. Cruls e Grieco desempenharam papéis complementares: ao passo que o primeiro era carioca, médico e endinheirado, o segundo possuía certo renome literário; assim, foi escolhido para avaliar a novidade editorial, com a qual acumulou notoriedade. O ciclo da revista se esgotou em 1939, quando saiu de circulação em concomitância com a falência do projeto empresarial de Cruls. Já então, ela deixara um legado na década de 1930.²⁷

Além do *Boletim de Ariel*, Grieco também foi um autor da José Olympio, que o publicou até 1959, outro indicativo de seu reconhecimento. Mas em que pese a influência que amealhou, sua crítica foi vista, em geral, como menor ou menos séria quando comparada à de Tristão de Athayde. Lafeté (2000) o classificou em torno dos conceitos de “retórica” e “alienação”. O primeiro seria relativo ao perfil literário do crítico, basicamente diletante e não especializado, enquanto o segundo indicaria sua

²⁷ Muitos críticos, século XX adentro, sublinharam a importância do *Boletim de Ariel* durante os anos 1930. Na entrevista para este trabalho, Antonio Candido afirmou: “Os jovens, eu pelo menos, nos formamos muito criticamente lendo o que se chamava *Boletim de Ariel*. Muito importante. Era um boletim bibliográfico, saía uma vez por mês, fininho, eram resenhas, resenhas com notas, informações, artigos de fundo. Meu pai assinou em 1931. Em grande parte, eu me formei lendo o *Boletim de Ariel*”. Portanto, não surpreende que orientandos de Candido tenham tomado essa publicação como material de análise, como fez Lafeté (2000). Para mais dados sobre o *Boletim de Ariel*, consultar Luca (2017).

conduta perante os problemas nacionais, os condicionantes políticos e as novidades estéticas do modernismo. Grieco seria, portanto, um representante do passadismo e do impressionismo em sentido raso.

É proveitoso observá-lo como um personagem do mundo literário, especialmente porque restou dele, com o passar do tempo, uma imagem quase folclórica, resultante das polêmicas e sátiras que seus textos fomentavam sem muita profundidade. Do livro organizado por seu filho (GRIECO, 1968), é possível extrair um mosaico de como o pai era visto por contemporâneos. Afrânio Peixoto lhe atribuía o poder de um “carrasco literário”. Joaquim Ribeiro o definia como o “mais sarcástico dos nossos críticos”, alguém que manejava uma crítica “epigramática e cruel”. Jorge Amado o classificava como “o terrível crítico”, em sinal de autoridade. Já para Edgar Cavalheiro, Grieco era um “fiscal das letras” capaz de matar “definitivamente uma legião de mediocridades”. “Vulcânico, mas benéfico”, estipulava Gilberto Freyre. (In: GRIECO, 1968: 59; 61; 67; 87; 116).

Naturalmente, seus escritos foram alvo também de condenações. O autor foi bastante criticado pelo estudo que publicou sobre Machado de Assis pela José Olympio em 1959. Sobre a obra, o intelectual pernambucano Aníbal Fernandes questionou: “fico a perguntar [...] se o livro foi afinal contra Machado ou apenas sobre Machado” (In: GRIECO, 1968: 243-245). E o próprio Tristão de Athayde assim falaria a respeito do primeiro livro de artigos críticos do colega, *Fetiches e Fantoques* (1922):

[...] É natural que muita paixão e muita injustiça se insinue por essas páginas vibrantes e cheias de cor. Mas [Grieco] é um satírico e portanto um moralista, para quem o problema do bem e do mal é o problema por excelência. Não vê os homens com piedade mas com indignação. Dotado de bastante leitura, talvez um pouco atropelada, revelando uma inteligência viva e trepidante, e um temperamento em arestas vivas, não procura atenuar as flechas que lança. Extremado, arrebatado, sem reticências, vai ferindo a torto e a direito não cegamente mas sem comiseração. É capaz de entusiasmo como é de indignação. Admira com a mesma nitidez de contornos com que combate. E escreve relativamente bem, em geral, com vivacidade e graça, citando o propósito e encontrando muitas vezes o termo original que caracteriza com precisão. É verboso demais, improvisado, usando por vezes dessa eloquência vulgar e oca que justamente critica. É que, para não deixar esfriar o seu ardor combativo, não espera que as ideias descansem para delas tirar apenas o sumo, sem a casca. (In: GRIECO, 1968: 160).

Separados pela origem social e desiguais em consagração e projeto, Athayde e Grieco praticamente hegemonizaram os rodapés cariocas nas duas primeiras

décadas observadas, o que atesta as importâncias do *Boletim de Ariel* (1931-1939) e de *O Jornal* (1919-1974) como veículos da crítica.

Lançado em 1919 já com Alceu em seu quadro de colaboradores, o segundo periódico foi integrado em 1924 ao enorme edifício dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand (1892-1968), o principal empresário de comunicação do país. Bem relacionado com o poder, ele ergueu sua empresa como expressão da grande imprensa, congregando centenas de jornais em quase todos os estados brasileiros, além de revistas, agências de notícias e a TV Tupi. *O Jornal*, que surgira em 1919 como uma dissidência do *Jornal do Comércio* (1827-2016), funcionou inicialmente como órgão chefe dos *Diários Associados*, de onde obteve investimento e influência nacional, dado que os artigos publicados no Rio de Janeiro eram reproduzidos nos diários associados de outros locais. Apenas mais tarde esse periódico foi emparelhado por outros veículos fortes, como o *Correio da Manhã* (1901-1974) e o *Diário de Notícias* (1930-1974), que expandiram sua influência, inclusive literária, entre as décadas de 1930 e 1940. Fundado pela família Bittencourt, o *Correio da Manhã* inicialmente se opôs ao regime da Primeira República, fase em que seu crescimento foi dificultado. Já o *Diário de Notícias*, idealizado por jornalistas egressos de *O Jornal*, dispôs desde o início de importante movimentação literária.

Numa etapa inicial, só o *Jornal do Brasil* (1891-2010) abrigou em suas páginas críticos duradouros como os de *O Jornal*, porém com eco inferior no meio literário, em decorrência do fato de que aquela folha só ganharia projeção no Rio de Janeiro em meados da década de 1950, quando passou por uma reformulação gráfica e editorial. *O Jornal do Brasil* havia sido fundado em 1891 por ação de antigos membros do regime monárquico, e no início do século XX, sob administração da empresa Mendes & Cia, entrou em crise financeira. Durante as gestões que perduraram de 1919 a 1953, o diário perdeu relevância, mas manteve, como estratégia de esquiva dos temas políticos, uma equipe de colaboradores literários ligados à Academia Brasileira de Letras (ABL). Depois, em 1953, houve nova mudança de direção, além da aposta, encetada em 1956, em torno do *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, dirigido por Reynaldo Jardim, caderno que se fez de vanguarda ao dar voz para os grupos concretista e neoconcretista da poesia e das artes plásticas (SOUZA, 2008; RIBEIRO, 2014). O jornal assumiu, então, posição de destaque nos meios carioca e nacional.

Na década de 1920, os críticos do *Jornal do Brasil* eram encarados, normalmente, como “acadêmicos” e epígonos da geração de 1870. Foram os casos de Osório Duque-Estrada (1870-1927) e João Ribeiro (1860-1934), titulares, respectivamente, de 1921 a 1927 (rodapé “Registro literário”) e de 1927 a 1934 (rodapé “Crônica literária”). De origem fluminense, com passagem sem diploma pela Faculdade de Direito de São Paulo e carreira no magistério e no jornalismo, o primeiro ocupava a cadeira que fora de Sílvio Romero na ABL e tinha, como poeta, uma obra opaca. Já Ribeiro, sergipano, também acadêmico, chegou a frequentar as faculdades de Medicina da Bahia e de Engenharia do Rio de Janeiro, mas tampouco se formou. Nos jornais, ficou conhecido por praticar um misto entre crítica e crônica, comentando, superficialmente, livros e episódios da vida social.

Na esteira deles, surgiu Múcio Leão (1898-1969), pernambucano migrado para a capital, bacharel em direito e responsável pelo rodapé “Registro literário” do *Jornal do Brasil* entre 1934 e 1941, tendo voltado ao posto em 1956. No meio tempo, ele ajudou a refundar o jornal *A Manhã* (1941-1953), órgão oficial do Estado Novo, no qual dirigiu o Suplemento “Autores e livros” (1941-1950), publicação que abordava a cada edição a obra de um único autor, com o fito de construir uma história da literatura brasileira sob viés nacionalista. Doutrinário na política, *A Manhã* era dirigido por Cassiano Ricardo (1894-1974) e investia no setor cultural e literário com vistas a disputar hegemonia. Múcio ingressou na ABL em 1935 na cadeira de Humberto de Campos (1886-1934) e, no *Jornal do Brasil*, continuou a obra dos anteriores, realizando uma crítica atenta fundamentalmente à geração pré-modernista e à consagração dos acadêmicos. Campos, por sua vez, fizera crítica de rodapé no *Correio da Manhã* entre 1928 e 1930, na seção “Vida literária”. Também foi editorialista no *Diário Carioca* (1928-1965) entre 1932 e 1938, jornal fundado como dissidência de *O Imparcial* (1912-1942). Poeta maranhense, ele havia migrado para o Rio de Janeiro aos vinte e seis anos de idade, pertencia à ABL desde 1919 e integrava a geração parnasiana. Na década de 1910, trabalhara em *O Imparcial* ao lado de João Ribeiro, em quem se espelhava para elaborar um tipo de crítica apegado à crônica e avesso à especialização.

Ainda nos anos 1930, houve a estreia de Lucia Miguel Pereira (1901-1959), com o rodapé “Livros” na *Gazeta de Notícias* (1875), jornal alinhado às elites agrárias e de identidade fortemente reacionária, com espaço reduzido para a literatura. Até

1928, ali havia escrito Jackson de Figueiredo; mais adiante, na Segunda Guerra, a *Gazeta de Notícias* defendeu os países do Eixo, mantendo relação com a *Transocean*, agência de notícias do governo alemão. Lucia — cujo nome ganharia projeção com a obra *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*²⁸ (1936) e com a crítica sistemática que fez no *Correio da Manhã* na segunda parte dos anos 1940 — era, de início, uma escritora católica conservadora. Sua formação tanto familiar como escolar, no Colégio Sion, impelia-a nesse sentido, e logo ela se integrou ao núcleo da revista católica *A Ordem*, dirigida por Athayde e na qual Augusto Frederico Schmidt, que foi editor de Lucia, tinha função importante. Em 1932, a autora assumiu na revista a seção “Crônica feminina”, voltada à abordagem da “questão da mulher” dentro de uma chave tradicionalista, com claro intuito de combater, no Brasil, o avanço das ideias feministas²⁹.

Lucia era autodidata, carioca, filha de pai médico e de mãe culta³⁰, e foi solteira até 1939, quando se casou com Octávio Tarquínio de Sousa³¹. Seu percurso em simbiose com o laicato mostrava a importância que então obtinha a Igreja na criação de uma “comunidade intelectual” para os escritores, especialmente aqueles que, mesmo partilhando dos círculos da elite letrada, contavam com pouca “retaguarda institucional”³². Também ficava claro o lugar especificamente feminino que cabia à

²⁸ *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico* teve quatro reedições em vida da autora, e uma póstuma — o que indica a recepção favorável que teve entre o público e a crítica. Mendonça aponta que se tratou da “primeira análise abrangente e aprofundada do grande escritor brasileiro”, visão corroborada por Coutinho, que diz que “biografia mesmo, na acepção mais estrita e corrente do termo, foi Lucia quem primeiro fez.” (MENDONÇA, 1992: XV; COUTINHO, 2017: 56).

²⁹ É preciso ter em mente que data, do fim do século XIX ao início do século XX, a eclosão do que muitas autoras chamaram de “primeira onda do feminismo” mundial, calcada, principalmente, na luta pelo direito ao voto das mulheres — que passou a vigorar, no Brasil, em 1934. Já de início, houve relação estreita entre esses movimentos, o movimento operário e o marxismo, o que sem dúvida deixava em alerta a elite católica sob os prismas tanto moral como político. A respeito da relação histórica entre feminismo e marxismo, consultar Marcelino (2019).

³⁰ Cf. Mendonça (1992); Candido (2010b); Coutinho (2017).

³¹ Octávio Tarquínio de Sousa (1889-1959) também fez crítica de rodapé durante curta passagem pela seção “Vida literária” de *O Jornal*, entre 1935 e 1937 (os artigos eram reproduzidos, também, no *Diário de São Paulo*). Sua família era pernambucana e havia migrado ao Rio de Janeiro no final do século XIX. Nesta cidade, onde nasceu, o autor formou-se em direito e fez carreira como historiador, jornalista e membro do alto escalão do serviço público. De 1932 a 1946 — período em que se aproximou de Lucia e com ela se casou —, foi ministro do Tribunal de Contas da União. Sousa tinha importância significativa no meio intelectual carioca, tendo sucedido Gilberto Freyre na direção da Coleção Documentos Brasileiros da José Olympio, e também dirigido a *Revista do Brasil*, ambos espaços em que Lucia publicou. Antes, fora casado com Maria de Lourdes Faria Alves. Importa observar que Octávio e Lucia, em casal, marcaram o meio letrado carioca, inclusive fazendo do apartamento em que moravam um ponto de encontro da intelectualidade de que eram achegados. Os dois faleceram em um acidente de avião, em 1959. (COUTINHO; 2017).

³² “[...] sem qualquer retaguarda institucional, seja na universidade seja no estamento governamental, a apoio dos ‘intelectuais católicos’ teve importância vital, sobretudo no início da carreira, para a

mulher, em um ambiente masculinizado tanto do lado da crítica como da militância católica. Junto ao rodapé, deve-se mencionar que Lucia atuou como resenhista e membra do conselho consultivo do *Boletim de Ariel*, onde despontou para a crítica em 1931, e que foi parte da aclamada roda da Livraria José Olympio³³, à Rua do Ouvidor 110, publicando seu primeiro livro pela editora em 1938, com o título *Amanhecer*, um romance, cinco anos depois de *Maria Luísa* e *Em Surdina*, também romances, editados pela Schmidt e Ariel.

É interessante observar como a autora correlacionava religião e temas de gênero nos textos em *A Ordem*, pois, via de regra, havia uma assimilação de conquistas recentes do feminismo como estratégia para, ao fim, enaltecer a Igreja. Em “O perigo do feminismo”, por exemplo, Lucia assume que, “com a conquista do voto, o feminismo venceu em toda linha”. Mas se a participação das mulheres na política seria “um fato consumado, iniludível”, ele representaria também um risco, o de corromper moralmente os princípios femininos, cuja integridade só seria mantida no catolicismo (PEREIRA, 1932: 449-450). Na mesma linha, no artigo “Crônica feminina”, ela aborda a educação das jovens no mundo moderno, e prega:

Dá a tua filha uma crença sólida, e tudo se resolverá. Não a fé vaga e cômoda num Deus adocicado [...]. Mas uma crença segura, consciente, em Deus, e através d'Ele, crença na dignidade da vida humana, crença em si própria e nos seus deveres. [...] Uma vez ancorada no coração uma crença sadia, todos os problemas são fáceis. [...] As regras de conduta prática, as convenções, os costumes, todos esses subprodutos da moral, passam e devem passar, porque se temperam ao sabor dos tempos. Só o fundamental permanece. Sempre a procura de um guia — que é, embora disfarçada [...] a procura do Guia Supremo —, sempre a atração do sacrifício, a necessidade de dar de si, empolgarão a mulher e a manterão acima do materialismo. O transitório, as aparências importam apenas na medida em que refletem, realmente, o essencial. [...] A menina de hoje, cedo instruída das coisas da vida, cedo responsável pelos seus atos, pode — e com maior merecimento — se manter tão digna, tão pura como a antiga. Tudo está na direção das suas crenças. [...] contra o declive escorregadio onde se aventurou [a mulher], só o esteio seguro da crença a pode suster. Sem o arcabouço da crença, a educação é um paliativo inócuo. (PEREIRA, 1933d: 762-763).

Deve-se considerar que os textos foram publicados em revista católica. Uma abordagem mais nuançada sobre o percurso da autora face ao feminismo pode ser vista em Pontes (2010). Comparando Lucia a Patrícia Galvão (1910-1962) e a Gilda

afirmação da escritora [...] numa comunidade intelectual quase exclusivamente masculina e sensível aos antagonismos pessoais e ideológicos.” (MENDONÇA, 1992: XIX).

³³ Além de Lucia, Dinah Silveira de Queiroz, Adalgisa Nery e Rachel de Queiroz encerravam o estreito círculo feminino da José Olympio (Cf. COUTINHO, 2017: 43).

de Mello e Souza (1919-2005), a antropóloga detecta a um só tempo, naquela, “o fascínio pelo tema e a tentativa de manter um distanciamento crítico em relação a ele” (PONTES, 2010: 101). Assim, em sua obra e trajetória concorrerem tanto o conservadorismo como um impulso de ruptura com os limites colocados a ela, como mulher, no mundo intelectual. Para atingir essa conclusão, Pontes debate o romance *Maria Luísa*, artigos publicados em jornais por Lucia sobre a questão feminina e até mesmo a ideia que esta possuía de um livro específico sobre o tema, que acabou não publicado em decorrência de sua morte. Na vida íntima, é inevitável sublinhar que, em desacordo com a Igreja, Lucia casou-se “apenas” aos trinta e oito anos com um homem desquitado e não teve filhos, cuidando até o final da vida de um neto de Octávio, fruto do primeiro casamento da filha deste, Lúcia Maria Tarquínio de Sousa (COUTINHO, 2017). Em depoimento a Homero Senna³⁴, em dezembro de 1944, ao ser questionada sobre a Academia Brasileira de Letras, que não admitia mulheres em seus quadros, ela respondeu: “se a Academia não quer saber das mulheres, eu também não quero saber dela. Para mim, portanto, a Academia não existe.” (In: SENNA, 1996: 19).

Na *Gazeta de Notícias*, seu timbre católico surgia sobretudo nas polêmicas, como a que se deu com o romancista Jorge Amado acerca da avaliação do romance *Maleita*, de Lúcio Cardoso. Em artigo de 1934, Lucia criticava Amado por querer subordinar o gênero romance “aos interesses de uma causa”, dando-lhe sempre “uma finalidade”. E dizia:

Por último, gostaria de saber por que será *Maleita* um ‘romance catolicizante’. Se é por estar dentro da ordem social burguesa, a etiqueta de Jorge Amado pressupõe entre a burguesia e o catolicismo uma comunhão que não existe. [...] Como todos os inovadores, esquece de que ficou para trás, ignora o fermento revolucionário do Evangelho... [...] Aliás, realmente, *Maleita* mostra a profunda miséria do homem sem Deus, abandonado a uma existência semi-bestial, mas mostra-o sem o querer. Mostra-o porque ela existe, na realidade. [...] A grande força de *Maleita* está justamente em não ter finalidade, em não haver, de modo algum, forçado a direção natural dos acontecimentos. [...] Quem parece estar desperdiçando admiráveis dotes de romancista com essa mania de provar, de visar um alvo, é o próprio Jorge Amado. [...] Aliás, há um ilogismo em sua atitude. [...] Os seus livros, nitidamente parciais, livros de propaganda, esses sim, é que se destinam aos ‘leitores gordos e ricos’, não para diverti-los, mas para os convencer. Para os seus correligionários é que não haveria de escrever romances intencionais; não se prega para convertidos... (PEREIRA, 1992: 76).

³⁴ Em 1944, o jornalista Homero Senna organizou em *O Jornal* uma série de vinte entrevistas com intelectuais de diferentes linhagens, sendo Lucia a única mulher. Os depoimentos foram reunidos em Senna (1996).

Em resposta, o comunista baiano atacava a autoridade crítica de Lucia, enquadrando-a, tanto quanto ele, no universo político:

Num destes últimos domingos, Lucia Miguel Pereira, a romancista de *Maria Luísa* e *Em surdina*, escreveu na *Gazeta de Notícias* um artigo bem trabalhado sobre romance. Este seu estudo é realmente bem feito como tudo que sai da pena dessa clara inteligência que é Lucia Miguel Pereira. Traz, no entanto, funda marca política. Todos sabem que Lucia Miguel Pereira é uma escritora reacionária, comprometida com a religião. Ela escreve em função da moral católica. Os artigos e os romances da autora de *Em surdina* são panfletos católicos, bem escritos, equilibrados, mas... políticos. É evidente que eu não me revolto contra essa maneira de ser da ilustre escritora, como é evidente, também, que não concordo absolutamente com as suas ideias religiosas e políticas. [...] Acho que, em qualquer lado que o indivíduo se encontre hoje, tem que lutar pela sua causa. Ruiu a torre de marfim dos escritores de antes da guerra. O intelectual de hoje ou se compromete com o proletariado para a luta em reivindicação dos oprimidos, ou defende com unhas e dentes a sociedade capitalista que agoniza. (AMADO, 1934).

E dava um passo adiante, denunciando a filiação de sua interlocutora ao “partido católico” de Tristão de Athayde. O excerto é útil para notar, pela voz de alguém do campo oposto, a força que desempenhava no meio letrado o crítico de *O Jornal*:

Penso mesmo que Lucia Miguel Pereira joga com carta sem valor quando diz que a grande força de *Maleita* está justamente em não ter finalidade. Isso respondendo a uma nota onde eu dizia que *Maleita* era um livro catolicizante. Digo que é carta sem valor porque, ainda há poucos dias, li um artigo do sr. Tristão de Athayde, onde o chefe católico e simpatizante integralista responde energicamente a uma entrevista de José Lins do Rego. E respondia para dividir claramente os campos políticos do romance brasileiro moderno. O mais engraçado da história é que, com uma violência danada, o sr. Tristão puxou todo mundo para dentro da Igreja, o José Lins do Rego inclusive, o Amando Fontes e até o meu amigo Graciliano Ramos. Do lado de fora deixou apenas a Rachel de Queiroz e a mim, fracos sem dúvida para resistir a tanta gente que o chefe católico meteu na Igreja (continuo com a impressão que pelo menos Graciliano Ramos não deve estar de muito bom humor metido na sacristia). Ora, repare nisso, Lucia Miguel Pereira: é um chefe católico quem vem achar católicos todos os romances novos do Brasil, exceto 3 livros meus e 2 grandes romances de Rachel de Queiroz. É o sr. Tristão de Athayde quem situa Lucia Miguel Pereira em frente a Rachel de Queiroz no campo de luta. E é o sr. Tristão de Athayde que pretende esmagar os livros ‘socialistas’, como ele os chama, com uma série de romances diferentes e por vezes contrários, mas que o crítico consegue botar na Igreja apesar de tudo. [...] Também o sr. Tristão de Athayde não acredita nesse negócio de romance sem finalidade, de romance sem cor política. [...] Lucia Miguel Pereira, inteligência, repito, que estimo e admiro, me faz uma série de acusações quanto aos meus pontos de vista em matéria de romance. Critica fortemente meus dois últimos livros. Porque têm uma finalidade pré-concebida, porque são interessados etc. Na verdade, porque são interessados... do outro lado, do lado contrário ao da escritora. [...] Importa, sim, saber que a chamada arte pela arte, a arte sem finalidade política, não existe para mim nem existe para

Lucia Miguel Pereira. Apenas os nossos campos estão opostos. Mas são dois partidos políticos: o revolucionário e o católico... (AMADO, 1934).

A convicção religiosa de Lucia seria atenuada, de acordo com Candido (2010b), na segunda parte da década de 1940. A essa altura, mais reconhecida, ela já dependia menos do esteio do laicato e optou por desenvolver uma crítica ensaística mais livre no jornal e fora dele, interessada, de um lado, na historiografia literária e, de outro, nas letras inglesas, com Virginia Woolf eleita sua autora predileta. Em rodapés, ocupou então uma nova seção de crítica no *Correio da Manhã* (sem título) e tornou-se articulista em jornais de peso como *O Estado de São Paulo*. Já em livros, publicou *História da literatura brasileira: prosa de ficção* (José Olympio, 1950) e *A vida de Gonçalves Dias* (José Olympio, 1952). Este período, em perspectiva, foi o que permaneceu em sua obra.

Nem todos os católicos que estreavam nos anos 1930 teriam a mesma projeção literária de Lucia. Como amostra, pode-se olhar o caso de Tasso da Silveira (1895-1968). Ele assinou a seção “Letras alheias” do *Diário de Notícias* de 1936 até o meio da década seguinte, mas raramente foi considerado mais do que um escritor cristão, em sentido limitante. Suas tarefas na militância católica se sobrepunham a qualquer projeto crítico ou poético. Curitibano, filho do também poeta simbolista, Silveira Neto, ele havia se mudado para o Rio de Janeiro para cursar a Faculdade de Direito e, desde 1919, era discípulo de Jackson de Figueiredo. Sua estreia em livro ocorreu em 1918 com *Fio d’água*, de poesia, gênero em que ficou conhecido pelo tom confessional³⁵. Nos anos 1920, Tasso integrou a revista *Festa* e, mais adiante, aproximou-se do Integralismo ao publicar a obra *Estado corporativo* pela José Olympio, em 1937. O eixo de sua militância morava no Centro Dom Vital e na revista *A Ordem*, em linha direta com Athayde e sua equipe (AZZI, 2003).

Até o também católico Álvaro Lins dirigiu-se a ele em tom restritivo:

O sr. Tasso da Silveira [...] tem afirmado várias vezes a catolicidade do seu espírito e a sua fidelidade, em arte, aos princípios e aos temas inspiradores da Igreja. Mas não se deve confundir um sentimento religioso [...] com uma expressão artística [...]. O sr. Tasso da Silveira se apresenta como um

³⁵ Foi o que Tristão de Athayde registrou em artigo em homenagem a Tasso da Silveira, quando da morte deste: “Essa fidelidade à primazia do Espírito, que redundou na passagem de uma espiritualidade vaga, melancólica e apenas pressentida, que recebeu, ao nascer, da herança simbolista, a uma espiritualidade nitidamente católica da grande obra de sua maturidade intelectual — colocou Tasso da Silveira entre as figuras mais nobres, mais puras, mais dignas da história das nossas letras.” (LIMA, 1971: 271).

exemplo típico para essa diferenciação. Ele se acha animado de um sentimento religioso mas que se desmorona todo porque não encontra uma correspondente expressão artística. Como professor de catecismo, [...] poderia conseguir resultados para a Igreja e para a salvação das almas; como escritor, porém, a sua obra nem se apresenta artística nem cristã, sendo ainda possível que ele encontre dificuldades no Reino dos Céus, ao prestar contas do seu equívoco entre literatura e religião, do exemplo em que se constituiu como um escritor sem vocação, usando e abusando do privilégio de falar do alto dos temas da Igreja... [...] Toda sua obra se desenvolve dentro de um mesmo espírito que eu chamaria vago e nebuloso. Muitas palavras, muitas intenções simpáticas, uma permanente boa vontade. Mas infelizmente a literatura não se faz com boa vontade e intenções simpáticas. E daí a desproporção, no sr. Tasso da Silveira, entre a sua vida literária e a sua obra literária. [...] A sua vida literária está cheia de entusiasmos, de iniciativas, de realizações; a sua obra literária, porém, não tem bastante importância e bastante significação dentro da literatura. (LINS, 1943: 129-133).

O trecho ajuda a exemplificar, com Tasso, o nível a que chegou, em alguns críticos, a subordinação da atividade intelectual aos ditames religiosos. Praticamente só Tristão de Athayde o defenderia, de olho na preservação de um aliado, dizendo em *O Jornal* que Lins, às vezes, cometia “injustiças imperdoáveis, como [...] com a grande figura de Tasso da Silveira” (LIMA, 1946: 33). Era como que o “espírito de corpo” do laicato em ação.

Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), Octávio de Faria (1908-1980) Pedro Dantas (1904-1977) e Mário de Andrade (1893-1945), em circulação na mesma época, ainda devem ser lembrados. Os quatro foram antes escritores de outros gêneros e intelectuais envolvidos em outros empreendimentos, mas fizeram crítica literária em fases curtas e obtendo efeitos desiguais. Quando surgiu no rodapé “Crônica de letras”, em 1933, e em “Crítica”, em 1935, ambos no *Diário de Notícias*, Schmidt tinha nome na poesia e no mercado editorial. Carioca bacharel em direito, mas que viveu em São Paulo entre 1924 e 1928, ele era envolvido no Centro Dom Vital, cuja biblioteca dirigiu. Segundo Sorá (2010), foi apoiado no círculo católico que ele ergueu sua editora. Octávio de Faria, também natural do Rio de Janeiro e formado em direito, era um dos autores por Schmidt editado, com romances que tematizavam em chave reacionária a “decadência burguesa”. Na crítica, ele se estabeleceu em *A Ordem* (seção “Crônica literária”) e no *Boletim de Ariel*, de onde foi lido por Lafetá (2000) como o mais antimodernista entre os casos estudados, um pensador filiado ao fascismo. Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Moraes Neto, também assinou a seção “Crônica literária”, entre 1931 e 1932. Herdeiro de tradicional família paulista, ele nascera no Rio, era mais um entre os diplomados na Faculdade de Direito local e testemunhava a amplitude dos colaboradores de *A Ordem*, posto que anteriormente,

nos anos 1920, fora aliado do modernismo paulista, e na própria revista católica reproduziu essa orientação. Atento aos pareceres literários mais que à propaganda, alguns dos lançamentos por ele criticados foram: *Libertinagem* (1930), de Manuel Bandeira; *Pássaro cego* (1930), de Augusto Frederico Schmidt; *Alguma poesia* (1930), de Carlos Drummond de Andrade; *Poemas* (1930), de Murilo Mendes; *Remate de Males* (1930), de Mário de Andrade; *Cabocla* (1931), de Ribeiro Couto; e *O país do carnaval* (1931), de Jorge Amado. Numa rara incursão pelo temário ideológico, quando tratou de *Maquiavel e o Brasil* (1931), de Octávio de Faria, seu antecessor em *A Ordem*, Dantas condenou a agitação antiliberal e anticomunista típica dos católicos e manifesta na obra de Faria³⁶.

Mário de Andrade, por sua vez, estreou no *Diário de Notícias* em 1939, assinando “Vida literária”. Àquela altura, já consagrado como líder modernista paulista, ele vinha morar no Rio de Janeiro após o desmonte do projeto do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. Em torno de sua presença na capital, armaram-se debates sobre o balanço do modernismo e acirrou-se, na crítica, certa polarização entre uma vertente “estética” (que Mário, em minoria, desejava representar) e outra “ideológica” (majoritária regionalmente, embalada pelos católicos). Foi a esse elemento que atentou Lafetá (2000) quando indicou, entre os quatro casos por ele estudados, apenas em Mário a vigência de um “projeto estético”. Também não custa lembrar que, desde a década anterior, o escritor trabalhava pela expansão nacional do modernismo paulista. Mas na capital do país encontrava resistência. A cisma literária entre os representantes de 1922 e os cariocas se centrava em alguns tópicos, a exemplo da tese primitivista do Movimento Pau-Brasil. Frente a ela, Athayde acusou a vigência de um suposto regionalismo urbano paulista³⁷, enquanto os escritores se viam como a própria expressão da multiplicidade

³⁶ “O que repugna ao sr. Octávio de Faria não é a ideia de ditadura, nem a supressão da liberdade de pensamento. É a ideia de uma determinada ditadura e a supressão da liberdade de um determinado pensamento. Tanto que para evitar a ditadura e a supressão que lhe desagradam ele proclama a necessidade de se suprimir desde já a liberdade de pensamento, instaurando-se ‘ipso-facto’ desde já um regime ditatorial, pois este que temos não basta ao sr. Octávio de Faria e aos que pensam como ele. Contra uma ditadura, outra ditadura: a inevitável incoerência dos antiliberais.” (DANTAS, 1931f: 317).

³⁷ Veja-se como exemplo o texto “Atualidades”, reunido em *Estudos* (1927), em que Athayde critica Mário de Andrade pela afinidade deste com a poesia de exportação, além das experiências dos modernistas de São Paulo com o circo: “O falso, o artificial, o errado é ficar no ‘primitivo’, é mutilar a nossa dualidade fundamental. E pior ainda se essa parcialização é produto de um mimetismo. É consequência de uma moda passageira. Esse é o perigo. O circo é uma moda. Amanhã o circo passa de moda e os cem modernistas de S. Paulo passam em bloco a frequentar as fábricas porque a moda será o trabalho manual e o operário X tomará o lugar do palhaço Piolim. [...] Não somos simples

da cultura nacional. Outro tema foi o catolicismo, tendo em vista que partiu de Mário e dos paulistas, essencialmente, a denúncia da crítica católica. E ainda houve atrito acerca da ideia, nutrida pelos modernistas, de que a inventividade estética seria uma prerrogativa de São Paulo, imputando ao Rio de Janeiro um desvio conservador. Subjacente às querelas, revelavam-se as posições relativas de intelectuais situados em pontos afastados do campo literário nacional, em franco processo de disputa.

O embate de Mário com a figura central do campo carioca ficou claro no ensaio “Tristão de Athayde”³⁸, em que ele abriu polêmica com a guinada religiosa de Alceu, chegando a afirmar que o país teria perdido “um excelente crítico literário, apesar dos defeitos, excelente; ganhamos um pensador católico”. E que, ademais, “toda crítica dotada de doutrina religiosa ou política é falsa, ou pelo menos imperfeita. [...] Há um contraste insolúvel entre os detalhes duma religião ou sistema político e a criação artística” (ANDRADE, 1974: 10). Completava:

Os estetas católicos se esforçarão em falar que não há. Há. Há desde início, por ser impossível estabelecer a medida justa em que a criação passe a pecado. [...] Quem quer que tenha seguido a evolução de Tristão de Ataíde através dos cinco volumes de *Estudos*, notará desde logo que, de crítico literário, ele vai gradativamente passando a comentador de ideia gerais. Essa mudança veio em função do próprio catolicismo que aceitou em meio caminho. E é também uma prova da contradição que existe entre a Arte e a crítica sectária. [...] Como crítico literário, Tristão de Ataíde sofria dos defeitos por assim dizer já tradicionais na crítica literária brasileira desde Sílvia Romero. [...] Outros defeitos da crítica literária de Tristão de Ataíde são a quase dolorosa incompreensão poética; a conversão sistemática de todos os nossos valores individuais e movimentos a fenômenos de mera importação; e, o que é pior, a sujeição das opiniões artísticas à *cour d'amour* europeia. [...] Por todos esses defeitos tradicionais, a crítica literária de Tristão de Ataíde já se ressentia duma tosquidão esboçadora muito grave, duma falta de sutileza de análise, que a entrada do Catolicismo só veio aumentar. (ANDRADE, 1974: 7-9).

formadores de nacionalidade. Cada um de nós que caia em si. Que faça bem o seu exame de consciência. Faça-o Mário de Andrade, a quem não preciso acrescentar adjetivos, pois dele já tenho dito o bastante para que saibam que, por mais atacado que seja, por mais ‘prejudicial’ que seja por ele julgada a minha crítica, nada disso alterará o que penso a seu respeito [...]. Se tenho a dizer que está perturbando o seu talento e a sua excepcional originalidade com imitações de modas estranhas, digo-o porque devo dizê-lo. [...] O circo é o regionalismo urbano. E como o regionalismo rural não esgota a nossa alma, — não pode também o Piolim fazer o mesmo. [...] Bem sei que é isso, em parte, o que está fazendo o nosso modernismo [...]. E o ‘primitivismo’ paulista, se insistir em ver apenas nos circos de cavalinhos das cidades o elemento natural, espontâneo, total de nossa arte, arrisca-se a ficar apenas na literatura regionalista urbana, como há cinquenta anos se ficou na literatura roceira. Que o façam alguns, está muito bem. Que o circo seja um elemento de originalidade local, ninguém o pode negar. Que seja mais frutuoso para um artista nosso ir ao circo do que ir ao Municipal, de acordo. Mas que a nossa melhor inteligência nova se esforce em ficar nisso, porque convencionalmente, dogmaticamente, *devemos ser primitivos*, é fazer apenas academismo às avessas. Demagogia literária.” (LIMA, 1927: 61-64).

³⁸ Datado de 1931, foi publicado em livro em 1943, em *Aspectos da literatura brasileira*.

Álvaro Lins, ao comentar *Aspectos da Literatura Brasileira* (1943), alinhava-se a Athayde, rebatendo Mário:

Deixei para o fim o ensaio mais perigoso do volume, o que se intitula 'Tristão de Athayde'. A despeito do título, versa menos sobre o crítico dos *Estudos* do que sobre o catolicismo no Brasil. O nome de Tristão de Athayde vem como um pretexto, como um a-propósito. E torna-se evidente a injustiça com que o Sr. Mário de Andrade trata o seu adversário de ideias. Como falar, por exemplo, da 'quase dolorosa incompreensão poética' de Tristão de Athayde quando nos lembramos dos seus artigos sobre Augusto Frederico Schmidt, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes e o próprio Mário de Andrade? Não vejo também como a sua conversão ao catolicismo tenha aniquilado as faculdades de crítico. E agora fico a pensar: não será o sr. Mário de Andrade, com este ensaio de 1931, o responsável por este erro de visão, que a preguiça mental transformou em clichê: o de que o católico arruinou o crítico, em Tristão de Athayde? (LINS, 1946: 162).

O principal aliado modernista de Mário de Andrade, no Rio de Janeiro, foi Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Ele era paulista, mas vivia na capital desde 1921, onde se formou em direito e atuou como uma espécie de embaixador do modernismo de São Paulo, a cujo grupo era vinculado desde a primeira juventude. Enquanto os críticos do Rio de Janeiro pouco falaram, nos jornais, sobre a primeira fase do movimento de 1922, Sérgio trabalhou pela difusão de *Klaxon*³⁹ entre a intelectualidade carioca, publicou artigos em defesa do "futurismo paulista" em periódicos como *O Mundo Literário*⁴⁰ e, mais tarde, veio a galgar postos dirigentes na elite do funcionalismo público e no incipiente sistema universitário brasileiro.

A sintonia entre ele e Mário é confirmada pela leitura da correspondência de ambos, organizada por Monteiro (2012). Nela, nota-se uma liderança do poeta sobre Sérgio durante os primeiros anos do modernismo, numa relação que depois se equilibrou, tendo em vista o prestígio que este conquistou no meio intelectual. Foi nessa etapa de maturidade que Sérgio ingressou na crítica de rodapé, mantendo-se nela como bissexto. Ele ocupou a seção "Vida literária" no *Diário de Notícias* em 1940,

³⁹ Editada em São Paulo entre 1922 e 1923, a revista *Klaxon* foi plataforma da primeira fase do modernismo. A ela, seguiram-se as revistas *Ariel* e *Terra Roxa*, também paulistas, e finalmente, entre 1924 e 1925, a revista *Estética*, no Rio de Janeiro, por iniciativa do próprio Sérgio Buarque de Holanda, em parceria com Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas).

⁴⁰ *O Mundo Literário* circulou entre 1922 e 1926, como uma publicação mensal ligada à editora carioca Leite Ribeiro. Nela, Sérgio Buarque de Holanda assinou a seção intitulada "S. Paulo", de onde publicava textos de propaganda aberta do modernismo paulista e, por consequência, de combate aos passadistas, muitos dos quais residentes no Rio de Janeiro. Sobre o mensário, consultar Luca (2017).

substituindo Mário, e em outra passagem curta no fim da década. Depois, transferiu-se para o *Diário Carioca* no ápice da influência literária deste jornal (década de 1950), e para o suplemento literário d' *O Estado de São Paulo*. Sua crítica, em geral erudita, manteve-se desconectada da doutrina católica, além de ter sido associada ao modernismo e ao ofício de historiador⁴¹.

Em torno de Mário e de Sérgio, delineou-se aos poucos uma polarização entre críticos cariocas e escritores modernistas paulistas que pode ser descrita na metáfora dos profetas e dos bandeirantes. Vinculados em sua maioria à militância católica, os primeiros tinham a seu favor a importância literária da capital, que os firmava enquanto árbitros respeitados. Já os segundos buscavam compensar essa desvantagem relativa ligando-se aos planos da elite local e ao que de mais dinâmico ela patrocinava em literatura, o modernismo⁴². Complementarmente, Gomes Júnior (2011) e Candido (2012b) observaram esse processo, este comentando o percurso de Sérgio Buarque de Holanda “entre duas cidades”⁴³ e aquele destrinchando a disputa existente entre “entre os dois polos do campo intelectual e artístico”⁴⁴.

⁴¹ Sobre a trajetória familiar e profissional de Sérgio Buarque de Holanda, e sobre sua crítica literária, consultar Moraes (2016), Serrano (2016) e Jackson e Moraes (2021).

⁴² “Não serão poucas as vezes em que os paulistas serão vistos, ou verão a si próprios, como ‘bandeirantes’ do espírito, anunciadores da boa-nova da arte moderna.” (MONTEIRO, 2012: 174).

⁴³ “Teria levado para o Rio alguma coisa que ser considerada contribuição de São Paulo? Para responder com certa segurança, vale a pena caracterizar a participação discrepante das duas cidades no Modernismo, começando por lembrar que naquele tempo o Rio era de longe a cidade culturalmente mais importante do Brasil, a que consagrava os escritores, a que possuía traços cosmopolitas, enquanto São Paulo ainda era bastante provinciana, meio à margem da vida cultural, apesar do progresso econômico acelerado. No entanto, o Modernismo surgiu aqui, não lá, e foi aqui muito mais radical. Falando em termos de concepção estética, São Paulo era provinciana mas foi demolidora, enquanto o Rio, muito mais ‘em dia’, foi conservadora. É, sem dúvida, um curioso paradoxo. [...] Qual a razão dessa disparidade? [...] em São Paulo havia relativamente pouca tradição literária e escassez de instituições culturais fora da Faculdade de Direito, ponto de encontro de todo o Brasil. Portanto, não havia muita coisa para conservar e respeitar, de modo que a demolição literária encontrava pista livre. No Rio, ao contrário, havia não apenas um equipamento cultural considerável, que datava de pelo menos cem anos, mas a vida literária e artística era densa, ocupando o espaço com um volume que impunha acatamento e tolhia o eventual ânimo demolidor. Daí uma renovação atenuada. Isso posto, volto à pergunta: Sérgio Buarque de Holanda levou para o Rio alguma contribuição paulista? Creio que levou a consciência dessa diferença, que ele exprimia pela tomada de posição a favor da radicalidade manifestada na Semana de Arte Moderna.” (CANDIDO, 2012b: 14-16).

⁴⁴ “Havia sem dúvida uma questão de disputa entre os dois polos do campo intelectual e artístico que se formava. O Rio de Janeiro era a capital cultural, de longa data, costurada por instituições, grupos, rotinas e, sobretudo, por ser a cabeça do corpo político, o maior contratador de letrados e demandante de operações simbólicas. Havia sem dúvida uma esfera pública intelectual e artística no Rio de Janeiro. [...] São Paulo era ainda uma província, onde o barulho do modernismo de 1922 dava a falsa impressão de que a cidade tinha lastro cultural, mas tudo nela era por demais improvisado. [...] A face mais estridente do modernismo veio de São Paulo, onde foram dados os primeiros passos. Pode-se dizer que o caráter secundário da cidade e sua fraca articulação interna foram solo fecundo para que a vertente mais radical prosperasse. É interessante notar que, por motivos relativamente aleatórios, os vínculos dos paulistas com os cariocas, que já existiam antes da Semana — sobretudo a sintonia entre Mário e Bandeira —, estreitam-se mais ainda com a transferência de Sérgio Buarque de Holanda (por

No polêmico texto “O lado oposto e outros lados” (1926), situado em meio à divisão do modernismo, Sérgio atribuiu a Athayde uma ideologia construtivista que seria oposta à ala mais radical do modernismo. Aproximando-se de Oswald, ele contestou inclusive Mário, afirmando que “os pontos fracos nas suas teorias estão quase todos onde elas coincidem com a ideias de Tristão de Athayde” (HOLANDA, 1996a: 227). Na réplica, o crítico carioca publicou “Construtivismo e destrutivismo” (1927), artigo em que acusou Sérgio de fazer caricatura das suas ideias. Estavam, o profeta e o bandeirante, situados em lados opostos:

O sr. Buarque de Holanda concede-me a honra [...] de ser o principal culpado de uma coisa chamada — ‘construtivismo’. O construtivismo, a seu ver, é um mal arquitetônico, um mal estático, um mal disciplinado, um mal intelectualista, que eu, e meus companheiros de culpa, importamos diretamente da Action Française, de Maritain, de Massis, de Benda, de Eliot, etc. [...] Este o libelo acusatório. Que não é a primeira vez nem será a última, espero, que me seja lançado. [...] Em primeiro lugar, eu penso que o sr. Buarque de Holanda, que é dos modernos um dos mais realmente modernos, isto é, que não admite partilhas, se deixou levar demais pela necessidade de estabelecer barricadas. [...] Assim como quem diria — ‘o apostolado modernista é meu: seu é o lado oposto passadista’. Felizmente, não li ainda na pena do sr. Buarque de Holanda esse execrável — passadista. Creio que ele é moderno demais para empregá-lo. [...] Mas no fundo é o fato entre nós. O que o sr. Buarque de Holanda quer é reivindicar o bastão de orientador do verdadeiro modernismo. Como nunca o pretendi, peço-lhe que o peça ao sr. Graça Aranha ou a outro da nossa esquadra *acadêmico-modernizante*. Se acaso o vislumbra entre os meus dedos é que positivamente está em estado de alucinação amigável. E aconselho repouso para os olhos. Pois é sempre perigoso ver-se o que não existe. [...] Foi, portanto, acima de tudo, o desejo de se isolar, de se restringir, de se separar que levou o sr. Buarque de Holanda a essa distinção radical de tendências. [...] Quem se isola limita-se. [...] Mas se assim lhe desagrade a companhia, faça-lhe a vontade. Passo para o lado oposto. Estará livre assim para ser livre. Sem o pesadelo do construtivismo. (LIMA, 1927: 193-194).

O crítico mais importante da década de 1940, porém, foi Álvaro Lins (1912-1970), que era pernambucano e engrossava a fileira dos católicos nos jornais, ainda que com uma dicção diferenciada. Lins nascera no município de Caruaru, em uma família de antigos senhores de engenho empobrecidos. Filho único, órfão de pai e de mãe antes dos dezoito anos, ainda adolescente ele passou a ser criado pelo avô no Recife, onde depois ingressou na Faculdade de Direito e acessou postos no jornalismo e na política. Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1940, ele acumulava

razões familiares) em 1921. [...] Fica claro que o polo dinâmico paulista abre uma cunha no coração do mais importante ambiente literário carioca e mesmo nas imediações do clã ao qual pertencia Alceu e no qual este se firmava, com uma excelente dicção, como o maior expoente crítico.” (GOMES JÚNIOR, 2011: 119-120).

trajetória política no Nordeste e possuía um leque de relações que facilitou sua recepção na cidade, especialmente por parte do grupo de escritores da livraria José Olympio. Por sinal, foram dois amigos nordestinos e autores da casa, Gilberto Freyre e José Lins do Rego, que o indicaram para instaurar o rodapé “Jornal de crítica” (inicialmente, “Crítica literária”) no *Correio da Manhã*, espaço em que se notabilizou fazendo a crítica semanal por quase dez anos.

Bolle (1979) observou a importância que a origem pernambucana teve para a projeção nacional do crítico:

Álvaro Lins teve uma intensa vida jornalística, com artigos espalhados em jornais do país inteiro. [...] Mas não é só o fato de ser jornalista e estar amparado por uma ‘técnica de imprensa’ que lhe assegurou notável difusão dos escritos: o seu deslocamento geográfico — um crítico militante pernambucano que se muda para o Rio de Janeiro — propiciou um alargamento de influência no Sul do país, sem com isso diminuir sua influência no Nordeste, onde tinha um mercado leitor já conquistado. [...] Álvaro Lins continuou até o fim um crítico porta-voz da posição nordestina [...], com a sua verve, a sua riqueza de expressão fundada em velha tradição, o temperamento polêmico. Assim, era um crítico atuante no Sul, ao mesmo tempo que um crítico da Metrópole estendendo a sua influência no Brasil inteiro, sobretudo no Nordeste. (BOLLE, 1979: 44-45).

Naquele momento, poucos obtiveram um reconhecimento tão elevado na condição de crítico profissional, isto é, de escritor dedicado permanentemente à vigilância e ao julgamento da literatura, com autoridade para tal⁴⁵. Preenchendo os requisitos da crítica de rodapé clássica e dialogando com os atributos do impressionismo, Lins entrou nesse universo numa etapa em que Athayde havia se deslocado para a “crítica de ideias” e na qual faltavam escritores que estruturassem projetos de fôlego nos jornais. Em consequência, seu poder de arbitragem foi bastante reconhecido. Em 1946, por exemplo, Antonio Candido o definiu como um “crítico puro”, a “maior autoridade em crítica literária” e o “mais crítico de todos”. Otto Maria Carpeaux, antes, o chamara de “crítico nato”. E mesmo futuramente, ele receberia de escritores como Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto apelidos grandiloquentes como de “imperador da crítica” e “reitor das letras brasileiras”⁴⁶.

O que se via, ao redor do seu caso, era a reafirmação da própria crença na crítica literária como um gênero superior e de função criadora. Conforme ele explicou:

⁴⁵ “Álvaro Lins foi o que se poderia chamar de crítico profissional: não um crítico de circunstância ou das horas vagas, mas uma personalidade em que confluíam o jornalista, o político e o professor, sob a égide do crítico.” (BOLLE, 1979: 9).

⁴⁶ Cf. Lins (1947); Bolle (1979); Brasil (1985).

Quando se exige de um crítico que seja também um criador, esta exigência não significa que lhe estejam a pedir que componha poemas ou romances. Dentro da mais pura e da mais estrita atividade crítica existe uma função criadora. A criação do crítico lhe vem da possibilidade de levantar, ao lado ou além das obras dos outros, ideias novas, direções insuspeitadas, novos elementos literários e estéticos, sugestões de bom gosto, sistematizações, esquematizações, quadros de valores. Crítica num tríplice aspecto: interpretação, sugestão, julgamento. É neste sentido que um crítico pode ser um criador e o mestre da crítica, Sainte-Beuve, o foi. (LINS, 1941: 11).

Nesse caminho, Lins foi frequentemente equiparado a Athayde em nível de consagração. Roberto Alvim Corrêa, por exemplo, ao abordar a primeira série em livro de *Jornal de Crítica*, disse:

Jornal de Crítica é um dos três ou quatro livros importantes destes últimos anos e do ponto de vista da crítica o mais significativo desde os célebres *Estudos* do Sr. Tristão de Athayde, de quem, até certo ponto, o Sr. Álvaro Lins é o continuador. Tem ele algumas de suas qualidades e vai realizando o mesmo gênero de crítica profissional em um grande jornal. Múltiplos são os serviços que ambos vêm prestando à história da literatura e da vida intelectual do país. (CORRÊA, 1948: 217).

A mesma linha seguiu o crítico paulista Antonio Candido, no texto de 1946:

[Álvaro Lins] tem prestado, nestes últimos sete anos, um serviço apenas comparável ao do sr. Tristão de Athayde, no decênio de Vinte, e o de José Veríssimo, no começo do século. Como estes predecessores ilustres, o sr. Álvaro Lins tem sido o principal fator para a manutenção, entre nós, de uma elevada compreensão da crítica, num trabalho constante e pertinaz de apoio e interpretação do movimento literário. Não quero dizer que seja o ‘melhor’ crítico brasileiro, porque estas questões não têm sentido. [...] O que não há dúvida é que [...] ele é o ‘mais’ crítico, o único que não interrompe a atividade, que não a cultiva incidentalmente, que não se cansa de criticar — e isto vale dizer que é, de todos, o que mais consciência revela da sua missão, encontrada pelos outros em setores diferentes: história, política, filosofia. (CANDIDO, 1947: 19-20).

Para encarnar o papel do impressionista aclamado, Lins mobilizou aspectos da crítica católica, relacionou-se com o grupo de romancistas e escritores regionalistas e, acima de tudo, conferiu importância redobrada ao jornal como lócus para a criação e a difusão da “alta literatura”. Deve-se lembrar que sua formação escolar havia ocorrido no Colégio Salesiano do Recife e que, durante a juventude, o pernambucano chegou a militar nas alas mais radicais da Igreja Católica, endossando o Integralismo. No Rio de Janeiro, contudo, sua postura se moderou, já refletindo a nova conjuntura da década de 1940, em que primava o *aggiornamento* católico. Assim, ao passo que

foi um intelectual cristão e que confirmou a hegemonia dessa tendência, Lins buscou, no interior dela, afirmar uma voz própria, em tese mais distanciada do proselitismo. Junto a isso, ele defenderia a autonomia da literatura como um ideal, tentando separar, em seus textos, os temas literários dos assuntos religiosos e políticos, dentro de um enquadramento metodológico que ele mesmo respeitou apenas em parte.

Ao jornalismo, sua fidelidade foi integral. A produção crítica de Lins marcou-se pelo ritmo da imprensa e toda a sua obra se desenvolveu nos rodapés. Os livros, em regra, vieram depois e juntando os artigos de jornal, como no caso das sete séries de *Jornal de Crítica* — todas editadas pela José Olympio, exceto a última. Ele não media palavras para declarar o seu “amor” ao periodismo e para enaltecer, no interior deste, a modalidade que designava como “superior”, e que seria contraposta à variante “comercial”. Àquela, ligava-se a “alta literatura”; a esta, a “literatura de *best seller*”. O crítico qualificado deveria se filiar à primeira tradição:

Com o desenvolvimento e a estandardização da imprensa, os escritores — os intelectuais de uma certa classe — começaram a ver no jornalista o homem de um simples momento que passa, o comentador superficial de assuntos efêmeros, o intérprete da publicidade dos poderosos ou da opinião pública. Eu tenho motivos para duvidar da justiça desse julgamento sumário. É certo que o jornal transigiu, em muitos pontos, com as necessidades e as imposições menos razoáveis do mundo moderno. Mas também é certo que o livro, sem as mesmas razões justificativas, operou transigências ainda mais condenáveis. A literatura industrial de *best-sellers* representa um fenômeno muito mais degradante do que o do jornalismo que se corrompe ou se rebaixa. Mas da mesma maneira que a verdadeira literatura subsiste acima da literatura de *best-sellers*, também ao lado do jornalismo de simples publicidade continua a existir o verdadeiro jornalismo, aquele que Barrès, para se incluir nele, gostava de chamar ‘le journalisme supérieur’. Este jornalismo existe em todos os grandes órgãos de imprensa. Existe na orientação de certas colunas que se tornam respeitadas pela sua inteligência ou pela sua honestidade. Existe em artigos assinados que são, às vezes, páginas clássicas da literatura. Para só falar no que se poderá chamar ‘o jornalismo superior’, capaz de constituir um argumento de defesa de todo um ofício. Pessoalmente, falaria de muito mais porque estimo o jornal em todas as suas páginas [...]. É que meu sentimento diante do jornal se exprime todo como um sentimento de amor. Confesso que tenho uma formação de jornalista, título que continuo a escrever ou a pronunciar sempre que me exigem uma declaração de ofício. (LINS, 1941: 224-225).

De posse dessas ferramentas, a liderança de Lins no meio carioca tornou-se pouco questionável, assim como havia sido antes a de Athayde. Os dois, na realidade, passaram a compartilhar a arbitragem do espaço literário na condição de figuras proeminentes, ainda que guardassem diferenças de origem social, de estilo e disputassem entre si.

Outros críticos entraram em cena na década de 1940, a exemplo do austríaco Otto Maria Carpeaux (1900-1978), que foi titular tanto no *Correio da Manhã* como em *O Jornal*, além de ter publicado artigos numa miríade de folhas e revistas. Ele havia chegado ao Brasil em 1939, exilando-se após a anexação da Áustria pelos nazistas, na Segunda Guerra Mundial. No país, residiu inicialmente no Paraná, depois em São Paulo e fixou-se no Rio de Janeiro em 1941. Sua formação universitária era ampla, em cinco áreas distintas, o que deu resultado em uma crítica de forte viés filosófico e voltada aos temas gerais da literatura mundial⁴⁷. A *História da Literatura Ocidental*, em oito volumes, foi sua obra prima; já os artigos de jornal foram reunidos em seis títulos: *A cinza do purgatório* (1942), *Origens e fins* (1943), *Retratos e leituras* (1953), *Respostas e perguntas* (1953), *Presenças* (1958) e *Livros na mesa* (1960), parte deles editado pelo Ministério da Educação e Cultura, ao qual o crítico vinculou-se na condição de diretor da biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia.

É importante frisar que Carpeaux foi recepcionado no meio intelectual brasileiro por Álvaro Lins. Eles mantiveram correspondência durante o ano de 1940, e foi com a garantia do emprego no *Correio da Manhã* que o austríaco se transferiu à capital. A partir de então, os dois atuaram como aliados por muitos anos, numa relação mutuamente rentável: de um lado, a chefia de Lins era chancelada por um alentado crítico europeu, com pretensão enciclopédica; de outro, este obtinha oportunidades para se inserir no jornalismo local, apadrinhado pelo colega. Em testemunho, podemos olhar o artigo “Um novo companheiro”, no qual Lins apresentava Carpeaux na véspera da estreia deste como crítico regular no Rio de Janeiro:

No dia 16 de março de 1938, um escritor austríaco deixava sua pátria, cinco dias depois da invasão nazista. Mais um episódio de exílio que começava neste longo e interminável martírio da inteligência sobre a terra. É verdade que este escritor, austríaco de nascimento, ampliara, pelo espírito, a sua pátria: tornara-se um escritor europeu e universal. O exílio, contudo, também ampliara os seus círculos morais: tornara-se um fenômeno de todos os homens em todas as terras. O escritor que abandonou o seu país, numa fuga perigosa e cheia de aventuras, continua, assim, em exílio, apesar da universalidade do seu espírito. [...] O seu caminho de exílio foi longo: Itália, Suíça, Bélgica. Depois, por uma intervenção do papa Pio XII, o Brasil. Em setembro de 1939, entrava em nossas fronteiras. [...] O escritor austríaco a que estou me referindo começará a escrever amanhã no *Correio da Manhã*,

⁴⁷ É o que ele mesmo definiria como uma crítica mais interpretativa do que judicativa, considerando a segunda modalidade como característica do impressionismo. Comparando-se a Álvaro Lins, ele afirmou: “Entre amigos — e sou amigo do Sr. Álvaro Lins — não há segredos; não lhe oculte as minhas dúvidas acerca do conceito de crítica judicativa, que ele exerce, preferindo eu os processos interpretativos.” (CARPEAUX, 1985: 93).

sob pseudônimo de Otto Maria Carpeaux. Porque conheço este escritor — sou talvez o único dos seus colegas brasileiros a conhecê-lo de perto — estou certo que a sua atuação, na nossa vida literária, vai constituir um acontecimento de excepcional significação. Tenho diante de mim as cartas que me escreveu de São Paulo, um caderno de notas pessoais, os seus primeiros artigos para o *Correio*. Todos estes documentos revelam, ao mesmo tempo, um homem e um escritor; um homem, moralmente muito forte, em harmonia com um escritor, intelectualmente muito poderoso. (LINS, 1943: 294-295).

Realçando os atributos morais do austríaco — que se naturalizou brasileiro em 1944 —, Lins reforçava que os “fundamentos da sua vida e da sua cultura são os da Igreja”, tendo em vista que a Áustria era “um país católico”. E insistia na defesa de sua acolhida no meio local:

Estou certo que a presença de Otto Maria Carpeaux no nosso meio literário significará uma nova corrente de vida, muito rica de sugestões, de ensinamentos, de afirmações morais e intelectuais. Mas gostaria, sobretudo, de vê-lo considerado pelos escritores brasileiros como um companheiro e um camarada. Ele, que poderia exigir um tratamento de mestre, aceitará, no entanto, este sentimento fraternal de união. E não será certamente um estrangeiro entre nós. [...] Tudo faz esperar, portanto, um perfeito entendimento entre Otto Maria Carpeaux e os escritores brasileiros. (LINS, 1943: 301).

Do outro lado, em sua obra, Carpeaux corroborou o poder de arbitragem do pernambucano, sendo mais um a desenhar em torno dele a imagem de um “crítico completo”, teoricamente posto acima dos interesses externos à literatura. Em “Álvaro Lins e a Literatura Brasileira”, ele realizou um balanço sobre o assunto:

O Sr. Álvaro Lins é crítico literário, e esta profissão exige qualidades. Não pretendo falar da inteligência do Sr. Álvaro Lins, uma das mais vivas que já conheci; nem do seu gosto literário, que o familiarizou com os mais altos e mais puros representantes das literaturas europeias, para ignorar sabidamente e intencionalmente os outros; nem da erudição do Sr. Álvaro Lins, que sabe escrever com igual competência sobre a filosofia platônica nos romances de Charles Morena, sobre a estrutura social da França [...], e sobre a administração pombalina no Brasil [...]. Qualidades que merecem admiração, sem provocar a curiosidade interpretativa. Não; falando do Sr. Álvaro Lins, falamos da sua coragem. A coragem do Sr. Álvaro Lins é implacável. [...] O Sr. Álvaro Lins não conhece partidos e não conhece *partis pris* senão em favor do partido dos inteligentes e dos honestos, sem consideração de origens, escolas, doutrinas. Tornou-se um homem fora e acima dos partidos. [...] O Sr. Álvaro Lins tem a coragem da independência. Essa independência dos partidos e dos dogmas partidários faz o Sr. Álvaro Lins indiferente a todo doutrinário. A crítica do Sr. Álvaro Lins é a menos doutrinária imaginável; parece até crítica impressionista. Mas é o impressionismo de um crítico que pode confiar no seu bom gosto. Não o impressionismo do passeador sorridente entre livros ‘engraçados’. [...] O Sr. Álvaro Lins segue o seu próprio caminho, exerce uma profissão que não

precisa aprender: é um crítico nato. (CARPEAUX, Otto Maria. “Álvaro Lins e a Literatura Brasileira”. In: BRASIL, 1985: 91-93).

Ainda observando os anos 1940, no Rio de Janeiro, devem ser registradas as presenças de Roberto Alvim Corrêa (1901-1983) e dos paulistas Plínio Barreto (1882-1958), Sérgio Milliet (1898-1966) e Antonio Candido (1918-2017).

O primeiro foi crítico titular em *A Manhã* entre 1942 e 1944, ocupando o rodapé “Crítica literária” que havia sido idealizado para outro escritor: Múcio Leão⁴⁸. Corrêa descendia da família Oliveira Castro, carioca e dotada de títulos nobiliárquicos; seu pai, Henrique Alvim Corrêa, pintor simbolista⁴⁹, morava na Europa desde 1892. Em decorrência disso, o crítico nasceu em Bruxelas, frequentou os ensinos escolar e universitário em Genebra, formando-se em Letras, e depois residiu em Paris, onde trabalhou nos ramos jornalístico e editorial. Com o selo Editions Corrêa, de que foi dono, ele travou contato e editou nomes da intelectualidade católica francesa, como Jacques Maritain, François Mauriac e Charles du Bos.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1936, esse trânsito entre os europeus mostrou-se um ativo importante. Corrêa lecionou literatura francesa em universidades públicas e privadas, colaborou em revistas e jornais e, na crítica, conservou um estilo convencional, basicamente católico, conservador e francófilo. A seleção de artigos publicados em *Anteu e a crítica* (José Olympio, 1948) demonstra isso. Entre os vinte e sete textos, sete pertencem à seção específica dos “Estudos franceses”; entre os poetas brasileiros, recebem atenção privilegiada os da geração espiritualista; e entre

⁴⁸ Na antevéspera da estreia de Roberto Alvim Corrêa como crítico titular, o jornal informava: “*A Manhã* tem o prazer de anunciar aos seus leitores que a partir de quinta-feira próxima publicará regularmente, todas as semanas, seu folhetim de crítica literária. Para assumir o posto de crítico literário deste jornal, foi convidado o ilustre escritor Roberto Alvim Corrêa, professor de literatura da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, que tem se notabilizado pela publicação de argutos e sólidos ensaios em diversos jornais e revistas desta capital [...]. Ao anunciar esta crítica literária semanal, indispensável numa folha essencialmente preocupada com os problemas da cultura nacional como é *A Manhã*, aproveitamos a ocasião para dar aos nossos leitores uma explicação que se impunha. Desde o nosso aparecimento, em agosto de 1941, devia exercer a crítica literária de *A Manhã* o nosso brilhante e dedicado companheiro Múcio Leão, da Academia Brasileira, que já exerceu com grande autoridade essas funções noutros órgãos da nossa imprensa. A Múcio Leão [...] tocou, entretanto, a tarefa principal de organizar o suplemento literário ‘Autores e Livros’. De tal modo o ocupou esse suplemento [...] que Múcio Leão não pôde nunca iniciar a sua crítica em *A Manhã*. [...] Tivemos, assim, que procurar um escritor que pudesse substituir Múcio Leão. E a escolha recaiu sobre Roberto Alvim Corrêa, que além das suas qualidades originais tem tantos pontos de contato espiritual com o nosso querido companheiro”. (“A crítica literária de ‘A Manhã’”. In: *A Manhã*. Rio de Janeiro: 05/01/1943, p. 3).

⁴⁹ Inspirado no pai, Corrêa escreveria também sobre artes plásticas, publicando artigos nessa área no *Correio da Manhã* entre 1945 e 1946.

os críticos nacionais, são celebrados, mais que todos, os “mestres” Tristão de Athayde e Álvaro Lins, ainda que Mário de Andrade também receba elogios.

Já os paulistas foram publicados em *O Jornal*, no *Diário de Notícias* e no *Diário Carioca*. Os três foram críticos de ponta em São Paulo, mas permaneceram por pouco tempo nas páginas cariocas. Plínio Barreto, bacharel em direito e veterano do jornalismo, era homem forte dentro d’*O Estado de São Paulo*, onde prestou variados serviços à família Mesquita e fez crítica de rodapé por quase quarenta anos. No Rio de Janeiro, seus artigos saíram entre 1942 e 1944 em *O Jornal* (rodapé “Livros novos”) como reproduções de textos originalmente publicados no *Diário de São Paulo*. Tendo ele comandado a *Revista do Brasil* entre 1916 e 1918, e acumulado uma trajetória militante no direito e na política, sua escrita comumente extrapolou os assuntos literários e acabou estigmatizada como passadista, por cuidar sobretudo da geração pré-modernista e da consagração dos membros da oligarquia local⁵⁰. A *Revista do Brasil* havia sido lançada em 1916 por iniciativa da diretoria d’*O Estado de São Paulo*, como uma publicação voltada a discussões culturais e políticas e que agregava uma gama ampla de colaboradores. Tratou-se, provavelmente, da edição mais prestigiada entre os intelectuais no período da Primeira República, sendo ainda, de acordo com Miceli (2012), um marco dentro da disputa de hegemonia pelos paulistas. Ao ocupar o cargo de redator-chefe nos anos iniciais da revista (que em 1918 foi adquirida por Monteiro Lobato), ao crítico cabia contatar e selecionar colaboradores, o que lhe proporcionou trânsito privilegiado e autoridade frente aos escritores da época.

É preciso notar que Barreto foi o mais constante crítico de rodapé em São Paulo entre as décadas de 1920 e 1930. Mas sua importância dificilmente se equívaleu à de Athayde. O feito “bandeirante” desse crítico ligou-se, antes, à orientação política que o levou a ser dirigente do PD e deputado constituinte pela UDN em 1946, do que ao vínculo com o modernismo ou com a universidade paulista. Enquadrado na corrente “liberal”, ele se opôs à militância católica na crítica, classificando como “abominável a

⁵⁰ “Não será tão grande [...] a importância do chamado movimento modernista.” (BARRETO, Plínio. “Tristão de Ataíde: Estudos”. In: CABRAL, 2009: 199). “[...] a teoria e a estética do modernismo encontraram retesadíssimas todas as cordas de sua resistência. O movimento de rebeldia literária e a legião inteira dos modernistas ortodoxos, a começar por seu pontífice, não lhe arrancaram na época duas linhas generosas de simpatia. [...] Não obstante, talvez de propósito, [...] não perde a oportunidade de colocar em evidência [...] derradeiros neoparnasianos de prestígio em São Paulo [...]. Poder-se-á alegar que a expressão retórica e discursiva [...] melhor se coaduna com o senso auditivo que o crítico tem da poesia, acostumado, no gênero, à declamação e à eloquência, com apelo mais ao sentimento que à razão” (PINHEIRO, 1975: 2).

doutrina de Jackson [de Figueiredo]. Contra ela revoltam-se a minha cultura, os meus pendores liberais, o meu temperamento, as minhas aspirações, a minha filosofia de vida” (In: CABRAL, 2009: 209). Entretanto, no modernismo, Tristão de Athayde foi mais reconhecido pelos escritores, mesmo com as disputas. Conformou-se um contexto em que a criação literária do movimento advinha de São Paulo, enquanto a arbitragem mais severa residia no Rio. Ou por outra, a vanguarda paulista obtinha divulgação de suas obras na capital, mas sempre de forma controlada.

Barreto mesmo costumou reverenciar Athayde como o maior crítico brasileiro de então:

O Sr. Tristão Athayde persiste no empenho de nos convencer, por palavras e por obras, que a crítica literária não é uma coisa absolutamente inútil nem um gênero inteiramente passivo. A nova série de estudos que deu a lume corrobora o que eu disse, há dias, nestas colunas, sobre o desenvolvimento da elite brasileira. É de ‘elite’ o escritor que faz crítica com a seriedade que o distinto jornalista pôs nos seus trabalhos e de ‘elite’ há de ser, forçosamente, o público que lê essas críticas. O êxito dos livros do Sr. Tristão Athayde, livros onde o sorriso é raro e a frivolidade uma surpresa desconhecida, diz bem o progresso espiritual de nossa gente. Dá testemunho de que adquirimos o gosto das ideias e perdemos o do palavreado ocioso. A sonoridade da frase já não basta para alimentar o nosso espírito. Queremos, também, a substância do pensamento. [...] A crítica, especialmente a que faz o Sr. Athayde, já exerce as suas funções, que constituem em esclarecer, em ajudar a compreender, em apanhar e fixar fisionomias e diretrizes. [...] Quando apareceu a primeira série desses *Estudos*, escrevi, nesta mesma seção, que o Sr. Tristão de Athayde pertence ao número restritíssimo de críticos de verdade [...]. A segunda série confirma esse juízo. [...] A filosofia do Sr. Tristão de Athayde coloca-o, no jornalismo, em um plano elevado, no plano em que, no jornalismo francês, se movem Alain, Rageot, Benda e alguns outros espíritos encantadores, amigos de arquitetar teorias e formular preceitos e senhores da arte de o fazer com elegância. [...] No Sr. Tristão de Athayde esse dom revela-se a todos instantes. (BARRETO, Plínio. “Livros Novos – Tristão de Athayde: *Estudos*”. In: CABRAL, 2009: 198; 200).

Em sentido inverso, Antonio Candido iniciava sua trajetória dispondo, já nos anos 1940, de credenciais que o distinguiam como um crítico integrante da nova geração. De um lado, era formado em ciências sociais na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e defendia certo aprimoramento da crítica literária como disciplina específica; de outro, destoava da média por ser um intelectual com posições políticas à esquerda (JACKSON e BLANCO, 2014; RAMASSOTE, 2013). Em 1941, ele fora projetado pela revista paulista *Clima*, que circulou até 1944 com repercussão nos meios intelectuais, principalmente paulista⁵¹ (PONTES, 1998).

⁵¹ “A revista *Clima* é sobretudo um órgão de combate intelectual criado por um grupo de amigos e contemporâneos dos bancos da faculdade, que buscavam conquistar espaço no campo intelectual em

Depois, fez crítica titular entre 1943 e 1945 na *Folha da Manhã* (SP), mudando-se na sequência para o *Diário de São Paulo*. Na capital do país, seu rodapé “Notas de crítica literária” foi reproduzido em *O Jornal* entre 1946 e 1947. Notavelmente, a parte mais decisiva da sua obra se desenvolveu a partir de *Formação da literatura brasileira* (1959) e da conformação do seu grupo de pesquisa no DTLLC/USP, quando reivindicou na crítica literária um método dialético e relacionado à sociologia, mas que defendia a autonomia relativa do objeto literário. Assim mesmo, a passagem pelos rodapés contribuiu para firmar seus primeiros “fundamentos metodológicos, posturas doutrinárias, critérios estéticos e desafios analíticos” (RAMASSOTE, 2013: 254), dando ao então cientista social visibilidade literária.

Sérgio Milliet, por sua vez, foi o crítico mais atuante em São Paulo na década de 1940 e em parte da década de 1950, quando assumiu, nos rodapés, uma posição mais ou menos análoga à de Álvaro Lins no Rio de Janeiro, embora diferindo na origem social, afiliação intelectual e trajetória. Escritor modernista e membro da elite local, Milliet havia se formado em ciências econômicas e sociais em Genebra, na Suíça, e acumulava um percurso pelos domínios da poesia e do romance, do ensaio sociológico (trabalhando em frentes como a Escola Livre de Sociologia e Política e o Departamento Municipal de Cultura), e por fim, da crítica. Nesta, assinou o rodapé “Diário crítico” d’*O Estado de São Paulo* por muitos anos e colaborou, ora semanal, ora mensalmente, para o *Diário de Notícias* (RJ) e para o *Diário Carioca*, entre 1945 e 1948. Milliet chegou a ser visto por muitos como o “sucessor natural” de Mário de Andrade na representação do campo cultural de São Paulo — sinal de sua importância (MARTINS, 1978).

Em comum, Milliet e Lins consideravam a crítica um gênero criador, legitimando o impressionismo⁵². O paulista foi inclusive além de Lins no paralelo entre a crítica

geral, e na hierarquia universitária em particular. Tratava-se de uma revista de cultura produzida fora dos muros acadêmicos justamente pela nata mais promissora das primeiras turmas de diplomandos. Por essas razões, *Clima* é, sob diversos aspectos, a expressão do caldo de cultura acadêmica que estava germinando na universidade paulista, sob a direção dos professores estrangeiros e, secundariamente, serviu para impulsionar as carreiras de alguns dos futuros catedráticos dos anos 50 e 60.” (MICELI, 2001: 129).

⁵² “Ora, obra de criação é toda obra que constrói, seja ou não de ficção, seja ou não subjetiva. [...] Assim como o operário trabalhando diretamente contra a coisa faz de um pedaço de ferro uma enxada, o lavrador com essa enxada cria uma cultura, o negociante com o produto dela ergue um edifício comercial, o economista arquiteta uma teoria explicativa dos diferentes processos em ação e com os conceitos do economista, o filósofo constrói uma doutrina moral. Todos [...] são criadores. E com muito mais razão o crítico, com sua visão de conjunto, sua análise e suas objeções.” (MILLIET, 1981a: 115). “[...] a crítica pode valer por si mesma, como peça literária, e também pelos problemas que coloca, por

literária e a arte. Valendo-se do fato de ser escritor e poeta (predicados que o pernambucano não detinha), ele propôs, por exemplo, que “a poesia requer de quem a lê — e em particular de quem a critica — uma receptividade específica que só a um pequeno número foi dada. O crítico de poesia não deve ser propriamente crítico, e sim poeta. Realizado ou não” (MILLIET, 1982c: 202). Ambos foram críticos em jornais fortes, por períodos longos, contaram com o suporte de editoras (Martins e José Olympio, respectivamente) e lançaram em livros os seus rodapés: *Diário Crítico* (dez volumes, de Milliet) e *Jornal de Crítica* (sete séries, de Lins). Logo, houve uma ação premeditada de agentes dos campos paulista e carioca para consagrá-los, mas foi o pernambucano/carioca quem obteve maior projeção nacional. A rigor, eles estavam em posições opostas no campo literário, considerando que Milliet era um dirigente das instituições estruturadas pelo mecenato paulista e um crítico cético, ao passo que Lins, católico, era homem forte do jornalismo e do meio editorial cariocas. A prova disso é que encararam de maneiras discrepantes o modernismo. Tardiamente, Milliet foi o crítico modernista fincado na grande imprensa que até então São Paulo não tivera, considerando menor a figura anterior de Plínio Barreto; Lins, em oposição, tentou relativizar o legado do movimento. Outra diferença entre os dois ocorreu a respeito dos julgamentos literários. Ao contrário de Lins, que era favorável à crítica judicativa, Milliet considerava que os críticos não tinham “o direito de se tornarem as palmatórias do mundo das letras” (MILLIET, 1982b: 187).

Quando comentou as duas primeiras séries de *Jornal de Crítica* (1941/1943), em *Diário Crítico* (1944), Milliet de largada asseverou que “um bom crítico” seria, “em virtude mesmo da sua capacidade de penetração, e de entendimento, em virtude de sua inteligência, um cético”. Daí, concedeu: “Álvaro Lins é católico e é cético” (MILLIET, 1981a: 32). Em seguida, repreendeu a falta de uma “seleção mais severa” entre os rodapés editados pelo pernambucano, bem como apontou as “ligações com o espaço e o tempo” (leia-se: a política) como a razão de certo lapso judicativo

tudo que sugere a favor ou contra a obra criticada. A crítica vale em suma como pretexto para uma conversação inteligente.” (MILLIET, 1981d: 164).

daquele⁵³. Lins, de sua parte, chegou a afirmar que Milliet seria melhor ensaísta do que crítico⁵⁴, e contestou a interpretação deste sobre a Semana de Arte Moderna:

[...] outro exagero generoso, estou certo que é o do papel que atribui à *Semana de Arte Moderna* de 1922, ao dizer: '1922 é um marco da nossa história literária'. É certo que o movimento modernista representa um marco da nossa história, mas não o movimento que o sr. Sérgio Milliet restringe a uma só manifestação e a um só espírito. A renovação das letras brasileiras nos últimos vinte anos apresenta um caráter muito mais generalizado, muito mais complexo, muito mais dividido. Houve vários movimentos simultâneos, mas não uniformes, dentro da *Semana de Arte Moderna*. A história irá verificar e examinar depois os pequenos núcleos renovadores e até as figuras isoladas que contribuíram para o surgimento e o desenvolvimento da nova literatura brasileira. E talvez que se venha chegar à conclusão de que o movimento mais fecundo não tenha sido o da *Semana de Arte Moderna*. O que não quer dizer, por outro lado, que se possa negar a esse movimento uma contribuição de primeira ordem, sobretudo na fase iconoclasta, na fase da destruição de valores envelhecidos e caducos que pareciam pretender a perpetuidade através do mais estúpido convencionalismo. (LINS, 1943: 198).

Em balanço, é possível dizer que Milliet e Candido, mais do que Barreto, movimentaram o debate entre paulistas e cariocas à semelhança do que fizera Mário de Andrade alguns anos atrás e, ainda então, parcialmente, fazia Sérgio Buarque de Holanda. De uma primeira etapa de polarização principal entre um crítico carioca (Tristão de Athayde) e escritores modernistas paulistas, passou-se ao diálogo direto entre críticos profissionais dos dois estados, que mantiveram, cada um ao seu modo, os papéis aproximados de profetas e bandeirantes. Ademais, refletia-se uma fase de auge dos rodapés e da “posição-chave” do crítico jornalístico⁵⁵, nos anos 1940.

⁵³ “‘Jornal de Crítica’ é desses livros que não só merecem discussão mas se impõem ao debate. Apresenta-se rico de sensibilidade e de espírito, cheio de descoberta e de soluções. Pouco importa que por vezes o autor se irrite injustamente contra obras de merecimento ou valorize demasiado alguns escritores de sua especial predileção (as ligações com o ‘espaço e o tempo’ são inevitáveis em que pese a vontade do autor). Sempre, quaisquer que sejam as circunstâncias, sua crítica se caracteriza por uma visão aguda, por uma perspicácia jamais desmentida. E ainda que se discorde de suas ideias, tem-se sempre o ensejo de aplaudi-las porquanto refletem um pensamento sério e uma absoluta intransigência moral.” (MILLIET, 1981: 136).

⁵⁴ “Devo dizer aliás que o ensaísta escreve nestas ocasiões as suas páginas mais consideráveis e mais inteligentes. Nem sempre o encontramos no mesmo nível, porém, quando está fazendo crítica direta e imediata sobre autores e livros.” (LINS, 1943: 196). “Todos nós esperamos do sr. Sérgio Milliet uma obra mais completa, uma obra em que ele realize integralmente todas as suas qualidades de escritor e todas as aquisições dos seus estudos literários e sociológicos.” (LINS, 1944: 209).

⁵⁵ “[...] não é de se estranhar que uma transição importante operada no mercado de postos intelectuais seja aquela envolvendo a posição-chave de crítico [...]. Até mesmo a primeira geração de formados em ciências sociais na Universidade de São Paulo começou atuando profissionalmente ainda bastante marcada pela definição do crítico como o modelo do intelectual por excelência.” (MICELI, 2001: 127).

Dentre os recursos de legitimação, um dos mais utilizados por Lins foi se afirmar como um “crítico nacional”, relegando os paulistas à “província”. Assim ele se dirigiu a Milliet, em “Província e nação”⁵⁶:

Quando falamos na vida literária de São Paulo, logo nos vem à lembrança o nome do sr. Sérgio Milliet. Ele tem um nome francês, escreveu dois livros em língua francesa, estudou na Europa, mas alguma coisa de mais essencial torna perfeitamente paulista a sua situação de escritor. Parece-me também que a sua disposição, a sua vontade, o seu destino não têm sido de outra espécie. Faz parte o sr. Sérgio Milliet daquele grupo que estima São Paulo como uma grande província literária, que encontra na terra paulista todos os estímulos para o trabalho e todos os recursos para a vida cultural. Ele realiza a sua obra como se estivesse com todo o seu ambiente dentro da sua província, e a repercussão se opera em outros lugares levando o distintivo de quem atravessa fronteiras. [...] nem de leve se encontra no pensamento do sr. Sérgio Milliet, como dos melhores escritores de São Paulo, algum bairrismo ofensivo ou algum propósito de feroz rivalidade regionalista. De qualquer forma, o sr. Sérgio Milliet se apresenta hoje como uma das figuras representativas da vida cultural de São Paulo, desta vida provinciana com um caráter nacional, a que venho me referindo como uma das fontes mais poderosas de criação da literatura brasileira. Ele escreve somente para os jornais de São Paulo; edita quase todos os seus livros na sua própria cidade; dirige-se, de preferência, ao público de sua província, embora seja lido e conhecido nos meios intelectuais de todas as províncias. E só tem motivos para estar satisfeito com a sua posição ao sentir que a sua província tem grandes jornais, editores importantes e um público numeroso e compreensivo. (LINS, 1944: 206-207).

Em troca, o modernista defendia São Paulo:

[...] se todas as literaturas dos diversos núcleos culturais convergem para o núcleo central do Rio de Janeiro, à cata de consagração e publicidade, a literatura paulista vive num estado de independência característico. Já ultrapassou o provincialismo, encontrando em seu próprio núcleo, como observou inteligentemente Álvaro Lins, mercado e consagração. É uma segunda metrópole que surge no Brasil, quase tão grande quanto a outra e para a qual converge, como para a outra, boa parte da produção nacional. Sua crítica tem o mesmo peso que a crítica do Rio, e a preferência de suas elites importa tanto quanto a das elites da Capital Federal. [...] As regiões culturais brasileiras são um primeiro grau de seleção para a escolha final do Rio de Janeiro. Mas no caso de S. Paulo essa seleção final já se realiza dentro de seu próprio núcleo e os escritores e artistas que chegam ao conhecimento dos demais núcleos não passam por novo exame no Rio; quando muito aí encontram o interesse que poderia provocar qualquer escritor ou artista já consagrado de qualquer país do mundo. É verdade que o contrário não se verifica e a consagração da capital permanece de enorme consequência para a aceitação dos escritores brasileiros em S. Paulo. A posição de S. Paulo é apenas autárquica” (MILLIET, 1981: 185-186).

⁵⁶ LINS, 1944: 190-222.

Já uma caricatura da rixa entre Lins e os paulistas pode ser vista em “Explicação aos meus amigos de São Paulo”⁵⁷, apêndice à quinta série de *Jornal de Crítica* (1947). No texto, ao rebater acusações de Menotti Del Picchia, o crítico pernambucano procedeu a um vasto discurso sobre sua relação com São Paulo, temendo ter sua imagem prejudicada nas rodas paulistas:

O rodapé que escrevi sobre *O empalhador de passarinho*, de Mário de Andrade, provocou uma publicação assinada pelo sr. Menotti Del Picchia, da qual, sinceramente, não pretendia tomar sequer conhecimento. Sabendo, como toda gente, que ninguém atribui na vida literária qualquer importância ao nome ou às opiniões do sr. Del Picchia, que ostenta a curiosa feição de uma pessoa que muito escreve, sem existir literariamente, imaginei que não lhe devia, em troca dos desaforos, senão desdém. [...] Sucedeu, porém, que com esse assunto veio a se preocupar, em crônica no *Correio da Manhã*, um escritor com o prestígio e a responsabilidade do sr. Oswald de Andrade, a quem agradeço, aliás, cordialmente, a simpatia com que me tratou no seu comentário. [...] Veja-se o que escreveu o sr. Del Picchia: ‘É pois um insulto à memória do morto (Mário de Andrade) a intenção que lhe atribui o sr. Álvaro Lins, no seu velho ódio por tudo o que seja manifestação de cultura paulista’. E aí estão duas mentiras: o insulto à memória de Mário de Andrade e o meu ódio por tudo que seja manifestação de cultura paulista. Na segunda afirmativa, aliás, existe alguma coisa mais do que mentira. Ela constitui evidentemente uma torpeza. [...] Mas, porque sou colaborador da grande imprensa paulista, porque dos paulistas tenho recebido muitas demonstrações de apreço e calorosas animações à minha atividade literária, porque entre os escritores paulistas há muitos companheiros que são também meus amigos pessoais, porque dos seus críticos tenho recebido apoio e compreensão, e sobretudo porque estimo e admiro São Paulo, sem pensar em retribuições ou compensações, é que venho dar esta explicação [...]. [...] posso me lembrar de vários nomes de escritores paulistas sobre os quais escrevi, nesse período em que tenho exercido a crítica profissional, valorizando as suas obras [...]. Convidado para dirigir a *Coleção Joaquim Nabuco*, da Améric-Edit., o autor a quem me dirigi em primeiro lugar foi Mário de Andrade e o seu *Aspectos da literatura brasileira* veio a ser o volume de abertura daquela coleção. Quando apareceu a revista paulista *Clima*, a ela dediquei um longo rodapé, saudando-a como expressão do estado de espírito de todos os jovens brasileiros naquele momento. [...] Lembro esses fatos, como se vê, não para cortejar os paulistas, que disso eles não precisam, nem a isto eu me prestaria, mas para exibir a leviandade, o espírito intrigante e caluniador de um *raté* que não sabe defender-se sem cometer a espantosa tolice de colocar na sua frente, como escudo, o nome de São Paulo. E agora, não só o nome de São Paulo, mas também o de Mário de Andrade, tão diferente do sr. Menotti quanto um homem de uma arara. (LINS, 1947: 300-304).

Finalmente, um contraponto agudo à hegemonia local de Tristão de Athayde e, principalmente, de Álvaro Lins, veio pela voz de outro crítico: Afrânio Coutinho (1911-2000), que assinou a coluna “Correntes cruzadas” do *Diário de Notícias* de 1948 a 1961. Com ele, pode-se concluir o mapeamento até aqui realizado da crítica

⁵⁷ LINS, 1947: 300-309.

jornalística carioca, indicando-o como um dos casos mais atuantes durante a década de 1950. Baiano, filho de uma família de proprietários rurais na região do Recôncavo, católico militante e formado em medicina, profissão que não exerceu, Coutinho havia morado entre 1942 e 1947 nos Estados Unidos, de onde retornou, para se estabelecer no Rio de Janeiro, convertido à “crítica científica”. A partir de então, ele inaugurou uma campanha contra os fundamentos do impressionismo e contra o instituto do rodapé, defendendo a especialização da crítica de acordo com os postulados da escola anglo-americana (o *new criticism*), que era rival da francesa⁵⁸.

Seu pensamento identificava o método — ou a ausência dele — como o problema central da crítica brasileira⁵⁹, que deveria ser refundada em conformidade com preceitos estéticos e com base nos cursos de letras. Assim, seria preciso deixar de encarar a crítica enquanto um gênero literário para considerá-la uma “disciplina autônoma”, abrigada não mais nos jornais, mas nas universidades e publicações especializadas⁶⁰. Era uma orientação polêmica. Em “Correntes cruzadas”, Coutinho denunciava o “esgotamento da fórmula criada no século XIX”, quando o crítico agia como um “grande senhor”, “interessado por todos os assuntos”, capaz de “reservar para a [...] confecção de seus longos rodapés doze horas diárias durante cinco dias da semana” (COUTINHO, 1953: 55-57). A especialização deveria suplantiar o enciclopedismo:

Esse comentarismo mais ou menos impressionista, que constitui a norma tradicional de nossa crítica jornalística, esse amadorismo vago, esse beletismo poligráfico e enciclopédico, que entende de todos os assuntos e pode opinar de norte a sul em matéria de Arte, História, Filosofia, Teologia ou ciências sociais, não tem mais razão de ser e não encontra eco no público e nas novas gerações, nascidas sob o signo da sistematização do saber e da profissionalização e especialização de conhecimentos, que as tenras árvores das Faculdades de Filosofia já agasalham e estimulam em sua sombra. A nova consciência em formação a respeito da crítica baseia-se na exigência de um método, que reúna um corpo de critérios. O gostei-não-gostei, que era o argumento ‘ultima ratio’ do personalismo poligráfico, deve ceder o passo a

⁵⁸ Cf. Filho (1984); Sússekind (2002); Alves (2013); Ramassote (2013); Rodrigues (2013); Jackson e Blanco (2014).

⁵⁹ “Nunca será demais repetir que a grande revolução a realizar-se entre nós, no terreno cultural, é de ordem metodológica. O método é tudo que nos falta, e essa carência é responsável por nossas deficiências. E método é produto de vida universitária organizada, eficiente” (COUTINHO, 1953: 170).

⁶⁰ “[...] a crítica literária caminha para tornar-se uma disciplina autônoma, cuja finalidade é a análise, explicação e interpretação do fenômeno literário. Essa afirmação constitui o eixo da doutrinação que desde 1948, quando se iniciou a seção das ‘Correntes Cruzadas’ no suplemento literário do *Diário de Notícias*, vem desenvolvendo seu autor. [...] A crítica não se confunde com a arte literária, não é um gênero literário, nem o processo crítico se identifica com o processo criador peculiar às formas de literatura imaginativa” (COUTINHO, 1975: 125).

um sistema estético ou filosófico de julgamento. [...] O essencial é fugir do impressionismo (COUTINHO, 1953: 205-206).

Ou então:

A crítica e os estudos literários sérios, entre nós, vão cada vez mais entrando para a universidade, e distanciando-se do diletantismo jornalístico. Foi a mesma evolução que se operou noutros centros. A velha crítica jornalística, de rodapé ou folhetim, a que aliás se costumava reduzir a crítica, vai perdendo o prestígio. Com o crescimento do volume das edições, e outros fatores, já agora todos compreendem a sua inexequibilidade. [...] Dia virá em que a crítica séria só se encontrará na cátedra universitária, nos livros, nas revistas especializadas. O jornal ficará apenas para o noticiário de livros, o 'book review' [...] A crítica legítima desertará o jornal, refugiando-se nos órgãos especiais, acompanhando a evolução dos estudos literários. Não há mais clima para estes nos jornais, como não há para a crítica erudita. (COUTINHO, 1975: 14-15).

Percebe-se que a intervenção de Coutinho se enquadrava numa mudança conjuntural mais ampla, que atravessava a política e o campo cultural brasileiro nos anos 1950. Ao averiguar a instituição do ensino universitário moderno como uma tendência, ele buscou registrar para si esse espaço, quando ainda poucos críticos tinham relação com o meio acadêmico especializado (JACKSON e BLANCO, 2014). Dessa forma, tentava se apresentar enquanto um “agente catalisador [...] para a [...] reforma de métodos críticos” (COUTINHO, 1953: XXIII) ou, nas palavras de Alves, como um “livre atirador” em busca da “liderança do processo de renovação dos estudos literários” (ALVES, 2013: 207; 213).

Mas o baiano enfrentou resistências e limitações. De um lado, por só ter assumido em 1958 a livre-docência na FNF i e em 1965 a cátedra na Universidade do Brasil, boa parte do seu percurso ocorreu fora da universidade e dentro do jornal, instância que ele dizia combater. Com poucas ferramentas para dar forma a um programa acadêmico, restou ao seu alcance a polêmica jornalística, fartamente utilizada. Também é possível dizer que, embora defendendo a crítica estética, ele não chegou a se opor plenamente à tradição católica, tendo na realidade parcialmente a integrado, enquanto emissário do laicato baiano nos anos 1930 e precursor do maritanismo nos anos 1940, em ligação com Athayde⁶¹. No prefácio de *Correntes*

⁶¹ É o que prova sua colaboração constante em *A Ordem* no transcorrer das décadas de 1930 e 1940. Já nos Estados Unidos, o autor conheceu pessoalmente e frequentou cursos de Jacques Maritain, o pensador católico francês. Em 1939, Alceu Amoroso Lima chegou a interceder junto ao Ministério da Educação querendo nomear Coutinho como seu assistente na FNF i, mas fracassou. De acordo com Rodrigues: “Após Alceu Amoroso Lima ingressar na Faculdade Nacional de Filosofia, não tardaria para

Cruzadas, ele declarava sua “perspectiva estética” e “concepção católica” em literatura (COUTINHO, 1953: III). Um tanto quanto isolado na cruzada pela “nova crítica”, que “defendeu mais do que incorporou” (JACKSON e BLANCO, 2014: 210), Coutinho acabou sendo antes um “crítico dos outros críticos” do que um crítico de obras literárias, pelo menos até meados da década de 1950. O ponto marcante de sua identidade, até aí, foi a campanha genérica em favor do ensino universitário, o qual ele mesmo demorou a integrar.

Houve atrito entre Afrânio Coutinho e Álvaro Lins, o paradigma do impressionismo, conforme notou Süsskind (2002). Contida nas entrelinhas de *Correntes cruzadas* (1953) e *Da crítica e da nova crítica* (1957/1975), a rixa chegou às raias do insulto em *No hospital das letras* (1963), em que o baiano qualificou o pernambucano de “criticastro”, “parasita”, “farsante”, “intrujão” e “cactus de Caruaru” (COUTINHO, 1963: 179-188). Já então, estava em jogo algo a mais do que a discordância crítico-teórica: em 1961, Lins tomara a direção do suplemento literário do *Diário de Notícias*, de onde Coutinho acabou demitido após mais de dez anos.

Em “Jornal de crítica”, foram poucas as referências diretas de Lins, como esta:

A. C. escreve um artigo contra a crítica dos rodapés, contra o que chama a instituição dos folhetins semanais de crítica. O seu argumento é curioso: o folhetim de crítica não deve existir no Brasil porque ele não existe nos Estados Unidos... Qualquer dia acrescentará que deve ser abolida a língua portuguesa no Brasil, porque a língua falada nos Estados Unidos é a inglesa. Não chegará a tanto, com certeza, o pobre rapaz que, feito secretário de uma revista de divulgação popular, pretende ser juiz em assuntos de crítica com a autoridade exclusiva de uma estada de alguns meses em Nova York. Mas a sua atitude tem uma origem mais melancólica do que o seu conhecimento dos Estados Unidos. Ele publicou um livro, certa vez, e o enviou solícito aos redatores dos folhetins de crítica. Foi o fracasso do livro que o conduziu agora a essa atitude de raiva pueril e inofensiva contra a crítica. (LINS, 1946: 318-318).

que ele, no momento de 1939, tentasse organizar uma espécie de núcleo de intelectuais católicos naquela Faculdade, consolidando assim a presença católica e reavivando o seu meio de sociabilidade. O que pode ser notado quando Alceu pede a Capanema que analise a possibilidade do intelectual Afrânio Coutinho ingressar na Faculdade como seu assistente para a área de História. [...] Alceu faria coisa semelhante em nome do seu amigo e secretário Wagner Antunes Dutra [...]. O episódio que se refere a Afrânio Coutinho é revelador da importância desse intelectual católico para Alceu Amoroso Lima e para a Igreja Católica. As solicitações de Alceu a Capanema não eram aleatórias [...]. Alceu argumentava em favor de Afrânio Coutinho imputando-lhe as qualidades de ‘baiano de raro talento e sólida cultura’, o que lhe valia ainda o qualificativo de ‘ótima aquisição como assistente’. Segundo Alceu, o deslocamento de Afrânio Coutinho deveria ser feito da Faculdade de Medicina da Bahia, onde ele era funcionário do Ministério da Educação e Saúde, para a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro.” (RODRIGUES, 2013: 181).

Tratava-se de alusão a *A filosofia de Machado de Assis*, livro lançado por Coutinho em 1940, antes da temporada nos Estados Unidos. Na época, a obra fora mal recebida por Lins, que em rodapé criticava a “maneira de escrever” do baiano:

Uma qualidade positiva do livro do Sr. Afrânio Coutinho é esta de excitar a discussão, o debate de ideias, as sugestões. Há um aspecto, porém, que não me parece assim contravertido, no bom sentido: é o seu estilo, a sua linguagem, a sua maneira de escrever. É uma pena constatar que o Sr. Afrânio Coutinho não tem uma forma correspondente ao valor das suas ideias e do seu pensamento. Nota-se um desequilíbrio completo entre a sua expressão substancial e a sua expressão formal. Dá-nos a impressão de quem vai escrevendo ao acaso, numa maneira mais oral do que literária, com a ausência de certas qualidades imprescindíveis ao mais simples e ao mais comum dos estilos. Mas não quero falar somente desta sua quase ausência de estilo [...], e sim também do uso imoderado e impreciso de certas palavras na sua linguagem. Sobretudo, o uso e o abuso dos adjetivos. Dispensamo-nos de citar exemplos porque os leitores deste livro logo me compreenderão. Não se trata, aliás, de frases ou trechos isolados [...]. Refiro-me, ao contrário, à linguagem e ao estilo de todo o livro. É o seu único defeito realmente grave — ao lado de outros menores de método e construção — a perturbar um conjunto de qualidades de primeira ordem. (LINS, 1941: 178-179).

Lins pouco mencionou, também, o *new criticism*, limitando-se a afirmar que não concordava em “colocar as [...] teorias acima das personalidades, como se aquilo que é ‘código’ pudesse tudo aprisionar, simplificar e enquadrar do que é a ‘realidade humana e social’” (LINS, 1963: 294). Na verdade, a atenção reduzida que ele e Athayde conferiram a Coutinho foi expressão, por si só, do limite de alcance da campanha promovida por este, inicialmente. A corrente católica e a tradição impressionista ainda guardavam prestígio suficiente para se sobreporem ao projeto do baiano, ao passo que inexistia “uma instituição universitária operando como o centro da vida intelectual e científica na cidade do Rio de Janeiro” (MICELI, 2001: 118). Em outras palavras, o Estado, a Igreja, a imprensa, as editoras e as faculdades tradicionais influíam mais decisivamente sobre a crítica literária do que o meio acadêmico especializado. O autor mesmo, em sua origem social e trajetória, pouco fugia do padrão. E ainda é interessante observar que, embora se diferenciando, Coutinho atribuía à crítica literária uma importância equiparável à atribuída pelos críticos de rodapé, ao vê-la como a peça-chave para superar a “crise literária permanente” no Brasil⁶². Pleiteava-se assim, não obstante por outro viés, certo protagonismo específico dos críticos na cena cultural brasileira.

⁶² “Atravessamos uma fase de grande estagnação intelectual. [...] Refiro-me à nossa crise literária permanente, à nossa ausência de uma Literatura autônoma e madura. Não possuímos uma Literatura

Ele e Antonio Candido expressaram de formas distintas, na segunda metade do século XX, a transição entre a crítica de rodapé e a crítica universitária (JACKSON e BLANCO, 2014; SÜSSEKIND, 2002). Por parte do paulista, primou uma perspectiva de *síntese*, isto é, de diálogo, preservação e superação de componentes da tradição impressionista. É o que comprovam documentos como o prefácio de Candido ao livro *Páginas Avulsas*, de Plínio Barreto, ou seus comentários à segunda e à quarta séries de *Jornal de Crítica*, de Álvaro Lins, duas ocasiões em que defendeu os rodapés (CANDIDO 1958; CANDIDO 1947). Como registrou Pontes, Candido e a geração de *Clima* “sedimentaram a crítica num patamar analítico distinto do das gerações anteriores” exatamente porque realizaram a “mediação entre o passado e as demandas do presente” (PONTES, 1998: 216). Essa mediação ocorria lastreada na profissionalização universitária e conectada às ciências sociais, mas também às “figuras de ponta do modernismo” e ao jornalismo⁶³. Coutinho, em compensação, arriscou-se ao *combate*. Mas seu paradoxo foi, por um lado, o de pretender fundar uma nova crítica sem superar em essência aspectos estruturais da crítica carioca, principalmente o catolicismo e o antimodernismo (quanto a este, ele atribuiu ao movimento de 1922 “consequências nefastas”⁶⁴ e “malefícios para a língua portuguesa”⁶⁵). Por outro, o de enfrentar sem trégua “os rodapés” não dispendo,

de personalidade nitidamente diferenciada e a razão fundamental disso está na ausência de uma crítica superior, ambas as faltas decorrentes do fato de não termos ensino e estudo da Literatura.” (COUTINHO, 1953: 14).

⁶³ “A singularidade do grupo e a posição privilegiada que seus integrantes ocuparam no sistema cultural paulista são o resultado de um triplice feito: a recuperação de elementos centrais da atividade intelectual do passado, o ensaísmo e a crítica; sua atualização em moldes analíticos e metodológicos propriamente acadêmicos; o prenúncio do que iria acontecer a seguir. Como críticos divergiram dos modernistas — escritores e artistas em sua maioria — mas partilharam com eles o gosto pela literatura e pela inovação no plano estético e cultural. Como universitários contribuíram para a sedimentação intelectual da tradição modernista. Como críticos e universitários diferenciaram-se dos cientistas sociais em sentido estrito, não só pela escolha temática mas sobretudo pela forma de tratamento aplicada aos assuntos selecionados. No lugar do estudo monográfico especializado, o ensaio, as visadas amplas, a localização do objeto cultural num sistema abrangente de ligações e correlações.” (PONTES, 1998: 215).

⁶⁴ “No terreno da cultura, no mundo das letras e artes, a revolução modernista não foi uma revolução. Não mudou métodos, mudou apenas formas. Repetiu o processo dos outros movimentos intelectuais anteriores. [...] E como ele, e os outros, é pré-universitária. Não saiu [...] do autodidatismo, do brilho, da improvisação [...]. Seu inconformismo foi puramente formal, demasiado iconoclasta para ser sábio e fecundante. Foi um inconformismo convencional e de atitude. Não foi à essência de nossa realidade. No fundo, era um conformismo.” (COUTINHO, 1953: 84). “Suas consequências nefastas estão aí, a exigir uma reação pronta e urgente, reação aliás já iniciada.” (Idem, p. 81).

⁶⁵ Nesse ponto, o crítico se aproximava até de Octávio de Faria: “Em sua magnífica entrevista ao ‘Jornal de Letras’, Otávio de Faria realça com razão alguns malefícios para nós advindos da revolução modernista, máxime no que concerne à língua. Com advogar a necessidade de desenvolvermos uma ‘língua brasileira’, o modernismo introduziu um cisma entre os dois países que falam o português e,

ainda, de ferramentas para superá-los, e desconsiderando a força retida por essa tradição no Rio de Janeiro.

A obra do baiano/carioca só atingiu maior densidade a partir da organização de *A literatura no Brasil*⁶⁶, entre 1955 e 1959, da publicação de *Conceito da literatura brasileira* (1960/1976), em que rebateu o enfoque histórico-sociológico de Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* (1959), e, por fim, da entrada na Universidade do Brasil, logo renomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde estruturou a Faculdade de Letras em 1967. A partir de então, ele passou desempenhar, no Rio de Janeiro, “um papel análogo ao de Antonio Candido em São Paulo” (JACKSON e BLANCO, 2014: 209), enquanto um crítico estruturado na universidade, em que pese sua doutrina diferisse daquela encarnada pelo paulista.

A **Tabela 1** apresenta os principais críticos literários dos sete jornais pesquisados, entre as décadas de 1920 e 1950, realçando, em negrito, aqueles fizeram a crítica por cinco ou mais anos dentro de cada década. O quadro ajuda a demonstrar, assim, a alta concentração literária existente no jornalismo carioca, comprovada até aqui. Fica evidente que: i) *O Jornal* (de Tristão de Athayde, Agripino Grieco e Otto Maria Carpeaux) destacou-se como o principal veículo da crítica, aquele que possuiu o maior número de críticos titulares de longa duração no decorrer das quatro décadas; ii) A década de 1940 representou a fase de apogeu da crítica de rodapé, ocasião em que, ao lado de *O Jornal*, cresceram em influência o *Correio da Manhã* (com Álvaro Lins) e o *Diário de Notícias*, periódicos que retiveram importância também na década seguinte; iii) O *Diário de Notícias*, junto ao *Diário Carioca*, foi a sede dos modernistas paulistas em suas passagens bissextas pela crítica carioca (Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet), e de Afrânio Coutinho nas décadas de 1940 e 1950, críticos relativamente contra-hegemônicos, em perspectivas diferentes; iv) No *Jornal do Brasil*, a crítica literária concentrou-se nas décadas de 1920 e 1930, com a assinatura dos acadêmicos; v) Nas demais folhas

mais que isso, desmoralizou entre nós a preocupação com o apuro da forma [...]. Tudo isso é evidente, e ninguém irá negar que foi a consequência mais funesta, como tem sido reiteradamente asseverado pelo signatário desta obra, do movimento modernista.” (COUTINHO, 1953: 168-169).

⁶⁶ “[...] *A literatura no Brasil*, publicada de 1955 a 1959. Obra coletiva — este, aliás, um dos pontos altos: a percepção da importância do trabalho em equipe —, cabiam, em geral, ao seu organizador os capítulos introdutórios a cada período abordado, cuja função seria a de definir suas linhas mestras e, ainda, articular uma história literária cujo desenrolar se pautasse exclusivamente no diálogo entre diferentes quadros estilísticos que se sucedem linearmente no tempo.” (SÜSSEKIND, 2002: 25).

(*Gazeta de Notícias* e *A Manhã*) anotaram-se ocorrências pontuais, mas importantes, de Lucia Miguel Pereira e Roberto Alvim Corrêa, respectivamente.

A **Tabela 2** detalha, entre os críticos mais assíduos (marcados em negrito na Tabela 1), características primordiais de origem social, trajetória e obra, dentro do intervalo de tempo pesquisado. Deve-se destacar que: i) Houve forte ocorrência de intelectuais migrados à cidade do Rio de Janeiro (nove entre onze vieram de fora, considerando cariocas apenas Athayde e Pereira; entre os nove, dois nasceram no interior do Rio de Janeiro, um no exterior e seis vieram de outros estados, sendo cinco nordestinos). É possível afirmar que os críticos migrados acabavam permanecendo mais tempo nos rodapés do que os legitimamente cariocas, como Augusto Frederico Schmidt, Octávio de Faria, Pedro Dantas e Octávio Tarquínio de Sousa, ou do que os paulistas que publicavam a distância; ii) A formação no ensino superior ocorreu predominantemente nas faculdades tradicionais, a maioria em direito; iii) A docência, o serviço público e o jornalismo foram decisivos na profissionalização dos críticos na capital federal, com destaque para o Colégio Pedro II; iv) Os críticos cariocas mantiveram-se distantes em relação ao ensino universitário especializado; v) Entre os “grupos de ligação”, foi a alta a incidência de católicos, taxa que é ainda superior considerando outros críticos de fora da tabela mas descritos no texto, como Augusto Frederico Schmidt, Octávio de Faria e Roberto Alvim Corrêa.

Tabela 1: Principais críticos literários em cada jornal

	1920	1930	1940	1950
Correio da Manhã	Humberto de Campos	-	Álvaro Lins; Lucia Miguel Pereira; Otto Maria Carpeaux	Álvaro Lins; Otto Maria Carpeaux
Diário Carioca	-	-	Sérgio Milliet	Sérgio Buarque de Holanda
Diário de Notícias	-	Augusto Frederico Schmidt; Tasso da Silveira; Mário de Andrade	Tasso da Silveira; Mário de Andrade; Sérgio Buarque de Holanda; Sérgio Milliet; Tristão de Athayde; Afrânio Coutinho	Afrânio Coutinho; Tristão de Athayde
Gazeta de Notícias	-	Lucia Miguel Pereira	-	-
O Jornal	Tristão de Athayde; Agripino Grieco	Tristão de Athayde; Agripino Grieco; Octávio Tarquínio de Sousa	Tristão de Athayde; Plínio Barreto; Antonio Candido; Otto Maria Carpeaux	Otto Maria Carpeaux; Valdemar Cavalcanti
Jornal do Brasil	Osório Duque-Estrada; João Ribeiro	João Ribeiro; Múcio Leão	-	Múcio Leão
A Manhã	-	-	Roberto Alvim Corrêa	-

Tabela 2: Origem, formação e trajetória dos críticos literários

	Nascimento	Curso Superior	Profissão de ocupação	Lugar de publicação	Grupo de ligação
Afrânio Coutinho	1911, Salvador (BA)	Medicina (BA)	Professor no Colégio Pedro II	Diário de Notícias; A Ordem	Católico; Universidade
Agripino Grieco	1888, Paraíba do Sul (RJ)	Sem diploma	Servidor público aposentado; Jornalista	Boletim de Ariel; O Jornal	Boletim de Ariel; José Olympio
Álvaro Lins	1912, Caruaru (PE)	Direito (PE)	Professor no Colégio Pedro II; Jornalista; Político	Correio da Manhã	Católico; José Olympio; Regionalista
João Ribeiro	1860, Laranjeiras (SE)	Medicina (BA) e Engenharia (RJ), sem concluir	Professor no Colégio Pedro II; Jornalista	Jornal do Brasil	ABL
Lucia Miguel Pereira	1901, Barbacena (MG) ⁶⁷	Sem diploma	Escritora	Gazeta de Notícias; Correio da Manhã; Boletim de Ariel; A Ordem	Católico; Boletim de Ariel; José Olympio
Múcio Leão	1898, Recife (PE)	Direito (PE)	Servidor público; Jornalista	Jornal do Brasil; A Manhã	ABL
Osório Duque-Estrada	1870, Paty dos Alferes (RJ)	Letras (RJ); Direito (SP), sem concluir	Diplomata; Professor no Colégio Pedro II; Jornalista	Jornal do Brasil	ABL
Otto Maria Carpeaux	1900, Viena (Áustria)	Direito, Ciências, Filosofia, Letras (Áustria)	Servidor público; Jornalista	Correio da Manhã; O Jornal	-
Tasso da Silveira	1895, Curitiba (PR)	Direito (RJ)	Servidor público; Professor na Universidade Católica; Jornalista	Diário de Notícias; A Ordem; Festa	Católico
Tristão de Athayde	1893, Petrópolis (RJ)	Direito (RJ)	Industrial; Jornalista; Professor na Universidade Católica, UDF e FNF	O Jornal; Diário de Notícias; A Ordem	Católico
Valdemar Cavalcanti	1912, Maceió (AL)	Sem diploma	Servidor público; Jornalista	Boletim de Ariel; O Jornal	Regionalista

⁶⁷ O nascimento de Lucia Miguel Pereira em Barbacena (MG) ocorreu por acaso, quando de uma viagem de seus pais à cidade. Sua família, entretanto, provinha da capital carioca, onde a autora viveu a vida toda.

CAPÍTULO II – PROFETAS DA CRÍTICA

“Eis porque a base da crítica é uma base moral.”

(Tristão de Athayde, “Críticos”, 1941)

Detenho-me um pouco agora em tratar sobre o Rio de Janeiro como o centro cultural e político do país à época, assim como sobre as razões da influência religiosa entre escritores e críticos. Parece claro, afinal, que a capital era o palco privilegiado da crítica literária e de sua tendência católica. É verdade que, já então, São Paulo despontava como um “centro novo” na cultura brasileira, bem como centros regionais (a exemplo dos nordestinos) disputavam espaço, mas a liderança carioca era incontestável⁶⁸. Na seara cultural, a regra era migrar para o Rio em busca de “fazer nome”. São conhecidos os casos de romancistas como Graciliano Ramos (alagoano), Rachel de Queiroz (cearense) e José Lins do Rego (paraibano/pernambucano), e o mesmo contava na crítica literária, como se acabou de mostrar.

As origens geográficas dos críticos influenciariam suas experiências na capital, suas relações profissionais e mesmo seus estilos literários. Nelson Werneck Sodré — que era carioca de nascimento, mas pelas imposições da carreira militar, acabou fazendo o percurso contrário e migrou para São Paulo, onde foi crítico titular no *Correio Paulistano* — afirmou em suas memórias:

Pode alguém, na província, exercer atividade intelectual anos a fio, na imprensa [...]: sua notoriedade permanece limitada ao âmbito regional ou local. Só o Rio tem condições para conferir notoriedade nacional. [...] O crítico literário, o cronista, o colonista, aparecendo nos jornais paulistanos, era conhecido ali pelo público, uns mais, outros menos; fora dali, apenas pelos confrades. Quando vim para o Rio, em 1937, só era aqui conhecido por escritores; o público ignorava totalmente o meu nome. Meia dúzia de colaborações em *Vamos Ler* [revista literária carioca], de circulação nacional, me fizeram mais conhecido do que anos de colaboração constante e sistemática em grande jornal paulista [*Correio Paulistano*]. O Rio detinha, realmente, o monopólio da capacidade de consagrar em âmbito nacional. (SODRÉ, 2011b: 120).

Álvaro Lins encontraria no Rio de Janeiro um centro acolhedor:

E literariamente o que significa o Rio de Janeiro? Uma cidade que acolhe, que protege, que estimula o bom provincianismo. O que faz que todos se sintam nesta cidade como em casa é a sua possibilidade de juntar todos os provincianismos numa grande província nacional. Todos nós amamos o Rio como uma extensão da nossa província, e através do Rio todas as demais províncias. Aqui estão os paulistas, os mineiros, os gaúchos, os nordestinos,

⁶⁸ “O Rio de Janeiro, então capital federal, era o palco privilegiado para que as novidades literárias ali surgissem e se firmassem (ou não). O Rio do ‘bota-abixo’ do prefeito Pereira Passos também ‘botava abaixo’ ou levantava certos talentos que volta e meia apareciam na imprensa ou simplesmente tratavam de tomar parte em algum escândalo, em alguma contenda cultural muito comum naquela época. Embora em alguns estados já existissem os chamados centros literários, espécie de confrarias que congregavam certa intelectualidade local, era na capital que tudo adquiria relevância ou vexame.” (RODRIGUES, 2012: 87).

os nortistas, e todos nos sentimos como se o Rio fosse a nossa própria cidade, a nossa própria região. Nenhum bairrismo, nenhuma rivalidade, nenhuma disputa de interesses locais. Faz parte essa situação de toda capital, mas tomou no Rio um aspecto especial pelas condições particulares do Brasil. Tenho notado mesmo que há uma inclinação espontânea para valorizar, para prestigiar os autores que vêm das regiões distantes, com o seu livro de estreia, com os seus planos, com os seus sonhos. E bem poucos são os que resistem a essa espécie de apelo da metrópole, onde tudo será dado sem outra exigência que não seja a da obra literária. Ninguém exigirá de um escritor, por exemplo, que esqueça a sua província ou que renuncie ao que há de específico no seu caráter. Podemos continuar sendo os mesmos provincianos, os mesmos homens do Norte, do Centro e do Sul, pois aqui está o denominador comum de todas as particularidades e diversidades regionais. Está ainda no Rio o centro de convergência e de equilíbrio dos que trabalham literariamente nas suas próprias regiões. (LINS, 1944: 194-195).

Quanto à política, a derrota de setores da oligarquia, sobretudo paulista, em 1930, levou a uma centralização estatal mais intensa, e era a partir da capital federal que se operava o poder. Enquanto em São Paulo os grupos derrotados investiram em frentes culturais inovadoras como estratégia para recuperação de influência — o que veio a surtir efeito considerável no marco do meio do século, quando das comemorações do quarto centenário da cidade (ARRUDA, 2001) —, o Rio de Janeiro desenvolvia a força de sua tradição e consolidava a liderança no mundo intelectual. A cultura, por sua vez, virava assunto de Estado, conduzida de perto pelo governo Vargas na figura de Capanema⁶⁹. E o jornalismo carioca surgia como o mais pujante, envolvido nas lutas políticas, nos debates culturais e religiosos, projetando em âmbito nacional os seus colunistas e críticos de literatura.

Nota-se, porém, que os mesmos fatores que faziam do Rio de Janeiro o polo cultural mais forte do país atavam a produção intelectual no estado à classe dirigente e aos grupos de poder locais. Na capital estavam as instituições políticas e a aparelhagem estatal mais relevante que absorvia a intelectualidade, bem como se estruturavam as empresas jornalísticas, as editoras e os grupos de militância católica mais influentes. A dependência em relação ao Estado, à política e à religião, que são aspectos geralmente apresentados como entraves à autonomização do campo literário, foram marcantes. Almeida (2001), por exemplo, discutiu a fragilidade da autonomia universitária carioca nessa época, frente ao poderio estatal e católico,

⁶⁹ “[...] no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.” (MICELI, 2012: 198).

numa experiência de estruturação do ensino superior que teve como contraponto o caso paulista.

Na mesma direção, ao apontar os condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, Miceli (2001) identificou uma diferença entre os casos carioca e paulista, sobretudo quanto ao padrão de desenvolvimento institucional, ou seja, das universidades e centros de pesquisa, mais dependente no Rio de Janeiro de relações com a política do que em São Paulo. O sociólogo chegou a afirmar que, “a título de contraste esclarecedor, poder-se-ia dizer que o Rio de Janeiro estava para a política assim como São Paulo estava para a ciência” (MICELI, 2001: 110). Na visão dele, o desenvolvimento das ciências sociais nesses estados variou “conforme a margem de distância institucional em relação às escolas superiores, [...] o grau de autonomia em face de seus mentores políticos, partidários e/ou confessionais” e “o espaço social de recrutamento dos quadros profissionais” (Idem, p. 93). Em São Paulo, onde se seguiu em geral a ideia da autonomia universitária, os jovens uspianos, a partir de 1934, provieram de camadas sociais diferentes das predominantes na Faculdade de Direito, constando uma maioria feminina, além da representação de famílias de origem interiorana ou imigrante, vinculadas a profissões liberais, ao magistério secundário e à burocracia de Estado. No rastro de mudanças econômicas e sociais típicas do processo de modernização paulista (ARRUDA, 2001), abriu-se espaço para que um novo estrato intelectual trabalhasse em conformidade com parâmetros acadêmicos, que logo originaram obras significativas nas humanidades⁷⁰.

Por outro lado, no Rio de Janeiro, “não havia condições mínimas favoráveis a um processo de institucionalização das Ciências Sociais fundado na profissionalização [...] entre 1939-1948” (MICELI, 2001: 101). Isso em virtude da suscetibilidade das instituições universitárias federais — UDF e FNFi — frente ao mando estatal e católico. Embora gestando novas instituições assim como em São

⁷⁰ Embora fosse antes de tudo uma obra da elite paulista, a USP, para Miceli, foi “progressivamente rompendo os laços” com o mecenato que a financiara e “reivindicando um espaço próprio de funcionamento e autoridade” (ou de “autonomia acadêmica e intelectual”), bastante por conta das demandas “de sua base social de atendimento”. “Em outras palavras, sucedeu em São Paulo uma colisão entre o ‘projeto iluminista’ das elites locais e a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social”, em meio às “transformações econômicas e sociais em curso no estado de São Paulo”. Segundo o sociólogo, “os grupos sociais emergentes [...] arrombaram o projeto universitário acalentado pelas elites” (MICELI, 2011: 105-107). O raciocínio é semelhante ao de Candido (1995), que, em sua avaliação sobre os “radicalismos” na década de 1930, identificou nas classes médias e nos setores esclarecidos da sociedade brasileira o motor de transformações sociais e culturais características no momento, e que em parte colidiam com os interesses da elite.

Paulo, na então capital do país o padrão de trabalho intelectual associado às faculdades tradicionais e ao autodidatismo perdurou.

A crítica literária carioca, como visto, obedeceu à tendência de instrumentalizar os rodapés e as colunas dos jornais para o exercício da militância, acima de tudo, católica. Se a doutrina da Igreja se difundiu com força entre críticos literários e escritores, as razões disso devem ser vistas “de fora para dentro”. Este caminho trilhado pela crítica no Rio de Janeiro resultou do encontro entre um esforço consciente da Igreja Católica em reconquistar espaços, apostando na cultura e na literatura como trincheiras de doutrinação, e a demanda objetiva de uma geração de jovens intelectuais por um *lugar para si*, do ponto de vista social, diante da reconfiguração inicialmente confusa do poder e dos postos dirigentes no país, resultante do já aludido fim do pacto oligárquico da Primeira República.

Mainwaring (2004) e Miceli (2009) coincidem ao apontar o período da Primeira República como de reorganização institucional da Igreja Católica brasileira. Após a separação em relação ao Estado em 1891, era como se a Igreja tivesse voltado sobre si própria no intuito de acumular forças, procedendo a um rearranjo interno que seria chave para um projeto expansionista posterior.

[...] o Brasil dava margem às veleidades expansionistas da Santa Sé e das novas congregações ‘empreendedoras’. Dispondo de um mercado de oportunidades de investimento quase inexplorado nos diversos níveis de ensino e de uma série de ‘negócios’ potencialmente rentáveis para confissões religiosas, as perspectivas que então se abriam à expansão eclesiástica esbarravam, não obstante, na escassez de pessoal religioso especializado, nas dificuldades de adaptação das ordens europeias e sobretudo na concorrência movida pelos protestantes. [...] A rigor, uma das barreiras mais importantes para o êxito da política de ‘romanização’ derivava da herança da Igreja colonial e do estado de desagregação interna a que chegara a Igreja em simbiose com o trono. A primeira herança impediu que a Igreja enveredasse por completo na ‘opção’ de atendimento prioritário das demandas dos grupos oligárquicos. No entanto, sua dissolução como um ‘ramo da administração pública’ fez ver aos dirigentes eclesiásticos a premência de levar a cabo um projeto de ‘acumulação patrimonial’. Em retrospecto, as metas pontifícias da ‘romanização’, a aliança com os setores católicos dirigentes e a prestação de serviços educacionais e outros inerentes a tal pacto, as prioridades associadas à formação de um ‘patrimônio’ próprio e o enfrentamento dos movimentos religiosos concorrentes (protestantes, Canudos, Juazeiro, Contestado etc.) se situam entre os principais condicionantes do processo de ‘construção institucional’ da Igreja Católica na Primeira República. (MICELI, 2009: 20).

Na etapa subsequente, a partir dos anos 1920 e em especial na década de 1930, a Igreja assumiu a ofensiva (contando sempre com a colaboração do Estado,

que tinha interesse na troca de favores com o clero) em busca de lograr peso frente ao inchaço da máquina estatal e de contribuir para a reação conservadora, necessária aos olhos dos católicos de então perante o “perigo comunista” e o avanço do “mundo moderno”, evitado de liberalismo e de desvios morais burgueses.

Junto às razões de fundo ideológico, estava em jogo a sustentação do monopólio do catolicismo no Brasil. Até o fim do século XIX, quase todo o país era católico e o quadro pouco mudou até o meio do século XX. Na década de 1940, segundo os censos demográficos utilizados por Camargo (1973), mais de 95% dos brasileiros seguiam professando a religião, enquanto protestantes não somavam 3%. Bastide (1951) afirma que o catolicismo no Brasil exercia um domínio, a um só tempo, religioso e cultural. Isso significa que as ideias católicas tinham força de reprodução seja em decorrência da ação planejada da Igreja seja de um movimento da própria da sociedade, em cujos costumes e práticas essa cultura era incrustada.

Porém, para o sociólogo, essa força histórica sozinha não seria suficiente para perpetuar a Igreja, pois havia desafios contemporâneos. A apropriação de massas do catolicismo gerava uma contradição entre as práticas ditas populares (abertas à influência de outras religiões, como as de matriz africana) e a orientação eclesiástica mais rígida, e essa situação preocupava os dirigentes da Igreja. Ao elencar duas funções desempenhadas pela religião numa sociedade — a garantia da coesão social por meio da difusão da solidariedade entre os homens, e a ligação das subjetividades individuais a uma doutrina de dominação ancorada na ideia de Deus —, Bastide postula que somente a primeira teria se estabelecido firmemente no Brasil. Com isso, a Igreja seria a grande responsável pela unificação nacional e pelo controle social, porém admitindo práticas populares que fraturavam a ortodoxia católica e contaminavam sua “pureza”⁷¹.

O rearmamento católico que entrava em marcha a partir da década de 1920 representaria, enfim, uma empreitada decidida por renovar a presença nacional e a influência política da Igreja, resgatando como que informalmente seu caráter de

⁷¹ “We may say, in summary, that the Church has two functions. The first is the sociological one of creating solidarity, of uniting men horizontally, and the other is the mystical one of the religious of souls, of the vertical liaison of souls with God. It seems that these two problems exist antithetically in Brazil. In the beginning, the church achieved the first admirably, and one may say that Catholicism has been the cement of national unity. But it achieved this, in spite of many saints on whom it counted, only by losing its purity. And when it reformed itself, it lost the dialectic that we have sought to describe and which today has swept the church on to nationalize itself anew, without, however, losing anything of its acquired purity.” (BASTIDE, 1951: 344).

religião oficial ainda que houvesse a separação em relação ao Estado⁷². E isso tudo, dessa vez, sem abrir mão do alinhamento com Roma. Segundo Mainwaring:

A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico. [...] A forma de influenciar a sociedade da Igreja da neocristandade era triunfalista. A Igreja queria 'conquistar' o mundo. A missão da Ação Católica era de 'restituir a Nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno'. 'Ganhar católicos' e competir com outras religiões eram desafios que assumiam importância considerável. (MAINWARING, 2004: 45-46).

Tal intuito só poderia ser atingido por meio de um esforço consciente e da estruturação de uma militância católica robusta, pois as tendências dispersivas, no sentido do enfraquecimento do caráter absoluto do catolicismo no Brasil, cresceriam. E isso não somente em decorrência do elemento histórico pontuado por Bastide, quanto à preocupação da elite eclesiástica de perder o controle do significado religioso num país de dimensões continentais. Contava, também, a progressiva estruturação do protestantismo e de religiões espíritas, além dos efeitos do desenvolvimento econômico, da urbanização crescente e das mudanças sociais que fortaleciam o viés laico do pensamento nos grandes centros⁷³. O catolicismo, embora dominante, corria o risco de se perpetuar como uma religião apenas convencional, sem que a Igreja tivesse, de fato, influência sobre as ações dos fiéis; isto é, podia perder influência dentro da arena pública.

A preocupação, a propósito, era notada no debate entre os críticos daquele

⁷² É a leitura de Mainwaring: “O contraste entre o modelo da neocristandade e o modelo anterior também se tornava aparente nas relações entre a Igreja e o Estado. Desde a separação legal entre Igreja e Estado em 1891 até a metade da década de 1910, a Igreja concentrou-se no desenvolvimento institucional inteiro e dedicou-se menos ao esforço de influenciar as elites governantes. Em contraste, de 1916 a 1945, líderes católicos se envolveram profundamente na política, tentando utilizar uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade. A Igreja desejava que o Estado reinstituisse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, seguiu essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca da sanção religiosa.” (MAINWARING, 2004: 47).

⁷³ A respeito do avanço progressivo das religiões protestantes e espíritas, consultar Camargo (1973). O autor também relaciona a tendência de declínio do catolicismo com a explosão da urbanização no Brasil. Ele estipula quatro tipos ideais no catolicismo brasileiro: catolicismo tradicional rural, catolicismo tradicional urbano, catolicismo internalizado rural e catolicismo internalizado urbano. O adjetivo “tradicional” indicaria o modo de ser católico ligado aos costumes e à tradição, logo, pouco baseado numa consciência esclarecida acerca da doutrina religiosa e de sua internalização. O oposto ocorreria no caso do catolicismo “internalizado”, modalidade na qual o indivíduo tem “percepção explícita e consciente dos valores religiosos”. No transcorrer da primeira metade do século XX, o autor nota um desenvolvimento mais acelerado, entre os quatro tipos ideais, do “catolicismo tradicional urbano”, em decorrência da urbanização crescente — e essa modalidade do catolicismo seria, entre todas, justamente a mais frágil.

momento. No mesmo artigo, citado acima, em que criticava a visão de Mário de Andrade sobre Tristão de Athayde, Álvaro Lins reconhecia como verdadeira a interpretação do paulista acerca do caráter vago e inconsistente da religiosidade dos brasileiros:

[...] ao passar desse plano pessoal para o plano social, o estudo do sr. Mário de Andrade sobre o catolicismo adquire uma significação singular. É certo que ele não compreende bem toda a plasticidade da doutrina cristã, mas ao falar do catolicismo no Brasil vemos que as suas palavras são dolorosamente verdadeiras. A sua tese é a de que não temos uma maioria católica, um catolicismo autêntico, mas uma maioria de religiosidade vaga, inconsciente e irresponsável. E ele tem razão, infelizmente. Devemos todos, os católicos, meditar sobre tantas verdades que nos lança em rosto este honesto escritor não-católico. O seu ensaio é um estudo religioso e sociológico que não deixa dúvidas em ninguém. (LINS, 1946: 163-164).

A ala modernista liderada por Mário opôs sistematicamente a disciplina católica ao que definiam como a “expressão mais nítida da realidade nacional”, obrigatoriamente herética e remexida em costumes populares estanhos à Igreja (ANDRADE, 1974: 10). Havia no projeto de Mário, assim, uma visão mais alargada e *cultural* sobre “religião”, contrastante com o conceito *político* e ultramontano de “nação católica”, defendido pelos profetas cariocas:

[...] o problema da nossa catolicidade *persegue* Tristão de Ataíde. Essa preocupação o leva no entanto a algumas afirmações inválidas, e principalmente a um tal ou qual confucionismo entre religiosidade e catolicidade. [...] O problema religioso não apenas foi posto em moda na literatura de depois da Guerra [...] como se tornou moda toda especial do modernismo brasileiro. [...] Preocupados especialmente em dar analiticamente as tendências que regiam com mais efusão a alma brasileira, os nossos artistas modernos logo salientaram, especificaram e desenvolveram a religiosidade nacional. Porém não apenas essa religiosidade quando orientada pela tradição cristã, como ainda pelo feiticismo africano e pela superstição, que tanto irritam o pensador católico. [...] o jeito de expressar o assunto mudou pela maneira derramada e mais exteriormente brasileira com que atualmente somos artistas [...]. Confesso que não consigo verificar bem na gente brasileira um catolicismo essencial, digno do nome de religião. [...] a catolicidade brasileira se mostra precária. [...] o nosso povo tradicionaliza coisas que jamais uma catolicidade intrínseca não permitiria existissem. [...] Se somos uma terra cheia de católicos, será difícil afirmar que somos uma nação católica. Inda não teremos atingido nem mesmo esse grau primário de civilização em que os *clãs* se organizam por meio da religião!... [...] Os *Estudos* de Tristão de Ataíde são um drama enorme. [...] se não representam porventura o mais característico da personalidade do grande pensador católico, representam melhormente o seu martírio. E se é certo que já agora ele é das mais fortes figuras de críticos que o país produziu, desconfio que os futuros não-sei-o-quê vivendo nestas terras do Brasil terão ao lê-lo o espetáculo dum homem querendo desviar uma enchente, apagar o incêndio dum mato, ou parar um raio com a mão. (ANDRADE, 1974: 11-25)

Giumbelli define o catolicismo brasileiro na entrada dos anos de 1950 como “dominante e ao mesmo tempo ameaçado” (GIUMBELLI, 2012: 81). Já Camargo chega a falar de um “processo de transição religiosa” em curso no país a partir da década de 1940, no qual se observa “um declínio moderado, mas constante, de adeptos da Igreja Católica” (CAMARGO, 1973: 24). E assim descreve as razões subjacentes a esse declínio:

As profundas transformações sociais da sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1930, vieram a alterar de modo radical a situação religiosa caracterizada pelo predomínio quase absoluto de um Catolicismo de ‘Cristandade’. [...] Mudanças econômicas, culturais, demográficas e sociais constituem fundamento das modificações ocorridas na vida religiosa do país. [...] Intensifica-se o processo migratório para as cidades, aumentando a parcela da população urbana no país. Altera-se a estratificação social, transformando-se os estamentos em classes sociais. Delineia-se uma sociedade competitiva com possibilidades crescentes de mobilidade social. A estrutura da família é também afetada, redefinindo-se os papéis de seus integrantes. [...] No nível cultural desenvolvem-se, de forma coerente e funcional, formas profanas de conhecimento e se generaliza, aos poucos, uma visão dessacralizada do mundo. [...] Amplia-se o ensino em todos os níveis, e tem início a organização universitária. [...] No campo específico da vida religiosa passa-se por período tipicamente de transição: 1. Na área rural persistem as formas do Catolicismo tradicional, pouco afetadas pelas incipientes transformações econômicas. 2. Na área urbana ocorre diminuição crescente das funções sociais do Catolicismo e de sua capacidade para influenciar a conduta dos fiéis. Generaliza-se, sobretudo para as elites dirigentes, concepção profana da existência e se difundem valores leigos. A religião católica tende a se limitar a ritualismo cujo significado serve quase exclusivamente para marcar os ritos de passagem. (CAMARGO, 1973: 33-34).

Dessa forma, a neocristandade significaria justamente uma reação às mudanças correntes e que poderiam ameaçar a Igreja Católica⁷⁴. Acossada pelo “mundo novo”, esta tentaria se adiantar ao risco de possível decadência, dobrando a aposta na intensidade de sua ação política e social⁷⁵. Se isso não foi capaz de frear

⁷⁴ Velloso mobiliza categorias de Mannheim (1968) para interpretar as razões do surgimento da “mentalidade conservadora”: “Mannheim mostra que a mentalidade conservadora não possui, *a priori*, tendência a teorizar sobre sua própria posição enquanto mantém domínio sobre a realidade. Somente a partir do momento em que seu domínio é questionado por classes adversas, passa a sistematizar as bases do seu pensamento, produzindo então reflexões histórico-filosóficas como meio de auto-orientação e defesa. A revista *A Ordem* e o Centro D. Vital (1922) surgem num contexto social que tende a adotar uma cosmovisão cada vez mais agnóstica. A luta que a inteligência católica trava é no sentido de legitimar-se perante esta sociedade, combatendo os seus erros políticos e religiosos.” (VELLOSO, 1978: 121).

⁷⁵ “Dentro de tal quadro, em que as forças sociais lutavam por impor-se no cenário político nacional, a Igreja assume uma estratégia de autodefesa, que reflete mais a sua perplexidade em face das mudanças sociais, do que o desejo de integrar-se na sociedade moderna. Assim, reforça sua

as tendências em curso, sem dúvida trouxe resultados seja no fortalecimento do aparato e da envergadura da Igreja, de seu poderio político, de suas realizações simbólicas e de sua capacidade de disputa da hegemonia cultural, em que a literatura e a educação eram meios decisivos. Um símbolo da época acabou sendo a inauguração do monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1931.⁷⁶

A retração desse quadro foi observada apenas a partir da metade da década de 1940, após a morte de Dom Leme, sob efeito do papado de Pio XII e da redemocratização. Já então, a consolidação do mundo moderno surgia como inevitável e a Igreja não podia mais se contrapor a isso, ao menos sob risco de apartar definitivamente suas posições conservadoras em relação à sociedade realmente existente. Além do mais, entrava na ordem do dia a obrigação de negociar com os governos pós-Estado Novo e de acompanhar as mudanças no nível da sociedade civil, na qual emergiam novos movimentos e crescia a preocupação com os problemas sociais do país. Por tudo isso, seria preciso mudar⁷⁷ — e em resultado, o fenômeno do *aggiornamento* se estendeu por boa parte da intelectualidade que, até há pouco, havia tocado o extremo da militância reacionária (no caso brasileiro, próxima ao integralismo). Esse percurso de moderação seria narrado de forma sempre individualizada, como decorrente de um processo de amadurecimento intelectual,

concepção tradicionalista e elitista, parecendo-lhe mais seguro abraçar-se a uma ideologia conservadora como meio de sobrevivência”. (VELLOSO, 1978: 120).

⁷⁶ “A inauguração do Cristo Redentor no Corcovado representou mais do que um simples ato litúrgico ou festivo. A exaltação de Cristo, sob a designação de Cristo-Rei, fora difundida com muito sucesso desde a década de 1920, acompanhada da ideia de soberania espiritual. Cristo era o rei e Senhor dos destinos do mundo. [...] A Igreja resgatava, naquele momento, a soberania de Cristo e o direito da Igreja de doutrinar o gênero humano, de legislar e reger os povos com sua doutrina e seus princípios. Era um ato de oposição explícita ao laicismo e apontava para o teor das relações que viria a estabelecer com o governo daí por diante.” (MARCHI, 2003: 220-221).

⁷⁷ “O sucesso do modelo da neocristandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. Qualquer instituição que resistisse a tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao opor-se à secularização, a Igreja abandonava-se à sorte ao lado de grupos de importância decrescente. [...] A Igreja não estava efetivamente atingindo as massas. [...] A Igreja da neocristandade também dependia de uma aliança com o Estado que era cada vez mais incerta. [...] a Igreja teve de mudar para manter um bom relacionamento com os governos democráticos. Teve de diminuir a ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina de modo a manter-se em dia com as mudanças na política nacional. A sociedade se mostrava mais participante e mais democrática e tornava-se mais difícil para uma instituição que esperava representar todas as classes sociais permanecer tão hierarquizada e autoritária quanto fora antes.” (MAINWARING, 2004: 53-55).

embora seus fundamentos se encontrassem na estrutura.

Olhando o período da neocrisandade, Pinheiro Filho (2007) atribui à conversão de Jackson de Figueiredo o marco inaugural da ofensiva católica que duraria até o final da Segunda Guerra. Figueiredo apoiava-se nas diretrizes conferidas por Dom Leme, que, por seu turno, era orientado por Roma. É central observar que o epicentro dessas movimentações situava-se no Rio de Janeiro, de onde se irradiava influência nacional⁷⁸. As ferramentas primeiramente instituídas pela nova militância católica foram a revista *A Ordem*, fundada em 1921, e o Centro Dom Vital, criado no ano seguinte. A estes espaços, que a cada dia mais absorveram e organizaram novos intelectuais leigos, somou-se, na década seguinte, a seção brasileira da Ação Católica, com sua profusão de ramificações. Além de atrair pensadores de fora da Igreja para o interior das instituições eclesiais, havia o estímulo a que militantes católicos se firmassem em outras associações culturais do Rio:

[...] a atuação do cardeal Leme e dos seus colaboradores mais diretos excedeu o terreno puramente espiritual e pastoral, estendendo-se aos mais diferentes âmbitos culturais — desde a censura propriamente dita feita ora pela arquidiocese, ora pelo Ministério da Justiça — até a participação e militância direta dos intelectuais católicos nas diferentes associações oficiais como a Academia Brasileira de Letras, a Associação Brasileira de Imprensa, o Pen Club, a Associação Brasileira de Escritores, a Sociedade Felipe d'Oliveira e, obviamente, o Centro Dom Vital. Para o cardeal, a mais importante de todas era a ABL. (RODRIGUES, 2012: 61).

A acomodação de parte da intelectualidade em ramificações da Igreja foi analisada por Miceli (2012) como uma das alternativas então apresentadas para construção de carreira aos membros das oligarquias afetadas pelas mudanças de 1930. Assim como alguns foram à Igreja, outros se engajaram nos partidos dos extremos — integralismo e comunismo — ou penetraram nos cargos públicos ou, ainda, combinaram mais de uma dessas possibilidades.

Ao constatar um “surto de conversões” no período, Arduini (2014) buscou traçar um perfil dos intelectuais do Centro Dom Vital entre 1922 e 1948. Segundo ele:

Tratava-se de um grupo quase exclusivamente masculino, no início de sua vida adulta, isto é, no processo de sua formação profissional ou no início de uma carreira que, em muitos casos, contou com a incursão em cargos

⁷⁸ “Nas primeiras décadas do século XX, a arquidiocese carioca era a mais importante de todo o Brasil, principalmente pelo fato de que as decisões nela tomadas repercutiam nacionalmente com rapidez. Leve-se em conta que o Rio de Janeiro era a capital federal, o que aproximava ainda mais a Arquidiocese do Rio à presidência da República.” (RODRIGUES, 2012: 43).

públicos ou mandatos eletivos. A participação no Centro serviu a uns como base pra arregimentar mão-de-obra a fim de trabalhar a favor de sua própria candidatura; a outros, como espaço para a formação de amizades, das quais resultariam uma inserção privilegiada nos órgãos administrativos. (ARDUINI, 2014: 72).

Já sobre o grupo de cerca de vinte homens que fundou o Centro, o autor sublinhou o elemento da formação profissional e origem geográfica:

A maior parte dos homens presentes a esta reunião [de fundação do Centro] eram egressos da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Nota-se uma ausência quase completa dos representantes oriundos de outros centros de formação de bacharéis — principalmente os mais tradicionais do país, São Paulo e Recife. Considerando que a Faculdade estava localizada na mesma cidade que o Centro, seria natural esperar que a maior parte dos membros viesse dessa instituição. Mas a ausência quase completa de pessoas com outras trajetórias — apenas Figueiredo havia estudado Direito entre Recife e Salvador — é digna de nota. Em acréscimo, ausência de engenheiros e a baixa presença de médicos — apenas Hamilton Nogueira era formado em Medicina — poderia ser explicada pela tradição positivista, forte nestes dois grupos desde o final do Império e o início da República, ainda a funcionar como um obstáculo ao ingresso de pessoas dessas profissões no Centro. (ARDUINI, 2014: 51).

Também devem ser referidas as noções de “intelectual católico” e de “crítica católica” trazidas por Pinheiro Filho (2007) e Rodrigues (2012). O primeiro delimitou entre o final dos anos 1920 e dos anos 1940 a emergência dos intelectuais católicos como grupo dentro do ambiente cultural brasileiro, ou seja, como “um conjunto de indivíduos dotados de um carisma coletivo que permite reconhecimento recíproco, e que atua programaticamente a partir de um conjunto de crenças e valores que se firmam como consenso” (PINHEIRO FILHO, 2007: 33).

O autor observou duas frações nesse coletivo — ambas, sublinhe-se, radicadas no Rio —, a dos “profetas da ordem” (em que eram protagonistas Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima e cuja a atuação prioritária circundava a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, numa disposição mais *política*) e a dos “estetas da ordem”, enfeixada pelo trio Ismael Nery (o mentor do grupo), Murilo Mendes e Jorge de Lima, que faziam do catolicismo “tema e forma artístico-literária” (PINHEIRO FILHO, 2007: 34). O conceito de ordem, como se vê, seria a argamassa ideológica a dar liga entre os dois setores.

O movimento coletivo inaugurado em 1916 por Figueiredo e assumido em 1928 por Lima expandiu sua militância sobre os grupos intelectuais, as instituições, os governos e, de forma indireta, sobre as massas, donde se caracterizou o surgimento

do “intelectual católico” no país:

[...] importa ressaltar que sua atividade [de Jackson de Figueiredo] tornou possível uma experiência intelectual nova, dando voz e visibilidade aos que operam em nome de uma visão de mundo católica; nesse sentido, talvez não seja exagero atribuir a seu grupo a invenção do intelectual católico. (PINHEIRO FILHO, 2007: 40).

Ao mesmo tempo que Alceu representou a continuidade do legado de Figueiredo (assumindo o Centro Dom Vital após a morte inesperada deste), houve uma conduta específica de sua parte. Provavelmente em decorrência dos reflexos de sua origem social, que era elevada, do percurso de sua formação intelectual e do acúmulo de quase dez anos como crítico literário, o que lhe rendera nome e respeitabilidade inclusive entre os modernistas; ou seja, em decorrência de matizes que possuía em relação ao colega sergipano⁷⁹, sua atuação à frente do Centro foi ainda mais direcionada à valorização dos empreendimentos culturais e à batalha ideológica⁸⁰.

No bojo disso, ele ampliou bastante a envergadura da instituição na década de

⁷⁹ Jackson e Alceu haviam sido apresentados um ao outro por intermédio de Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, concunhado de Alceu e amigo de Jackson. A diferença de temperamento e conduta entre os dois, além das origens sociais, foi destacada por Medeiros Lima (2000), na introdução das *Memórias Improvisadas* de Alceu. Seu texto, escrito em 1973, quando Alceu ainda estava vivo, carrega sem dúvida a intenção de separar as duas personalidades (Jackson e Alceu), em favorecimento do segundo. Mesmo assim, são apresentadas nuances efetivas: “Morrendo [...], Jackson tem sua tarefa transferida a Alceu Amoroso Lima, sobre quem influíra tão poderosamente no sentido da conversão religiosa. Herança difícil e certamente pesada para um homem cuja vida estivera, até então, voltada quase exclusivamente para as preocupações estéticas. Embora resistindo à ideia, termina por aceitar a contragosto a direção de *A Ordem* e do Centro Dom Vital, e, com isso, a liderança do laicato católico. Por formação, por origem social e temperamento, *era o avesso de seu antecessor*. Não havia entre ambos outra afinidade que aquela que decorre muitas vezes da atração dos contrários. Se um primava pelo radicalismo das ideias e atitudes, o outro distinguia-se pela tendência à moderação e à conciliação. Jackson de Figueiredo, um provinciano, foi sempre um ativista, um participante, primeiro como estudante rebelde de tendências anárquicas e, depois, no Rio, como jornalista e escritor polêmico, amando a boêmia, frequentando os cafés, nunca indo dormir antes do amanhecer. Já o mesmo não se pode dizer de Alceu Amoroso Lima, de educação aristocratizante, elegante de modos e de trato, frequentando a melhor sociedade de seu tempo, privando desde cedo com algumas das personalidades intelectuais mais em evidência na época [...], passando demorados períodos na Europa [...]. Aberto às ideias do pós-guerra europeu, mostra-se sensível à explosão do movimento modernista entre nós, do qual termina sendo o seu crítico mais brilhante e de maior repercussão. [...] Tudo isso revela a profunda diferenciação que existia entre essas duas personalidades tão opostas entre si” (LIMA, Medeiros, 2000: 51-52).

⁸⁰ “A escolha de Sebastião Leme por apoiar-se em um nome [Jackson de Figueiredo] envolvido de corpo e alma na defesa do governo vigente implicava necessariamente em um posicionamento político partidário. Essa condição foi modificada pela escolha de Amoroso Lima como presidente; assim que passou a editar a revista, alterou o foco d’*A Ordem* da política para a religião e a cultura. Por outro lado, se comprometia a ser fiel nas linhas gerais de pensamento político definidas por seu antecessor. [...] a presidência de Amoroso Lima soube contornar os momentos de dissensão do grupo — principalmente a revolução de 1930 e a de 1932.” (ARDUINI, 2014: 60-61).

1930⁸¹, e ganhou tamanha relevância a ponto de Villaça definir, historiando o pensamento católico brasileiro, a existência de um “antes e depois de Tristão de Athayde”. (VILLAÇA, 2006: 20).

Junto ao controle dessas entidades católicas, Alceu influenciou sobre a política educacional, a partir de sua proximidade com Capanema; tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras a pedido de Dom Leme em 1935; foi reitor e catedrático da UDF; fundador da Pontifícia Universidade Católica; e nome forte na definição da linha editorial da *Agir* — tudo isso sem abandonar os rodapés dos jornais. Dessa forma, acabou sendo um dos mais poderosos controladores do campo cultural carioca, o que, na visão de Ramassote (2013), dificultou a especialização e autonomização do mesmo.

Sua atuação como crítico literário deslocou-se, num percurso irregular, das avaliações estéticas para o discurso ideológico que estipulava a legitimação religiosa como critério preponderante de análise (LAFETÁ, 2000; GOMES JÚNIOR, 2011). Via *A Ordem*, Alceu atraiu Murilo Mendes e Jorge de Lima, já convertidos ao catolicismo por Ismael Nery, além de outras figuras que conduziram as revistas *Festa* e *Terra do Sol*, dando corpo à vertente espiritualista do modernismo. No campo da crítica, sua influência católica se estendeu, com variações, a boa parte dos nomes já mapeados. Apenas em *A Ordem*, Lucia Miguel Pereira, Augusto Frederico Schmidt, Octávio de Faria, Pedro Dantas e Tasso da Silveira foram colunistas regulares, enquanto outros, como Otto Maria Carpeaux, Afrânio Coutinho, Roberto Alvim Corrêa e Sérgio Buarque de Holanda, colaboraram eventualmente⁸². E ainda havia a interlocução com Álvaro Lins.

⁸¹ “Administrativamente, Amoroso Lima também imprimiu modificações importantes: aumentou o número de associados e o público da revista, *A Ordem*, que se mantinha a partir das subscrições de seus membros. As 570 assinaturas que a revista possuía em 1931 foram triplicadas em três anos. No que diz respeito ao número de unidades, da sede única que o Centro possuía no final de 1928 — momento em que Amoroso Lima assumiu a presidência do Centro — chegou-se ao número de treze unidades em 1937.” (ARDUINI, 2014: 61). “É preciso contar que *A Ordem* teve seu período de glória e de maior equilíbrio financeiro, depois da morte de Jackson, com Tristão de Ataíde que o substituiu. Entre altos e baixos conseguiram atingir estabilidade de bom nível [...]. Com o talento e a tenacidade de Alceu, conjuntamente, o Centro Dom Vital e a revista cresceram em número de sócios. É lógico que *A Ordem* foi tomando feições diferentes ao longo do tempo, na forma de distribuição da matéria, de conteúdo etc. Com Alceu, o cunho polêmico-político arrefeceu. A ideia era mais doutrinária, a filosofia de Maritain. De política o mínimo” (FERNANDES, 1989: 332).

⁸² A aparição de Sérgio Buarque de Holanda em *A Ordem* ocorreu na edição especial em homenagem a Jackson de Figueiredo, após a morte deste. Na ocasião, o paulista descreveu o líder católico como uma das personalidades “mais relevantes de sua geração”, pertencente “a essa casta de homens cheios de um heroísmo nobre, designados naturalmente para estimular, para orientar, para comandar e para combater.” (HOLANDA, 1929: 264).

Nem todos seguiram totalmente a doutrina do líder. Estava em questão, antes de tudo, o alcance difuso da ideologia católica e a robustez das instituições do laicato, resultante da ofensiva supracitada. Entre os críticos, os mais intimamente ligados a Alceu (Schmidt, Faria, Silveira) eram também os mais militantes no Centro Dom Vital, os que provinham da elite carioca ou tinham passagem pela Faculdade de Direito local, envolvimento na política e no serviço público (sendo Pereira, parcialmente, uma exceção). Os oriundos de outros centros (Carpeaux, Coutinho, Lins) ou sócios do modernismo paulista (Dantas, Holanda) dialogavam com o laicato, porém de forma menos subordinada, quando não o questionando, no caso dos últimos. Seja como for, resta claro que a crítica literária enquanto modalidade intelectual deteve um mérito específico na disputa cultural e de poder projetada pelos católicos. E que o grupo organizado ou influenciado por Athayde agiu com parâmetros comuns.

Continuando na análise de Pinheiro Filho (2007), a junção entre os setores — profetas e estetas — decorreu do potencial militante do Centro Dom Vital, de um lado, e de outro, da eficiência dos poetas e artistas em “transformar em problema propriamente literário a concepção de política e de sociedade ventilada pelo Centro” (PINHEIRO FILHO, 2007: 44-45). O “discurso nucleado na religião operada pelo grupo de Jackson de Figueiredo”, que “visava abranger a totalidade do mundo social”, encontrou nas “obras de Murilo Mendes, Jorge de Lima e Ismael Nery, a refração particular com que” incidiu “no universo das artes” (Idem, p. 46). Os intelectuais católicos tornaram-se não apenas um grupo, mas um grupo fortalecido, já que atuavam em mais de uma área partilhando concepções sobre o “tempo e a sociedade” que os posicionavam “na contramão da direção de crescente autonomização e diferenciação [...] do campo intelectual” (Ibidem). É impossível compreender o contexto carioca de então sem tê-los em conta.

Já Rodrigues (2012), ao atentar para a relação entre cultura, religião e crítica literária em Alceu Amoroso Lima, adiciona à trama a questão da existência ou não de uma “crítica literária católica”. Ele advoga por uma resposta positiva, admitindo também a terminologia “crítica espiritualista” e posicionando essa tendência dentro do contexto de diferenciação do modernismo brasileiro e da divisão ideológica dos escritores à esquerda e à direita que se intensificou nos anos 1930 — sendo os

católicos considerados direitistas⁸³.

Trata-se de uma afirmação que, pelo que até aqui expus, pode ser estendida de forma mais ampla, para além de Alceu Amoroso Lima, dentro do contexto carioca estudado.

⁸³ “Os textos de crítica religiosa tendem a ser doutrinários, de apologia clara à fé declarada do analista e combate a toda e qualquer ideologia que seja contrária à sua. Por isso, compreendermos a sintomática bifurcação no meio intelectual brasileiro entre católicos e não católicos, entre direita e esquerda, conforme já analisamos.” (RODRIGUES, 2012: 132).

CAPÍTULO III – A CONVERSÃO DO MESTRE

“É porque Tristão é Alceu que Tristão me interessa.”
(Jackson de Figueiredo, carta a Alceu Amoroso Lima, 1922)

Neste capítulo, investigo a aproximação de Alceu Amoroso Lima com a Igreja Católica e os efeitos disso em sua produção intelectual. Conforme visto, a influência de Tristão de Athayde foi determinante na crítica literária de inícios do século XX. A primeira seção por ele assinada, em 1919, denominava-se “Bibliografia”, depois “Vida literária”, ambas em *O Jornal*, posto em que permaneceu até 1945, com poucas interrupções. No meio da década de 1930, escreveu também em “Letras universais” e, de 1948 até o final do período pesquisado, em “Letras e problemas universais”, no *Diário de Notícias*. Em paralelo, manteve intensa atividade em *A Ordem*, e seguiu publicando nos principais jornais e revistas do país até o final da vida.

Sua relevância na crítica carioca foi tamanha que, investigando os nomes que surgiram nos jornais após seu prestígio ser consolidado (isto é, do início dos anos 1920 em diante), percebe-se que boa parte iniciou a carreira em contato com empreendimentos de Alceu (por exemplo, publicando em *A Ordem* ou em *O Jornal*) ou estabeleceu com ele algum nível de cordialidade e deferência, necessários para ingressar no campo.

Além de ter escrito em rodapés por mais de quarenta anos, o crítico propôs e praticou diferentes “programas”, de forma mais ou menos explícita. Até a metade da década de 1920, reivindicava para si uma metodologia crítica intitulada expressionista, mantinha-se aberto às novidades literárias e distante das disputas políticas, o que lhe rendeu, nos meios carioca e nacional, autoridade com a qual passou a atuar como uma espécie de “mestre”. Depois, converteu-se ao catolicismo e acabou influenciando outros intelectuais de seu tempo, desenvolvendo, no caso da crítica, o que estou chamando de uma crítica católica. Em vida, obteve reconhecimento consideravelmente superior à maioria de seus contemporâneos.

Nos estudos sobre o autor e inclusive na forma dele próprio falar a respeito de sua trajetória, chama atenção o peso conferido ao capítulo da conversão ao catolicismo. Consumada em 1928, ela passaria a ser tratada como uma viragem. Isso mostra como, a partir de então, o ato de converter-se à Igreja adquiria força social e simbólica, no interior de uma sociedade em que o catolicismo era a religião socialmente legítima e quase universalmente praticada.

A Igreja queria ganhar intelectuais militantes e pessoas notáveis para seu projeto, que era, em essência, conservador e elitista, isto é, baseado na ideia de cooptação da elite como mediador laico na catequização do povo e agente político portador da visão de mundo católica, a favor dos interesses eclesiásticos. Dom Leme criou, inclusive, uma “Oração dos intelectuais brasileiros”⁸⁴. Também confirmando o quadro, ao destrinchar o conteúdo da revista *A Ordem* entre 1921 e 1937, Velloso informa que era praxe o anúncio da “conversão de intelectuais brasileiros e europeus ao catolicismo” (VELLOSO, 1978: 123-124). Portanto, a conversão assumia um estatuto específico nesse contexto histórico, sendo ao mesmo tempo estratégia da Igreja e capital social nas mãos dos intelectuais.

No caso de Alceu, a conversão é consensualmente atribuída ao trabalho de convencimento realizado sobre ele por Jackson de Figueiredo. Embora os dois fossem de uma mesma geração, o segundo fora convertido à Igreja aos vinte e três anos e, antes da abertura dos anos 1920, já era um militante católico de aferradas posições antiliberais e reacionárias. Diversamente, Alceu arrastou por essa década hesitações, enquanto dialogava com Jackson e outros interlocutores, como Dom Leme e Padre Leonel Franca⁸⁵. Ao mesmo tempo, vivia o auge de sua atuação como crítico literário em *O Jornal* e experimentava demais ocupações profissionais que não o satisfaziam do ponto de vista subjetivo e que seriam, em breve, abandonadas ou secundarizadas.

O papel determinante de Jackson para a conversão de Alceu foi mencionado por muitos autores e admitido repetidas vezes em vida pelo próprio. Para os analistas interessados nessa relação, existe a vantagem de estar publicada a correspondência entre eles, em *Harmonia dos Contrastes*, edição da Academia Brasileira de Letras de 1991, em dois tomos. São ao todo mais de duzentas cartas datadas entre 1919 e 1928, que hoje em dia podem ser tomadas como um “arquivo da conversão”⁸⁶ de Alceu ao catolicismo.

⁸⁴ A oração foi escrita em 1924 e publicada em *A Ordem*. Consulta realizada em 04/01/2020 no sítio <https://www.institutojacksondefigueiredo.org/variedades/oracao-dos-intelectuais-brasileiros>.

⁸⁵ Leonel Franca (1893-1948), sacerdote jesuíta de origem gaúcha, exerceu influência capital sobre os intelectuais católicos do momento, com destaque, justamente, para Jackson e Alceu. Nos anos 1930, compôs com este o Conselho Nacional de Educação e quando da fundação da PUC-RJ, em 1941, foi seu primeiro reitor.

⁸⁶ Parafraseio o termo criado por Diaz (2007), que, discutindo o lugar da interpretação das correspondências nos estudos literários, define a carta como “arquivo da literatura”, isto é, como material em que se registram, com frequência, as idas e vindas da composição literária. Sendo um “arquivo da conversão”, na correspondência entre Jackson e Alceu está documentado o percurso deste em direção ao catolicismo militante.

O manuseio desse material abre um verdadeiro universo de problemas. Ali está registrada uma extensa bibliografia sobre os debates católicos. A partir dela, Rodrigues (2013) cartografou as linhas de força que incidiam sobre a dupla, com nuances entre um e outro. Tratava-se dos reflexos da doutrina francesa da *Action Française*⁸⁷, em expoentes como Joseph de Maistre, Charles Maurras e Jacques Maritain. Jackson e Alceu falavam do cotidiano do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, do cenário político brasileiro e internacional e de sentimentos acerca da fé católica, além de trocarem confidências, juras de amizade e de compartilharem angústias e questões existenciais, como é característico das cartas. Consta que o contato entre ambos tenha sido, sobretudo, epistolar. Ao passo que as missivas eram frequentes, os encontros eram raros⁸⁸.

Nas cartas, salta aos olhos uma espécie de distinção de papéis entre os dois, instituída e legitimada reciprocamente de forma progressiva. Jackson era quem tinha o poder de convencimento, seu objetivo declarado era atrair Alceu para a militância católica; já Alceu era aquele que estava aberto a essa tentativa, embora impusesse resistências de diferentes tipos. Era como se fossem, respectivamente, os polos ativo e passivo em uma dinâmica consentida de atração espiritual (ou de buscas de aproximação), o que o trecho de uma carta enviada por Jackson a Alceu em abril de 1927 descreve bem:

[...] Há em mim algo de completo, que falta a você, quero dizer, quando eu o encontrei já era o católico que sou, isto é, já era um homem perfeitamente

⁸⁷ “A Ação Francesa exerceu influência na vida política e na opinião pública francesas nas quatro primeiras décadas do século XX. Nascida mais cronologicamente do que intelectualmente com o caso Dreyfus, oficialmente fundada em 20 de junho de 1899, é filha do nacionalismo antirrevisonista. [...] O repúdio aos princípios democráticos, a defesa da hierarquização social, aproximavam a doutrina da Ação Francesa a outra forma de pensamento, a da direita tradicionalista. Isso se deu em razão das inegáveis similitudes: tanto numa como noutra era presente a intransigência, a recusa da discussão e da acomodação; ambas não admitiam a partilha. De modo mais específico, a Ação Francesa era o contrário da democracia, pois sua filosofia era profundamente aristocrática, sobretudo fundada na concepção hierárquica da sociedade e defensora do que considerava *superioridades naturais*.” (RODRIGUES, 2013: 51-52). Três dos principais nomes dessa frente intelectual e política, muito presentes na correspondência aqui analisada, eram Joseph de Maistre, Charles Maurras e Jacques Maritain. Em 1926, o Vaticano deixaria de apoiar a iniciativa e, então, esses expoentes desenvolveriam diferenças entre si: Maurras continuaria representando o conservadorismo autoritário, ao passo que Maritain transitaria para uma vertente humanista e democrática do cristianismo. Rodrigues (2013) sustenta que, de certa forma, Jackson de Figueiredo seria uma maurrasiano, enquanto Alceu teria afinidade, sobretudo, com Maritain.

⁸⁸ “Isto será sempre o peso da minha ação de escritor. Sou um homem que só tem prazer em estar em casa, com a sua *família* de pessoas e de livros. Os amigos que tenho são longínquos. Mesmo você, o melhor deles, é um amigo epistolar. E por culpa minha. Só me sinto à vontade, mesmo com você, assim à distância, deitando no papel o que o coração medita.” (LIMA, Alceu Amoroso. 19/11/1927. In: FILHO, João Etienne (org.). *Correspondência: Harmonia dos Contrates*, tomo I, p. 222).

ocidental e perfeitamente universal, do ponto de vista intelectual. Você ainda era uma coisa a mover-se desesperadamente em busca do lugar de repouso. *Daí lhe parecer que eu sou a atração e você o atraído.* Mas, nesse sentido, o que atrai não sou eu, e, sim, positivamente, o mundo de ideias que obscuramente represento. O fato, porém, de poder eu parecer assim na sua vida implica uma outra ordem de relações que há injustiça da sua parte em não ter ainda nelas atentado, e estas são as de sensibilidade, de temperamento, de vida propriamente lírica, ou melhor, de vida cismática, de imaginação e intuição, do sofrimento espiritual, enfim, que é o que resume tudo isto.⁸⁹

Em muitas passagens, a atitude de Alceu perante o colega parecia devota⁹⁰. Ele dizia tê-lo, por exemplo, como um “anjo da guarda”⁹¹, como “o mais heroico exemplo de vida interior”⁹². Noutro excerto, define o impacto das cartas do amigo sobre ele do seguinte modo: “[...] suas cartas são verdadeiramente aspiradoras. E elas deixam como que um vácuo que a gente segue sem querer, aspirado, sugado, elevado, como um grão de trigo em um silo do cais do porto.”⁹³

Curiosamente, esses papéis interiorizados não correspondiam às posições objetivamente ocupadas e ao prestígio acumulado por cada um deles dentro do campo intelectual brasileiro da década de 1920. Neste, Alceu estava bem mais estabelecido — seja por sua origem familiar e geográfica seja pela consagração como crítico — do que Jackson. O crítico d’*O Jornal* era um carioca “da gema”, nascido em berço de ouro, portador de formação educacional elevada e de prestígio instituído no rodapé da grande imprensa. Prova disso era o reconhecimento de que dispunha enquanto avaliador conceituado do modernismo, ainda que não fizesse parte dos grupos constitutivos do movimento e optasse por uma conduta “neutra” frente a eles, distintamente de outros críticos em circulação no Rio de Janeiro, como Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Dantas, os dois autodeclarados modernistas.

De outro lado, Jackson vinha de fora, migrado do Sergipe. Lá, recebera boa formação escolar e universitária, diplomando-se em Direito na Bahia, mas havia mudado para a capital federal à sombra de instabilidade financeira, dependendo de favores para se estabelecer. Ele firmou seu nome, localmente, por meio da liderança

⁸⁹ FIGUEIREDO, Jackson. 22/04/1927. In: FILHO, João Etienne (org.). *Correspondência: Harmonia dos Contrates*, tomo I, p. 93. (Grifos meus).

⁹⁰ “Você representa na minha vida o homem que eu teria querido ser. E daí a verdadeira obsessão que você sempre exerceu sobre mim.” (LIMA, Alceu Amoroso. 30/03/1927. In: FILHO, João Etienne (org.). *Op. Cit.*, tomo I, p. 80).

⁹¹ LIMA, Alceu Amoroso. 18/10/1927. *Op. cit.*, tomo I, p. 199.

⁹² *Idem*, 6/12/1927 p. 247.

⁹³ *Ibidem*, 18/01/1928, p. 295.

católica que assumiu em tempo curto e que explicava sua conduta ativa na correspondência; entretanto, essa hierarquia presente nas cartas não representava, de fato, as posições existentes no universo social e cultural carioca mais amplo.

O que teria permitido essa inversão de papéis entre os dois no diálogo epistolar? Uma visão convencional tende a atribuir às ideias representadas por Jackson um poder de atração, estando Alceu tendente a se aproximar da visão conservadora e católica de mundo. É o que o próprio sergipano sugere no excerto transcrito acima e, na esteira dessa hipótese, estudiosos como Rodrigues (2013) e Leite (2014) esmiuçaram os debates filosóficos que estavam em jogo entre os dois naquele momento histórico, bem como as opiniões incorporadas por um e outro e a capacidade que tiveram de alcançar sínteses — ou a capacidade que Jackson obteve de convencer Alceu.

Já aqui, adotarei outro viés para compreender a correspondência e seu contexto. Sem pôr de lado o pano de fundo dos diálogos filosóficos, farei uma análise crítica das trajetórias dos dois, considerando-os de forma relacional e em meio ao espaço da cultura, da política e da religião em que firmaram suas escolhas. Interessa investigar como e por que o *estabelecido* no campo, Alceu, ocupou o polo passivo nesse jogo de atração epistolar, enquanto o *outsider*, Jackson, esteve na função oposta⁹⁴. Nesse esforço, quero apurar o significado da proclamada “conversão”, e investigar seus efeitos sobre as posições ideológicas e a militância (na política e na literatura) do autor até o meio da década de 1940, durante sua fase “radical” e ideológica (GOMES JÚNIOR, 2011). Tendo em vista o reconhecimento quase unânime que Tristão de Athayde gozava nos jornais da época, esse caminho será propício para seguir analisando de forma mais geral o componente católico da crítica de rodapé carioca.

Alceu Amoroso Lima nasceu em 1893 no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, como o único homem junto a outras quatro filhas de Camila da Silva Amoroso Lima e Manoel José Amoroso Lima⁹⁵. A opulência da família tinha origem desde pelo menos o avô de Alceu, português, portador do título nobiliárquico de Visconde de Amoroso Lima e “agraciado no fim da vida pelo governo” de Portugal (LIMA, 2000: 195). Seu pai, Manoel José, brasileiro, ensaiou entrar no seminário e na Escola

⁹⁴ Tomei emprestados os termos consagrados na sociologia por Elias e Scotson (2012).

⁹⁵ Realizei a reconstrução de trajetória de Alceu com base, especialmente, em Bandeira (2000), Lima (2000) Villaça (2006), Gomes Júnior (2011), Rodrigues (2012), Rodrigues (2013) e Ferreira (2015).

Central Politécnica, mas acabou abandonando as carreiras em nome de administrar a casa de comércio de tecidos de seus tios, onde também seu pai, o visconde, trabalhava.

Embora sem formação no ensino superior, os dados informam que Manoel José era um sujeito erudito, republicano em assuntos políticos e afinado com os hábitos sociais e culturais da elite carioca. Um de seus gostos maiores era a música⁹⁶, área em que fundou, ao lado de Machado de Assis e outros, o Clube Beethoven, na Glória. Machado, aliás, foi vizinho dos Amoroso Lima no bairro do Cosme Velho, morando “a dois passos” da ampla e confortável chácara da Casa Azul dessa família (LIMA, 2000: 193).

Ainda criança, Alceu foi rodeado por professores particulares que lhe transmitiram, ao lado da mãe, as primeiras letras, as habilidades intelectuais e os marcadores de distinção cultural. O que deixou impressão mais marcante foi João Kopke, renomado educador e advogado de origem alemã⁹⁷. O filho varão, segundo Ferreira (2015), cresceu mimado pela mãe e pelas irmãs, além de ter possuído em seu padrinho, Antonio Marinhos, uma figura determinante na transferência de capital cultural⁹⁸. Foi ele quem levou Alceu à primeira viagem para a Europa, em 1900, onde este chegou a frequentar uma escola parisiense. Até os dezenove anos, ele viajaria ainda mais duas vezes para o velho mundo.

A tentativa de biografia ensaiada por Ferreira (2015), neto de Alceu, em *Histórias de meu avô Tristão*, se peca pela falta de objetividade, por outro lado fornece

⁹⁶ “Desde menino meu pai fazia questão de me levar à ópera”, afirma Alceu em suas memórias, as mesmas em que diz considerar ter “uma inclinação natural e mesmo hereditária pela música”, não levada, contudo, adiante. (LIMA, 2000: 203-204).

⁹⁷ “Manuel Amoroso Lima [...] não abre mão das aparências burguesas. Sobretudo quanto à educação do menino entre quatro filhas. O garoto tem a cercar-lhe um verdadeiro séquito de preceptores a domicílio até os 10 anos de idade. As matérias principais são dadas por [...] João Kopke. [...] Esse alemão é o introdutor no Brasil da educação experimental, uma revolução para o estilo formalista e rotineiro da época. [...] O programa de estudos na chácara inclui ainda aulas práticas de teatro e música. Alceu e as irmãs montam nos finais de semana apresentações domésticas nas quais figuram os familiares. [...] Alceu dedilha umas melodias no piano. (FERREIRA, 2015: 27-28).”

⁹⁸ “Alceu é sempre o queridinho de dona Camila. E as irmãs não se incomodam com isso, pois ele é também o queridinho delas. Mais dengos ainda tem Alceu do tio e padrinho Marinhos, homem sem filhos, que faz desaguar no afilhado toda a ternura da sua paternidade não preenchida. São vizinhos no Cosme Velho, para a chácara do tio escapa o garoto nos finais de semana atrás de atenções. A casa inclui cocheiras para os cavalos que, aos pares, puxam pelas ruas o *phaeton*, espécie de charrete do padrinho.” (FERREIRA, 2015: 29). Havia também como que uma disputa entre mãe e irmãs, de um lado, pai e padrinho de outro, estes preocupados com a educação excessivamente “feminina” que o garoto poderia receber. Diz Alceu em suas memórias: “Os seus cuidados com o ‘Vida’, como me chamava [minha mãe], tê-lo-iam porventura ‘estragado’ de carinhos pela vida inteira, se não fosse a presença moderadora do pai e do padrinho, que temiam um filho e afilhado efeminado”. (LIMA, 2000: 196-197).

pormenores sobre a família que acabam por constituir “achados” significativos à remontagem da trajetória de Alceu. Ainda falando das experiências vividas por este com seu padrinho, Ferreira informa, por exemplo, que Alceu, ainda criança, chegara a almoçar em presença do então presidente da República, Campo Sales, o que indica o trânsito livre que sua família possuía nos palácios⁹⁹. Já em outra passagem, descobre-se que os Amorosos Lima tinham como médico particular, ninguém mais, ninguém menos, que o então Ministro da Fazenda do governo federal, Joaquim Murtinho¹⁰⁰. E desse modo tudo indica que, mesmo sofrendo algum abalo na Crise do Encilhamento, as condições financeiras da família eram confortáveis, dando “estáveis alicerces psicológicos” à personalidade do futuro crítico (FERREIRA, 2015: 26).

Chegando à idade ginásial, Alceu foi matriculado pelo pai no Externato do Colégio Nacional, futuro Colégio Pedro II. A experiência foi descrita como marcante em suas memórias por representar uma saída do ambiente doméstico, gerando a convivência com filhos de famílias de nível social semelhante, mas, algumas vezes, inferior ao seu¹⁰¹, ainda que o Colégio fosse um espaço apropriado pelas classes altas de então. Uma das amizades que aí desenvolveu foi com Ronald de Carvalho, futuramente seu colega de serviço no Itamaraty. É importante observar, para as discussões do capítulo, que em suas memórias Alceu reforçava o aspecto de não se tratar de um colégio católico. “Não frequentei colégio de padre”, ele disse, “[meu pai] achava que eu devia estudar em colégio leigo e popular.” (LIMA, 2000: 74). E

⁹⁹ “Marinhas vive de demandas. Demandistas são pessoas que arrematam questões imobiliárias movidas contra o Estado. O trânsito livre nos gabinetes ministeriais angaria-lhes informações valiosas e boa vontade entre os que julgam e decidem essas ações. O dindo atua na República Velha, num Brasil ainda de corte a privilégios mais aceitos, tendente ao ‘para os amigos tudo, aos inimigos a lei’ de uma sociedade vertical [...]. Naquela administração nada participativa, em uma sociedade onde a contestação é mal digerida, as decisões acabam partindo de e atendendo à meia dúzia de interessados reuníveis em um salão. Com acesso à República Velha, Marinhas põe Alceu, ainda de calças curtas, a almoçar em palácio, na mesa em que se sentam meia dúzia de convidados ao redor do Presidente Campo Sales. O padrinho também é sócio do Clube Beethoven, local frequentado por Machado de Assis e pelo pai de Alceu.” (FERREIRA, 2015: 30).

¹⁰⁰ “Aquilo tudo parece criação para príncipe e oferece às crianças outro privilégio: o médico de família que atende aos Amorosos Lima. O senhor bondoso que vem a ter a casa se preciso for de noite, carregando pasta de couro, toma a temperatura do guri, sonda-lhe as batidas do corações e confere as amídalas, é nada melhor do que Joaquim Murtinho, o Ministro da Fazenda em exercício” (FERREIRA, 2015: 28).

¹⁰¹ “O ginásio era em tudo uma experiência nova e surpreendente que me chocou. Foi o meu pai que o provocou. Talvez conscientemente. Hoje o bendigo. Mas, *no momento, foi terrivelmente doloroso*. Foi a brusca revelação do ar livre. De uma criança até então criada numa redoma. O brusco contato com uma turma de colegas desconhecidos [...]. Dos nove aos onze anos. No momento mais plástico e mais sensível da alma de uma criança em formação que nunca frequentara senão o ambiente doméstico. [...] Os meus companheiros de ginásio não eram piores nem melhores do que eu mesmo. Eram apenas diferentes. Mais brutais. Mais irreverentes. Usando expressões que soavam como palavrões aos meus ouvidos. Troçando, como meninos dos subúrbios, do menino da Zona Sul.” (LIMA, 2000: 201).

complementou, a respeito dos influxos juvenis que recebeu em religião:

Em matéria intelectual todo esse esforço [dos meus pais] procurava operar em sentido positivo. Em matéria religiosa, porém, a atitude de ambos se não era negativa era, se posso dizer, *permissiva*. Minha mãe fora educada em um colégio protestante de Niterói e tinha um conceito muito amplo de liberdade religiosa. Educou-nos na fé católica. Mas não no pietismo ou na superstição. Não era muito, ou mesmo nada, de Igreja. E tinha horror ao fanatismo. Tanto assim que recebeu com muita inquietação e reserva a minha conversão. Quanto a meu pai, ex-seminarista durante um ano no Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro, era ‘amigo dos senhores padres’, como caçoava meu padrinho, esse, sim, sem fé religiosa alguma. Meu pai, embora ex-seminarista e ‘amigo dos senhores padres’ [...], fez questão, como já disse, de me matricular em colégio leigo. Não recebi, portanto, durante a minha infância, qualquer pressão religiosa. E o ambiente lá em casa era bastante laico. Isso me permitiu, depois de vinte anos de total ‘disponibilidade’, tomar livremente e sozinho a decisão final em matéria de tanta relevância. (LIMA, 2000: 197-198).

Percebe-se um esforço em indicar certa distância religiosa na sua formação, embora sua família fosse católica e o houvesse educado nesse sentido. Mais correto seria dizer que Alceu cresceu num ambiente católico, mas moderadamente praticante, algo frequente no Brasil. Contudo, nas memórias, sua linha discursiva privilegiou a ideia de afastamento do rigor doutrinário, o que o ajudava a justificar a adesão posterior à Igreja como uma decisão livre.

Assim ele também caracterizou sua experiência no ensino superior, quando cursou a Faculdade de Direito, teve aulas com Sílvio Romero e afirmou ter recebido influências positivistas. Formando-se em 1913, viajou mais uma vez à Europa onde tomou aulas com Bergson no Collège de France. Quando voltou ao Brasil, estagiou no escritório de Souza Bandeira, jurista de alto quilate da sociedade carioca¹⁰², e em seguida, por apadrinhamento, trabalhou no arquivo do Itamaraty, onde, com pouco serviço a cumprir, pôde dedicar-se às leituras e aos debates com o amigo Ronald de Carvalho.

Já por era essa época, aconteceram eventos decisivos para a trajetória inicial

¹⁰² Mais uma vez, Ferreira ajuda a demonstrar o significado extraprofissional que pode ter possuído essa experiência de estágio na biografia de Alceu: “No escritório Souza Bandeira, onde Alceu estagia entre 1911 e 1916, o velho jurista tira mais da companhia do bacharel umas minitertúlias de final de tarde. Dr. Bandeira é leitor voraz [...] de [...] Eça, Anatole e Baudelaire. Basta o último cliente deixar o escritório para que o titular da banca, em vez de tratar de causas, réus e pareceres, chame a seu gabinete Alceu, que sorve o depoimento sobre um mundo que acaba. Na época, Souza Bandeira é, como advogado, ainda mais famoso do que o sobrinho a quem se refere com frequência, jovem com jeito para escrever, e que se recupera de tuberculose na Suíça: Manuel Bandeira. Jovem e ancião trocam impressões sobre os textos simbolistas e parnasianos. Tal agenda segue ocupando Alceu até 1918, quando ele se casa” (FERREIRA, 2015: 51).

do autor: em 1918, casou-se com Maria Thereza, que era filha do acadêmico Alberto de Faria, irmã, portanto, de Octávio de Faria, e ainda cunhada do igualmente membro da ABL, Afrânio Peixoto. Também deixou o Itamaraty e foi alocado pelo pai para administrar a indústria de tecidos que a família detinha em Petrópolis, denominada Cometa Tecidos, função jamais interiorizada por ele com entusiasmo. E em 1919, aceitou o convite feito por Renato Toledo Lopes para integrar um novo jornal carioca, *O Jornal*, e nele fazer a crítica de rodapé, ou seja, ser o crítico titular.

Em linhas gerais, é possível enxergar a iniciação do crítico dentro do meio intelectual carioca no encerramento da segunda década do século XX, ainda antes de completar trinta anos. O posto de maior brilho de que dispunha era o rodapé literário, restando fora isso uma indefinição quanto à colocação profissional. Após abandonar a advocacia e o Itamaraty, restara-lhe o comando da indústria do pai, função que lhe dava condição financeira estável, mas o afastava do ofício intelectual que preferia exercer. O jovem que durante a Faculdade chegara a publicar contos na revista acadêmica e que já em 1917 contribuía para a *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, tinha o impulso de se instituir de todo como letrado no meio carioca, afastando-se o máximo possível da imagem de industrial¹⁰³. Essa espécie de incompletude atravessou a década de 1920 dominando os pensamentos de Alceu, que permanecia hesitante, até que em 1928 a conversão à Igreja solucionou o impasse e acabou moldando o trajeto seguido pelo crítico até o final da vida, com especial impacto pelos próximos quase vinte anos.

Antes de seguir por essa etapa, deve-se falar um pouco da trajetória de Jackson de Figueiredo, o interlocutor de Alceu nas cartas. Os dois encontraram-se pela primeira vez em 1918, no Rio, por intermédio de Afrânio Peixoto. De início, segundo Alceu, manifestaram divergências políticas, posto que o crítico de *O Jornal* sustentava posições exageradamente liberais quando comparadas às de Jackson, à altura colunista na *Gazeta de Notícias* e militante católico, um reacionário inequívoco. No ano seguinte, em dezembro, inauguraram a correspondência.

Conforme informado, Jackson nascera em Aracaju (SE), em 1891¹⁰⁴. Era filho

¹⁰³ O incômodo de Alceu com a condição de burguês industrial foi marca profunda em seu espírito durante toda a década de 1920, conforme mostrarei melhor adiante. “[...] sou considerado *homem rico*. Mas tenho uma *vergonha horrível* de tudo isso. E quando me chamam de *homem rico* [...] confesso que perco a cabeça.” (LIMA, Alceu Amoroso. 10/05/1928. Op. Cit., tomo II, p. 97-106).

¹⁰⁴ A elementos de trajetória de Jackson foram colhidos nas mesmas referências usadas para reconstituir a trajetória de Alceu, agregando, ainda, Fernandes (1989), Pinheiro Filho (2007), Arduini (2014) e Leite (2014).

primogênito de Luiz de Figueiredo Martins, farmacêutico, e de Regina Jorge de Figueiredo Martins. Sua família tinha peso na política local, tendo sido seu avô paterno, o português Jacinto Martins de Almeida Figueiredo, prefeito de Aracaju entre 1898 e 1900 pelo Partido Republicano de Sergipe. A ala materna provinha da Bahia, também de ascendência portuguesa e bem estabelecida financeiramente como proprietária do Engenho Lagoa Grande. Sua formação católica era rígida, refletindo o ambiente nordestino costumeiramente mais devoto do que os centros urbanos do Sudeste. Consta que ele era forçado a participar dos grupos de reza da família, que sofria castigos ao recusar a religião e que foi matriculado, no ginásio, em colégio protestante. Também chama a atenção um claro contexto de decadência material que viveu sua família, envolvida na política e nos negócios sergipanos em uma etapa de crise econômica local.

Formado em Direito na Bahia, migrou ao Rio de Janeiro para se instalar no centro político e cultural do país, após ter publicado dois livros de poesia, em Sergipe e na Bahia. Algumas tomadas de posição condicionaram seu percurso na capital federal. Uma delas foi o estreitamento com o filósofo espiritualista Farias Brito, sobre quem Jackson se debruçou e publicou seus dois primeiros livros na cidade¹⁰⁵. Em contato com ele, foi influenciado a abandonar as concepções materialista e ateuista com que flertava para contrariar a mãe, transitando para a vertente religiosa que o marcou até o fim da vida. Importante reforçar que a ligação com o filósofo não foi simplesmente “espiritual”, senão também íntima — os dois se tornaram amigos e Jackson inclusive casou-se com Laura Alves, que era cunhada de Farias Brito.

Outro ponto fulcral foi sua aproximação com a pastoral de Dom Leme. Este viria a mudar-se para o Rio de Janeiro na condição de chefe da Arquidiocese carioca em 1921, mas já em meados e fins da década anterior era influente na capital do país. Eles abriram correspondência em 1916, mesmo ano da Carta Pastoral de Saudação à Arquidiocese de Olinda escrita por Dom Leme, documento que, por assim dizer, inaugurou a preparação da Igreja para a tarefa de recristianização do país sob colaboração de intelectuais leigos e forte mobilização institucional, conforme discutido no capítulo anterior. Logo, Jackson seria cooptado para o catolicismo, tornando-se discípulo de Dom Leme. Como afirma Pinheiro Filho, “a presença de Dom Leme baliza

¹⁰⁵ *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias de Brito* (1916) e *A questão social na filosofia de Farias de Brito* (1919) foram ambos editados pela Revista dos Tribunais, mesma editora que publicava as obras de Farias Brito.

[...], do início ao fim, o percurso de Figueiredo, que segue de perto sua orientação” (PINHEIRO FILHO, 2007: 36).

É preciso entender a tomada de posição do sergipano em meio ao contexto de sua chegada ao Rio. A bibliografia informa que Jackson veio à cidade em condição financeira desfavorável. Inicialmente, teve de trabalhar na Câmara Federal como revisor de debates, ali alocado graças à influência de um tio almirante e de um deputado federal de Sergipe amigo de sua família. Depois, inseriu-se no jornalismo. O central é observar que ao redor de sua figura, pelo menos inicialmente, não havia uma autoridade destacada no ambiente carioca tal como existiria caso sua atuação permanecesse no Nordeste, no entorno familiar. Dessa maneira, foi forçoso a ele tomar escolhas o quanto antes, definir um trajeto sem a excessiva dose de hesitação que se observou em Alceu. Isso era um imperativo para sua inserção no campo e para o desenvolvimento de uma carreira intelectual e política exitosa¹⁰⁶.

Os vínculos combinados com Farias Brito e Dom Leme atenderam a essa expectativa e, dessa forma, poucos anos após aterrar no Rio, o jovem sergipano já possuía coordenadas claras para si. Ele assumiu de maneira enfática a militância católica e o pensamento reacionário, que dominaram a totalidade de suas ações no campo intelectual. Jackson foi opositor direto do modernismo na literatura e nas artes, envolveu-se desde cedo em assuntos do poder, como na defesa do controverso governo de Arthur Bernardes, e levantou postulados em filosofia, direito e demais áreas do pensamento, sempre em subordinação ao catolicismo¹⁰⁷.

A doutrina de Jackson estava inserida num contexto global e brasileiro. A Europa saía da Primeira Guerra em dinâmica favorável ao surgimento de regimes totalitários, destroçada econômica e politicamente. As referências que vinham do período anterior (século XIX), seja na política, na moral, na ciência, nas artes etc., sofriam questionamento, e as ilusões da *belle époque* se esvaíam. Em meio às crises,

¹⁰⁶ “Jackson chega ao Rio, em março de 1914. Tanta experiência de vida deixou para trás! Serviria esta, para os momentos de agora em diante? [...] E o que procurava longe das terras nordestinas? Era uma vocação, mas ainda não definida? A de realizar-se plenamente num espaço maior [...]. Qual a sua filosofia? Seu ponto de vista político? Sua arte? E o mais importante: qual o meio prático de sobrevivência? Sim, tinha na bagagem um diploma... algum dinheiro, vários nomes indicados por parentes e amigos. Uns poucos conhecia de nome; outros, de ligeira convivência. Um, somente, sabia que era amigo de seu pai. Seria atendido? Onde morar? Tomara intimamente o compromisso de não mais recorrer sempre ao pai; sabia-o agora envelhecido e economicamente desfavorecido.” (FERNANDES, 1989: 131).

¹⁰⁷ “Os temas de Jackson foram o catolicismo, a ordem, a autoridade, a contrarrevolução, o nacionalismo, a restauração moral. Foi um maurrasiano.” (VILLAÇA, 2006: 163).

continuavam as mudanças do “mundo moderno”, com destruição e avanço nas forças de produção, crescimento urbano acelerado e tendências de abertura em áreas até então reservadas às elites. Na Rússia, pela primeira vez se concretizava a via revolucionária mais temida e rechaçada por católicos, o comunismo, que estruturaria seu partido no Brasil (PCB) no mesmo ano da fundação do Centro Dom Vital¹⁰⁸.

Dentro desse quadro, a matriz do pensamento conservador católico estava em Paris, alicerçada principalmente nas ideias do filósofo Joseph de Maistre. A síntese da doutrina residia no conceito de *contrarrevolução*. A Igreja se dirigia contrariamente não apenas à ruptura comunista soviética, mas, antes disso, aos desdobramentos da própria Revolução Francesa. Os católicos denunciavam esse evento histórico como inaugurador dos vícios que acarretavam os problemas contemporâneos, decorrentes do enfraquecimento da Igreja, da secularização progressiva dos Estados e do abandono das noções de ordem e autoridade. Da instituição do “caos”, em resumo¹⁰⁹. A saída então almejada seria regressar ao passado por meio da política¹¹⁰, instaurando a Monarquia cristã e a ordem¹¹¹. Essas ideias estavam sintonizadas com

¹⁰⁸ Essa coincidência cronológica motiva Arduini (2014) a definir os intelectuais reunidos pelo Centro Dom Vital como “os soldados de Roma contra Moscou”. O autor enxerga a constituição de dois polos — o católico e o comunista — como produto do estágio de autonomização frágil do campo intelectual do momento. “Católicos e comunistas representariam duas estruturas paralelas de formação do intelectual, reprodução das atividades intelectuais e consagração de modelos a seguir. Eles foram materializados na existência de uma imprensa própria, um grupo de recrutamento na juventude, e a rede de indicações profissionais que os contatos das duas redes poderia estabelecer. Simultaneamente ao aparecimento do exército católico, certas organizações de esquerda (como o Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora) conheceram seu ápice de atuação. [...] Outro elemento decisivo na concentração da atividade intelectual nestes dois polos é a quase inexistência de universidades, institutos de pesquisa, etc. capazes de contrabalançar por sua força o peso das burocracias (partidária ou religiosa) e sua capacidade de encontrar recompensas materiais e simbólicas a quem fizesse parte delas. [...] A força de tais burocracias se torna ainda maior quando comparada à fragilidade institucional de outras alternativas.” (ARDUINI, 2014: 24-25).

¹⁰⁹ “Foi em relação à Revolução Francesa e seus desdobramentos que se insurgiram os pensadores franceses Joseph de Maistre, Louis De Bonald (conservadores contrarrevolucionários), o espanhol Juan Donoso Cortés (igualmente contrarrevolucionário) e o inglês Edmund Burke (conservador tradicionalista). Os escritos destes pensadores influenciaram direta ou indiretamente inúmeros grupos por todo o mundo, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Mais tarde com expressão significativa na Action Française de Charles Maurras e no Brasil junto a Jackson de Figueiredo, com suas leituras próximas de De Maistre e o consequente debate com Alceu Amoroso Lima.” (RODRIGUES, 2013: 75).

¹¹⁰ “Jackson representou no Brasil o pensamento de Joseph de Maistre. Quer dizer, a doutrina da ordem. E quando, em 1921, se fundou a primeira revista de intelectuais católicos no Brasil, Jackson escolheu para título a palavra ordem. Daí até à sua morte prematura e trágica, em 1928, a vida do fundador se confunde com a da sua revista *A Ordem* e com o Centro Dom Vital, fundado por ele em 1922, contemporaneamente à fundação do Partido Comunista do Brasil. A visão jacksoniana era prevalentemente política. Muito mais que uma revista cultural, ele queria fazer de *A Ordem* uma revista de orientação política.” (VILLAÇA, 2006: 13-14).

¹¹¹ É o que Jackson professa em carta para Alceu em abril de 1927: “Daí, meu caro Alceu, eu ainda apelar para o absurdo: Monarquia cristã e, conseqüentemente, aniquilamento das arestas revolucionárias ou pagãs” (FIGUEIREDO, Jackson. 22/04/1927. In: FILHO, João Etienne (org.).

os fundamentos do ultramontanismo, dogma que firmava o poder absoluto da figura papal em nível internacional, estruturando uma Igreja centralizada, conservadora e influente do ponto de vista da política.

Essas correntes de pensamento, que atuavam no velho mundo desde o final do século XIX, chegaram ao Brasil com força na abertura do século XX. Seus representantes foram os próprios Dom Leme, Jackson de Figueiredo, um conjunto de clérigos, intelectuais e, mais tarde, Alceu Amoroso Lima. O solo brasileiro era fértil para essa saída conservadora. O decênio de 1920 condensou uma miríade de crises e revoltas políticas (por exemplo, as instauradas pelo movimento tenentista em 1922 e 1924 com epicentros, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo) que anunciavam, à sua maneira, a falência do regime de 1891, a ser ratificada em poucos anos quando Vargas chegou ao poder. A instalação da República, a abolição da escravidão e os fluxos imigratórios eram somente alguns dos eventos recentes que mexiam profundamente na sociedade.

Já o pós-guerra obrigava a economia local a um impulso ainda inédito, e encontrava uma classe dirigente dividida, em crise, incapaz de estipular soluções nítidas para o país que cada vez mais se confrontava com a urgência de erigir uma identidade própria. Na área artística e literária, foi a década do modernismo lançado em 1922 a partir de segmentos da oligarquia paulista, mas que gerou um abalo na estética passadista há muito acomodada no espírito e nos hábitos dessa mesma elite¹¹². Era em resposta a isso tudo que a Igreja passava a se remodelar, entrando decididamente nas disputas de poder e nos debates públicos e culturais, querendo disciplinar seus fiéis e recompor o caráter hegemônico que historicamente tivera no Brasil.

Essa época de incertezas, inseguranças e indefinições repercutiu na

Correspondência: Harmonia dos Contrates, tomo I, p. 122). Seis dias depois, Alceu responde, também defendendo esse tipo de regime, mas apresentando problematizações: “Eu também sou monarquista, teoricamente. Acho que a tendência anarquizadora dos latinos só se pode realizar, nacionalmente, com toda a sua força coletiva, por meio dessa arquitetura de solidez e permanência que é a estrutura política monárquica. Mas neste nosso mundo em que o movimento essencial do momento é realmente a ascensão de novas classes sociais ao poder, a elevação das massas cada vez mais conscientes do seu poder, — será possível nesse mundo pensar no poder permanente de uma *família*? E no Brasil então? Não seria isso uma utopia, pelo menos inútil?” (LIMA, Alceu Amoroso. 28/04/1927. Op. Cit., tomo I, p. 127).

¹¹² “1922 é o ano da tríplice revolução, como gosta de dizer Amoroso Lima, a política (o Forte de Copacabana), a estética, através da Semana, em São Paulo, e a espiritual, com a fundação do Centro Dom Vital e a publicação de livros como *Pascal e a inquietação moderna*, de Jackson, e *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, do padre jesuíta Leonel Franca.” (VILLAÇA, 2006: 170).

correspondência de Jackson e Alceu com efeitos diversos em um e outro. Conforme dito, deve-se considerar que Jackson ingressava na década de 1920 já na condição de um “soldado de Roma”. Para ele, as tarefas estavam bem estipuladas e o período foi de combate político permanente nas páginas dos jornais e nos espaços vários em que intervinha. O mesmo não valia para Alceu. Neste caso, a conjuntura externa conflituosa rebatia na “alma” do intelectual de forma a acarretar não tanto a ação, mas o sofrimento interno e a dúvida. Alceu permaneceria paralisado diante de escolhas possíveis em seu horizonte. Nas cartas, esse impasse se traduzia em angústia confessada ao amigo, que por seu turno sabia bem o terreno em que pisava e a direção que perseguia. E até em rodapés o problema se revelou, como em 1925:

O mundo moderno está vivendo uma era de luta. E quem não queira sucumbir, ou concorrer por inação, para auxiliar a decadência e a morte, precisa optar. Entre Montaigne, que não optou, e Pascal, que o fez, é o exemplo deste que nos deve animar. Nada mais difícil do que isso. Escolher — para nós que nascemos, que fomos educados, que fomos corrompidos, naquele paraíso da ironia e do ceticismo — é a mais dolorosa das operações. Escolher nos parece uma mutilação. (LIMA, 1968: 914).

A principal escolha frente a qual o carioca vacilava era a de ingressar ou não nas fileiras da Igreja, o que queria dizer transitar do catolicismo apolítico ao catolicismo militante. Seu pensamento inclinava-se ao polo conservador e Alceu privava com frequência com expoentes da Igreja carioca, mas a conversão teimava em não se consumir. O ajuizamento sobre essa questão engendrava, ainda, outro impasse em sua vida, dessa vez relacionado à condição de classe e à origem familiar: permanecer ou não à frente da indústria de tecidos do pai era questão que o perturbava. Lembre-se, aqui, da contundência com que a Igreja de então condenava, no interior da noção abstrata de “mundo moderno”, o modo de vida burguês, que indisfarçavelmente era o interiorizado por Alceu. Completando o quadro, o crítico ainda se preocupava com a reputação literária que havia construído em *O Jornal* desde 1919, querendo reforçá-la, se possível.

Dessa forma, a adesão à Igreja era opção plausível e objetivamente em curso à medida que já tomava parte nas iniciativas do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, mas com ela Alceu temia perder seu prestígio literário, sua independência ou entrar em conflito incontornável com o pai, que o queria industrial. Abandonar a indústria era outra de suas vontades, mas se o fizesse não conseguiria manter seu padrão de vida. Avançar postos no campo intelectual, levando além a influência do

crítico literário Tristão, era também um impulso, mas como fazê-lo sem se engajar politicamente e assumir uma postura de ação — e não de reclusão —, num contexto em que o engajamento dos intelectuais se tornava regra?

Até 1928, Alceu conseguiu prolongar esse seu “estado de indeterminação”, para usar o termo que Bourdieu (2010) empregou no conhecido prólogo “Flaubert analista de Flaubert” ao seu livro *As regras da arte*. Com efeito, o crítico carioca dispunha de um estofo considerável de capital social, cultural e econômico dentro da cidade em que nascera, crescera e fizera nome, o Rio de Janeiro, para arrastar a situação adiante o máximo possível. Os custos dessa decisão (de não decidir) resultavam em um estado como que de crise existencial permanente, em que Alceu dizia não suportar seu lugar social no mundo, mas, ao mesmo tempo, temia perder os referenciais de segurança que estariam em risco mediante a tomada de alguma decisão brusca¹¹³.

A passagem de uma carta endereçada a Jackson em agosto de 1927 dá dimensão a respeito da “visão de si” que Alceu possuía nesse momento, e das tormentas daí resultantes:

Não é num momento de entusiasmo ou de depressão que te escrevo. Nada me afeta mais neste instante que em qualquer outro. Estou mais sereno do que nunca. Tenho duas filhas que são o meu maior, o meu único prazer *puro* na vida. Tenho uma mulher a quem amo, como no dia em que me casei, e que sei também me quer um grande bem. Tenho uma mãe que morreria talvez se eu morresse. Tenho uma família que me cerca de tudo o que posso aspirar na vida. Tenho uma casinha deliciosa. Um canto de livros onde passo as únicas horas boas que hoje vivo. Tenho uma posição de fortuna que me permite viver sem preocupação (de momento) alguma de dinheiro, abominável dinheiro. Fiz um pequeno nome literário. Tenho tudo, tudo, tudo o que um homem normal pode desejar na vida. [...] No entanto... [...] sinto-me num beco sem saída. Sinto-me ferido de morte. *Sinto-me* velho. [...] Sinto-me um homem fraco, sem personalidade, *morno* (!!), com uma tara horrorosa de burguesismo, de terra-à-terra.¹¹⁴

O crítico também percebia o mundo ao redor em ritmo de intensa transformação, o que contrastava com o estado de espírito que ele propunha para si mesmo e, especialmente, com os paradigmas políticos, sociais e culturais com que

¹¹³ “Eu duvido que haja quem se despreze tanto a si mesmo como eu. Porque não me limito a desprezar o que vejo de mau e de fraco em mim. Mas vou além. E desprezo *sobretudo* esse mesmo desprezo” (LIMA, Alceu Amoroso. 23/08/1927. Op. Cit., tomo I, p. 153). “Eu luto contra um temperamento de burguês (pense bem nesta frase cruel que ousei escrever. Leia de novo. Veja se não tenho motivo de detestar-me)” (Idem, 09/08/1927, tomo I, p. 137).

¹¹⁴ Ibidem, tomo I, p. 138.

estava acostumado em sua primeira formação intelectual. Não é desimportante o registro de que Alceu viveu na Europa parte do período da Primeira Guerra Mundial. Em suas memórias, tal angústia se expressa nas passagens em que ele comenta o fim metafórico do século XIX, que presenciou vivamente, o declínio da *belle époque* etc. Um desses trechos pode ilustrar o quadro:

[...] otimismo da *belle époque*, que defino como euforia. Foi nessa atmosfera que se formou a minha adolescência. Havia uma tranquilidade geral, havia a convicção de que a vida era serena, sólida e estável. Havia, sobretudo, a aceitação da mediocridade da nossa época, que se resumia em viajar, gozar a vida, ler os poetas, a aceitação, enfim, daquilo que mais tarde tanto me iria preocupar: o predomínio da filosofia burguesa, a filosofia de Pangloss. Era nesse ambiente de uma vida nova, displicente e conformista que se ia formando a minha geração, aqueles que [...] haviam nascido em 1893. Nossa impressão era de que os grandes acontecimentos estavam no passado. Éramos todos nostálgicos do passado [...]. Refugiávamo-nos no passado porque o presente era indistinto, medíocre, incolor. [...] Os últimos anos de 1910 e 1914 representaram o fim da doçura de viver, da felicidade da vida. [...] Fomos formados dentro de um clima de facilidades. (LIMA, 2000: 102).

Assim, era natural que o tema da liberdade individual ganhasse cor na correspondência. Na hipótese de se converter, um dos temores principais de Alceu estava em se desapossar da liberdade que ele idealizava como conceito puro, como se estivesse desatrelado da condição de classe que o permitia viver sem patrões ou patronos mesmo em uma época de crises. Também estava patente aí, antes da conversão, um tipo de catolicismo mais descompromissado e convencional, que se desfaria ao ser adotado um compromisso militante. “Tenho horror a que tomem conta de mim. Gosto de ter pelo menos a ilusão da independência. E confesso que isso me afasta mais da Igreja do que tudo”¹¹⁵, ele escreveu em março de 1928.

Por seu turno, Jackson era hábil em jogar com o sentimento de culpa do amigo em decorrência da origem social elevada. “Aliás creio que as minhas origens são muito diferentes das suas”¹¹⁶, ele dizia, no mesmo tom com que em outra ocasião constrangeu o colega:

Em nossa vida, meu caro Alceu, o que houve foi uma enorme diferença de plano objetivo, de sentido externo. Se eu tivesse nascido no Rio, tivesse visto a Europa, e, desde cedo, sentido a vida mais ou menos assegurada, estou quase certo que não estaria muito longe do que você ainda é hoje em dia: um homem de plácido aspecto, de labor intenso, mas regular, cuja vida interior, porém, é o eterno drama passional, a perpétua aspiração de perfectibilidade

¹¹⁵ LIMA, Alceu Amoroso. 24/03/1928. Op. Cit., tomo II, p. 32.

¹¹⁶ FIGUEIREDO, Jackson. 04/06/1928. Op. Cit., tomo II, p. 136.

a debater-se com os impulsos sentimentais, e o gosto amargo dos orgulhos recalçados, e a vaga desconfiança, à Barnabooth, de que não há dia de amanhã, e a incessante luta contra as teias de aranha de um cotidianismo mais ou menos acariciador. Note, porém, você, de onde vim, como aqui sempre me encontrei e o que tive sempre que fazer para não sucumbir ao peso de mim mesmo. É certo que não tinha vocação para o suicídio e que jamais esperei escapar-me pela tangente da loucura. Era lógico que essa vida interior toda — a que o equilíbrio externo da sua vida podia apresentar praias chãs, algumas áridas, mas todas, até certo ponto, conciliadoras — tinha que reverter em mim e expandir-se, fosse como fosse, mesmo de encontro à dureza das rochas. E foi o que se deu.¹¹⁷

Alceu abria flancos sentimentais sobre os quais o interlocutor incidia. Em maio de 1928, na carta mais extensa de toda a troca, ele confessava um episódio capital de conflito com o pai na gestão da Companhia de tecelagem. O evento decorreu de certas ideias progressistas de que o crítico teria se aproximado brevemente entre 1919 e 1921, abandonando-as depois em nome do pensamento conservador. Porém, na ocasião, isso foi suficiente para acirrar o embate com a figura paterna enquanto representação do modo de vida burguês:

Ah! Jackson, há dez anos que vivo em luta com esse lugar que ocupo! Nunca lhe falei nisso, ou só de passagem. Mas no *fundo* de minha vida, desde novembro de 1917, isto é, desde que pus os pés neste meu posto, é que vivo: *roído de remorsos*.

[...] E o absurdo da contradição entre a minha posição na vida e as minhas ideias, me forçou sempre a calar isso, a *jogar-me na literatura*, como dizem os franceses, por um *pis aller*.

Eu, diretor de 1000 operários [...]. Lembro-me bem de uma discussão terrível que tive, um dia, *com meu pai*, em janeiro de 1919 ou 20. Penso que foi 19. Eu estava na Companhia, exclusivamente, porque ele forçara a minha entrada, contra a pretensão de outros acionistas. E temia que eu não me adaptasse. Via mesmo, com maus olhos, tudo que demonstrava, de minha parte, desinteresse pela indústria, pelos negócios, pela Companhia.

Nesse dia, falou-me enfim, claramente, que deplorava que eu não demonstrasse bastante gosto pelo que ocupava. Isso tudo não em conversa amigável. Não. Em forma de luta. [...]

[...] Bem. Como ia dizendo, no meio da discussão, eu lhe disse afinal: 'Pois bem, vou lhe dizer a verdade, papai: *eu penso como eles!*' (Referia-me aos operários em greve). E ele me deu essa ducha gelada que me roeu as entranhas, *por longos anos*: 'Pois se pensa como eles, vá trabalhar por eles e não continue no seu lugar'.

Foi uma frase apenas de bom senso. Mas ouvida naquele momento, você nem pode imaginar que horrível repercussão teve dentro de mim. [...]¹¹⁸

Às aflições de Alceu, o católico Jackson retrucava com recomendações de conciliação com a fé. "Você deve repousar um pouco o espírito em leituras de *filosofia*

¹¹⁷ FIGUEIREDO, Jackson. 22/04/1927. Op. Cit., tomo I, p. 94.

¹¹⁸ LIMA, Alceu Amoroso. 10/05/1928. Op. Cit., tomo II, p. 97-106.

*católica*¹¹⁹. “Leio nos seus olhos e nas suas palavras uma séria simpatia pela obra da Igreja”¹²⁰. “Alceu: por que você, a esta altura, não faz, durante três ou quatro meses, uma leitura sistemática de obras sobre a Igreja?”¹²¹.

Interessa observar, também, o modo como a crítica literária aparecia enquanto tema em meio a esse conjunto de insinuações e tentativas de convencimento. Como já indicado, caso se convertesse, Alceu temia não poder preservar o “pequeno nome” (eufemismo que utiliza) que acumulara na crítica de rodapé¹²². Além disso, as concepções de crítica eram distintas entre os dois. Vendo-as de perto, pode-se antever um pouco do que contaminaria a atividade de Tristão de Athayde nos anos 1930 (quando assumiu os postos originais de Jackson), mas que era ainda inexistente em sua escrita no início da década anterior. Já na primeira carta reunida, Alceu agia com cautela diante do amigo que havia, sem sucesso, tentado lhe encomendar uma crítica positiva na imprensa. O tema da independência e da autonomia avultavam como caros a ele:

Meu caro Jackson,

Você é um homem com quem se pode discutir. [...]

É escusado dizer que mantenho exclusivamente o que escrevi e isso por uma razão muito simples — porque, graças ao temperamento pouco inflamável que tenho, só costumo escrever o que penso, e se a rapidez de composição exigida por um trabalho feito para ser imediatamente publicado não permite uma revisão tão escrupulosa quanto eu quisera, nem assim me retrato de coisa alguma escrita neste folhetim, que tanto o magoou. Mais como amigo que como artista, penso eu.

Lamenta você ter sido o portador desse livro, que me recomendou pessoalmente.

Julga você, por acaso, que sacrifico a minha tranquilidade, recuso quaisquer relações com literatos, fujo de toda vida intelectual exterior ao meu gabinete, gasto as minhas curtas horas de ócio em ler muitas vezes o que não vale nem um olhar distraído, crio inimigos, repudio outros estudos e leituras mais interessantes e instrutivas, tudo isso para fazer prazer a quem quer que seja, mesmo quando essa pessoa é um amigo respeitado e querido, embora de longe, como você?

Julga você, por acaso, que dou a menor importância a pedidos ou recomendações, embora vindos dos que mais caros me sejam?

Pensa você que ao julgar o valor estético de uma obra, indago do valor moral do seu autor?

No dia em que o fizesse, ou no dia em que fosse forçado a escrever contra a minha consciência, diria um adeus sem saudade, talvez saudoso, quem sabe,

¹¹⁹ FIGUEIREDO, Jackson. 27/05/1928. Op. Cit., tomo II, p. 120.

¹²⁰ FIGUEIREDO, Jackson. 29/03/1927. Op. Cit., tomo I, p. 76.

¹²¹ FIGUEIREDO, Jackson. 13/04/1928. Op. Cit., tomo II, p. 70.

¹²² “Estou sentindo que vou perder o pequeno nome que conquistei à custa de *afastamento*. Creia que a minha angústia é essa vaidade idiota, mais nada. Vou ser um católico morno, como todos. Vou deixar de ser o homem imparcial, cujo juízo era respeitado *porque não se misturava*. Agora vou ser forçado a misturar-me. Tenho que mostrar o que sou, de fato. E não é famoso o que sou.” (LIMA, Alceu Amoroso. 24/05/1928. Op. Cit., tomo II, p. 115).

a esse ingrato mas sedutor mister de crítico de primeira mão, mas não de primeira água.¹²³

Jackson respondeu: “[...] muito ao contrário de você, jamais separo o homem do livro ou o que seja que haja escrito. [...] suponho que sua regra de imparcialidade é um pouco desumana”¹²⁴. E dois anos adiante foi além, rotulando o amigo como alguém “em erro” em se tratando de crítica. Era “Alceu” e não “Tristão” quem de fato o interessava:

[...] devo, desde logo, lhe dizer, meu caro Alceu, que não vejo motivo para você supor que eu possa me afastar de você pelo simples fato de ser você, como crítico, uma criatura, a meu ver, em erro; como intelectual, em oposição a tudo que amo, que é tudo quanto penso. [...] a coisa literária é secundária para mim, ou ainda menos. Penso mais na salvação de sua alma do que no seu livro, na sua crítica, etc. [...] Pois que me pode interessar a crítica literária no Brasil, se a considero em si mesma? Poderá ela ser a finalidade do espírito menos ambicioso? Não. O que me interessa é a alma que ela revela, e se esta alma pode ou não elevar-se à Verdade [...] Pois fique você ciente que a Igreja me quer amigo [...] seu [...], de todos os seres vivos, capazes, por conseguinte, de verdadeira Vida. [...] É porque Tristão é Alceu que Tristão me interessa.¹²⁵

O modernismo também causou querelas. Jackson era incapaz de admitir a existência do movimento¹²⁶. Já Alceu estabeleceu com o mesmo uma aproximação cautelosa, porém efetiva. Sérgio Buarque de Holanda, anos mais tarde, reconheceria que, “alheio embora ao movimento modernista de 1922”, Alceu soubera “apreciá-lo no seu justo valor e na importância” que tivera “na história da literatura e do pensamento brasileiros” (HOLANDA, 1996b: 61). A ânsia deste era de se manter em posição reconhecida de arbitragem, planando sobre as disputas de vanguarda sem tomar partido explícito, para que isso não lhe afetasse o equilíbrio e o “espírito aberto”¹²⁷. Dessa forma, foi um membro da geração anterior à dos modernos que esteve, contudo, sintonizado com as novidades¹²⁸. Não combateu sectariamente os novos de

¹²³ LIMA, Alceu Amoroso. 01/09/1920. Op. Cit., tomo I, p. 34.

¹²⁴ FIGUEIREDO, Jackson. 03/09/1920. Op. Cit., tomo I, p. 40.

¹²⁵ FIGUEIREDO, Jackson. 21/10/1922. Op. Cit., tomo I, p. 54-56.

¹²⁶ “[...] determinei que este mês só leria o que me distanciasse da desgraçada arte moderna.” (FIGUEIREDO, Jackson. 04/09/1927. Op. Cit., tomo I, p. 166.)

¹²⁷ “Daí a minha classificação como ‘observador independente’ [...]. Frisei sempre, durante esse período agitado, em manter uma apreciação objetiva [...]. Julgava o meu descompromisso como um dever de participação crítica, nessa revolução estética, sem cair no sectarismo, que é a própria negação da crítica. Como o é da verdadeira fé religiosa. Procurei mesmo colocar minha análise acima de minhas amizades pessoais.” (LIMA, 2000: 117).

¹²⁸ “Não tomei parte na Semana de Arte Moderna de São Paulo, mas a apoiei integralmente, embora com absoluta independência. Não fazia parte de nenhum dos grupos, nem paulista nem carioca. Não

São Paulo, como ocorreria amiúde no jornalismo carioca, porém não lhes estendeu um tapete vermelho com elogios fáceis. Disso dependia a manutenção de sua posição de autoridade no campo local, no fim das contas¹²⁹.

“Você, meu querido Alceu, está se deixando intoxicar pelas letras contemporâneas”¹³⁰, afirmava Jackson em outubro de 1927. De outro lado, Alceu era compelido a vez ou outra demarcar território com o interlocutor, como se vê nesse excerto de fevereiro de 1923:

[...] esperava tua carta. E esta, se veio atrasada, chegou afinal e chegou com as palavras que eu esperava do teu impenitente conservadorismo literário. E aqui está o que julgo o teu erro: confundes o espírito conservador político e espírito conservador literário, autoridade social e autoridade estética, e pensas que quem quer bem às letras só pode escrever de acordo com o modelo imemorial do que já se tem feito e refeito em séculos de literatura. Sou, como você, um espírito conservador em política [...]. Mas que é que tem uma coisa com outra? Defender a volta a uma política de bom senso equivale a exigir da arte uma negação de sua modernidade, de sua renovação, de sua mocidade necessária? Devemos estar fartos, no Brasil, de coisinhas medidas e acadêmicas, por moldes feitos em França, para uso de meninas de colégio. Sofremos de não ter a coragem de ser novos, de procurarmos uma expressão nossa, embora bebidos os princípios renovadores em literaturas estranhas. É possível que haja muita *blague* no que escrevem esses novos de São Paulo. Nem algum deles nega isso, como o Mário de Andrade. Mas é uma *blague* de combate, um pouco ingênua, sem dúvida, mas necessária para agitar esse mar morto em que andam geralmente nossas letras. Tive mesmo o cuidado de acentuar, a cada passo, que o livro dele era mais um livro de combate do que um livro de poesia.¹³¹

O que se observa é que, em literatura, os diques impostos por Alceu em relação a Jackson eram mais robustos do que nas outras temáticas. Tratava-se do terreno em que os polos “dominante” e “dominado” da correspondência não se distorciam, isto é, em que a autoridade superior que Alceu possuía na crítica literária jornalística se fazia manifestar, igualmente, nas cartas, mesmo que Jackson tentasse deslocar o amigo

frequentava grupos literários nem livrarias. Não tinha por isso mesmo compromisso com ninguém. Prezava por demais a minha liberdade e a minha independência de espírito para me deixar envolver por teorias ou por tendências grupais. [...] Fui, no entanto, daqueles que carregaram Graça Aranha nos ombros, na Academia Brasileira de Letras, após sua conferência intitulada ‘O Espírito Moderno’, em 1924. Aproximei-me de Mário de Andrade, de Alcântara Machado e, um pouco, de Oswald de Andrade.” (LIMA, 2000: 113-114).

¹²⁹ “Com isso, vai se fixando a imagem de um crítico moderno, à procura da originalidade da literatura brasileira, mas em constante diálogo construtivo com a tradição; um crítico favorável às experiências renovadoras, mas em nada iconoclasta. E, sobretudo, um crítico de clara orientação clássica, avesso à retórica, ao gramaticismo, mas adepto do trabalho estilístico, do polimento da linguagem, não como recursos ornamentais, mas como elementos decisivos da expressão da personalidade. Modernismo ático.” (GOMES JÚNIOR, 2011: 115).

¹³⁰ FIGUEIREDO, Jackson. 17/10/1927. Op. Cit., tomo I, p. 194.

¹³¹ LIMA, Alceu Amoroso. 02/02/1923. Op. Cit., tomo I, p. 63-64.

também aí. Isso não valia para os temas de fundo religioso e político, nos quais, via de regra, o sergipano comandava o carioca, que ia absorvendo as posições da Igreja.

De modo geral, defino o caminho de Alceu em direção à posição defendida por Jackson como um processo construído progressivamente, e sob percalços. A maior parte das cartas foi reunida entre 1927 e 1928 e representa a fase de maior estreitamento entre as visões. Contudo, entre 1919 e 1924, havia diferenças em múltiplas áreas, sendo as principais delas a literatura e a crítica¹³². A filosofia, a fé e a política encerravam os tópicos em que a comunhão de princípios foi mais intensa entre os dois, ou antes, em que Jackson logrou atrair o interlocutor com mais êxito. Optar por ingressar nas fileiras militantes da Igreja era a verdadeira decisão colocada perante Alceu à volta do dilema da conversão, embora ambos buscassem construir uma aparência de convencimento puramente ideológica. Converter-se seria adotar uma estratégia global de atuação no meio intelectual carioca, em parte conflitante com o caminho que ele já havia acumulado, mas também promissora para o futuro.

Um cronograma de leitura atravessou as cartas e deslocou Alceu, aos poucos, da “disponibilidade” que predominou em sua primeira fase, quer dizer, da abertura que mantinha frente aos traços modernos do mundo e da literatura quando estava distante de uma militância católica apaixonada. Durante os anos 1920, o crítico ampliou sua presença nas páginas de *A Ordem* e nas reuniões do Centro Dom Vital¹³³. Ele chegou a cogitar, em dezembro de 1927, a criação de um pseudônimo católico em caráter de “segredo absoluto”, mas não concretizou a ideia¹³⁴. E por fim, consumou sua conversão em 15 de agosto de 1928, ao comungar na presença de Padre Leonel

¹³² Não há cartas registradas nos anos de 1925 e 1926.

¹³³ Alceu já havia participado da fundação do Centro, em 1922, na condição de “doador” (Cf. ARDUINI, 2014). A correspondência com Jackson registra muitas transações envolvendo a revista *A Ordem*, tanto de textos e traduções, como de dinheiro, além de debaterem sempre a linha editorial. “Já desejei que você tomasse conta dela [da revista *A Ordem*]”, chegou a dizer Jackson em junho de 1928. (FIGUEIREDO, Jackson. 12/06/1928. Op. Cit., tomo II, p. 153.)

¹³⁴ “[...] *há* em mim um católico. O meu caso é quase patológico. Eu *sinto* em mim várias personalidades. [...] O fato, seja como for, é que *há* um católico em mim. Sem cultura bastante, sem base nenhuma, sem saber bem justificar-se, mas *existindo*. [...] Ora, eu quisera aproveitar para alguma coisa esse meu *eu* católico. E lembrei-me então do seguinte estratagema. [...] Eu escolheria um pseudônimo absolutamente misterioso. Você daria o que eu te mandasse, como sendo recebido de algum de seus numerosos correspondentes no interior. E a experiência se faria, aproveitando ao mesmo tempo algum leitor pela divulgação de tanta coisa católica que leio e que cai em minha alma como chuva no deserto, bebida sem proveito de ninguém. [...] Uma coisa seria necessário: o *segredo absoluto*” (LIMA, Alceu Amoroso. 06/12/1927. Op. Cit., tomo I, p. 249.)

Franca e informar o colega em carta no dia seguinte¹³⁵.

Convertido, Alceu publicou seu conhecido texto “Adeus à disponibilidade”¹³⁶, em diálogo com Sérgio Buarque de Holanda nas páginas de *A Ordem*. Para ele, a expressão denotava o abandono da imparcialidade no tocante à literatura, o fim do espírito aberto que lhe permitiu ser receptivo ao modernismo, mesmo que dele não fosse adepto. Dali em diante, valeriam os parâmetros do engajamento, da militância católica, da pregação e instituição de preceitos morais e ideológicos para a avaliação de obras literárias, de temas da cultura e da política. Entraria em cena o Tristão de Athayde “crítico de ideias”, em substituição ao “crítico literário” (MARTINS, 1983).

Contudo, deve-se frisar que, sob a ótica desta análise, o “adeus à disponibilidade” representou, também, um adeus às indeterminações que se arrastavam em seu caminho e que ele prolongava tanto mais quanto sua condição de classe permitia; e dessa maneira, dizendo adeus, na realidade Alceu se lançava vigorosamente nas lutas internas do campo intelectual, político e religioso carioca, abandonado de vez a conduta reclusa e “caseira” que possuía até então¹³⁷. Estava atendido o chamado à ação que Jackson fazia desde 1919, e a militância católica iria condicionar a conduta dele até o fim da vida — com ênfase destacada na década seguinte (1930), em que o perfil do crítico literário Tristão de Athayde passou por uma transformação substancial¹³⁸. Embora o catolicismo fosse desde sempre a sua religião transmitida pela família, o anúncio da conversão marcava o surgimento do militante católico.

Foi grande o envolvimento de Alceu, a partir de então, em instituições e projetos

¹³⁵ “Querido Jackson, conforme lhe disse, recebi ontem a comunhão das mãos do Padre Franca [...]. Estou portanto de novo na velha Igreja.” (LIMA, Alceu Amoroso. 16/08/1928. Op. Cit., tomo II, p. 226-227.)

¹³⁶ ATHAYDE, Tristão. “Adeus à disponibilidade (carta a Sérgio Buarque de Holanda)”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano VIII, vol. I, p. 54-59, 1929.

¹³⁷ “Após a morte de Jackson escrevi o artigo ‘Adeus à Disponibilidade’, com o qual assumia a posição de católico militante. Eram vinte anos de amadorismo, de diletantismo, de indefinição que se encerravam para sempre.” (LIMA, 2000: 68). “*Ao converter-me, não me recolhi a um porto, mas parti para o mar alto*. A minha disponibilidade anterior, o meu diletantismo, era a irresponsabilidade.” (Idem, p. 186).

¹³⁸ É o que ele próprio admite em suas memórias: “Houve, creio eu [...], a passagem da primazia do literário ao ideológico. Do primado da crítica estética à crítica filosófica. Da razão sem fé à fé de base racional. Do domínio estético do possível ao domínio ético do dever e ontológico do ser. De 1919 a 1925, digamos assim, quis ser apenas um crítico literário ideologicamente agnóstico e politicamente acomodado. Crítico solitário que, sem participar de qualquer dos grupos modernistas, via em todos o laço comum de uma renovação estética imperativa. [...] A partir de 1924 e 1925, aliás depois de meu encontro com Jackson de Figueiredo, começara a mudar minha atitude em face da vida.” (LIMA, 2000: 153-154).

implicados no espaço intelectual carioca e brasileiro. De imediato, ele assumiu a direção da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, e ali permaneceu até a década de 1940. Em 1935, teve início uma nova ofensiva da Igreja através do laicato, quando da fundação da Ação Católica Brasileira, igualmente presidida por Alceu. Ele também fundou, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES)¹³⁹ e, no ano seguinte, a Liga Eleitoral Católica (LEC), que presidiu. Com isso, inaugurou uma longa fase de envolvimento em lutas políticas ao redor do tema educacional, em que representava os católicos nos embates destes com os líderes da “Escola Nova”. A LEC queria influenciar a Constituição brasileira de 1934, indicando nomes simpáticos à Igreja para as listas de votação, e foi em geral bem-sucedida nesse intuito.

Mas a luta não se ateve à elaboração da Carta de 1934. Ela foi adiante, por exemplo, em torno da construção da Universidade do Distrito Federal (UDF), erguida em 1935. O principal opositor de Alceu seria Anísio Teixeira, defensor da Escola Nova. Como secretário de educação do município do Rio, ele foi reitor e definiu a linha pedagógica da primeira fase da UDF, quando a instituição seguiu viés laico e democrático. Em seguida, entretanto, a política do Ministro da Educação e Saúde do governo federal, Gustavo Capanema, pendeu a balança favoravelmente a Alceu¹⁴⁰. Os dois eram amigos íntimos e, afora isso, Vargas pretendia atender aos apelos da Igreja, em interlocução com Dom Leme, tendência que se tornou ainda mais forte depois do golpe do Estado Novo, em 1937¹⁴¹.

Justamente nesse ano, Teixeira foi afastado da reitoria da UDF para que, em

¹³⁹ Seria o germe da Pontifícia Universidade Católica, fundada em 1941 no Rio de Janeiro.

¹⁴⁰ “A compreensão da questão educacional no Brasil dos anos 1930 e 1940 passa pelo estudo das relações e enfrentamentos entre a pedagogia católica e a chamada pedagogia escolanovista. Esse embate passa ainda pelo contato entre intelectuais de renome, entre os quais Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira e Gustavo Capanema, os dois primeiros adversários declarados e o último, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, mais próximo do primeiro. [...] Desde o início de 1933 nos debates da Constituinte, Anísio Teixeira sofria com a rivalidade dos educadores católicos por defender que o ensino religioso nas escolas públicas não seria prudente [...]. Mas mesmo assim as forças católicas venceram na Constituinte [...]. Após o embate Constituinte de 1933 foi criada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, cujo discurso de inauguração foi feito por Anísio Teixeira com anseios democráticos. Mas em pouco tempo a instituição assumiu a bandeira do primado ideológico dos valores nacionais sob comando de Gustavo Capanema, onde até os docentes deveriam estar alinhados aos ideais do Governo em vigor.” (RODRIGUES, 2013: 159-161).

¹⁴¹ “[Alceu e Capanema] foram amigos muito próximos, desde os anos 1920 até o final de suas vidas, nos anos 1980. A partir do momento em que Capanema se torna Ministro da Educação e Saúde, essa relação passa a se traduzir mais fortemente em inúmeros contatos onde ambos tratam de questões como, por exemplo, nomeações de pessoas próximas de Alceu para cargos no meio educacional; a entrada de Alceu na Universidade do Distrito Federal e na Faculdade Nacional de Filosofia; além de solicitações, por parte de Capanema, do auxílio de Alceu na elaboração de projetos, inclusive para o Ensino Superior.” (Idem, p. 163).

seguida, Alceu se tornasse reitor. Ele permaneceu no cargo por apenas oito meses, mas produziu, no transcorrer e depois dessa etapa, reestruturação decisiva na instituição. Rodrigues (2013) descreveu em detalhe as nomeações que o líder católico despachou diretamente com Capanema. Também a posterior transformação da UDF na Universidade do Brasil, que acolhia a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), contou com influência direta do dirigente católico:

O decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939, obriga a transferência de vários estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Tratava-se, na realidade, de um procedimento de anexação em razão, em primeiro lugar, de a UDF incomodar os católicos pelo seu caráter laico e, em segundo lugar, porque era fruto de iniciativas do governo municipal ao qual não competia legislar sobre questões de ensino. O episódio tem seu termo com a organização em abril de 1939 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o decreto lei nº 1.190, que definia sua denominação daí em diante como Faculdade Nacional de Filosofia e cujo reitor e catedrático de literatura seria Alceu Amoroso Lima [...]. Evidentemente que a aceitação dos cargos por Alceu atendia às suas expectativas próprias mas também aos interesses da Igreja Católica, principalmente de Dom Sebastião Leme. (RODRIGUES, 2013: 179-181).

O que se viu foi o triunfo de Alceu enquanto representante católico na definição dos rumos do ensino superior carioca, em parceria com um governo interessado em colaborar com a Igreja e concentrar poderes na esfera federal, esvaziando as atribuições do município. No acúmulo de funções, ainda é preciso dizer que Alceu tornou-se membro do Conselho Nacional de Educação em 1937. Já em 1935, ingressou finalmente na Academia Brasileira de Letras, por apelo de Dom Leme¹⁴². Também desenvolveu uma carreira universitária após ser nomeado catedrático, primeiro, da UDF, e depois, da FNFfi, assim superando certa frustração que trazia pela reprovação em concursos anteriores¹⁴³. Entre os críticos, mais tarde, Afrânio Coutinho, embora também vinculado a Alceu, seria um saudosista do projeto original da UDF, enaltecendo Anísio Teixeira, que era baiano, e assinando junto a ele o “Manifesto dos educadores” de 1959, reedição do “Manifesto dos pioneiros da

¹⁴² “Em 1934, por morte do poeta Luís Carlos, me pedia dom Leme — então empenhado na penetração dos leigos católicos, especialmente de um recém-vindo à Igreja, em todas as instituições sociais e culturais — que reconsiderasse meu preconceito antiacadêmico e me candidatasse [à ABL]. Para não desgostá-lo e depois de algumas resistências, resolvi aceder.” (LIMA, 2000: 164).

¹⁴³ Em 1930, Alceu tentaria a cátedra de Sociologia na Escola Normal do Rio de Janeiro, mas o concurso acabou não sendo realizado. Em sequência, em 1932, candidata-se à cadeira de Economia Política na Faculdade Nacional de Direito, bem como, em 1933, à cadeira de Introdução à Ciência do Direito. Ele fracassa em ambas as tentativas e só com a nomeação para a UDF em 1937 ingressa no ensino superior enquanto catedrático (FERREIRA, 2015).

Educação Nova” de 1932 (AZEVEDO [et. al.], 2010; HADDAD, 2010).

Dessa forma, atestava-se o caráter estratégico da captação de Alceu para a Igreja, que havia motivado tamanha resiliência de Jackson nas cartas. Afora uma condição financeira folgada — e a correspondência documenta empréstimos que ele fazia para a revista *A Ordem* mesmo antes de convertido —, Alceu era portador de um círculo de amizades e de influências digno de nota. Também era possível vê-lo como um ator decisivo, na literatura, para potencialmente contrapesar o modernismo (rechaçado por Jackson) de forma menos estridente e mais eficaz, tentando impor freio ao movimento de renovação estética que crescia sob influência das vanguardas europeias e do mecenato de setores oligárquicos brasileiros. É preciso ter em mente, afinal, como pontuei neste capítulo, que a correspondência entre eles atravessou os períodos de gestação, realização e desdobramentos da Semana de 1922. Em compensação, como católico engajado, Alceu receberia um sem número de recompensas simbólicas, políticas e materiais, fixando-se como um dos intelectuais mais influentes da época. Mantinha-se à frente dos negócios do pai por necessidade familiar, mas já se instituía prioritariamente em funções ligadas ao trabalho intelectual, como desejava.

Um rápido olhar sobre a relação que ele manteve, por exemplo, com Drummond, retratada na correspondência entre os dois a partir de 1929, dá medida do deslocamento de Alceu, quando convertido, do polo passivo ao polo ativo da disputa intelectual. Com efeito, as cartas testemunham que ele tentaria, com o escritor mineiro, instituir um processo de conversão semelhante ao que ele próprio tinha vivido com Jackson. Em um dos textos, Alceu chegou a admitir abertamente a intenção, dizendo que identificava na “alma” de Drummond “alguma coisa do que já foi a minha angústia [...] quando comecei com o Jackson a correspondência.”¹⁴⁴ Este seria o seu novo padrão de comportamento diante de um círculo amplo de intelectuais em disputa.

II

Para buscar os efeitos da conversão sobre a crítica literária de Alceu, quero

¹⁴⁴ LIMA, Alceu Amoroso. 24/10/1929. In: RODRIGUES, 2014: 87.

observar alguns de seus textos em *O Jornal*. Após pesquisa, selecionei para exposição trechos de dois artigos publicados, sequencialmente, em 7 e 21 de janeiro de 1923; outros referentes a 1925; e, num salto temporal, excertos de mais quatro escritos do final de 1930 e início de 1931. O primeiro conjunto corresponde à fase inicial do crítico e inclui as referências iniciais dele ao modernismo paulista e a alguns de seus expoentes, como Mário de Andrade. A última parte reflete o crítico católico que revisitou, após oito anos, seus julgamentos sobre o poeta paulistano, além estender juízos à geração “espiritualista” e a tópicos da conjuntura política e social. Já a passagem de 1925 exemplifica um dos alvos prediletos de sua polêmica: Oswald de Andrade.

“A evolução literária é um pêndulo. E, aliás, sinto-me à vontade para falar desse malcrismado ‘futurismo’, pois me incluo entre aqueles que Unamuno chamou de ‘eternistas’”. Assim, com certa distância e estranheza, Alceu abriu sua primeira crítica de rodapé sobre o modernismo, em 7 de janeiro de 1923¹⁴⁵. O foco da análise era *Pauliceia Desvairada*, de Mário de Andrade, que segundo ele era “bom poeta”, “prontinho para figurar em sólidas antologias, onde os sonetos dormem respeitosa”, até que decidira desviar-se da “monotonia dos trilhos” e da “literatura de horário certo”, para tentar a “variação de um desvio”.

De cara, Alceu enquadrou a obra de Mário como antes “um livro de combate do que um livro de poesia”. Essas reservas introdutórias, que pareciam abrir um artigo de restrição, na verdade aravam o terreno para uma aceitação positiva do autor, especialmente se comparado à média da imprensa carioca. “Não prega o Sr. Mário de Andrade o libertarismo incondicional”, afirma Alceu, “o que deseja é conservar ao estado lírico o máximo da sua frescura, de seu arroubo original”. A avaliação do crítico — que ratifica o adjetivo “interessantíssimo” do prefácio da obra — era de que Mário trazia ao Brasil certas tendências literárias europeias que queriam “expressar a vida moderna, em sua trepidação exterior e em sua inquietação íntima”, gerando uma “polifonia” típica “de toda grande poesia”. Ele valorizava essa empreitada:

Poesia de ação, quando estamos habituados a poesia contemplativa. Poesia do presente, quando estamos habituados a poesia prolongada no tempo ou na distância — outras eras, outros sóis, outros olhos. Poesia de simultaneidade, quando estamos habituados a poesia do tema único, com variações secundárias. Não admira, portanto, a surpresa de uns, a revolta de outros, o desdém ou a gargalhada grosseira e paradoxal das múmias. A

¹⁴⁵ LIMA, 1966: 767-772.

revolta contra as revoltas literárias não é simplesmente um sinal de atraso mental [...] A vaia é, ao mesmo tempo, uma consagração e uma legítima defesa. O nosso mal não é a vaia, mas antes o medo de vaiar e de ser vaiado. Desconheceu-o o Sr. Mário de Andrade, e, outro valor não tivesse a sua obra, teria o de quebrar corajosamente as convenções, o de rasgar novas janelas, embora fossem para os mesmos horizontes. E não são, porque o São Paulo de seu livro possui uma intensidade de vida, uma trepidação de movimento, uma variedade de sugestões, como ainda ninguém tinha expresso e muito menos dessa forma. Mas é São Paulo, e o defeito desse impressionismo é chegar ao regionalismo urbano, de modo que seu livro só pode ser compreendido em seus pormenores, em suas alusões constantes às coisas locais, por um paulista ou habitante de lá. (LIMA, 1966: 771).

Foi este um dos textos a gerar arrepios em Jackson de Figueiredo, conforme exposto acima. Afora a demarcação bem “carioca” sobre um possível “regionalismo urbano” paulista, que joga luz à disputa que existia entre os centros intelectuais no contexto do modernismo, a crítica era positiva. E teve sequência em 21 de janeiro do mesmo ano, em artigo no qual, ao lado de Mário, o crítico incluiu Oswald de Andrade e Menotti del Picchia na pauta. Oswald recém lançara o primeiro volume da *Trilogia do Exílio, Os condenados* (1922), e Menotti o romance *O Homem e a Morte* (1922).

Oswald, de acordo com Alceu, era “uma revelação fora do comum”, que trazia à tona um romance “admirável”, “primeiro pano de um trático que há de marcar indelevelmente em nossas letras.” Para ele, a narrativa do paulista se distanciava de características obsoletas tanto do romantismo (sentimentalismo exagerado, “amplificações majestosas”), como do naturalismo (descrição minuciosa e supérflua) e do simbolismo (sintoma da decadência):

Nada de supérfluo. A palavra tomada em seu valor exato e incisivo. A realidade, tema e episódios, possuída em bloco no espírito e procurando realizar-se sem artifício, com o máximo efeito na maior simplicidade. É a grande economia de força literária. Tudo que se perdia em embelezar, em copiar ou requintar, ganha-se em impressão direta. É a literatura de ação, em ação. O leitor colabora com o autor. Tem a ilusão de que vai criando também, e vive melhor a vida do livro e vai tendo a ilusão de que o romance é também seu, pelo que vai descobrindo nas entrelinhas, nas palavras isoladas que desprendem ondas sonoras de significação, como cordas tangidas no silêncio. E o efeito é admirável, de força partilhada, de emoção transmitida, de uma imensa realidade contida em essência. [...] Neste livro, suprimiu o Sr. Oswald de Andrade a capitulação convencional e consegue comunicar à narrativa uma vivacidade que de outra forma perderia. (LIMA, 1966: 776).

Em juízo que alguns anos adiante pareceria de qualquer outra pessoa, menos de Alceu, nesse momento ele posiciona, em primeiro plano, Oswald, o mais “construtivo” entre os três, seguido por Mário e, mais atrás, por se mostrar preso aos

resquícios simbolistas, Menotti¹⁴⁶. Concluindo, celebra o trio do modernismo paulista:

O movimento modernista de São Paulo, como vemos, não cerceia a personalidade, tão diferente, de cada um destes três autores. A escola só existe onde não há talento. E há mais que talento nestes três criadores. Há uma renovação. (LIMA, 1966: 778).

Seu enfoque mudou no primeiro texto selecionado de 1930, “Mais vozes de perto”. Nele, Alceu revisitou suas opiniões sobre Mário e combateu Oswald, a essa altura representante da Poesia Pau-Brasil e afiliado ao comunismo. O crítico manteve avaliação positiva de *Pauliceia Desvairada*, porém assumiu postura defensiva, reativa, como a de alguém que precisava legitimar uma opinião do passado de acordo com postulados atuais. Dentro disso, combinou um esforço de reafirmação das qualidades estéticas da obra modernista, como já fizera em 1923, com a inserção de um novo critério de legitimação, ausente de sua crítica primeira: a presença do “espírito religioso” na obra literária:

Hoje, passados dez anos desse livro, depois de uma marcha de ideias e convicções que me levou ao polo oposto de onde então me achava, — não me arrependo do alvoroço com que saudei o seu aparecimento. Foi para mim a revelação completa do modernismo brasileiro. Com a mesma alegria com que saudei mais tarde os poemas que vieram a enterrar o *modernismo convencional*, — saudei a aurora modernista do Sr. Mário de Andrade. E ainda hoje, relendo o seu ‘prefácio interessantíssimo’ de então, não vejo nada do cabotinismo de que o acusaram. Não me arrependo de ter ‘tomado a sério’ o que parecia loucura ou exibicionismo. E se muita coisa valia apenas pela novidade, pela sacudidela que dava no burguesismo literário, se cada vez mais abomino a arte pela novidade, — o fato é que esse livro *marcava* como nenhum outro. E relendo-o hoje, quando muito do que me satisfazia então já hoje me aborrece de tão repetido, [...] vejo nela o início de uma era nova, um marco da literatura brasileira, uma das coisas mais *sérias* que se tem escrito no Brasil. Podem dizer o que quiserem, mas a ‘Pauliceia Desvairada’, de 1922, há de ficar em nossa história literária [...]. E hoje em dia, graças a Deus, vendo como a Verdade se reflete em todos os cantos da realidade e como tudo na terra só se justifica pela glória que renda ao Senhor, vejo nesse livro, ainda como naquele que um século antes marcou o início do romantismo — vejo nele a afirmação categórica do espírito religioso, não só do poeta individualmente, mas de toda uma época que, consciente ou inconscientemente, reagia contra o naturalismo ou o ceticismo dos mestres que a tinham formado, das gerações que a tinham precedido. (LIMA, 1933: 127-128).

¹⁴⁶ “Se o Sr. Mário de Andrade, através de todos os excessos desejados e passageiros de sua cruzada combativa, procura uma expressão poética nova da civilização brasileira do século XX — se o Sr. Oswald de Andrade penetra a realidade social de hoje, tomando ainda da vida em sua força coletiva, e com um senso de universalidade —, mantém-se o Sr. Menotti del Picchia, neste poema em prosa, na pura vida subjetiva, ainda muito tocado de simbolismo.” (LIMA, 1966: 777).

O crítico “batiza” o poeta e, desse modo, aceita sua obra. Junto a isso, infunde significação religiosa em torno do modernismo, elemento antes inexistente em sua análise. A impressão que resta é a de alguém que busca manejar o objeto literário de forma a que se encaixe em sua doutrina. Ele irá equiparar a “espiritualidade religiosa” a traços intrínsecos do movimento, como a renovação estética e o senso de localidade:

Não era apenas, portanto, a nova estética mais ou menos futurista [...], não era apenas o novo espírito de brasilidade no estilo [...], — era também uma onda de espiritualidade religiosa profunda e angustiada que lutava contra a impureza de uma imaginação solicitada por todas as formas e que não ousava empobrecer-se para se enriquecer. A cisão posterior entre os dois Andrades proveio talvez daí. Oswald lançou-se na blasfêmia pura e suicidou-se literariamente [...]. Mário continuou a luta interior que até hoje ainda o não largou, mas que *infelizmente* vejo diminuir ao longo de sua obra, tendo perdido aquele calor de angústia que marcava tão fortemente a sua ‘Pauliceia Desvairada’. (LIMA, 1933: 129).

Esse esforço como que de ressignificar o modernismo, fugindo do enfrentamento aberto com o movimento a essa altura já rotinizado, mas buscando passar nele uma peneira para reter aliados e repelir adversários, tinha tudo a ver com a conformação da intelectualidade católica como um grupo mais amplo, conforme apresentado no capítulo anterior. Dentro dele, Alceu era um dos “profetas da ordem” (PINHEIRO FILHO, 2007), ou um profeta da crítica. O texto citado data do final de 1930, ano que marcou o ingresso definitivo de Murilo Mendes no universo carioca, com *Poemas* (1930), e a chegada de Jorge de Lima, que era alagoano, ao Rio de Janeiro. Por sua vez, figura também alinhada à vertente espiritualista, embora menos sintonizado à religião, Augusto Frederico Schmidt já atuava desde 1928.

Em rodapé, Alceu comentou o livro de estreia de Mendes. Ele celebrava a “nova geração” a que o poeta se integrava e era explícito no discurso religioso:

Essas vozes de hoje [...] marcam realmente uma nova época literária e um novo estado de espírito poético, muito mais fechados à disciplina e aos equilíbrios da terra, mas muito mais abertos ao misterioso pressentimento de Deus, única disciplina e único equilíbrio verdadeiro. E daí a *ordem* sobrenatural que encontramos na aparente desordem e no desvario natural desses poetas. Pois a desordem é a privação de Deus. E só Deus ordena. (LIMA, 1933: 136).

Já a poesia de Augusto Frederico Schmidt, em “Uma voz na tormenta”¹⁴⁷, foi definida como símbolo da recuperação da “alma romântica do Brasil”, após “meio século de materialismo naturalista”, “deliquescências simbolistas” e “malabarismos modernistas”. O autor de *Pássaro Cego* (1930) estaria sintonizado com o tempo político e social do país:

[...] há dois anos [Schmidt] veio trazer, para o convencionalismo, para o impersonalismo ou para a frivolidade de muito modernismo poético ambiente, um sopro de gravidade e de melancolia, que muitos acharam incompatível com o que devia ser o ímpeto sadio, alegre e dinâmico das letras ‘modernas’, que vinham exatamente reivindicar para as letras o que as mocidades procuram reivindicar para si — libertação, irreverência, demolição, gargalhadas. [...] Hoje, porém, a realidade terrível em que estamos envolvidos vem iluminar de uma luz compreensível tudo o que parecia incompreensível. Sua gravidade, sua tristeza, sua inquietação, sua renúncia ao frívolo, ao superficial, ao pitoresco, seus apelos à vida calma, sua vontade de partir, seu messianismo — tudo se ilumina à luz da grande tragédia que se elaborava misteriosamente no seio mais oculto da nossa pátria e de que muitos descuidaram, atraídos pela calma das aparências. [...] Se a poesia agora entra, como as letras em geral e todas as nossas atividades, em um período de fecundação trágica pelo terremoto político, civil e militar que nos sacode [...], os dois poemas do último livro do autor de ‘Pássaro Cego’ terão sido realmente qualquer coisa de ‘profético’, em nossa poesia moderna. (LIMA, 1933: 144-145).

É considerável a mudança em sua crítica. Segundo Lafetá, convertido, Alceu passou a expressar um “método duplo”, contraditório, cujo objetivo seria equilibrar a análise voltada aos aspectos gerais da sociedade, da política, da moralidade e da religião, com a leitura propriamente estética das obras, que ele professara no princípio dos anos 1920. Entretanto, o fato é que desse esforço resultou uma submissão profunda do “estético” ao “ético”. Pode-se, então, contestar Lafetá para dizer que a duplicidade do método existiria mais em aparência que em essência, pois a doutrina católica era o polo dominante. Tudo para Alceu começava a existir *para* e *a partir* da religião, inclusive a literatura e a crítica que haviam sido os últimos baluartes de sua autonomia, agora indiscutivelmente fraturada.

Lembro que em sua primeira fase, Alceu representou como que uma novidade dentro da crítica de rodapé. Isso pois seu postulado principal era a soberania da obra literária. A partir dela, o crítico propunha uma metodologia denominada “expressionista”, que içava a crítica a um trabalho de criação resultante, segundo ele, da “transusão do espírito da obra no espírito do crítico” (LIMA, 1966: 536). Ele não

¹⁴⁷ LIMA, 1933: 137-148.

rompia de todo com o impressionismo reinante — antes, propunha uma espécie de “disciplina do impressionismo” —, mas a estipulação da soberania do objeto literário já era suficiente para diferenciá-lo das correntes deterministas, de um lado, e de outro, da superficialidade impressionista existente em um seu colega como Agripino Grieco¹⁴⁸. “Penetrar, compreender e interpretar a obra do autor em vez de realizar um passeio superficial sobre os livros ou” prender-se “a certos aspectos particularistas do trabalho de criação literária”, afirmava ele próprio (LIMA, 2000: 135).

Havia uma inspiração oriunda de Benedetto Croce¹⁴⁹. Candido (2004) julgou se tratar de uma “primeira tentativa teórica de superar, no Brasil, as modalidades críticas anteriores”, mas apontou que o interesse pelo “estudo da forma” continuava limitado¹⁵⁰. Na mesma linha, Lafetá, criticando o Alceu dos anos 1930, ressaltou: “de qualquer maneira, [...] Tristão representa mesmo assim um passo à frente na crítica brasileira” (LAFETÁ, 2000: 123).

A própria classificação do expressionismo como método é controversa. Na prática, ele foi como que uma sistematização das coordenadas que Alceu seguia em sua crítica profissional na imprensa, sem ambição para além disso. Em 1922, em rodapé, ele mesmo falaria a respeito:

Não há, portanto, no que bem ou mal chamei de crítica expressionista o menor intuito de objetividade, sempre ilusória na crítica viva, e que deixo de boa-vontade à grave musa da história que, aliás, ‘completa a crítica’. O

¹⁴⁸ No depoimento a Homero Senna em *O Jornal*, em 1944, Grieco foi questionado sobre sua preferência entre uma crítica impressionista ou científica, e respondeu: “Qual ciência, meu amigo! Sempre fiz puro impressionismo e acho que assim é que deve ser. A obra dos julgadores de livros vale pela forma em que está vazada, pela ironia, pela irreverência, pelo que possa representar de negação dos valores oficiais. Nem a Medicina é ciência, quanto mais a Crítica... [...] abomino os criticoides. Para mim, a rigor, só contam os músicos e os poetas. E se ainda hoje leio Sainte-Beuve é porque escrevia maravilhosamente bem.” (In: SENNA, 1996: 28-29).

¹⁴⁹ “Através da influência de Croce procurei reformular a crítica, chamando-a crítica *expressionista* ou *crítica construtiva*. Ao contrário da crítica impressionista, não se tratava de um reflexo do nosso eu sobre as obras, mas de uma procura daquilo que as obras continham como elemento de projeção sobre si mesmo. Mas [...] vivíamos um período de grande mediocridade intelectual. Assim a minha crítica, como mais tarde a de Álvaro Lins, veio a ser mais uma crítica a propósito dos livros do que propriamente uma crítica aprofundada a respeito deles. Talvez, quem sabe, me faltasse capacidade suficiente para fazer a verdadeira crítica criadora, em que o crítico participa da obra de criação.” (LIMA, 2000: 136).

¹⁵⁰ “Consequência do ‘expressionismo’ é que, embora acentue o caráter da literatura como arte, ele conduz na prática a uma concentração no sujeito, cuja ‘expressão’ se procura definir. Para atingir a sua ‘alma’, importa mais a intuição sobre esta do que a análise propriamente dita da obra, porque o objetivo real é uma identificação afetiva crítico-autor. Por isso, consideradas de modo estrito, as análises deste livro [*Afonso Arinos* (1922)] tendem a continuar o que se fazia antes, isto é, transcrever textos para ilustrar uma argumentação *em torno*, não uma descrição *por dentro* deles. Já aqui percebemos que, apesar do extremo bom gosto e da capacidade segura de avaliar, este grande crítico tinha interesse limitado pelo estudo da forma, vendo no texto sobretudo uma descarga de significados.” (CANDIDO, 2004: 84).

expressionismo crítico não será mais que a disciplina do impressionismo. Não indicam esses termos diferença alguma de essência, senão de método. E no fundo não se distinguem, pois a crítica é uma só, 'esforço criador como arte e como esta expressão'. A impressão é a condição preliminar da crítica, mas a expressão, a sua essência e a sua finalidade. (LIMA, 1968: 747).

Quando convertido, a primeira movimentação de Alceu foi de afastamento dos assuntos exclusivamente literários. Inaugurou-se o período do “crítico de ideias” que comentaria, com frequência, livros de filosofia, política, história, religião etc. Ainda de acordo com Lafetá, entre 1929 e 1941, Alceu publicou um total de vinte e três livros, mas somente cinco foram relacionados à literatura; já entre setenta e nove artigos jornalísticos selecionados para leitura, só trinta e dois eram, de fato, de crítica literária.

No âmbito político, suas ideias eram subordinadas ao pensamento ultramontano já ilustrado, e de que ele era, no Brasil, a um só tempo seguidor e mentor. Afora os temas universais, ganhava espaço a preocupação com a educação e com a formação cultural e social brasileira, além do combate ao comunismo, tópicos nos quais ele se avizinhava de ideias da extrema-direita, quase fascista. No artigo “Revolta ou revolução”¹⁵¹, de 1931, por exemplo, ele recebeu exultante o livro de estreia de Octávio de Faria, *Maquiavel e o Brasil* (1931), fazendo restrições aos trechos em que via insuficiente a defesa da saída religiosa para o país:

O erro de Maquiavel foi apelar, contra a anarquia do Renascimento, para o paganismo político, sem olhar para a lição da Idade Média, para o Cristianismo político. [...] E se invocarmos hoje a lição de Maquiavel, em vez de apelarmos para a de Cristo e da sua Igreja, cairemos no mesmo erro em que vem incidindo o Ocidente há quatro séculos. [...] Para essa conquista mesmo [de Cristo] é que se tornam indispensáveis almas puras, fortes, ardentes e concentradas como a desse jovem de vinte e poucos anos que já surge como um chefe da fila. O mal ou o bem que fará à sua geração, porém, já agora depende, não mais do seu coração ou da sua inteligência que acaba de revelar de modo inconfundível, e sim do mestre que seguir. [...] se conseguir vencer em si a sereia maquiavélica ou nietzscheana, [...] se conseguir dobrar o seu orgulho adolescente à lição integral da Verdade, — poderemos dizer então que o aparecimento deste livro não fixou apenas uma data intelectual e sim um marco de restauração espiritual de uma nova geração. (LIMA, 1933:183-184).

Já na literatura e marcadamente na relação com o modernismo, a bagagem que trazia de antes o impedia de “regredir” ao passadismo (LAFETÁ, 2000); entretanto, o crítico não mais se punha à disposição das novidades do seu tempo. Procurava, sim, separar o “joio do trigo” no interior do movimento (de acordo com suas

¹⁵¹ LIMA, 1933: 173-184.

concepções), condenando o que chamava de “modernismo intencional” — as obras vanguardistas — para defender, sobretudo, a “segunda geração”, de corte espiritualista. Nem todos os seus textos do período são sectários, pois havia momentos em que a veia mais literária ainda se manifestava, porém apenas sob condição de que não ferisse o postulado católico à espreita¹⁵².

Entre os modernos, Oswald foi o mais alvejado. Os ataques ao poeta principiaram ainda no meio da década de 1920. Já então, Alceu se declarava receoso perante o que classificava como dois perigos em curso na literatura: o “conformismo da geração anterior” e o “modernismo destruidor”, este levantado por Oswald e “o mais grave dos dois males”. Em 1925, escreveu:

A poesia Pau-Brasil não merece o ridículo, não. Ridicularizá-la é fazer o que ela procura. E nem nisso é original, pois tão ridículo como eles são os moedores de sonetos [...]. É preciso combatê-la. Nem silenciá-la, nem lhe dar armas. [...] O que pretende o Sr. Oswald de Andrade e o grupo de seus admiradores é abolir todo o esforço poético no sentido da lógica, da beleza, da construção, e nadar no instintivo, na bobagem, na mediocridade. Exaltar a vulgaridade. Chegar ao puro balbucamento infantil. Reproduzir a mentalidade do imbecil, do homem do povo ou do almofadinha dos cafés. Curvar o joelho diante de todos os prosaísmos. Voltar ao bárbaro ou deleitar-se no suburbano. (LIMA, 1966: 916-917).

Noutra sequência de textos, também de 1925, o crítico empregou a metáfora da existência de “girondinos” e “jacobinos” no movimento, e conclamou o combate aos últimos. Ao final dos artigos com essa temática, seu texto se deslocou imediatamente para a política, em escritos de ataque ao comunismo. Na abertura desses rodapés, ele não escondia do leitor a relação que estabelecia, em seu pensamento, entre as duas temáticas, literária e política:

[...] em vários artigos precedentes procurei denunciar o perigo de certas aberrações ou complacências literárias modernas, que ameaçam arrastar a

¹⁵² “O choque de projetos é nítido em Tristão de Athayde, e com o decorrer do tempo a necessidade de coerência só irá agravá-lo. Na verdade, é fácil perceber a razão de sua autoridade crítica durante os primeiros anos modernistas: trata-se de uma das poucas pessoas, no Brasil de então, com cultura estética e filosófica capaz de conferir certa dignidade e certa solidez ao que escreve. Seu nível é mais alto que o da maioria, e Grieco, Medeiros e Albuquerque ou Afrânio Peixoto, ficam aquém dele. No entanto, é exatamente essa maior amplitude que vai levá-lo a um esquema mais rígido e vai determinar o aprofundamento das contradições entre a ideologia do conservador e a estética do Modernismo. Se sua consciência do literário é bastante grande para não permitir uma adesão ao ‘passadismo’ retórico e superficial, por outro lado suas ideias reacionárias são suficientemente fortes para não permitir uma compreensão e uma aceitação da literatura nova. A resultante é o combate acirrado ao que chama de ‘modernismo intencional’, isto é, às obras que, de propósito ou por inabilidade, exageravam os procedimentos vanguardistas. No extremo, a resultante é o elogio ao ‘anti-moderno’, ao estilo que se despoja de qualquer ‘vezo’ modernista.” (LAFETÁ, 2000: 142-143).

nossa inteligência e a nossa arte para a dissolução no arbitrário ou escravizar-nos à mecanização dos preconceitos libertários. [...] Hoje, e provavelmente por mais alguns artigos, pois a matéria é abundante e cheia de interesse, desejo apontar outro perigo, ainda mais grave, pois ameaça destruir a estrutura e sobretudo o espírito da sociedade ocidental, que o mundo moderno já tem corrompido e abalado por tantas formas: o comunismo. (LIMA, 1966: 940).

Em síntese, a crítica católica de Alceu Amoroso Lima representou a submissão da atividade intelectual e literária à disciplina e à estratégia ideológica da Igreja.

Na atuação como crítico de rodapé, isso redundou em movimentos coordenados. Um deles foi certa fuga da literatura de imaginação, transformando em tarefa do crítico a vigilância mais ampla das ideias em curso na sociedade. A arte pela arte, o culto ao belo e à estética, eram vistos pelos católicos, muitas vezes, como desvios antropocêntricos, burgueses em última instância, quando se deveria buscar a recristianização do país como único caminho em direção à paz e à prosperidade. Entende-se, assim, por que foram mudados até mesmo os títulos das seções de crítica de Alceu: saíram “Vida literária” e “Bibliografia”, entraram “Letras e problemas universais” e “Letras universais”, pois sua ênfase de fato se deslocou da literatura em direção a outros temas.

Noutro campo, porém, Alceu trabalhou na articulação de um movimento católico mais geral dentro da literatura em si, no que atuou junto com a geração espiritualista do modernismo e buscou amalgamar um grupo robusto de intelectuais católicos em esferas variadas de produção intelectual e literária, envolvendo-os nas iniciativas da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital. Dentro desse projeto, incluíram-se os outros críticos católicos. Essa ala, caracteristicamente carioca, rivalizou muitas vezes com a intelectualidade modernista paulista, ao se perfilar enquanto religiosos em atuação na literatura e na crítica, antepondo preceitos morais e a doutrina ultramontana à razão propriamente literária, que aqueles diziam representar.

Era do interesse da Igreja tentar influir no romance, na poesia e na literatura de ficção, tendo em vista a importância simbólica que eles possuíam na moldagem do pensamento, influenciando os gostos, a cultura e mesmo a imaginação política de um povo. Assim, a crítica católica de Alceu não se esquivou de todo da literatura propriamente dita, e isso não apenas para se manter como crítica *literária*, mas sim para disputar uma influência católica também nesse terreno. Ganharam espaço, nos rodapés, a restrição a obras que feriam a moral cristã e a celebração desmedida de livros afinados aos ditames da Igreja, independentemente de seus reais valores

estéticos, como que numa busca por manipular o cânone¹⁵³. E ao crítico interessava manter, também, certa autoridade específica no campo da literatura.

Só depois da Segunda Guerra, Alceu viveria um novo processo de revisão de posições (definido por alguns como uma “reconversão”), aproximando-se dessa vez do humanismo cristão do filósofo francês, contemporâneo e amigo dele, Jacques Maritain, e afastando-se do polo reacionário¹⁵⁴. Frise-se, no entanto, que o espectro católico permaneceu dominante no crítico até pelo menos meados da década seguinte, sendo apenas no contexto do regime civil-militar de 1964 que seu programa, de fato, redefiniu-se à esquerda. A influência específica dele na esfera literária havia sido já então atenuada há alguns anos, sem que isso significasse necessariamente uma redução de seu poder dentro do campo:

Não se pode dizer [...] que Alceu Amoroso Lima tenha sido, durante os anos trinta, predominantemente um crítico literário, como o fora na época dos grandes combates estéticos do Modernismo. Nem se pode admitir, igualmente, que sua influência *literária* tenha sido tão grande como fora durante os anos vinte. Todavia, permaneceu ainda crítico, e sua opinião manteve algo do peso que, no passado, tornou-o capaz de revelar e consagrar um escritor estreante. Apesar da recusa de alguns setores intelectuais, sua liderança continuava a exercer-se, pois é ainda o ‘mestre’ que se impõe, pelo alcance da cultura, a parcelas da segunda geração modernista. [...] A conversão de Alceu faz parte do abandono geral das discussões predominantemente estéticas, trocadas pelo fascínio dos debates ideológicos. (LAFETA, 2000: 81).

¹⁵³ É o que Lafetá enfatiza ao analisar o artigo em que Alceu celebrou a estreia de Murilo Mendes. “Excluindo o fato justificável de que qualquer um poderia ter, entre Mário e Murilo, uma preferência natural pelo segundo — que é também afinal um bom poeta — o artigo revela, entretanto, uma tendência a não compreender certa evolução do Modernismo e a encarar com muito maior boa-vontade a outra linha evolutiva, carregada de tradicionalismo e impregnada de espírito religioso e místico. Aliás, dessa linha Murilo Mendes se aproxima apenas parcialmente; mas os elogios a Schmidt, Jackson e Luiz Delgado, ocorrendo simultaneamente a críticas radicais às experiências estéticas — o que chama depreciativamente de ‘modernismo intencional’ — são indicadores de uma nova tensão, ainda gerada pelo par ‘ética-estética’” (LAFETÁ, 2000: 138).

¹⁵⁴ “[...] é mais correto dizer que Alceu Amoroso Lima, no Brasil, desempenhou papel importante como ‘maritainista’, uma vez que já havia tomado contato com as obras mais recentes do filósofo logo quando publicadas. Pelo contato de longa data com a língua francesa, não foi necessário esperar as traduções. Por isso, logo percebeu a virada de Maritain para o campo da política, já com a realização da leitura de *Humanismo integral* em 1936. Entretanto, Alceu encarou suas posições democráticas com cautela e adotou-as ao longo dos anos num processo interior de revisão de valores, de conflitos internos e do abandono de ideias autoritárias que integravam sua visão de mundo, algo concretizado somente no final da década de 1940, e não em 1939.” (RODRIGUES, 2013: 107-108).

CAPÍTULO IV – O CRÍTICO IMPRESSIONISTA

“Álvaro Lins é, quimicamente falando, o crítico mais puro que existe hoje em dia no Brasil.”

(Antonio Candido, “Um crítico”, 1943)

Depois de debater o sentido da militância católica de Alceu Amoroso Lima, tratarei agora de Álvaro Lins. Pernambucano, a ele coube a liderança da crítica literária carioca — e por extensão, brasileira — na década de 1940, após trajetória na política e no jornalismo nordestinos. Seu auge nos rodapés foi entre 1940 e 1947, quando assinou “Crítica literária” e “Jornal de crítica” no *Correio da Manhã*, seção a que retornou brevemente em 1952, assinalando em seus escritos, no geral, um estilo impressionista, judicativo, polêmico e católico.

Há poucos estudos detalhados sobre o autor. Isso indica que, depois de projetado com força nos anos 1940, ele acabou ultrapassado por novas modalidades da crítica e “esquecido”, relegado do cânone nacional¹⁵⁵. Especialista em Lins, Bolle (1979) sugere esse desenlace, ao apontar que a atuação do pernambucano marcou “de certo modo o fim de uma concepção de crítica, baseada mais na formação pessoal do crítico do que no seu equipamento teórico” (BOLLE, 1979: 53). Na abordagem que proponho, ele surge como um agente importante para pensar a própria transformação do gênero, analisando o diálogo que manteve, de diferentes formas, com os críticos literários seus contemporâneos, um pouco anteriores ou posteriores a ele. No primeiro caso, Alceu Amoroso Lima era o modelo incontornável; no segundo, desde a década de 1940, Antonio Candido e Afrânio Coutinho, cada um à sua maneira, propuseram uma crítica especializada e enraizada na universidade.

A obra de Álvaro Lins insere-se num contexto histórico preciso¹⁵⁶, pois muitos de seus artigos foram elaborados durante a Segunda Guerra Mundial ou no imediato

¹⁵⁵ Na entrevista concedida a este trabalho, Antonio Candido afirmou: “No meu tempo [a década de 1940], o maior crítico de rodapé era o Álvaro Lins. Ele era pernambucano. Ele veio para o Rio e passou a escrever no *Correio da Manhã*. Um crítico extraordinário. Extraordinário. Depois eu fiquei amigo dele, eu tenho por ele uma grande admiração. Lamento muito que ele seja tão esquecido. Os críticos passam rapidamente.”

¹⁵⁶ “Até o término do seu primeiro quinquênio, a década de 40 é a continuação da de 30, com um elemento diferenciador externo, a guerra, enquanto internamente perdura o getulismo, na fase do Estado Novo, inaugurado em 1937. Se o início da década se emenda e se dilui nos anos finais de 30, e se seu término também é arbitrário (a não ser pelo retorno, em 1950, de Getúlio Vargas à presidência da República), o seu *meio* é bem marcado: 1945 é a data do fim da guerra e fim da Ditadura Vargas; é a data do 1º Congresso Brasileiro de Escritores e o ano que uma geração de poetas, significativamente, escolheu para se autodenominar; finalmente, é o ano da morte de Mário de Andrade. Em suma, é o marco usado por muitos como fecho daquilo que globalmente se convencionou chamar de *Modernismo*. [...] A grande impregnação ideológica dos anos 30, com o choque dos extremismos de Esquerda e de Direita, não apenas continua, mas tem suas tensões exasperadas pela Segunda Guerra Mundial. O

pós-guerra. As alusões repetidas do crítico aos conceitos de “personalidade” e de “autonomia da literatura” encontram, em parte, explicação aí¹⁵⁷. O meio intelectual estava impactado pela conjuntura de violência política que ameaçava liberdades, inclusive a de criação artística. Entre os católicos, a cartilha reacionária mundialmente se debilitou e ganhou força um reposicionamento democrático (MAINWARING, 2004). Se durante a década de 1930 havia prevalecido a diplomacia entre o vaticano e as ditaduras, o combate ideológico ao comunismo e a defesa da doutrina ultramontana¹⁵⁸, nos anos 1940 essa tendência foi substituída aos poucos pela ressalva ao totalitarismo, pela democracia e o humanismo cristãos. No laicato brasileiro, houve polêmicas, enquanto Alceu Amoroso Lima procedia a uma revisão de posições, lentamente e com certa resistência (RODRIGUES, 2013).

Do ponto de vista cultural, o espaço carioca permanecia subordinado ao Estado (o Estado Novo) e sob forte influência católica. As universidades apenas começavam a se estruturar e também sofriam essa ingerência. Uma novidade se via, contudo, no meio editorial. A contar da segunda parte da década de 1930, notou-se uma significativa expansão do mercado de livros, por efeito de fatores externos e internos, bem como da consolidação da principal editora carioca e brasileira no período, a José Olympio (SORÁ, 2010). Apoiada nesse impulso e num mercado leitor crescente, embora ainda acanhado, a literatura brasileira viveu uma etapa fecunda. Nos anos 1940, deram-se obras de maturidade dos modernistas de 1922 e da geração espiritualista; publicações novas do romance regionalista e do ensaio histórico-sociológico; o aparecimento de escritores como Clarice Lispector, Guimarães Rosa e outros; e ainda, a estreia dos poetas da geração de 1945, que revisaram o

início da década de 40 é ainda marcado pela alta voltagem das discussões políticas e ideológicas que vincaram os anos 30, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Mas a forte pressão da Censura do Estado Novo tinha conseguido amainar grande parte do debate político” (BOLLE, 1979: 10-11).

¹⁵⁷ “Numa época em que o totalitarismo nazifascista ameaçava a humanidade num rebanho de massificação, falar de ‘personalidade’ com tanta ênfase torna-se uma atitude *política*.” (BOLLE, 1979: 59).

¹⁵⁸ O Tratado de Latrão (1929) e a concordata entre Hitler e Pio XI (1933) foram símbolos da tentativa de conciliação diplomática entre o vaticano e os regimes totalitários europeus nos anos 1930 (AMADO, 2017). Mesmo assim, sempre houve tensões entre a Igreja, o fascismo e o nazismo, dado que era da natureza desses regimes políticos avançar sobre múltiplas esferas, incluindo a religiosa. Tanto Hitler quanto Mussolini, em diferentes episódios, atacaram as seções da Ação Católica de seus países, entre outras ações que conduziram a uma ruptura com o papado já no meio da década de 1930. No caso brasileiro, acompanhando a dinâmica mundial, houve notória proximidade entre Integralismo, Igreja Católica e laicato de 1932 a 1937, quando aquele movimento terminou extinto pelo Estado Novo. Amado (2017) descreve a igual “cultura política” compartilhada por esses setores reacionários, que se uniam sob a bandeira de “Deus, pátria e família” e em defesa de pautas como o culto à autoridade, ao nacionalismo, a condenação do liberalismo burguês e do comunismo.

modernismo (BOLLE, 1979; BOSI, 2012). Ademais, as letras nacionais haviam se diversificado para além do eixo Rio-São Paulo. Conforme notou Arruda, na esteira do regime inaugurado em 1930, ocorreu “um deslocamento do eixo da nova produção modernista no Brasil [...] para as margens do campo cultural” e escritores nordestinos, mineiros e gaúchos forneceram a nova “modulação da literatura brasileira” (ARRUDA, 2011: 196).

Enquanto Alceu fora o mais importante crítico de rodapé durante a inauguração do modernismo, Lins exerceu a função numa fase em que a literatura moderna nacional já era mais intrincada. Tomando esse afluxo criativo como a seiva da sua crítica — que também dele resultou —, ele tornou-se um árbitro respeitado dessa mesma literatura, consagrando e condenando escritores por muitos anos. Mais tarde, contudo, tornou-se também um “modelo em fase de superação”, nos termos de Sússekind (2002), especialmente em face da especialização crescente nas humanidades e da consecutiva perda de centralidade da literatura na vida social, o que veio a reduzir de igual modo o poderio dos críticos, sobretudo, nos jornais.

O perfil da crítica literária de Lins foi situado, em linhas gerais e por reivindicação própria, dentro do impressionismo¹⁵⁹. Com essa categoria, ele visou a um equilíbrio em relação ao extremismo político de Alceu, sinalizando um respeito à matéria literária e uma valorização do gosto pessoal do crítico. Não obstante, o impressionismo denotava a reprodução de um padrão de análise não especializado, dependente da subjetividade do crítico e de influências extraliterárias, como as de ordem política e moral. Essas normas condiziam com sua trajetória, que era marcada pela formação generalista em direito, pela origem nordestina, pela cultura católica e pelo trabalho ligado ao serviço público, ao jornalismo e ao mundo editorial e político. Quando contraposto a Alceu, há semelhanças e diferenças. Já perante Coutinho, ele foi o intelectual a ser combatido em prol da “crítica científica”, que o baiano reivindicou, mas praticou só parcialmente.

O debate público com o líder católico veio primeiro e se iniciou em 1940, no momento que Lins se mudou para o Rio de Janeiro. Querendo firmar voz própria na literatura local, a ele interessava aproximar-se do carioca, mas igualmente dele se

¹⁵⁹ “É isso que autoriza classificar o nosso Autor, globalmente (em que pesem os matizes da evolução do seu pensamento crítico) como ‘impressionista’, usando aqui o termo no sentido largo. [...] ele é temperamentalmente um *juiz* de obras, que reage com a intuição; depois — e só depois — tenta, com critérios mais ou menos objetivos, justificar esse julgamento.” (BOLLE, 1979: 62; 69).

diferenciar. Alceu, por sua vez, retrucava ideias expostas em “Jornal de crítica” e buscava se impor na disputa pela arbitragem literária. Eles travaram polêmicas variadas, ao passo que convergiram defendendo o instituto do rodapé, a soberania do jornal, o protagonismo dos críticos e a perspectiva católica (com pesos distintos). Na média, o impressionismo de um e a crítica católica do outro acabaram tendo bastante em comum e eles compartilharam um mesmo tipo de autoridade nacional na literatura, limitando o espaço para a especialização da crítica, como tentarei demonstrar.

Antes de entrar nesse diálogo, é importante lançar luz sobre a origem social e a migração de Lins, que determinaram sua experiência na capital. Com efeito, a procedência geográfica o distinguia e foi a aliança com o regionalismo nordestino e com a editora José Olympio que possibilitou sua reconversão em crítico literário, depois de no Recife ele ter sido basicamente político e jornalista. No Rio de Janeiro, mesmo católico, ele engajou-se em instituições paralelas ao laicato, e na crítica literária preencheu uma lacuna, que foi a de restabelecer a análise sistemática de livros na imprensa, após certo refluxo dos rodapés na década de 1930.

Naqueles anos, conforme o capítulo anterior, houvera um deslocamento de Alceu, então o maior crítico, para uma orientação ideológica, menos interessada na literatura propriamente dita. Com base nisso e também em decorrência da censura estatal, que restringiu os espaços de opinião nos jornais, boa parte das seções de crítica literária ou seguiu a mesma tendência ou suspendeu as atividades, impondo uma dispersão só em parte compensada pelo *Boletim de Ariel*. Havia um problema, dado que os rodapés aparentavam não conseguir acompanhar a expansão do mercado editorial com a fórmula da análise de livros novos. Convencionou-se considerar que Alceu tinha abandonado a crítica e que faltavam críticos “de verdade” no país, reclamação recorrente inclusive nos periódicos. Estreando o rodapé “Crônica de letras” em 1932 no *Diário de Notícias*, por exemplo, Augusto Frederico Schmidt declarava que “não temos um só crítico literário neste momento, com projeção pública”¹⁶⁰. Mas ele mesmo abandonaria o rodapé em poucos meses. O próprio Álvaro Lins, ao surgir em 1940, buscava “desmentir esta frase de falso efeito que circula pelas

¹⁶⁰ “O último, o sr. Tristão de Athayde, há muito silenciou, voltando sua atividade intelectual para outros rumos que lhe pareceram mais nobres, porque mais úteis. [...] O sr. Agripino Grieco, admirável cronista, trata de tudo menos de livros nacionais; o sr. João Ribeiro, arguto e inteligente, limita-se a registrar o aparecimento da copiosa produção brasileira” (SCHMIDT, 1932).

livrarias e pelos cafés: ‘não temos críticos’” (LINS, 1941: 15), o que reforça a caracterização.

A trajetória pregressa do autor remontava à decadência da oligarquia nordestina e aos rumos empreendidos pelos jovens bacharéis em busca de salvaguardar sua condição de classe¹⁶¹. Seu pai, Pedro Alexandrino Lins, descendia de senhores do engenho da região do Rio Formoso, e em crise, apoiara-se no casamento para se firmar no comércio e no serviço público em Caruaru. Álvaro, filho único, viveu a adolescência e a juventude aos cuidados do avô materno no Recife, desde antes de se tornar órfão. Com esse suporte, acessou o Colégio Salesiano (futuro Ginásio do Recife, instituição católica)¹⁶² e a Faculdade de Direito, onde moldou sua bagagem cultural e estabeleceu o grosso das relações políticas e sociais que desenvolveria adiante.

Na Faculdade, alinou-se aos católicos reacionários e aos integralistas, numa etapa em que a Ação Integralista Brasileira se consolidou como “o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional” (TRINDADE, 2016: 39), polo atrativo para vários intelectuais de sua geração¹⁶³. Depois, guinou para administração pública, cooptado pelo governo estadual do PSD, do qual foi secretário entre 1934 e 1937. Emanada da política, sua autoridade intelectual alargava-se para o jornalismo e a literatura, como universos cambiantes. Cabe lembrar que desde o século XIX o Recife era um centro intelectual importante, franqueado pela Escola do Recife, pela

¹⁶¹ Sobre a trajetória de Álvaro Lins, consulte Perez (1971), Bolle (1979), Brasil (1985), Abreu *et al* (2001), França (2007) e Ramassote (2013), além de jornais pernambucanos e cariocas.

¹⁶² “[...] guardo a lembrança, ajuntada à certeza, de que o melhor de mim mesmo só pôde formar-se e constituir-se sob a influência dos padres de Dom Bosco, no Colégio Salesiano do Recife.” (LINS, 1963: 14).

¹⁶³ Lins integrou a Congregação Mariana, que era um grupo católico direitista, e depois chegou a chefiar o núcleo integralista de estudantes da Faculdade de Direito do Recife. Tais passagens seriam, em geral, borradas das suas memórias e biografias, evidenciando o que Trindade (2016) chamou de um “complexo de culpa fascista” recorrente dentro da geração intelectual em foco. Para aferir o real envolvimento do pernambucano com o “fascismo brasileiro”, é indispensável consultar diretamente os jornais da época. No *Diário de Pernambuco*, por exemplo, registra-se em 1933 o discurso proferido por Lins, na condição de líder integralista local, perante a visita de Plínio Salgado ao Recife: “[...] a palavra ao acadêmico Álvaro Lins, que fez a saudação ao chefe em nome dos integralistas pernambucanos. O jovem acadêmico fixou a posição do integralismo diante da realidade brasileira, fazendo uma síntese da rutura que se operou no mundo moderno. Criticou fortemente o Estado individualista e o Estado socialista, ambos ligados pelos mesmos erros. [...] terminou saudando o chefe com estas palavras: ‘Chefe: o Integralismo está em marcha desencadeada para a vitória. Sob a sua bandeira azul os ‘camisa-oliva’ vão lutar desesperadamente para arrancar a nação das mãos dos gozadores, dos mediocres, dos políticos profissionais. [...] nós passaremos adiante e cumprimos o nosso destino, porque temos dentro de nós o sentido da vitória e a perpétua renovação da mocidade.’” (Diário de Pernambuco, 19/08/1933, p. 3).

Faculdade de Direito, e mais recentemente pelo regionalismo de Gilberto Freyre, de quem tinha proximidade.

A migração ao Rio de Janeiro acabou tendo como motor o golpe do Estado Novo, que desmontou o governo de Pernambuco, expôs Lins à instabilidade e impingiu uma alteração de rota¹⁶⁴. De 1937 em diante, ele passou a operar uma transferência do seu capital cumulado na vivência com a alta-roda pernambucana em direção à carreira literária, no embalo do grupo nordestino cuja projeção nacional era ascendente e que se reunia na José Olympio. Via indicação de colegas, a editora o recrutou em 1938, ao lhe encomendar, quando ainda era redator do *Diário da Manhã* (PE)¹⁶⁵, uma obra sobre Eça de Queiroz, romancista português de apelo literário e comercial. *História Literária de Eça de Queiroz* — lançado em 1939, no Rio — mereceu então o melhor da publicidade da empresa, e serviu de cartão de visita para Lins na cidade.

Mais tarde, criou-se ao redor do livro uma narrativa idealizada, como se ele revelasse, em si, a vocação crítica de Lins, o fundamento da sua migração. Segundo Perez:

Em meados do ano [de 1938], tem Álvaro Lins talvez a maior surpresa da sua vida. Recebe, do Rio, um bilhete de José Olympio, que pergunta, textualmente: 'Você não gostaria de escrever um livro sobre Eça, para a nossa casa editar?' Fora isso uma sugestão de José Condé, funcionário, então, do referido editor. [...] Passou então a ler toda a obra de Eça de Queiroz, já decidido a enfrentar a tarefa. [...] A obra foi lançada em fins de 1939, numa edição de dois mil exemplares, com capa de Santa Rosa e apresentação de Osório Borba. [...] veio o autor ao Rio para assistir o lançamento. Esperava Álvaro Lins que o livro tivesse certa repercussão em Pernambuco — mas de modo algum imaginava um sucesso no sul. De repente, começaram os artigos na imprensa, entusiásticos, assinados pelas maiores autoridades literárias de então [...]. Quando, de volta ao Recife, chegam os recortes, fica espantado. 'Não se tratava de falsa modéstia — explica o crítico — mas, antes, de falta de preparação psicológica para o fato'. Em Pernambuco, também foi excelente o acolhimento da obra. [...] E Álvaro Lins, em consequência, se vê famoso da noite para o dia. (PEREZ, 1971: 24-25).

¹⁶⁴ Além da perda do cargo de secretário de governo, Lins começou a ser perseguido pela censura, chegando, de acordo com Perez (1971), a ser detido por “duas ou três vezes” em decorrência de publicações em jornal. Ele também enfrentou, nesse momento, dificuldades em sua carreira no magistério, sendo impedido de disputar o concurso para o Ginásio do Recife, a que se candidatou pouco antes de mudar em definitivo para a capital carioca.

¹⁶⁵ Jornal de propriedade da família Cavalcanti, a que pertencia o ex-interventor/governador de Pernambuco de que Lins era aliado. Alguns anos depois, o crítico dedicou ao político a quarta série em livro de *Jornal de Crítica*: “Dedico esta quarta série do *Jornal de Crítica* a Carlos de Lima Cavalcanti — grande amigo e admirável companheiro, em lembrança de tudo o que tenho sentido e aprendido ao contato da sua natureza humana realmente nobre e generosa” (LINS, 1946).

Na verdade, a “descoberta de talentos” — ou recrutamento de autores — era parte do expediente da editora carioca. Sorá (2010) explica como essa seleção ocorria quase sempre a partir de circuitos de indicações internas, nos quais, junto às apostas e demandas comerciais do editor, influíam os escritores. No caso de Lins, além de José Condé, amigo caruarense que vivia no Rio, servia à editora e intermediou o convite para o livro sobre Eça de Queiroz, foram cruciais dois líderes do regionalismo, José Lins do Rego e Gilberto Freyre, que avalizaram a migração e indicaram o caruarense para assumir o rodapé do *Correio da Manhã*, tão logo ele chegou ao Rio de Janeiro. A rigor, o grupo e a editora implantaram um aliado no âmago da grande imprensa carioca, após a divulgação bem-sucedida de um livro de estreia que foi logo celebrado, por exemplo, por Alceu Amoroso Lima e Mário de Andrade¹⁶⁶.

Publicar pela José Olympio era estar perto da consagração. Consolidada no Rio, a casa dominava os lançamentos dos ensaios de interpretação do Brasil, com a Coleção Documentos Brasileiros, e o editor irrompia como um “herói da cultura” (PONTES, 2001), ou por outra, como agente determinante no campo literário, onde fruía de relações políticas, comerciais e intelectuais (SORÁ, 2010). Ante uma fase de expansão do mercado e da concorrência, com a criação de editoras em São Paulo e o elo delas com outros críticos¹⁶⁷, era decisivo à José Olympio ter um “crítico forte” em seu estafe, exatamente o que Lins se tornou.

¹⁶⁶ Por coincidência, os artigos de Alceu (em *O Jornal*) e de Mário (no *Diário de Notícias*) vieram à luz no mesmo dia 25 de fevereiro de 1940. Eles enfeixaram a recepção favorável ao livro de Lins na capital. Alceu, em declaração valiosa, referiu-se ao pernambucano como um “novo crítico de verdade”, com o qual compartia muitos “pontos de vista literários”. Já em Mário, colado ao elogio, embutia-se uma diferenciação face ao timbre religioso: “O Sr. Álvaro Lins publicou recentemente um livro notável sobre a ‘História literária de Eça de Queiroz’ (Liv. José Olympio Edit. Rio, 1939). Trata-se de um ensaio muito rico de ideias, de um interesse apaixonante, em que o autor soube se conservar dentro da posição essencialmente crítica, se esforçando por ver e julgar numa atitude estética. Estou certo que o conseguiu. Mas, ao invés de Eça de Queiroz [...], Álvaro Lins é um católico bem nítido, e sua visão se processa lealmente dentro de lentes bem polidas e claras de catolicismo. Essa visão se revela por todo o livro. Em parcialidade? Não, justamente numa espécie de imparcialidade um bocado inquieta e cuidadosa de si, que muito honra o crítico e lhe demonstra as excelentes intenções e a possibilidade [...] de um verdadeiro julgamento artístico. Este me parece um grande mérito, o melhor elogio que se possa fazer ao sr. Álvaro Lins. [...] Mas a personalidade espiritual do crítico pernambucano não deixou de conformar com demasiada insistência o seu conteúdo. Os problemas da catolicidade, da religiosidade, do espiritualismo de Eça de Queiroz tingem todo o livro, a meu ver, num excesso prejudicial. Não creio que num ensaio sobre a ‘História Literária de Eça de Queiroz’ o problema da sua religiosidade merecesse tamanha importância.” (ANDRADE, 1940).

¹⁶⁷ No caso paulista, tratava-se principalmente das editoras Martins e Companhia Editora Nacional. A primeira tinha relação com Sérgio Milliet, de quem editou boa parte dos dez tomos de *Diário Crítico*.

Assis Barbosa escreveria que “o editor farejou o grande crítico [...] tal como fizera anos antes a José Lins do Rego. [...] O ‘beau-geste’ de José Olympio definiu o destino de Álvaro Lins” (BARBOSA, 1955). A iniciativa editorial embrenhava-se com a busca do autor por uma nova colocação profissional, e sua tarefa, assim, definiu-se em orquestração clara com um grupo de escritores e com o polo dominante do campo, que então associava interesses literários e comerciais. A mudança ao Rio de Janeiro (centro da consagração literária nacional) era inexorável, configurando a um só tempo o resultado e a condição para o forjamento do novo crítico.

Arruda descreveu o projeto que havia em comum entre Gilberto Freyre, José Lins do Rego e a editora:

A literatura de José Lins do Rego é tributária da geração reunida no Movimento Regionalista e Tradicionalista, organizado por Gilberto Freyre quando retornou do exterior, e que promoveu o Congresso Regionalista, em fevereiro de 1926, do qual resultou decantado o *Manifesto Regionalista*, cuja primeira publicação ocorreu apenas em 1952. [...] Chama atenção a afirmação de fé, presente no *Manifesto*, de que não há ‘região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza e tradições ilustres e em nitidez de caráter.’ [...] As relações entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego eram de franca intimidade e de mútua cooperação. Além de o romancista ser participante do Movimento Regionalista, era um jornalista conhecido em Recife e estava ligado a várias iniciativas de renovação literária quando Freyre retornou ao Brasil. A relação entre ambos foi central ao jovem sociólogo que aportava na cidade, depois de anos no exterior [...]. Posteriormente, José Lins do Rego tinha no amigo uma fonte de exaltação de sua obra [...]. Essas relações, aliás, desdobraram-se para o campo das edições. Foi José Lins do Rego que apresentou Gilberto Freyre ao editor José Olympio, que publicou *Casa-grande e senzala* em edição esmerada. O romancista apresentou Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz ao editor, após estabelecer laços de amizade com os dois escritores [...]. A editora, fundada em 1934, será a avalista da nova geração dos modernistas que comporão seu catálogo de lançamentos, como Jorge Amado, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e tantos outros. [...] José Lins do Rego foi figura central de atração dos novos, tendo, após a transferência na condição de funcionário público para o Rio de Janeiro, o papel de congregar o grupo, pois mantinha uma mesa cativa na livraria para a qual afluíam os escritores e intelectuais da capital [...]. Dessa forma, o chamado romance regionalista ganhou expressão com a aposta de José Olympio na nova geração, acrescida da promoção de José Lins do Rego, o primeiro a virar autor da instituição, por eles denominada de ‘casa’. (ARRUDA, 2011: 205-206).

Portanto, a “invenção” de Lins enquanto crítico literário evidenciava o que Jackson e Blanco (2014) notaram ser, no meio intelectual da época, uma legitimação dos críticos pelos escritores — que, por sua vez, eram consagrados pelos críticos. Tratava-se de uma utilidade recíproca de funções em curso dentro de grupos de origem social e trajetória semelhantes. Conforme demonstraram Sorá (2010) e

Mendonça (2020), num estágio em que as bases institucionais do campo cultural eram frágeis, as rodas intelectuais agiam decisivamente em torno da produção e da circulação de obras, da fixação de alianças e do reforço de reputações¹⁶⁸.

É notório que Lins incorporou a origem pernambucana como parte de sua personalidade e como fator que poderia corroborar — e não diminuir — a sua autoridade nacional. Fixado no Rio de Janeiro, ele tentaria arbitrar a literatura de todo o país, declarando-se um “crítico nato” sempre que desfraldava o vínculo histórico entre a crítica literária e o Recife. “[...] o que caracteriza a vida cultural do Recife é o seu espírito crítico. A crítica do Brasil nasceu no Recife”, ele afirmou em 1942 (LINS, 1943: 85). Em outra ocasião, repetiu a ideia: “[...] a verdadeira crítica nasceu no Brasil [...] com a chamada *Escola do Recife*, tendo à frente Tobias Barreto e Sílvio Romero” (LINS, 1963: 101-102). Como se nota, estava em questão uma dimensão tanto prática quanto simbólica, que ele desenvolvia tendo seus artigos, originais do *Correio da Manhã*, replicados em estados como São Paulo, Bahia, Pernambuco e Pará.

Aos escritores que o haviam promovido, Lins reservaria rodapés elogiosos, destinados a ampliar a autoridade dos mesmos. Por exemplo, em 1940 ele situou, acima do modernismo, Gilberto Freyre:

Toda a importância do modernismo decorre da circunstância de ter sido um movimento de destruição e não de criação. E movimento criador o modernismo não foi porque não deixou nenhuma grande obra representativa [...]. As páginas desse período que merecem sobreviver foram escritas à margem ou ‘fora’ das intenções modernistas. Também as suas figuras principais — algumas delas, ainda hoje, figuras de primeiro plano na nossa vida literária — estavam mais preocupadas em destruir alguns processos estéticos e estabelecer outros do que em criar obras de arte. E o que mostra que não foi nem absorvente, nem totalizante é a existência de certas figuras conservadas e desenvolvidas numa direção alheia ao modernismo brasileiro, a do sr. Gilberto Freyre, por exemplo. As suas ligações com o modernismo foram as de uma simples simpatia distante, pois já apareceu com um caráter que o ultrapassava. Este alheamento, no entanto, não o impediu (antes o ajudou) de realizar uma obra cuja importância nenhuma outra supera. Como não impediu de influenciar, de maneira mais natural e menos estreita, todo um grupo de escritores e artistas, dentro e fora do modernismo: poetas (exemplo: o sr. Manuel Bandeira), romancistas (exemplo: o sr. José Lins do Rego), críticos (exemplo: o sr. Olívio Montenegro); contistas (exemplo: o sr.

¹⁶⁸ “[...] para além das livrarias e dos salões [...], a produção cultural da época não contava com bases institucionais de peso [...] para alcançar uma difusão pública e suprarregional. Esse cenário faz com que a categoria *roda intelectual* seja fundamental para que se compreenda a produção e a circulação de ideias e obras no Brasil no início da década de 1930. [...] Nas rodas, os indivíduos sintetizavam formas de identificação estéticas e políticas como grupo, base de distinção de outras rodas locais, regionais e, inclusive, de outros países. Essas rodas eram o motor das alianças e condição da saída das obras de seus membros para o exterior, com um alcance proporcional às forças de solidariedade mobilizadas a partir dessas plataformas de ação.” (SORÁ, 2010: 96).

Luiz Jardim); professores (exemplo: o sr. Sílvio Rabelo); pintores (exemplo: o sr. Cícero Dias). Os exemplos, aliás, poderiam ser multiplicados até a constatação dessa influência generalizada que o sr. Gilberto Freyre passou a exercer na vida cultural brasileira desde *Casa-grande & Senzala*. (LINS, 1941: 189-190).

Todos os intelectuais mencionados eram pernambucanos. Essa mesma origem regional ele destacaria em José Lins do Rego, em rodapé de 1942, quando afirmou que o romancista era “um escritor do Recife, onde se formou em todos os sentidos, não só na Faculdade de Direito, mas sobretudo literariamente, na companhia dos srs. Gilberto Freyre e Olívio Montenegro” (LINS, 1943: 85). À volta do romance *Água-mãe* (1941), ele definiu o escritor¹⁶⁹ como alguém que “ultrapassa o regionalismo” e se inscreve no “plano nacional e universal”, e disse:

[...] esta imaginação é que faz do sr. José Lins do Rego um romancista, e que faz de *Água-mãe* uma obra de literatura. Ele anima os seres humanos, como as coisas da natureza, de uma poderosa substância poética, de uma visão lírica que representa a nota mais dominante de seu temperamento. Vemos que é o lirismo que se encontra na origem dos seus impulsos de criação. Eu definiria o temperamento do sr. José Lins do Rego como estes quatro elementos de caracterização: lírico, sensual, dionisíaco e romântico. [...] E esta força de criação, no seu caráter original, é o que não falta ao sr. José Lins do Rego. A sua obra é uma confissão de personalidade. Não sei de outra em que se projetem com tanta espontaneidade e com tanto ardor de vida um temperamento e uma natureza de homem. (LINS, 1943: 90-91; 93).

A boa vontade do crítico tocava ainda alguns nomes “menores”, como o de Odorico Tavares, poeta pernambucano e amigo seu¹⁷⁰. Em 1941, ele lamentou que

¹⁶⁹ Note-se que nem Silvio Romero nem José Lins do Rego eram, de fato, do Recife, dado que o primeiro nascera no Sergipe e o segundo na Paraíba. Contudo, como frequentaram a Faculdade de Direito da cidade e projetaram suas carreiras a partir de lá, ambos acabaram sendo socialmente referenciados como pernambucanos.

¹⁷⁰ Nascidos no mesmo ano de 1912, Lins e Tavares eram amigos desde que haviam estudado juntos na Faculdade de Direito. O crítico também tinha uma dívida de gratidão com o poeta, pois, morando no Rio de Janeiro desde a década de 1930, este havia lançado um dos primeiros textos, seguido de entrevista, divulgando o nome do futuro crítico do *Correio da Manhã* na capital federal. Foi em 1939, antes da publicação de *História Literária de Eça de Queiroz*, na seção “Falam os escritores do Recife”, mantida por Tavares em *O Jornal*. Na ocasião, ele assim apresentou o amigo de província: “O jovem escritor pernambucano Álvaro Lins é bem um representante idôneo desses moços de uma geração intelectual tão harmônica e tão equilibrada. Ao entrar na Faculdade de Direito do Recife, em 1931, teve a oportunidade de encontrar a velha escola num período de renovação. [...] Construía-se sobre as cinzas do modernismo que se desacreditava pelo seu tom de pilhéria, de blague e sobretudo de destruição. Tomando partido, definindo-se, orientou sua cultura no sentido espiritualista, sem perder contato com os elementos valorizados das mais diversas correntes. Mal atingia a maioridade, é chamado para ocupar cargos dos mais importantes no governo do Estado. No entanto, a política para esse moço isento de ambições era um apelo a que a sua inteligência não entregava o melhor das forças. [...] Terminando o governo [...], entrega-se mais à vontade aos seus estudos. Os seus ensaios literários, a maior parte publicada no ‘Diário da Manhã’, que hoje dirige, fizeram-no conhecido das rodas intelectuais do país. Estávamos em frente de um jovem que ia além daquela fórmula batida de ‘talento

um novo livro do autor (impresso pela José Olympio) não fosse aclamado no Rio de Janeiro:

[...] *A sombra do mundo* [...]. Um silêncio injusto caiu e ainda hoje está pesando sobre esse livro. [...] Devo dizer, aliás, que não resultou este silêncio de nenhuma circunstância accidental: o livro foi lançado no Rio de Janeiro, por uma editora do mais sólido conceito; a apresentação gráfica do volume é de primeira ordem; não havia contra o poeta qualquer propósito deliberado de oposição. O livro chegou mesmo a obter um simpático noticiário de imprensa e algumas crônicas de elogio vago e inexpressivo. Mas fazendo exceção para o artigo do sr. Valdemar Cavalcanti, não sei de ninguém que lhe houvesse dedicado um estudo crítico ou uma atenção demorada. Nem mesmo o sr. Mário de Andrade [...]. Somente no Recife é que os poemas de *A sombra do mundo* puderam ser lidos e julgados devidamente. Lidos e julgados por um Gilberto Freyre, por um Olívio Montenegro, por um Luís Delgado, por um Aníbal Fernandes. Mas esses julgamentos não atravessaram os limites da vida provinciana, não se continuaram em outras cidades e em outros ambientes. [...] Acabei concluindo que não devia tomar como obstáculos as relações pessoais e sentimentais que me colocam tão perto do poeta de *A sombra do mundo*. Tenho vários amigos de cujos livros não gosto, e diante dos quais venho sustentando opiniões contrárias [...], ao mesmo tempo em que me tenho empenhado na tarefa de fazer justiça às obras e pessoas dos inimigos e adversários. Mas como não oferecer a um amigo a mesma justiça que se oferece até aos inimigos? Ao me referir, portanto, ao sr. Odorico Tavares, não será o amigo ou companheiro de geração quem estará falando. Será o crítico que joga sempre nas suas afirmações toda a responsabilidade do seu ofício e do seu nome. (LINS, 1943: 44-45).

O rodapé corre em tom laudatório até o limite de comparar Tavares, poeta da predileção de Lins, a Bandeira e Drummond:

[...] sr. Odorico Tavares, que pertence exatamente à família poética onde se encontram instalados, como patriarcas, os srs. Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. [...] Não tenho dúvida nenhuma de que *A sombra do mundo*, pelos seus sentimentos poéticos, pela forma de expressão, pela realidade artística que contém, representa um documento literário de primeira ordem. Estamos diante de um poeta mais visual do que auditivo, mais sugestivo do que descritivo, mais artístico do que eloquente. As suas palavras [...] são [...] densas e essenciais. A sua experiência de vida tem um caráter mais pessoal do que livresco; o seu conhecimento do mundo não é o da ciência, mas o da intuição poética e artística. [...] Há cem anos passados, o sr. Odorico Tavares seria uma figura representativa do romantismo. Hoje, é um poeta moderno que se poderá classificar como neorromântico. E porque todos os homens têm os seus poetas prediletos, com indiferença quanto ao seu valor e classificação nas literaturas, confesso que um dos poetas de

promissor'. Trazia a marca de um espírito equilibrado e já amadurecido [...]. Um excelente ensaio sobre Eça de Queiroz [...] chamou a atenção do livreiro José Olympio. O mais inteligente dos editores do Brasil não hesitou [...], convidando-o a entregar o mais depressa possível um livro sobre o autor de 'Os Maias'. Álvaro Lins já tem quase acabado o seu livro cujos originais serão entregues ainda este mês ao livreiro da rua do Ouvidor. Daí, na enquete que os *Diários Associados* promovem entre os intelectuais do Recife, Álvaro Lins depor como o representante mais completo dos escritores novos de Pernambuco." (TAVARES, 1939). Em seguida, na entrevista, um dos tópicos abordados por Lins foi o regionalismo, ocasião em que teceu elogios a José Lins do Rego.

minha preferência é o sr. Odorico Tavares. A mim me comove este artista que fez da poesia um instrumento da sua personalidade e do seu caráter. Que fez da poesia uma afirmação de sentimentos humanos e de nobreza intelectual. (LINS, 1943: 48; 52).

Ao chegar ao Rio de Janeiro, corroborando a leitura de que sua migração fora minimamente planejada¹⁷¹, Lins foi alocado em postos institucionais que consolidaram sua inserção no meio intelectual e literário. Nesse tocante estaria mais uma de suas diferenças com Alceu, complementar à de origem social e geográfica, pois o pernambucano atuaria por fora das organizações que o carioca dirigia, seja no laicato ou no ensino superior.

Em seus primeiros anos na cidade, Lins se dedicou quase integralmente ao rodapé do *Correio da Manhã*, onde foi um crítico profissional metódico, fiel às relações trazidas do Recife e atualizadas na José Olympio. A editora, não à toa, atuava para consagrá-lo, lançando em livro as séries de *Jornal de Crítica*, demandando-o para tarefas e conferindo-lhe o status de um crítico “da casa”. Em adição, ele obteve cargos no Colégio Pedro II e no Itamaraty, assim como incorporou tarefas de chefia jornalística e política, no meio da década de 1940.

O esforço da editora era notável. A primeira série de *Jornal de Crítica* em livro saiu em 1941 — pouco após a migração — e outras cinco foram lançadas em dez anos. Ao transladar aos livros uma obra feita nos rodapés, a casa o auxiliou a gozar do status de maior crítico brasileiro de então. *Jornal de Crítica*, sempre com capa de Santa Rosa, era celebrado como uma obra-prima do gênero, gerando artigos em jornais do Brasil e ampliando a projeção de Lins. Entre as seis séries organizadas por José Olympio (uma sétima saiu em 1963, por outro selo), duas foram dedicadas a amigos pernambucanos: a quarta, a Carlos de Lima Cavalcanti, e a terceira, a João Condé Filho, José Cesar Borba, Mário Leão Ramos, Mauro Mota e Odorico Tavares, os “companheiros mais antigos na vida literária da província”. Outras homenagearam amigos cariocas, como Paulo Bittencourt (proprietário do *Correio da Manhã*, primeira série), Lucia Miguel Pereira e Octávio Tarquínio de Sousa (quinta série) e Otto Maria Carpeaux (sexta série).

¹⁷¹ A propósito, quatro anos antes de migrar (e dois anos anteriormente ao convite de José Olympio), ele fizera uma viagem exploratória ao Rio de Janeiro. Segundo Perez: “Em fevereiro de 1936 [...] vem ao Rio, com a mulher — aqui passando um mês. [...] Essa primeira visão do Rio — lembra o escritor — deu-lhe um dos maiores deslumbramentos que teve na vida, não se repetindo a sensação nem mesmo quando, mais tarde, visitaria as maiores cidades da Europa.” (PEREZ, 1971: 23-24).

Entre as “encomendas”, em 1944 o crítico foi chamado a dirigir uma História da Literatura Brasileira, que contaria com catorze títulos assinados por diferentes intelectuais. Do projeto, que restou inconcluso, saíram a lume as obras de Lucia Miguel Pereira (sobre prosa de ficção pré-modernista) e de Luís da Câmara Cascudo (sobre literatura oral). A pretensão do empreendimento enciumara Agripino Grieco, que fora deixado de fora da seleção dos catorze nomes¹⁷². Além disso, o pernambucano integrou a Coleção Documentos Brasileiros, carro-chefe da editora, publicando, em parceria com o Itamaraty, *Rio-Branco* (1945).

No Colégio Pedro II, tornou-se professor em 1941, nomeado pelo Ministério da Educação¹⁷³. Uma década depois, assumiu a cátedra. A instituição foi central para sua afirmação intelectual, estruturação financeira e até para o registro do seu nome nos anais da crítica brasileira, tendo em vista que ali lecionaram Sílvio Romero e José Veríssimo, este referenciado sempre como um “exemplo”. Já no *Correio da Manhã*, Lins assumiu a direção das seções literária (primeiramente) e política (depois). Ele foi determinante para trazer ao jornal, em meados da década, críticos como Otto Maria Carpeaux e Lucia Miguel Pereira, vinculando a si um novo grupo alternativo ao de Alceu Amoroso Lima, embora as relações se misturassem¹⁷⁴.

A bifurcação entre os críticos também se apresentava na política, esfera em que Lins renovou seu engajamento partidário na ala oposta ao varguismo, enquanto Alceu, à testa do laicato, colaborava com o governo. Em 1945, o pernambucano participou do I Congresso Nacional de Escritores — marco de contestação a Vargas — e presidiu a Associação Brasileira de Escritores. Também se candidatou a deputado constituinte por Pernambuco pela UDN e, eleito suplente, defendeu opiniões contrastantes às da Igreja, em temas como a laicidade do Estado e o divórcio (Cf. LINS, 1947: 254-299). Nos anos 1950, afastado da crítica, ele deu um salto em sua militância, ao trabalhar na imprensa a favor da posse de Juscelino Kubitschek e integrar o governo, como Ministro da Casa Civil e depois embaixador brasileiro em

¹⁷² Em entrevista à época, Grieco ironizou: “[...] estou escrevendo uma História da Literatura Brasileira. Digo timidamente, como um pequeno comerciante, porque ouço falar que o mesmo assunto vem sendo explorado por poderosas empresas, de vultoso capital e grande número de sócios. Contam-me que se fundou aqui um verdadeiro sindicato para escrever a história da nossa literatura em 14 volumes, se não estou enganado. [...] Mas não será exagero dedicarem-se 14 volumes à história de uma literatura que não possui 14 grandes livros?” (In: SENNA, 1996: 39-40).

¹⁷³ “[...] o sentimento pessoal que devo ao sr. Gustavo Capanema por me haver nomeado — ele o tem e o terá sempre em qualquer circunstância.” (LINS, 1947: 308).

¹⁷⁴ Lucia Miguel Pereira justamente transitou pelos dois referenciais, conforme expus no capítulo I.

Lisboa. Só na década seguinte, ele tentaria resgatar sua reputação de crítico literário, sem maior êxito, quando reeditou seus textos jornalísticos em *A glória de César e o punhal de Brutus* (1962), *Os mortos de sobrecasaca* (1963) e *O relógio e o quadrante* (1964), e dirigiu o suplemento literário do *Diário de Notícias*, onde, no entanto, não retomou a crítica semanal. Desde 1956, era membro da Academia Brasileira de Letras.

II

Interessa aferir como as aproximações e diferenças entre Lins e Alceu se refletiram nos rodapés do pernambucano e no seu diálogo com o carioca dentro da crítica literária. Em geral, Lins mobilizou uma série de recursos retóricos com o objetivo legítimar a sua experiência, em um percurso no qual reafirmou e contestou postulados de Alceu. Ele aceitava o protagonismo histórico do colega, mas demarcava posição (e Alceu também) em temas diversos, que iam da crítica à política, passando pela literatura e a religião. Ao fim, o intuito era disputar protagonismo e ocupar a vaga do crítico literário proeminente no Rio de Janeiro, aonde aportava enquanto migrado, cuidando de não romper de todo com os parâmetros vigentes. Disputa e acomodação ficariam claras em sua obra, sendo a primeira predominante durante a fase de afirmação inicial e a segunda mais forte com o passar do tempo, à medida que o tipo de crítica feita por ambos entrava na mira dos defensores da renovação do gênero.

Introdutoriamente, abordo sua estreia no *Correio da Manhã*, em 1940. No rodapé intitulado “Itinerário”¹⁷⁵, Lins declara o seu “programa” e dialoga com as tradições impressionista e católica da crítica. Muitos de seus axiomas eram já consagrados e tinham a ver com as normas do impressionismo francês e o exemplo de Sainte-Beuve. Tratava-se de um caminho seguro para estreitar e afirmar a importância da profissão. Por exemplo, ele dizia que a crítica literária era “uma aventura da personalidade, uma arte, um novo gênero de criação”. O crítico, agindo com métodos próprios e vocação, orientaria a consciência do público “para o seu verdadeiro gosto e para a sua verdadeira finalidade no caminho da arte”. Nesse

¹⁷⁵ LINS, 1941: 9-23.

modelo, a crítica de rodapé assomava como o baluarte da literatura pura, em cuja defesa os críticos se empenhavam numa época de ameaças à “personalidade”, à “individualidade” e à “liberdade”, ou seja, durante a guerra. Segundo ele:

O nome de Sainte-Beuve se deixou de ser um modelo não deixou ainda de ser, para todos os críticos, um exemplo. E em que consiste esse exemplo a seguir, esta lição a imitar? Creio que podemos resumir a lição de Sainte-Beuve em três pontos essenciais: 1º) um amor total pela literatura e fé na sua missão; 2º) valorização do que existe de original e de individual na personalidade dos autores e do próprio crítico; 3º) compreensão do que há, ao mesmo tempo, de proximidade e de distância nas relações entre as realizações humanas e as realizações estéticas. (LINS, 1941: 11).

Essa idealização da crítica literária enquanto um gênero superior — e logo, dos críticos enquanto artistas criadores — continuava em seguida, quando Lins afiançava a sua “absoluta independência” para o exercício da profissão. Com isso, ele enaltecia o seu ponto de vista em detrimento daquele representado pela crítica ideológica, então bastante em voga:

A atividade crítica que iniciamos neste *Jornal de Crítica* e numa seção literária do *Correio da Manhã*, ocupada, pela última vez, por Humberto de Campos — e lembramos este nome, agora, com sentimentos de respeitosa admiração — visa fins exclusivamente literários. O crítico que se responsabiliza por ela tem um partido: o partido da literatura. E vai tomar este partido não só com absoluta independência mas também com decisão e coragem. Os que conhecem o que é um ambiente literário bem sabem quanto é perigoso para um crítico este projeto de ser livre pela sua vontade e pela graça de Deus; quanto é perigoso o programa de só servir à literatura colocada acima dos grupos, das ideologias, dos partidos, das amizades pessoais, dos regionalismos, de todos os preconceitos. Desta crítica, e feita sobre homens vivos, sobre livros que se acham tão perto de nós e sobre autores que encontramos nas ruas todos os dias, já dizia Sainte-Beuve que era a parte mais nobre mas também a mais difícil do *métier*. [...] Tomar como centro da crítica a personalidade, e não a sua repercussão social, implica, antes de tudo, na certeza de uma maior lucidez, de uma mais límpida compreensão e de uma visualidade mais completa nos momentos de interpretação e julgamento. Ficamos mais livres para reagir contra os preconceitos e os *partis-pris*, que são quase todos de origem social e não pessoal. (LINS, 1941: 15-16).

Jurar fidelidade à literatura era comum aos críticos em suas estreias. Em Lins, contudo, o gesto adquiria conotação específica, pois havia uma demarcação velada com Alceu. Ocultando por ora suas filiações partidárias, o pernambucano disputava no excerto a imagem de um crítico “puro” e blindado de interferências. No texto, aliás, ele nomeava dois brasileiros como arquétipos contemporâneos no gênero. O primeiro era Mário de Andrade, referido na condição genérica de um artista na crítica. Mário e

Lins pouco tinham em comum, mas o predicado daquele reafirmava a noção do “gênero criador”, igualando críticos a artistas e valorizando a “liberdade” acima do “método”, o que era caro ao pernambucano. Já o segundo paradigma, inevitável, era Alceu, em torno de quem se emitia, agora explicitamente, um sinal cruzado. Lins aclamava o “mestre”, mas assinalava, também, a ideologização excessiva da sua obra:

E já que me acho nesta altura, vejo que qualquer referência à crítica brasileira obriga a citação de um nome: o do Sr. Tristão de Athayde, em cuja figura mais antiga, quero homenagear todos aqueles de quem vou me tornar um companheiro. Podemos dizer, mesmo contando com José Veríssimo e Silvio Romero, que o sr. Tristão de Athayde representa a mais completa organização de crítico de toda a nossa literatura. Há vinte anos que ele exerce seu ofício como um mestre incontestado. Costuma-se afirmar, no entanto, que depois do seu famoso ‘adeus à disponibilidade’ [...] já não é mais o mesmo crítico dos primeiros anos. Acredito que não é tanto assim, que se procura, de propósito, uma dissociação onde só existe unidade. Se é certo que hoje o sr. Tristão de Athayde leva demasiado longe, na literatura, as suas afirmações religiosas e morais, se é certo que faz, muitas vezes, exigências éticas onde só deveriam caber exigências estéticas, também é inegável que as suas maiores qualidades críticas permanecem intactas. O catolicismo não as alterou; não as poderia alterar. Não foram também alteradas, o que poderia ter sucedido, nem pela idade nem pelas honrarias acadêmicas. (LINS, 1941: 14-15).

Do outro lado, em 1941, falando da primeira série de *Jornal de Crítica* em livro, Alceu contrapôs parcialmente os postulados da estreia de Lins¹⁷⁶. Com isso, a disputa entre os dois foi se delineando, ainda que sustentada em polêmicas, às vezes, pouco verdadeiras. Alceu reclamava, por exemplo, de Lins o condenar pelo uso de “demais critérios éticos na apreciação das obras literárias”. Em troca, exprobase o pernambucano por “beirar pelo indiferentismo, pelo isolacionismo parnasiano, pelo estetismo puro”. Segundo ele, a “divinização da arte” prescrita por Lins era “uma consequência desastrosa para o homem”, um “moralismo estético”, ou “estesia moralista”. E abreviava: “a Arte não tem privilégios sobre a Política ou a Filosofia”. Ficava claro o lugar do crítico católico que a todos buscava disputar.

Noutro trecho, o mestre rivalizava com o impressionismo. Ele queria demarcar terreno em torno da filosofia do estreante, mesmo que forçosamente. E dizia: “não aceito integralmente a concepção teórica da crítica do sr. Álvaro Lins”. Alceu, então, trazia à cena outra vez o “expressionismo crítico”, de olho estritamente na polêmica.

¹⁷⁶ LIMA, 1946: 11-40.

Sua metodologia pretendida — e agora requeitada — nunca chegara a ser, entretanto, oposta ao impressionismo. Afora isso, havia um paradoxo: logo depois de combater a ideia da “divinização da arte”, nesse momento era ele mesmo quem condenava a subjetividade impressionista como inepta para captar a altitude da obra literária e de seu autor. As posições se deslocavam, ficando a sensação de que a discordância era, antes de tudo, simulada:

Será que participo [...] de todos os seus pontos de vista? Evidentemente não. E ele mesmo, no livro em apreço, marca por duas ou três vezes nossos pontos de radical divergência. Já na sua atitude fundamental se colocou numa posição que o prende demais, a meu ver, a um conceito impressionista da crítica. [...] Longe de mim desconsiderar o que há de criador na obra do crítico. Nesse sentido concordo plenamente com o autor. O perigo de sua concepção, entretanto, é tornar secundário, na crítica, o que deve ser principal, isto é, — o autor e a obra. Quando tentei em vão lançar o expressionismo crítico, contra o impressionismo, partia justamente da ideia de que a finalidade crítica não é exprimir o pensamento do crítico e sim o da obra e do seu autor, através de um juízo de valor. Bem sei o quanto é penosa a tarefa e quanto exige de humildade e desinteresse. Bem sei que as circunstâncias raramente permitem essa objetividade, essa submissão ao real, que é tão importante [...]. Em vez de ser uma aventura da personalidade do crítico, como quer o sr. Álvaro Lins, a crítica deve ser uma aventura da personalidade do autor e da qualidade da obra. [...] O impressionismo crítico é uma traição, ou se quisermos evitar a ênfase do termo, uma impolidez em face do autor e sobretudo da obra. Em arte — seja poética, seja crítica, isto é, seja de invenção, seja de apreciação, — a medida das coisas é a obra. [...] Eis por que tentei há vinte anos ultrapassar o impressionismo pelo expressionismo e hoje vejo com melancolia uma figura tão importante da nova geração voltar serenamente à geração anterior à nossa e fazer do impressionismo seu ideal crítico. (LIMA, 1946: 31-33).

Os rodapés de 1941 fixaram a relação literária entre os dois. Os textos também foram sobremaneira importantes para Lins, que àquela altura era novato no Rio de Janeiro¹⁷⁷. Em perspectiva, as polêmicas tiveram menos peso do que a inauguração do debate em si, colocando frente a frente os nomes que dominaram a crítica literária brasileira, com muitas visões em comum. De resto, as assertivas de Alceu variavam.

¹⁷⁷ Tanto assim, que os artigos de Alceu foram reunidos e publicados, em 1946, como introdução à quarta série de *Jornal de Crítica*, sinalizando a importância simbólica que possuíram para o autor. Antes, em 1942, ele já havia falado a respeito no rodapé “Um crítico do mundo moderno”: “[...] o exemplo do sr. Tristão de Athayde. Há seis meses ele se ocupava longamente do livro que contém a primeira série destes folhetins de crítica literária. Tive a honra de ver que esse volume de crítica — ao lado de um julgamento muito generoso, no qual ele atribuiu ao meu nome, na hierarquia da crítica, um papel e uma posição que pertencem exatamente ao seu — dera ao sr. Tristão de Athayde a oportunidade de definir em três artigos magistrais o seu conceito de crítica, desdobrando-o com uma precisão e uma amplitude como ainda não o fizera, ao que penso, em nenhuma outra ocasião. Um movimento de vaidade fez-me pensar, então, que não fora de todo inútil uma atividade literária que pôde provocar num crítico da experiência e da cultura do sr. Tristão de Athayde uma tão poderosa eclosão de ideias e uma tão firme definição de conceitos.” (LINS, 1944: 47).

Ele reconhecia em Lins a existência dos quatro componentes da “vocação crítica”: independência, bom gosto, pertinácia e cultura. Também o qualificava como alguém de “rara precocidade”, como um “jovem e grande crítico”, talvez o “crítico de sua geração”. Em contrapartida, era patente a voz do veterano carioca buscando tutelar o estreante pernambucano, como indício da desigualdade entre os centros intelectuais. Em dado momento, Alceu se autorizava a emitir conselhos ao crítico do *Correio da Manhã*, alertando-o sobre os riscos de uma suposta “glória prematura”. Era, realmente, uma imposição pública de autoridade:

A primeira coisa que dele li foi uma carta. Uma carta de estudante confiada e grave. Do estudante que andara por seca e meca, que trabalhara como inspetor de meninos, para poder ele mesmo estudar e vagara por todos os horizontes de ideias, os mais estranhos, antes de encontrar o verdadeiro rumo. Depois li seus artigos. Logo notáveis. [...] Um belo dia, um livro. Um grande livro, de princípio ao fim, seguro, sereno, documentado, personalíssimo. Livro que encheu logo o horizonte, tanto daqui como de Portugal. Livro de mestre. [...] há cerca de dois anos, creio eu, senão menos, em consequência mesmo de sua ‘História Literária de Eça de Queiroz’, seu jovem autor abandonava sua província e vinha tentar a aventura no Rio. Para um nordestino a aventura do Rio não é fácil. Conheço alguns que vieram e não se aclimataram. [...] O sr. Álvaro Lins tentou a aventura e veio de mãos abanando para o Rio. Em poucos dias lhe era entregue um velho rodapé prestigioso há muito vago e por tantos ambicionado. Confiaram-lhe, em seguida, a biografia de Rio-Branco. [...] Lembro do primeiro dia em que o conheci. Dois traços me impressionaram em seu físico. Um tarreco, como o Jackson. E um mongólico, como o sertanejo. Creio que lhe disse [...] que temesse o Rio, que temesse a glória prematura. Que temesse a porta do José Olympio. Que temesse o ambiente literário, de vanguarda ou de retaguarda, pouco importa. [...] E se assim o disse é porque via, nesse quase menino, que nos vinha do Norte ingenuamente, como tantos outros, à conquista dessa babel, alguma coisa de agreste que era necessário preservar. E que até hoje tem sido preservado. (LIMA, 1946: 15-17).

Além da disputa geográfica, considero que havia, para Alceu, uma preocupação de fundo relacionada ao tema católico. Ele, como se sabe, era chefe do laicato, e buscava nessa condição converter e influenciar o conjunto da intelectualidade. Lins, entretanto, sendo católico, agia frequentemente com ideias próprias, à revelia da disciplina da Igreja ou do laicato. Ao ascender na crítica, ele representava a um só tempo um aliado e um concorrente em potencial para o carioca. Um e outro confluíam na visão sobre os rodapés e na celebração da filosofia cristã, mas trilhavam, no critério das instituições e em algumas percepções políticas, caminhos distintos, o que redundava em controvérsias. Aos olhos de Alceu, Lins seria sempre como que “insuficientemente católico”, embora, para os críticos cétricos, fosse religioso em excesso.

Para entender melhor esse problema, tomo algumas manifestações do catolicismo na crítica literária do autor. Ainda em “Itinerário”, Lins detalhou seu juízo sobre a crítica católica e dela se aproximou¹⁷⁸. Ele apresentava a Igreja como “uma concepção total do universo” e não como “um partido nem uma seita”, com o que justificava a relação entre moral católica, personalidade do crítico e julgamento literário, pois “o homem católico” jamais esqueceria ou renegaria a sua “marca”. Ademais, afirmava que “toda obra de criação dos homens emana da criação de Deus” e que “todos os realizadores” da arte, “católicos ou não”, estariam a serviço da divindade. O crítico literário católico teria cada um dos “elementos para ser livre, imparcial e justo” e deveria ser respeitado no mundo cultural. Para quem há pouco advogara pela autonomia da literatura, ele girava, finalizando o artigo com um recado irônico aos “homens de letras”:

Senhores homens de letras, de arte e de ciência, permiti, então, um pequeno conselho final, em forma de discurso: não tenhais medo dos críticos católicos. Eles não têm, em geral, as paixões e os partidarismos que dividem tantos de vós que os julgais à vossa imagem e semelhança. Eles não têm as paixões dos partidos e têm uma absoluta capacidade para compreendê-las e julgá-las. Eles não estão a serviço senão de ideais de beleza e de verdade, e, portanto, a serviço da ciência mais positiva e da arte mais pura. (LINS, 1941: 23).

Quando se aproximava dos debates da Igreja, Lins situava-se, quase sempre, num registro menos reacionário que o de Alceu, mas não por isso deixava de se alinhar à teoria da cristianização e ao diagnóstico sobre a crise espiritual no mundo moderno. Vide o que afirmou em “Maritain, Belloc e a civilização”¹⁷⁹:

[...] é um fato histórico que a civilização ocidental foi formada, organizada e realizada pela Igreja. Constitui, assim, no sentido histórico e social, uma Cristandade. Os seus princípios de vida são princípio cristãos e os de morte são princípios anticristãos. E como a saúde de um corpo resulta da fidelidade dos seus movimentos à sua própria natureza, podemos todos concluir, sem sectarismo, que somente dentro da doutrina da Igreja encontraremos força, ânimo e consciência para vencer os nossos inimigos e os nossos erros.

¹⁷⁸ Terminado o capítulo, descobri, durante pesquisa em arquivo, que o trecho de “Itinerário” apresentado a seguir (que aborda a crítica católica) foi originalmente publicado no *Diário de Notícias*, em 11/02/1940, sob o título “Defesa do crítico católico”. Isto é, tratou-se de um artigo avulso, publicado no Rio de Janeiro antes de Lins estrear como titular no rodapé do *Correio da Manhã*, em 10/08/1940. Mais tarde, quando publicou a primeira série em livro de *Jornal de Crítica* (1941), o autor juntou os textos de “Defesa do crítico católico” (*Diário de Notícias*, fevereiro de 1940) e de “Itinerário” (*Correio da Manhã*, agosto de 1940), sob o título apenas de “Itinerário”. E posicionou este escrito na abertura do livro, sem detalhamento de explicação. Essa descoberta inesperada reforça a importância que a crítica católica possuiu para ele, conforme argumento adiante.

¹⁷⁹ LINS, 1941: 291-297.

Estes, antes de tudo. Pois com o seu materialismo prático, com seu sibirismo, com seu esquecimento da vida sobrenatural, com a prática do darwinismo na vida social — exploração dos mais pobres e dos mais fracos pelos mais ricos e mais poderosos —, a nossa sociedade abriu um grande caminho para o comunismo e para o fascismo. Regimes que são, num monstruoso jogo contraditório, um suposto remédio para estes erros e, ao mesmo tempo, uma real expressão de todos eles. O que é preciso, portanto, é uma volta às fontes puras e verdadeiras da vida. É uma instauração do cristianismo como uma realidade e não como uma religiosidade vazia, inexpressiva e supersticiosa. [...] A volta à raiz verdadeira da civilização — o cristianismo — implica, portanto, uma verdadeira transformação, e tanto Maritain como Belloc invocam-na como a base da nova sociedade que sairá da guerra e do futuro extermínio dos totalitarismos. Ambos se completam num mesmo programa a realizar — o programa dos cristãos. (LINS, 1941: 293-295).

Ou em “Agonia dos católicos”¹⁸⁰:

[...] se o mundo não será perfeito, é certo, porém, que poderá ser melhor sob a influência de princípios cristãos socialmente aplicados. Eis o que não é só uma missão mas um dever para o homem católico sobre a terra. (LINS, 1941: 363.)

Ele era, assim, um católico bem discernido — mais um. E com sua presença, o léxico religioso firmou-se no Rio de Janeiro como um preceito de avaliação literária e até como um traço de distinção do gosto. Alceu viu surgir um parceiro de peso nesse terreno. Por causa de sua própria liderança, para ingressar no meio carioca, a maioria dos críticos literários precisava dialogar com a tradição, que em Lins se manifestou em mais de uma oportunidade, como na crítica de poesia. Neste gênero, a propósito, ele antes tentaria se mostrar mais disponível ao modernismo do que Alceu, vangloriando-se disso. A exemplo do que disse em “Humor e poesia”¹⁸¹:

Se me perguntassem o que mais estimo no meu ofício de crítico, logo diria: o ter entendido e sentido a poesia moderna. Uma espécie de orgulho de ter me salvado de uma incompreensão que será a vergonha da nossa época literária. (LINS, 1944: 68).

Ou em “Poesia e forma”¹⁸², no mesmo ano de 1942:

Não escrevo para servir a qualquer grupo de vanguarda ou de retaguarda, [...] mas direi desde logo que se fosse obrigado a escolher entre a poesia antiga e a moderna — era exatamente a poesia moderna que eu escolheria. Bem sei que a poesia é uma só, mas a sua *expressão* moderna encontra em

¹⁸⁰ LINS, 1941: 352-370.

¹⁸¹ LINS, 1944: 68-85.

¹⁸² LINS, 1943: 22-42.

mim uma maior correspondência; e o que poderia chamar as minhas poéticas 'afinidades eletivas' são todas com os poetas modernos. (LINS, 1943: 33).

Contudo, em Lins, foi frequente o hábito de forçar interpretação religiosa sobre obras e autores, expediente corriqueiro entre os católicos. É o que se vê no artigo “Poesia, 1940”¹⁸³, em que ele percorreu impressões sobre os lançamentos de *Poesias completas*, *Estrela solitária* e *Sentimento do mundo*, respectivamente de Manuel Bandeira, Augusto Frederico Schmidt e Carlos Drummond de Andrade. De início, o crítico equiparou a obra de Schmidt à de Bandeira e disse que “a posição histórica” daquele era “tão importante quanto” a deste. “Creio que os dois se equivalem”, asseverou, admitindo embora que um havia iniciado e outro “encerrado” o modernismo. Schmidt era um “poeta moderno contra o modernismo” ou “além do modernismo”, o que se elogiava. O autor de *Estrela solitária* elevaria “o cotidiano, o pitoresco e as coisas simples” — categorias daquele movimento — a “outra ordem de grandeza onde se acham todas as coisas que olhamos como emanadas de Deus”. Seria um autêntico e bem-vindo “poeta cristão”.

Em seguida, ele avaliou Drummond. O poeta de *Sentimento do Mundo* era considerado o melhor representante da poesia moderna e um mestre do verso livre, o qual se aceitava e defendia¹⁸⁴. Depois, entretanto, Lins manipulava a análise do livro de modo a fazer encaixar, dentro da poesia cristã, o escritor mineiro. Era uma extrapolação evidente:

Sentimento do mundo indica toda a espécie de preocupações sociais e humanas que absorve o sr. Carlos Drummond de Andrade. Sente-se muito nítida a decisão do poeta para tornar a sua mensagem mais universal, mais aberta, mais comunicativa. A própria 'forma' apresenta-se menos hermética, menos rígida do que antes. [...] É o que se poderia chamar uma vitória do espírito poético sobre o espírito crítico [...]. Estou certo de que estes novos elementos que me parecem uma elevação do poeta — ou, se quiserem uma transformação ou uma evolução — não provêm propriamente da sua pessoa, mas do sentimento diverso que o mundo lhe sugere. Esta sugestão difere um pouco de ontem pra hoje. A sugestão de ontem vinha na forma de um simples protesto [...]. Hoje, porém, este mundo moderno está abalado e revolucionado nos seus próprios fundamentos. Existe um estado de luta, e já agora os poetas, sem trair a sua arte, podem assumir uma atitude que não seja mais a da simples revolta: podem erguer a voz para animar e comover os homens que estão lutando pela liberdade contra a escravidão nazista, pela personalidade contra os totalitarismos, pela paz contra os destruidores de

¹⁸³ LINS, 1941: 34-71.

¹⁸⁴ Ele repete a ideia algumas vezes: “Estou certo [...] de que através do verso livre a poesia moderna pode encontrar a sua forma de expressão. [...] o verso livre torna mais complexo o problema da forma, [...] torna a forma mais necessária e mais em conexão com a poesia. [...] O verso livre [...] tudo exige do poeta.” (LINS, 1943: 33-34).

homens e de povos. [...] É nesta zona de humanidade e de fraternidade — uma zona essencialmente cristã, a despeito dos nossos projetos — que me encontro com o sr. Carlos Drummond de Andrade e que o seu sentimento do mundo se identifica com o meu. Quando escrevi aqui que o sr. Augusto Frederico Schmidt é um poeta cristão, houve quem discordasse. Creio, então, que ninguém concordaria se eu ousasse escrever uma idêntica afirmação a respeito do sr. Carlos Drummond de Andrade. Contudo, estou tentado a fazê-lo. É que emprego a expressão ‘poeta cristão’ num sentido menos religioso e menos estrito do que se possa pensar. Cristianismo que nada tem que ver com a intenção do poeta, com o seu afastamento da Igreja, com o seu possível indiferentismo diante da doutrina do Cristo. Sendo de outra maneira, estaria certo de que o sr. Carlos Drummond é o menos cristão de nossos poetas. Mais ainda: quero crer que é o mais anticristão. É possível que, deliberadamente, tenha escolhido uma posição que lhe pareceu a extremamente oposta ao cristianismo. Mas é neste ponto mesmo — nestes extremos a se tocarem — que o sr. Carlos Drummond de Andrade mais se aproxima do cristianismo. [...] Pois nos extremos opostos ou inimigos — por um misterioso princípio de contradição — é que se encontram os homens mais aproximados de Cristo. Saulo que se torna Paulo: eis um fenômeno que se repetirá sempre. (LINS, 1941: 69-71).

Como Alceu, Lins amoldou o objeto literário à sua visão de mundo religiosa. E é preciso observar, também, o que se pode classificar como um esforço de junção entre o impressionismo e a religião católica, as vigas-mestras de sua crítica. Com regularidade, o autor estabeleceu uma correlação entre *gosto literário* e *moral católica*. Isso significa que, supostamente, ao invés de utilizar a religião como uma ferramenta de combate direto, como fazia Alceu, ele tentaria internalizá-la como um elemento do senso estético, um filtro adequado às impressões “livres”, ou um sinal de distinção. O crítico, desse modo, promoveria até mesmo a conversão de não convertidos, como Drummond, havendo o único critério de que sua sensibilidade impressionista o autorizasse para tal. Tratava-se, sem dúvida, de uma equação volúvel e bastante idealizada, somente compreensível ao se levar em conta a já aludida centralidade do temperamento católico no ambiente intelectual do momento.

Se foi constatado o catolicismo de Lins, deve-se afirmar, em contrapeso, que sua relação inorgânica com o laicato baseou alguns julgamentos destoantes dos de Alceu e seus seguidores. Os poetas cristãos, por exemplo, foram bastante valorizados, mas também sofreram restrições. Certa vez, entre Mário de Andrade e Murilo Mendes, o crítico escolheu o primeiro como melhor poeta¹⁸⁵. Para Lins, enquanto Mário buscaria “na forma não só uma expressão para a sua poesia, mas

¹⁸⁵ Isso ocorreu no supracitado rodapé “Poesia e forma”, no qual Lins abordou o livro *Poesias* (de Mário) e *O Visionário* (de Mendes), ambos de 1941. Anos antes, discutindo *Remate de Males* (1930), Alceu fizera o contrário e preterira o primeiro poeta em favor do segundo (Cf. LAFETÁ, 2000: 137-138).

uma expressão para a sua própria personalidade”, Mendes, com *O visionário* (1941), ficaria distante da preocupação com o “problema da forma”¹⁸⁶. Ele repreendia os excessos do “lirismo metafísico” (e católico) do escritor, que era alguém cuja obra não “aceitava integralmente”. Igual postura ele teve com Jorge de Lima, na ocasião do lançamento de *O Anjo* (1941). Segundo Lins, o alagoano esgotava-se “numa falsa originalidade de falhado efeito suprarrealista” (LINS, 1943: 113). Anos depois, revisitou o poeta e dessa vez o redimiou, mas selecionando ainda, entre as fases “parnasiana, regionalista na forma moderna e religiosa”, a segunda — e não a terceira — como a de sua predileção:

[...] a terceira não me parece que lhe tenha sido muito propícia. Por mais sincero que seja o seu catolicismo prático, a sua ‘poesia em Cristo’ está marcada por um tom vago e incharacterístico, difuso, como se ele não dominasse poeticamente a matéria, a despeito de um ou outro poema bem realizado com essa inspiração religiosa. Ao meu ver, na segunda fase, nos poemas da terra e do homem do Nordeste, é que se encontra em toda a sua plenitude, o admirável, o autêntico, o comovente poeta que é o sr. Jorge de Lima. (LINS, 1951: 32)

Mas colocadas numa balança, suas opiniões sobre a geração espiritualista foram bem mais favoráveis do que a respeito dos expoentes de 1922. Em geral, o crítico atribuiu à poesia cristã a marca de um “acontecimento literário da maior importância”¹⁸⁷, enquanto avaliou a Semana de Arte Moderna, simplesmente, como um capítulo de destruição de paradigmas ou de “política literária”. A exemplo da mídia da crítica carioca — aqui incluindo Alceu após a conversão —, ele menosprezou a ascendência da “fase heroica” do movimento diante das gerações que a sucederam, atribuindo exclusivamente a estas, as quais preferia, o dom da realização de grandes

¹⁸⁶ Isso não o impediria de incluir também Mário de Andrade no “problema da forma”, que, em sua visão, era característico da primeira geração modernista de 1922. Em “Ensaio”, de 1943, ele acusou o paulista por “realizar uma reforma linguística”. “Discordo dele, em primeiro lugar, na questão da linguagem falada. Literatura é uma arte escrita, e a linguagem oral não se pode identificar rigorosamente com a linguagem literária. O próprio sr. Mário de Andrade não é coerente neste sentido: ao lado de trechos da língua falada emprega linguagem erudita, às vezes até de gosto clássico. Este arbitrarismo torna-se incompreensível” (LINS, 1946: 164-165).

¹⁸⁷ “Eis porque acho da maior importância uma certa tendência da literatura moderna que se concentra na inspiração religiosa, buscando diretamente a Bíblia e os grandes temas poéticos da Igreja. Assim é que alguns poetas modernos — como os srs. Augusto Frederico Schmidt, Murilo Mendes e Jorge de Lima — estão realizando essa harmonia do espírito religioso com o espírito literário que vai criar a obra de arte cristã. A poesia restaurada em Cristo — na fórmula que se tornou famosa dos srs. Jorge de Lima e Murilo Mendes — não representa só um acontecimento religioso, mas também literário. Alcançou uma representação que não será possível desprezar, mesmo fora de qualquer cogitação religiosa ou à margem de um julgamento sobre o seu valor intrínseco; e determinou um sentido novo, um sentido grave e solene na maneira de olhar e sentir certos temas poéticos.” (LINS, 1943: 128).

obras¹⁸⁸. Antes da poesia espiritualista, do romance de 1930 ou da geração de 1945, tudo havia sido, por assim dizer, uma mera varredura de ambiente¹⁸⁹.

Em paralelo à literatura, duras polêmicas se deram em questões conjunturais e católicas, nas quais Lins se embrenhou, negando a promessa de apartidarismo¹⁹⁰. Alheio ao Centro Dom Vital, mas tendo o reconhecimento de um católico com trajetória militante pregressa, ele agitou a rixa sobre o *aggiornamento* e as decisões recentes da Igreja em consentir com as ditaduras. Nesse terreno, desafiou Alceu e ainda disputou um trunfo específico, o da primazia da relação intelectual com os católicos franceses.

Estava em crescimento a doutrina do humanismo cristão. Essa corrente advinha da mesma Ação Francesa que vimos no capítulo anterior, mas com ela havia rompido nos anos 1920 e, com ainda mais força, diante da Guerra Civil Espanhola, evento que dividiu politicamente os católicos. Desde então, nomes como Jacques Maritain e George Bernanos lançaram-se na defesa de uma nova visão social cristã, inversa ao ultramontanismo por recusar a ditadura e assimilar aspectos da modernidade¹⁹¹. De inspiração tomista, a doutrina era conservadora, mas lançou as

¹⁸⁸ “A sua abordagem do modernismo de 22 e da Semana de Arte Moderna foi bastante injusta, pois ele participa do preconceito segundo o qual os modernistas da ‘fase heroica’ descuidaram da forma, preocupando-se mais com os ‘temas’ de sua revolução. Daí confundir ‘ruptura de linguagem’ com mero descuido formal [...], depreciando as intensas experimentações formais da geração de 22. E correspondentemente [...] procede a uma desmedida valoração da geração de 45” (BOLLE, 1979: 65).

¹⁸⁹ “Diante do movimento modernista (1922-1930) estamos colocados em duas situações diferentes. 1ª) a certeza de que foi transitório e representou um papel mais político (de política literária, quero dizer) do que propriamente artístico; 2ª) que está hoje ultrapassado mas não repudiado, pois somos a sua continuação. [...] Movimento transitório — verdadeira ‘crise’ na nossa história literária — o modernismo tem para os que vieram depois dele uma única significação: a de ter limpadado o ambiente.” (LINS, 1941: 189-191). Já sobre a geração de 1945: “Contra as fórmulas esgotadas e petrificadas da forma parnasiana, a geração de 1922 empreendeu a sua oportuna e bem sucedida revolução pela valorização da essência poética; sem desdenhar a essência poética, a nova geração deve fazer agora a sua revolução pelo restabelecimento da forma artística e bela, que não será uma herança do parnasianismo, mas uma evolução dentro do gosto e do senso estético do nosso tempo.” (LINS, 1947: 109).

¹⁹⁰ Candido (1947) falou de fortalecimento da “crítica de ideias” em Lins, mas alertando para uma dessemelhança em relação a Alceu: a pretensa separação entre os assuntos. A seu ver, o pernambucano combinava o “espírito de crítico” com o “temperamento de lutador” sem ferir a literatura nem assumir posições extremadas, diferentemente do carioca. Era uma definição benevolente do crítico paulista, já que na prática incontáveis rodapés de Lins foram apologéticos e muitas vezes os assuntos (literatura, política e religião) se misturaram.

¹⁹¹ “Jacques Maritain, que até 1926 condena o mundo moderno e está vinculado à *Action Française*, vai propor, a partir de 1927, que se tomem como válidas as contribuições da modernidade mas que sejam colocadas em favor de uma nova sociedade, ao mesmo tempo unitária e pluralista. Essa sociedade deveria ter esse teor em razão da necessidade de formar-se por meio de uma pluralidade de confissões de fé e de posicionamentos políticos — inclusive aqueles não católicos — mas sob inspiração cristã católica.” (RODRIGUES, 2013: 19).

bases da democracia cristã e do humanismo integral¹⁹². Nela, mantinha-se a visão sobre a indispensabilidade dos católicos para resolver os problemas do mundo, o que ocorria, entretanto, num prisma mais dialógico, aderente à democracia, à liberdade e à ideia de direitos sociais.

Quando a França foi invadida pelos nazistas em 1940, Maritain e Bernanos exilaram-se nos Estados Unidos e no Brasil e exerceram influência regional. Eles traziam consigo a simbologia francesa e eram vistos como eminências morais, sendo regra entre os críticos louvar os seus nomes. Nas palavras de Alceu, eles seriam “na América do Sul” e no “Norte da América” as vozes “da França que não morre” (LIMA, 1941: 38). Já Lins escreveria, em 1942, um rodapé inteiro só em homenagem a Bernanos¹⁹³, afora as muitas menções a Maritain desde a primeira série de *Jornal de Crítica*. Os católicos brasileiros disputavam o elo com os franceses, em uma dinâmica que levava a elogios na imprensa, à troca e à publicação de cartas, a projetos editoriais comuns, a encontros durante viagens e intercâmbios¹⁹⁴. E tudo isso envolvendo debates que tinham por temas a guerra, a crise, a moral, a humanidade, a Igreja etc.

Lins foi um crítico duro de duas importantes obras apologéticas de Alceu. A primeira, intitulada *Noite de Agonia em França* (1941), era na verdade a tradução de um livro de Maritain, em cuja abertura o brasileiro anexou mais de cem páginas de sua lavra. No texto, escrito sob o calor da invasão à França, Alceu abusava de um tom dramático para interpretar a história e vincular o “espírito” do mundo (ou seja, seus impasses políticos e morais) ao “espírito” francês, que representaria a essência cristã. “O drama da França e da Polônia é o drama da nossa geração”. “O mundo precisa mais da França do que a França do mundo”. “Creio firmemente na ressurreição da França”, eram suas declarações. Ele se dizia, aliás, “um estrangeiro que se considera filho espiritual da França” (LIMA, 1941: 14; 41; 107; 125-126).

Por outro lado, no prefácio, o líder da Ação Católica brasileira explicitava sua inclinação reacionária. Isso surgia em pelo menos dois momentos: um primeiro em que Alceu contestava Maritain para relativizar os totalitarismos europeus, e depois, quando trabalhava o exemplo de um pensador francês proto-nazista, Alphonse

¹⁹² *Humanismo Integral* (1936) foi o título da mais relevante obra de Maritain no período.

¹⁹³ LINS, 1944: 278-287.

¹⁹⁴ Maritain havia visitado o Brasil e outros países da América do Sul em 1936 (Cf. RODRIGUES, 2013: 111-112).

Séché, em seu afã de advogar pelo país¹⁹⁵. Dessa forma, embora enaltecesse Maritain, ele resistia à condenação global das ditaduras, diferenciando os exemplos de Salazar e Franco dos de Mussolini e Hitler¹⁹⁶. Ademais, recusava o modelo da democracia estadunidense, difundido pelo francês.

Lins aproveitou a deixa para desfiar sua crítica. Em um rodapé nomeado “Noite de agonia”¹⁹⁷, pautado por reconhecimentos à coragem e à força moral dos “líderes católicos”, ele justamente esgarçou os pontos divergentes entre o brasileiro e o francês. Com isso, na prática, o pernambucano avalizava seu pensamento cristão em face ao pensamento de Alceu. Ele assim retratou o diálogo entre este e Maritain:

Quando Maritain condena formalmente todos os totalitarismos, o sr. Tristão de Athayde diverge do filósofo francês para estabelecer distinção entre uns e outros, uma distinção, por exemplo, entre o totalitarismo italiano e o totalitarismo espanhol. Invoca neste sentido uma frase do próprio Maritain [...]. Mas quando Maritain afirma que a religião cristã é compatível com todas as formas de governo legítimo está falando abstratamente no plano teórico da filosofia política; está falando de governos possivelmente legítimos ou que se realizaram como legítimos. Os totalitarismos, ao contrário, se realizaram como governos anticristãos, como regimes violadores de todos os princípios não só de justiça e de direito mas também de cristianismo tanto pessoal como social. [...] Nenhum entendimento poderá ser possível portanto entre cristianismo e totalitarismo. Ao contrário do sr. Tristão de Athayde, penso que a atitude seja exatamente a mesma num caso [Franco] e noutro [Mussolini]. É a mesma a sua filosofia política, é a mesma a sua ação normativa. Que um ou outro mistifique os seus processos para obter calculadamente a simpatia ou a complacência da Igreja — esta é uma circunstância que não deve perturbar a nossa visão e o nosso julgamento. Também Mussolini fez o tratado de Latrão. Também Hitler ao assumir o poder assinou uma concordata com a Santa Sé. Num caso e no outro os dois ditadores fortificavam-se apenas para uma próxima destruição da civilização ocidental, inclusive de tudo que nela ainda subsiste de cristão e de católico. Quaisquer que sejam as suas nuances, todos se formaram dos mesmos princípios condenados, todos utilizam os mesmos meios criminosos, todos se orientam para os mesmos fins destruidores. (LINS, 1941: 344-345).

¹⁹⁵ Embora discordasse da política de Séché, Alceu endossou parte dos diagnósticos dele. A seu ver, o francês havia indicado, com décadas de antecedência, os riscos que a França correria caso não aprimorasse sua técnica para a guerra: “Alphonse Séché foi um desses profetas. Previu, de modo quase incrível, o curso dos acontecimentos e avisou seus patrícios do abismo que os aguardava se em tempo não abrissem os olhos.” (LIMA, 1941: 87).

¹⁹⁶ “Se ele [Maritain] faz as necessárias distinções entre ‘democracia cristã’ e democracias ‘manqués’, — não aplica o mesmo critério às Ditaduras e julga-as em bloco. Ora, isso me parece precipitado e simples demais. Não tenho pessoalmente nenhuma vocação ditatorial [...]. É mister, porém, não confundir o que na realidade é distinto. Salazar e Hitler não podem positivamente figurar na mesma condenação. A atitude de Franco, para com a Cristandade e seus princípios constitutivos, não é de forma alguma a atitude de Mussolini. E muito menos a de um Stalin. E se no franquismo ou no salazarismo é certo que se introduzem elementos totalitários que devemos radicalmente repudiar, — não é menos certo que representam reações históricas [...]. A Igreja tem hoje, no Portugal ditatorial, uma liberdade [...]. É que, assim como pode haver uma democracia pagã e uma ‘democracia cristã’, [...] não poderá haver também ditaduras pagãs e ‘ditaduras cristãs’?” (LIMA, 1941: 28-30).

¹⁹⁷ LINS, 1941: 343-351.

E complementou, expondo o erro do brasileiro em reivindicar Séché:

Outro ponto em que me vejo obrigado a discordar do sr. Tristão de Athayde é a propósito da invocação do nome de Alphonse Séché para documentar o seu estudo sobre a França. É certo que Séché previu a catástrofe e exprimiu certas ideias de caráter militar que parecem agora proféticas e que, na sua realização, teriam permitido à França uma maior resistência técnica contra o seu adversário. Mas a aplicação das ideias militares de Séché implicaria a aplicação das suas ideias políticas. Sob a sua inspiração, a França possivelmente teria obtido vitórias militares, mas neste caso já estaria tão modificada que não seria mais França e sim... uma Alemanha nazista. E a desgraça da França tem se desenvolvido precisamente sob essa propaganda dos Séché e dos Maurras no sentido de fazer dela um outro estado prussiano. [...] Aliás, Alphonse Séché faz parte daquele grupo de homens da 'direita' a respeito dos quais Maritain escreveu [...] condenação sumária [...]. Somente uma colocação acima da direita e da esquerda é que permitirá, como diz o sr. Tristão de Athayde, 'uma ordem mais justa e mais humana, uma ordem de liberdade e não de servilismo'. Numa ordem destas, porém, não haverá lugar nem para Séché, nem para Maurras, nem para Massis. Eles não merecem nem as citações nem as referências de um escritor da altitude ideológica do sr. Tristão de Athayde, a quem eu gostaria de ver, no entanto, inteiramente desligado de certas fascinações [...] da sua mocidade, e que se chocam formalmente com as suas melhores e mais positivas ideias de hoje. (LINS, 1941: 346-347).

Alceu, então, acusou uma “expressa hostilidade” de Lins quanto a sua “posição em face do problema político-social de nossos dias e [...] o totalitarismo” (LIMA, 1946: 37-38).

Um segundo livro indagado por Lins foi *Mitos de nosso tempo* (1943). Tratava-se de uma obra tipicamente moralista e doutrinária, em que Alceu defendia filosoficamente a prevalência do “plano espiritual” sobre o “plano temporal” nas ações humanas. Em resumo, sua tese era de que os “mitos modernos” afastariam o homem de si e de Deus, dificultando a conversão católica e a cristianização, as únicas saídas para a encruzilhada global¹⁹⁸. “A volta do homem a si mesmo como condição para a volta do mundo a Deus” era a fórmula, pregando ainda que “nada melhorará, no futuro, se as soluções vierem a ser apenas de ordem militar, política ou econômica” (LIMA, 1943: 10).

O livro, montado a partir de artigos de imprensa, era uma curiosa prova sobre a temperatura do pensamento de Alceu e o ritmo de sua já referida “reconversão”, ou seja, ruptura com o reacionarismo. No momento, em 1943, suas opiniões já estavam

¹⁹⁸ Os mitos eram: a riqueza, a técnica, o sexo, a cultura, o número, a classe, a nação e a raça (LIMA, 1943).

mais distantes do fascismo ou do franquismo, tendo em vista que a própria Igreja Católica condenava formalmente, e em bloco, os regimes totalitários. Mas mesmo com a mudança da conjuntura, ele permanecia ultramontano e antidemocrático. A democracia, no caso, era incluída entre os mitos modernos, sob a forma de um mito do “número”¹⁹⁹, ou das massas, o que Lins denunciou:

[...] aquela atitude de desconfiança que o sr. Tristão de Athayde continua a manter em face da democracia. Ela é visível em todas as páginas, sobretudo no capítulo em que estuda o ‘número’ como um mito. Não creio, ao contrário, que a tirania do número, a tirania das massas, seja um atributo das democracias. Só os sistemas revolucionários ou reacionários nos seus extremos apelam para as massas, vivem sob o império das massas. Uma democracia, um sistema legalmente organizado, vive dos cidadãos, das opiniões e votos pessoais formando correntes deliberativas. A liberdade nas democracias — a liberdade de opinião escrita ou falada — constitui privilégio individual. E não vejo, além disso, que regime possa ser o ideal do sr. Tristão de Athayde. [...] Para quem condena, como o sr. Tristão de Athayde, todos os totalitarismos, não resta senão a democracia. Seria utópica a luta por um regime de absoluta perfeição. Parece-me assim que colocar a justiça contra o ‘número’ não é solução que se enquadre no caso da democracia. Justiça política é apurar a vontade dos cidadãos através do mecanismo das instituições democráticas. (LINS, 1946: 228).

Depois, resgatou a polêmica sobre o fascismo e, reconhecendo embora os “avanços” de Alceu, intensificou a luta para que o carioca se desprendesse por completo dos “erros anteriores”:

Também ao analisar o fascismo lança o sr. Tristão de Athayde uma proposição inaceitável. Ele diz que o fascismo italiano foi um erro político que prestou o serviço de combater outro erro político. Acrescenta, em seguida, que o erro não estava, em princípio, no fascismo, mas no desenvolvimento que lhe deu Mussolini. Não sei, neste caso, como um erro possa prestar um serviço à verdade. É o velho problema dos meios e dos fins. Acredito que não se pode atingir o bem através de um meio que seja mau. E exato também é que o fascismo tem sido o mesmo desde as suas origens. É um erro intrínseco, em essência. A civilização nada lhe deve senão o mal, sem contar edifícios e estradas, o que faz parte do comum expediente administrativo dos governos. E tudo isso provém da impossibilidade de fazer qualquer distinção substancial entre os totalitarismos. Espero que o sr. Tristão de Athayde chegará um dia a essa conclusão, sobre a qual nada mais desejo acrescentar, pois a respeito já dissemos ambos o que nos convinha e era suficiente. Dos erros anteriores — e todos os cometemos no tumulto e confusão dos últimos tempos — já se libertou o sr. Tristão de Athayde. (LINS, 1946: 228-229).

¹⁹⁹ “O triunfo gradativo da Democracia acompanhou a ascensão gradativa da Burguesia. O regime político democrático, isto é, baseado na manifestação da vontade do grande número, foi uma expressão do surto do capitalismo e do poderio crescente da nova riqueza [...]. Esse mito democrático se achava, no início de nosso século, em lenta decomposição e em vias de ser naturalmente substituído [...], quando vieram processar-se os grandes acontecimentos de que estamos atualmente participando” (LIMA, 1943: 91; 95).

Lins marcava posições, ao mesmo tempo que reafirmava, nessa via, a vigência dos debates políticos e católicos no âmbito da crítica literária. Ainda em diferenciação com Alceu, ele transpôs a sua imagem de um católico progressista e reformador (ao menos na régua do carioca) para o terreno da arte e da literatura. Isto é, por ser um católico de espírito mais aberto e menos beligerante, ele seria também, em tese, um crítico literário mais moderno e preparado para entender as novas correntes da literatura. Em “Agonia dos católicos” isso se manifesta claramente. Brincando com o título da obra de Maritain traduzida por Alceu, ele procedeu a um rodapé de duras críticas à linha vigente da Igreja. Lins concordava com o diagnóstico de que os católicos seriam secundarizados no “mundo novo” caso não agissem, mas preconizava, inclusive em nome desse esforço, um “exame de consciência”, uma autocrítica. Os católicos deveriam se abrir ao “plano temporal” e rever seus equívocos de condenação antimodernista:

Um exame de consciência sobre os deveres dos católicos deve ser antes de tudo um exame de consciência de cada católico [...]. Não vamos rejeitar que o espírito de crítica e a liberdade de opinião possam enfraquecer a autoridade da Igreja. Ao contrário, sempre foram os seus sustentáculos mais firmes. [...] Nestes últimos quarenta anos houve na cristandade uma espécie de renascimento espiritual e religioso, cujo desenvolvimento não se transportou, porém, para o domínio temporal e do político na mesma direção. Os católicos se colocaram geralmente em face de dois erros: ou uma ausência do mundo, [...] uma abstenção da vida terrena, ou se entregaram de corpo e alma a tudo que era simplesmente político e social [...]. Tornaram-se ou ausentes do mundo ou seus escravos. E de tal modo que chegamos a um desajustamento entre a nossa consciência cristã e a nossa condição exterior. A famosa campanha antimodernista do princípio do século, explorada por fracassados e reacionários, só serviu para levantar mal-entendidos entre a Igreja, de um lado, e a literatura, a arte e a ciência, de outro lado. É que tanto no domínio propriamente cultural como no domínio político, os católicos estão sempre chegando tarde demais ou nunca chegando. Em geral não sabemos reconhecer a verdade quando ela se acha com os não-católicos. [...] Ficamos assim sem compreender os fenômenos de um mundo em revolução. Os católicos não compreenderam a revolução protestante, não compreenderam a Revolução Francesa, não estão compreendendo a revolução dos nossos dias. Preferem ficar com as causas mais odiosas e derrotadas, e perdem assim a oportunidade de uma participação mais ativa na construção de um mundo novo. Muitos católicos ficaram com os aristocratas contra o povo, com os burgueses e capitalistas contra o operariado, estão agora querendo ficar com os ditadores contra a humanidade. [...] É que muitos católicos estão sempre possuídos da tentação de repousar no seio dos que têm o Dinheiro e o Poder. E esta tentação é que explica hoje a tolerância, a convivência, a cumplicidade dos católicos em face das vitórias dos totalitarismos. [...] Eu gostaria de saber [...] que estranho farisaísmo nos impede de procurar em nós mesmos todas as responsabilidades (LINS, 1941: p. 354-356; 366).

Percebe-se que inclusive por meio dos debates católicos Lins trabalhou para afirmar a sua legitimidade. E a essa altura é possível extrair algumas sínteses sobre a sua experiência crítica de conjunto, encarando-a, como até aqui foi feito, em correlação com a obra e o percurso intelectual de Alceu, em quem se espelhava. Tentei demonstrar que, nos seus rodapés, o pernambucano usualmente atuou de maneira tanto a conservar como a contestar parâmetros. Assim, por um lado ele reproduziu características dominantes do campo e manteve-se num registro seguro. De outro, questionou alguns conceitos e sobressaiu com identidade própria. Nesse aparente paradoxo, surpreendem-se os alicerces da sua crítica, ou por outra, os aspectos que o singularizaram, que devem ser reconstituídos em contexto.

Seu primeiro bastião foi o impressionismo. Por meio dele, Lins pleiteou a imagem de um crítico vocacionado, de bom gosto e alto grau de discernimento. O ramo francês do jornalismo literário, como já foi dito, concebia a crítica como um gênero literário, o que transferia ao crítico um papel artístico. Geralmente, este passava a ser cultuado como uma inteligência excepcional, uma sensibilidade literária específica, havendo uma idealização das suas funções culturais e sociais que eram, socialmente, vincadas em interesses. Lins apoiou-se nessa formulação para se legitimar no Rio de Janeiro, vindo de fora. Com ela, ele se incluía no mesmo escopo artístico dos escritores, igualando-se a eles em nível de inventividade. Cabe lembrar que a técnica não era nova e nem incompatível com Alceu. Entretanto, ela foi mobilizada em diferenciação parcial seja com a “crítica ideológica” seja com o “jornalismo raso”, que abarcaria um impressionismo pouco original. Sua fórmula auto pretendida seria a de um “impressionista erudito”²⁰⁰, em uma escolha estilística que correspondia bem mais às aspirações de afirmação no mundo intelectual do que ao desenvolvimento especializado do gênero, em que pese, por óbvio, tenham restado de sua obra muitas análises aproveitáveis.

Se de início havia uma diferenciação aparente com Alceu, em seu segundo ponto de legitimação — a crítica católica — os dois se aproximavam. Entendo que Lins absorveu e praticou o viés religioso na crítica²⁰¹. O catolicismo era sua visão de

²⁰⁰ “O verdadeiro crítico há de ser um erudito e um impressionista; esta síntese é que faz da crítica uma obra criadora dentro da literatura” (LINS, 1943: 290).

²⁰¹ “Rigorosamente, a literatura é uma forma de conhecimento da realidade. De toda a realidade nos seus três aspectos: o homem, o universo e Deus. A realidade completa é exatamente esta: o homem, o universo e Deus. O homem constituindo a realidade *primeira* e Deus a realidade *última*.” (LINS, 1943: 292).

mundo arraigada, herdada da família e apurada em uma trajetória militante no Recife. Ao aportar no Rio com essa bagagem, ele teve sua aceitação facilitada na cidade, pois corroborou a corrente majoritária local, perpetuando a tradição. Seu caso confirma uma das hipóteses centrais deste trabalho, a da hegemonia católica na crítica carioca, em contraste com o caso paulista. Em adendo, ele escolheu por vezes polemizar com Alceu nesse domínio, colocando-se um passo à frente do carioca na assimilação das novas correntes de pensamento católicas, ajustadas às mudanças da conjuntura. Eram, porém, debates acirrados entre dois pensadores que partiam entre si de “uma idêntica filosofia de valores intrínsecos” (LIMA, 1946: 36), isto é, a filosofia cristã, que se derramava sobre a crítica.

Um terceiro elemento a ser revisado foi sua ligação com a editora José Olympio e com o grupo regionalista. Nesse plano, a origem pernambucana agia com importância redobrada, pois oferecia ao crítico um anteparo coletivo e um horizonte de nacionalização. Como visto, tratou-se de uma tendência no período a força dos escritores nordestinos na capital, a que Lins, na crítica, correspondeu. Reunidos prioritariamente na José Olympio, eles se apossaram juntos de uma fatia relevante do mercado editorial e da projeção simbólica da literatura moderna brasileira. Também foi por assim estar situado, que o crítico teve uma rápida recepção no Rio de Janeiro, além da promoção ao rodapé do *Correio da Manhã* e, neste espaço, amplo reconhecimento. Institucionalmente, Lins pôde depender menos de Alceu apenas porque já se via amparado por outro círculo da classe dirigente, colateral ao dos católicos. Ele seria, assim, ovacionado enquanto uma voz pernambucana singular, embora o ápice e o ocaso de sua obra tivessem outras explicações. Particularmente, não é possível compreendê-lo senão como o crítico literário da José Olympio na década de 1940.

Finalmente, o quarto alicerce da sua crítica foi o jornalismo. Em torno dele, tudo confluía, pois foi no jornal que Lins se entronizou. Ele misturaria frequentemente a imagem do crítico literário com a imagem do jornalista, chegando a dizer:

O pequeno prazo de uma semana que separa um do outro os artigos de crítica de jornal. E nunca se poderá imaginar as dificuldades que esse sistema de crítica coloca diante de seus autores. Todo crítico deveria praticá-lo ao menos durante seis meses. Este exercício tornaria todos eles mais compreensivos e mais humildes, pois sei de alguns que escrevem uma página por semestre e se julgam no direito de exigir sempre a perfeição de artigos feitos todas as semanas sob a inspiração dos assuntos e dos autores mais diferentes. A verdade é que essa crítica profissional não pode ser

exclusivamente artística, como aquela que se realiza pacientemente para os livros, mas deve apresentar um caráter jornalístico. Torna-se necessário ser jornalista para praticar a crítica de jornal. Nada mais evidente, e o mestre desse gênero, Sainte-Beuve, costumava dar a si mesmo o título de jornalista. (LINS, 1944: 50).

Jornalismo e crítica profissional se igualavam, e o mérito maior do crítico era a sua disciplina criativa, ou seja, o comparecimento semanal na grande imprensa para interpretar livros novos, fazendo do rodapé um posto de vigilância. O jornal, conseqüentemente, quedava no centro do sistema literário, agigantado num período em que outras instituições, como as universitárias, estavam pouco amadurecidas. Havia uma conexão clara entre a tarefa do crítico, interesses editoriais e demandas de legitimação da elite, mas isso era quase sempre disfarçado pela sacralização da crítica e da literatura. Tornar-se um “homem do jornal”, nesse jogo, adquiria importância, por legitimar profissionalmente o crítico e materializar sua serventia aos aliados de classe e ao mercado editorial, já que na imprensa se fazia propaganda dos lançamentos literários.

Também era próprio ao jornalista nos rodapés a inclinação judicativa. Com isso, entende-se o que pareceu ser, muitas vezes, uma volatilidade ou incoerência interpretativa de Lins. Ao ler em panorama as séries de *Jornal de Crítica*, afere-se que, na mesma medida que afirmou uma “afinidade eletiva” com o modernismo, ele disse não ter “nenhum compromisso” com o movimento²⁰². Se elogiou em Mário a “busca pela forma”, depois o repreendeu pelo emprego da linguagem oral e brasileira²⁰³. Poetas como Jorge de Lima e Murilo Mendes, ou romancistas como Jorge Amado²⁰⁴, ora enaltecidos, não fugiram da afronta. E até em tópicos da

²⁰² “Nós não temos, na verdade, qualquer compromisso ou ligação com o movimento de há vinte anos atrás. Compreendemos e justificamos a sua existência, mas não estamos identificados com o seu ideário. Também os mais moços começam a sentir que as ideias e fórmulas da nossa literatura moderna já não satisfazem os seus anseios, mas não têm ainda as suas ideias e fórmulas próprias.” (LINS, 1944: 24).

²⁰³ “[...] a velha questão já resolvida da impotência dos assuntos e dos vocabulários, em si mesmos, para a criação de uma literatura nacional. O brasileiro de muitos poemas do sr. Mário de Andrade apresenta o mesmo resultado do brasileiro do movimento modernista: uma exterioridade que hoje soa falso, que está envelhecida, que se tornou inaceitável pela sua intencionalidade, pela sua ausência de força íntima, pelo muito que revela de cerebralismo em vez de sentimento. [...] seus poemas intencionalmente brasileiros não atingiram os seus fins e os seus efeitos.” (LINS, 1943: 28-29).

²⁰⁴ A relação dos críticos católicos com Jorge Amado era emblemática, já que escritor baiano, filiado ao comunismo, encarnava o romance social de esquerda. No capítulo 1, mencionei o desentendimento entre ele e Lucia Miguel Pereira, envolvendo a denúncia sobre Tristão de Athayde. Em Lins, o romancista foi abordado principalmente em dois rodapés: “Romance do interior” e “As obras completas de Jorge Amado”. No primeiro, sendo mais indulgente, mas não menos rigoroso, ele afirmava que Amado possuía “capacidade [...] de colocar sua preocupação política ou social em termos de verdadeiro romance” (LINS, 1946: 85). Já no outro, ele espezinhou o autor, a quem classificava como um

conjuntura, ele oscilou entre as notas doutrinadora e conciliatória. Ocorre que, escrevendo semana a semana, ao crítico cumpria impor incessantemente sua autoridade no meio intelectual. Para tanto, submeter tudo e todos a julgamentos fortes se tornava uma estratégia, e elogio e condenação se juntavam como faces da mesma moeda²⁰⁵.

Dentro do que retratei, Lins e Alceu mantiveram uma relação de disputa, mas também de compartilhamento de pressupostos. Eles tinham origens sociais e trajetórias parcialmente distintas. Um vinha do Recife, de uma família em declínio e inseriu-se em instituições externas ao laicato, expressando um campo editorial emergente; o outro, herdeiro da elite carioca, era ainda representante do paradigma local, controlava instituições e acalentava uma crítica reconhecida, embora progressivamente questionada. Em comum, havia a formação católica militante, o legado bacharelesco das Faculdades de Direito e a francofilia. Nos dois casos, a crítica obteve forte relevância enquanto gênero sincrético, inserida em um organograma mais amplo de tarefas que corriam em outros domínios: jornalismo, política, religião, serviço público, mercado editorial, meio educacional etc.

Por provirem de centros intelectuais diferentes e trabalharem em empreendimentos desiguais, eles marcaram posições e forçaram polêmicas. Assim, constituíram suas posições específicas no campo intelectual carioca, um espelhado no outro. Entretanto, disputaram a arbitragem na mesma proporção que a dividiram, pois celebraram acordos e atuaram juntos quando se tratava de contraditar atores rivais, fossem eles escritores ou críticos antagônicos à corrente católica ou ao jornalismo literário. Tanto assim que, frequentemente, Lins saiu em defesa de Alceu nas ocasiões em que este foi atacado por críticos paulistas ou de orientação cética, conforme o episódio já relatado no capítulo I com Mário de Andrade²⁰⁶.

“ignorante”: “O principal problema do Sr. Jorge Amado é o da sua ignorância, o da sua falta de contato com a cultura, o da sua inexperiência literária. Veja-se a propósito este pequeno trecho de *São Jorge dos Ilhéus*: ‘Quando as notícias da Baixa chegaram até a casa dos Badarós, João Magalhães duvidou... — Inacreditável! Repetiu tantas vezes o advérbio que até Chico, o papagaio, o decorou e o juntou ao seu variado vocabulário.’ Pois será possível que o Sr. Jorge Amado não disponha sequer de um dicionário, no qual encontraria indicado que ‘inacreditável’ é um adjetivo e não um advérbio? [...] um pormenor, embora bastante significativo. Não é só o que seja advérbio o que o Sr. Jorge Amado precisa aprender e saber para tornar-se um verdadeiro escritor.” (LINS, 1947: 145).

²⁰⁵ Uma expressão caricatural da inclinação judicativa se encontra no rodapé “Nova antologia”, em que Lins sarcasticamente propõe uma “antologia dos piores escritores” brasileiros. “Só não escreve no Brasil aquele que não consegue sequer o artifício de ligar as palavras em período” (LINS, 1941: 207).

²⁰⁶ A mesma postura foi vista em outras passagens. “Gostaria [...] de ver esse pensador de boa-fé, esse escritor realmente ilustre, observado com mais justiça pelos seus adversários. Poucos homens no Brasil estão sendo hoje vítimas de tantas injustiças, ódios e incompreensões. Vinte e cinco anos de crítica e

Tomando as obras críticas em seus espectros, poder-se-ia dizer que os pilares da *crítica católica* de Alceu foram o afastamento da literatura, a defesa do ultramontanismo, a rigidez moral e política na abordagem das questões do tempo e a politização consciente da arte e da literatura. Já os da *crítica impressionista* de Lins, muitas vezes, seguiram direção oposta: atenção às obras literárias, aceitação da literatura moderna, abertura aos elementos da sociedade contemporânea e, enfim, acordo com a doutrina católica, porém conferindo a ela um viés antiautoritário e humanista. Em complemento, eles trilharam no mundo político caminhos díspares, dado que Lins, a partir do meio da década de 1940, foi retomando a política partidária em um campo civil e democrático, ao passo que Alceu permaneceu enredado na Igreja.

Mas a essência das duas obras foi a mesma, sobretudo quando vistas dentro do campo literário e em uma análise sociológica. Isso porque, em um e outro, houve a defesa enfática do gênero e de seus autores. Em outras palavras, em reflexo à posição de classe que ocupavam no tecido social, eles concorreram na síntese de afirmar a crítica enquanto um *gênero literário* (isto é, uma atividade independente e legítima) e os críticos enquanto *personalidades*, enaltecidas nas dimensões *literária* e *moral*, na arbitragem de temas estéticos e políticos/católicos. Os críticos concentravam poder, em síntese. Outro aspecto fundamental era a reafirmação, tanto pelo carioca quanto pelo pernambucano, do Rio de Janeiro como o *centro da arbitragem literária nacional*. Afirmar culturalmente o Rio, em especial no marco do meio do século, igualava-se cada vez mais a defender a “tradição” (inclusive na crítica), enquanto em São Paulo crescia o espaço para a “inovação” universitária.

uma definida posição ideológica criaram este resultado. Não irei pedir, o que seria absurdo, que todos concordem com as suas ideias e orientações, mas que respeitem o seu trabalho, a sua longa dedicação aos problemas da cultura e do espírito, a dignidade das suas atitudes pessoais e profissionais. [...] acho um dever o ato de defender a sua figura de escritor contra as tentativas de deformação. Ele faz parte daquela superior categoria de intelectuais diante dos quais a nossa primeira atitude há de ser o respeito e o reconhecimento do seu valor.” (LINS, 1946: 224). “Vejo a bibliografia do Sr. Tristão de Athayde: Sociologia, Economia, Direito, Política, Pedagogia, Filosofia, Religião [...]. Não sei, entre nós, de outra figura que tenha colocado seus estudos em limites mais amplos, que apresente conhecimentos sobre problemas sociais em proporções tão extensas, que seja capaz de se movimentar, com igual segurança e competência, por entre tantas matérias ao mesmo tempo. [...] não encontramos nos seus livros traços de improvisação ou diletantismo.” (LINS, 1947: 67).

Um depoimento expressivo sobre o que os unia está no rodapé “Experiência de um crítico”²⁰⁷, em que Lins fala a respeito de *Estética literária* e *O crítico literário*²⁰⁸, livros de Alceu de 1945. Naquele momento, este se preocupava em firmar um legado, sistematizando as diretrizes de sua filosofia literária e regressando a uma discussão pretensamente estética. Para tal, recapitulava sua já conhecida e genérica concepção de crítica, com a qual Lins manifestou plena concordância. O “homem do jornal” e o “homem da Igreja” tinham bastante em comum e buscavam, em unidade, seus assentos no cânone literário:

[Tristão de Athayde] representa um caso típico de dedicação desinteressada à vida cultural, desinteressada mesmo quando em função do seu apostolado católico ou das suas atitudes políticas, porque de todo liberto de ambições imediatistas, indiferente aos sucessos e às honras do mundo [...]. O que representa a crítica literária para o Sr. Tristão de Athayde, que nos seus domínios opera há vinte e cinco anos como um mestre? Ele próprio o responde na primeira página de *O crítico literário*: ‘A crítica literária tem sido, para mim, uma visão da vida através das obras alheias, e, simultaneamente, uma concepção das obras alheias através da vida’. Nestas palavras, aparece implícito o conceito da função criadora da crítica, de sua existência autônoma entre os gêneros literários. Teoricamente, isto é um fato sem contestação, mas na prática quantos mal-entendidos entre autores e críticos! Muitos autores têm a ilusão, ou a vaidade, de imaginar que os críticos são parasitas das suas forças criadoras ou que a crítica é um gênero inferior, mas vede a história ou a crônica literária: quantos poetas ou romancistas *existem* ou são lembrados apenas porque alguns grandes críticos se ocuparam deles? Quem se recordaria da maior parte dos autores dos quais se ocupou Sainte-Beuve sem a leitura dos folhetins de *Causerie du Lundi*? O mesmo sucederá com o nosso tempo no futuro, e isso acontecerá sempre. Pois o grande crítico não fica prisioneiro dos autores e das obras, mas através dos seus estudos constrói a própria obra, que representa, quando completa, o panorama de uma época literária, tendo no centro a personalidade do crítico. [...] Diremos nós: a crítica representa para a literatura o mesmo fenômeno de interpretação, de conhecimento, de consciência que a literatura representa para a vida [...]. Este conceito de crítica com a sua independência e a sua organicidade é o que encontramos em *O crítico literário* do Sr. Tristão de Athayde. [...] É um livro que deve ser lido e meditado por todos os jovens críticos [...]. Os que exercem a crítica encontrarão a cada momento, neste livro do Sr. Tristão de Athayde, a oportunidade de ver confirmada a própria experiência pela experiência do grande crítico. Algumas vezes são diferentes os nossos processos ou as nossas reações, mas os problemas a que se ligam são os mesmos [...]. Pouca importância, aliás, apresentam os métodos e sistemas [...] A significação de uma crítica está no próprio crítico, como acaba concluindo o Sr. Tristão de Athayde. [...] indico o conceito de crítica do Sr. Tristão de Athayde, para quem ela é ao mesmo tempo interpretação e julgamento, uma operação estética e um ato moral. Indico sobretudo o espetáculo da atividade admirável do crítico de *Estudos*, que agora nos oferece um retrato de si mesmo ao definir a imagem do que é e do que deve ser o verdadeiro crítico. (LINS: 1947: 67; 71-74).

²⁰⁷ LINS, 1947: 67-74.

²⁰⁸ *Estética literária* (1945), de Alceu, assim como *Aspectos da literatura brasileira* (1943), de Mário de Andrade, compuseram a coleção Joaquim Nabuco da Americ-Edit, dirigida por Lins, atestando sua força no meio editorial e as vantagens que extraía dessa alocação.

A ligação entre Lins e Alceu permite considerar que os dois, juntos, tenham projetado sombra sobre Afrânio Coutinho, relegando ao segundo plano a ideia da “crítica científica” ou da crítica literária enquanto uma *disciplina autônoma*. Nos anos 1940 e 1950, os postos universitários de que o baiano dependia para legitimar seu programa de pesquisa seguiam controlados por Alceu²⁰⁹ e, nos jornais, mantinha-se a força da crítica de rodapé, mesmo sob certo questionamento. Frequentemente, Coutinho então contestou a própria centralidade carioca dentro do sistema intelectual²¹⁰, abriu fogo contra Álvaro Lins e tentou adequar aos seus parâmetros o legado de Athayde, com pouco sucesso²¹¹. O reconhecimento obtido pelos críticos d’*O Jornal* e do *Correio da Manhã*, conforme demonstrado, era superior.

Já em perspectiva, as bases da crítica católica e impressionista de fato se enfraqueceram, em decorrência de uma multiplicidade de fatores, entre os quais se deve destacar a retração da política católica da neocristandade e do peso social

²⁰⁹ “Não se trata, porém, de mero paradoxo o fato de Coutinho fazer uso das páginas da grande imprensa e de iniciativas editoriais para propagar suas ideias. Por força das vicissitudes pelas quais passou o processo de institucionalização acadêmica no Rio de Janeiro, acuado pela ingerência e pressões de grupos de interesse confessionais e governamentais em franca disputa, os núcleos universitários cariocas, nessa altura, não operavam ‘como o centro da vida intelectual e científica’ [...] (Miceli, 2001, p. 118). Com efeito, Coutinho não encontrou, nesse momento, espaço acadêmico disponível no ensino superior — e, extrapolando, nem sequer havia as condições acadêmicas e operacionais e recursos financeiros adequados para a implementação institucional de seu projeto de reformulação do estudo e pesquisa no setor das letras. Com a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1941, o crítico católico e membro da Academia Brasileira de Letras Alceu Amoroso Lima assume a Cadeira de Literatura Brasileira e também a Cadeira de Literatura Brasileira da Pontifícia Universidade Católica, criada pouco antes [...]. Para a função de professor-assistente, convida o médico e escritor modernista Jorge de Lima, convertido ao catolicismo [...], próximo do Centro Dom Vital e ligado aos beneditinos cariocas, e já assistente da Cadeira de Literatura Portuguesa no curto período (1940-1941) em que ela foi regida por Fidelino de Figueiredo. Para além da sintonia ideológica e doutrinária, o que chama a atenção é a ausência, em ambos, de formação acadêmica específica para exercer as atribuições do cargo, bem como o controle exercido pelos grupos católicos no processo de instalação do ensino superior das ciências humanas no Rio de Janeiro. [...] É somente em 1963, com a aposentadoria de Amoroso Lima, que Coutinho torna-se finalmente professor interino da Cadeira de Literatura Brasileira, da qual se torna catedrático dois anos depois” (RAMASSOTE, 2013: 154-155; 159).

²¹⁰ “[...] o Rio é um falso centro, [...] porque controla os cordéis econômicos, de que dependem a imprensa e as editoras. Não é como Paris em relação às províncias, pois Paris é onde se centraliza toda a vida intelectual do país, desde a Idade Média, com suas grandes escolas, museus, academias, uma situação real, que aliás muitos franceses deploram, porquanto está concorrendo para criar o deserto em torno da capital. O mesmo se daria conosco, se não reagíssemos. E, no nosso caso, a própria realidade geográfica supõe o desenvolvimento de vários centros regionais, diversificados por condições e interesses locais de cultura e economia. Hoje, ademais disso, é notório que S. Paulo é muito mais importante como centro intelectual e universitário do que o Rio.” (COUTINHO, 1953: 275-276).

²¹¹ Refiro-me ao fato de Coutinho ter se enfrentado menos com Athayde do que com Lins, o que confirma o vínculo que ele possuiu com o chefe do laicato, a quem elogiou algumas vezes (Cf. COUTINHO, 1980).

relativo do laicato (MAINWARING, 2004), que retirou prestígio dos críticos católicos; e o avanço das instituições universitárias, que acelerou a divisão do trabalho intelectual e reduziu a centralidade do jornalismo e da literatura dentro das ciências humanas (CANDIDO, 2010a). Esses dados se enquadraram, ainda, numa moldura conjuntural que incluiu o fim da Guerra, o declínio do Estado Novo (principal indutor dos investimentos culturais cariocas) e o início de uma etapa democrática, desenvolvimentista e culturalmente rica no Brasil, entre meados dos anos 1950 e inícios dos anos 1960.²¹²

O conceito de especialização que gradativamente se impôs, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1970, implicou “inevitáveis restrições tanto nos assuntos a serem abordados pelos críticos, quanto nos critérios mesmos de reconhecimento de sua qualificação.” Representou, portanto, uma “perda de poder” de críticos como Álvaro Lins, ou “retração no âmbito de sua ambição” (SÜSSEKIND, 2002: 21). Aos olhos desses agentes, que passaram a ter contraditada sua concepção de crítica literária, conformou-se um conflito entre a *intuição* (dos impressionistas) e a *técnica* (dos especialistas), entre o *espírito crítico* e a *ciência*, entre a *arte* e a *conduta especializada*. O triunfo da especialização significaria o próprio “fim” da crítica tal como até então consagrada, o estilhaçamento de sua *doxa*²¹³. Em compensação, abria-se uma nova etapa, em que um conjunto de críticos universitários se legitimou sob a posse de modelos analíticos sofisticados.

Como comentário final, é necessário indicar que esse processo de transição entre a crítica de rodapé e a crítica universitária, que vai além do alcance deste capítulo, não ocorreu de forma linear. Em geral, seja na realidade carioca ou paulista, os jornais seguiram desempenhando uma função cultural importante e sendo palco

²¹² “A derrota do fascismo e a definição do destino da Europa Ocidental no campo da democracia faz refluir a investida do campo político sobre o âmbito das letras e das artes. A própria igreja católica se abre então para as questões do tempo, na busca de reconciliar-se com a modernidade, com seus âmbitos diversificados, em movimento que culminou no Concílio Vaticano II. No Brasil, também democratizado em 1945, a formação das universidades e dos cursos de filosofia, letras e ciências sociais induz a formação de um novo perfil de praticante da crítica literária.” (GOMES JÚNIOR, 2011: 129).

²¹³ “[...] há casos, e não raros, em que os recursos propriamente técnicos absorvem e suprem a essência da obra de arte, tornando-se seu próprio *objeto* e mesmo sua realidade virtual. [...] pode-se bem imaginar o que resultaria da reintrodução em nossa crítica literária de alguma caricatura de processos semelhantes. À vista de precedentes que não precisarei enumerar, imagino sem dificuldade que ela deixará de ser crítica, no melhor sentido da palavra, para se tornar exclusivamente técnica, no pior sentido.” (HOLANDA, 1996b: 70; 74).

da crítica. Entretanto, não mais com a mesma intensidade, nem com as características distintivas do *crítico de rodapé* que foram elucidadas.

Embora em grande medida relegados ao esquecimento, olhando em retrospecto, Tristão de Athayde, Álvaro Lins e, na esteira deles, o conjunto dos críticos literários mobilizados nas páginas anteriores são pedra de toque para entender a dinâmica da literatura brasileira, na fase mais emblemática que esta atravessou durante o século XX.

CONCLUSÕES

Atenta à crítica literária produzida entre as décadas de 1920 e 1950 no Rio de Janeiro, esta tese obteve algumas conclusões.

Na época, a capital federal foi palco de uma intensa elaboração e circulação da crítica, conforme esperado. O mapeamento feito no primeiro capítulo possibilitou detalhar os autores envolvidos nesse contexto, sua divisão pelos jornais e veículos de imprensa, as características gerais de estilo e de projeto envolvidas em cada um. É patente e agora demonstrado que, no âmbito da crítica literária jornalística e da crítica de rodapé, o Rio de Janeiro operou como o centro da consagração nacional, o eixo da crítica literária. Esse fato ligou-se a duas ordens de fatores: ao estágio de desenvolvimento do campo literário brasileiro e, dentro dele, ao peso retido do ponto de vista do aparato cultural e da influência política pela capital do país. Em outras palavras, a autonomização incipiente do campo condicionou a importância do rodapé e a centralidade do Rio de Janeiro na arbitragem da literatura. Na pesquisa em arquivo da imprensa local, definiu-se *O Jornal* como o veículo mais importante, equiparado depois por *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e, no final da década de 1950, *Jornal do Brasil*. Atrás em termos de relevância, estiveram *Gazeta de Notícias* e *A Manhã*. Entre as revistas, *Boletim de Ariel* e *A Ordem* sobressaíram. A primeira, na década de 1930, vinculou-se principalmente aos interesses editoriais e aos escritores regionalistas, enquanto a segunda se distinguiu como o órgão cultural dos intelectuais católicos, uma plataforma de combate político e ideológico.

Ainda no mapeamento da crítica carioca, evidenciou-se o perfil social preponderante dos críticos literários e o caráter assumido pelo gênero, enquanto ramificação da literatura ou modalidade humanística ampla. Os críticos eram quase todos homens, bacharéis em direito ou “autodidatas”, oriundos das classes altas cariocas ou então de oligarquias declinantes de outros centros, alojados profissionalmente no serviço público, no jornalismo e nos aparatos partidários. Em muitos, houve o entrelaçamento com instituições do laicato e postos ligados à Igreja Católica. Nesse contexto, sem ser uma disciplina específica, mas possuindo características marcantes, a crítica literária assomava como uma atividade amadora, direcionada ao reforço da distinção, ao acréscimo de valor simbólico e de capacidade de arbitragem para os seus autores. Frequentemente, ela foi um dispositivo para conversão de capitais dentro da elite, uma profissão ou posto de passagem capaz de cacifar os críticos na concorrência pelo acesso a postos no meio intelectual e político.

Isso explica que se tenha verificado, em rodapés, colunas e seções literárias, uma multiplicidade de nomes dedicados à função, nem sempre exclusivamente: Afrânio Coutinho, Agripino Grieco, Álvaro Lins, Antonio Candido, Augusto Frederico Schmidt, Humberto de Campos, João Ribeiro, Lucia Miguel Pereira, Mário de Andrade, Múcio Leão, Octávio de Faria, Octávio Tarquínio de Sousa, Osório Duque-Estrada, Otto Maria Carpeaux, Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto), Plínio Barreto, Roberto Alvim Corrêa, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) e Valdemar Cavalcanti.

Notou-se que os intelectuais migrados à capital ficaram mais tempo nos rodapés. Duas exceções foram Tristão de Athayde e Lucia Miguel Pereira, críticos de fôlego e cariocas de nascimento. Vindos de outras partes em busca de consagração, muitos do Nordeste, os críticos migrados tiveram no centro do país o amparo de instituições públicas (a exemplo do Colégio Pedro II), editoras (como a José Olympio) e rodas intelectuais instituídas. Além disso, relacionaram-se com o laicato, embora o núcleo duro da militância católica proviesse dos diplomados na Faculdade de Direito local. Entre os paulistas, a maioria publicou a distância, afora Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, que viveram temporadas no Rio de Janeiro.

Entre os críticos cariocas, os escritores e críticos paulistas, existiu uma dinâmica ao mesmo tempo de colaboração e de disputa, esclarecida na tese. Juntos, eles se adequaram aos parâmetros da crítica de rodapé, no interior da qual os paulistas reconheceram a precedência da arbitragem dos cariocas. Contudo, ocorreu também uma separação entre as experiências, representada na alegoria dos profetas e dos bandeirantes. Católicos e mais consagrados, os cariocas resistiram às investidas dos paulistas, querendo preservar uma autoridade nacional e desdobrando, a partir disso, polêmicas em tópicos como o modernismo, o catolicismo e a crítica literária.

Diferentemente de São Paulo, desde a década de 1920, no Rio de Janeiro, houve uma liderança incontornável: Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde. Sob influência dele e da ofensiva católica frente aos intelectuais, típica do período da neocrisandade, a crítica carioca seguiu majoritariamente um direcionamento religioso. Restou comprovada a existência de uma *crítica católica*, em que pese os componentes estéticos desta variassem de caso a caso. Uma parcela dos críticos literários cariocas situou-se entre os pensadores definidos por Miceli (2012: 127-140)

como “reacionários”, em alusão menos a uma escolha puramente ideológica do que às restrições sociais que impeliram os agentes à participação política e ao engajamento no laicato, conforme o segundo capítulo. Além de Alceu, foram católicos, pelo menos, Afrânio Coutinho, Álvaro Lins, Augusto Frederico Schmidt, Lucia Miguel Pereira, Octávio de Faria, Roberto Alvim Corrêa e Tasso da Silveira.

Esses críticos católicos se incluíram ou dialogaram com instituições do laicato como o Centro Dom Vital, a Ação Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores. Ademais, disputaram terreno no jornalismo, nos cargos públicos, nas associações culturais, no ensino superior e nas editoras, modelando militâncias com identidade comum. Na obra deles, a crítica literária foi uma atividade de fundo *moral*, orientada por julgamentos políticos e estéticos, e aberta a encaminhar o cânone e a consagração com base nesses preceitos. Tornou-se lugar-comum debater os rumos da Igreja Católica, a neocristandade ou meramente a conjuntura política geral, em espaços teoricamente reservados à crítica de literatura, em jornais e revistas.

Observou-se ainda que, no âmbito da literatura, a crítica literária, no Rio de Janeiro, resistiu às experimentações do modernismo de 1922. Equidistantes dos escritores modernistas paulistas, os críticos cariocas identificaram-se bem mais com a corrente espiritualista ou cristã, integrante da segunda fase do movimento. Essa ala foi lida por Candido como representativa da reação à “projeção estética e ideológica do modernismo”²¹⁴, embora dela tenham derivado obras notáveis. Críticos literários e escritores católicos provinham e frequentavam meios sociais comuns, dividindo trabalho em instituições do laicato e publicações como *A Ordem*, *A Festa* e os jornais.

A investigação de Alceu Amoroso Lima, no terceiro capítulo, permitiu aferir o significado da conversão católica e elucidar a morfologia da crítica literária inspirada pela religião. Comprovou-se a influência singular irradiada por ele nos meios cultural, político, educacional e literário do país. A trajetória de Alceu foi acidentada. Nela, inicialmente ele foi reconhecido como um crítico do modernismo, mas, em seguida, tornou-se porta-voz da ideologia ultramontana. A crítica literária fundada por ele fixou-

²¹⁴ “A poesia espiritualista, o romance de orientação *problemática*, o ensaio católico tradicionalista constituem modos, bastante diversos, e nem sempre ligados entre si, de reagir no sentido de uma preservação, ou reajustamento de valores sociais, políticos, ideológicos, ameaçados pelas manifestações modernistas. Diante da crise das velhas estruturas, e portanto dos valores tradicionais, a literatura reagiu com bastante sensibilidade — quer no sentido da reforma, contribuindo para a formação de uma atitude crítica, quer no da reação, intensificando o apelo daqueles valores.” (CANDIDO, 2010a: 143).

se, assim, na intenção de mediar o discurso doutrinador (herdado de Jackson de Figueiredo) e a visão estética, sob domínio daquele. Ao passo que seu projeto se notabilizou, acirrou-se a separação entre ele e os representantes paulistas de 1922.

Já com a análise de Álvaro Lins, no quarto capítulo, o quadro se diversificou. Pois, de um lado, o crítico teve perfil próprio, distinto de Alceu quando se levam em conta as origens sociais, geográficas e trajetórias. Em contrapartida, por meio dele, consolidaram-se as linhas de força da crítica carioca, em seus traços católico, impressionista e resistente ao modernismo. Logo, a unidade entre os dois antes comprovou do que refutou as ideias centrais da tese, aferidas perante os principais críticos literários brasileiros da época, residentes no Rio de Janeiro.

É certo dizer que a crítica católica se sintonizou ao impressionismo, sobre as bases do rodapé. Nesse cenário, Athayde e Lins aproximaram-se, embora disputando entre si. Até a década de 1950, eles obstaculizaram a possibilidade de afirmação da crítica literária enquanto uma disciplina científica no Rio de Janeiro. Ou, em outros termos, o “homem da Igreja” (Athayde) e o “homem do jornal” (Lins) isolaram aquele que desejava ser um “homem da universidade” (Coutinho), causando prejuízo à proposta da “crítica universitária” em prol da reafirmação da “crítica de rodapé”.

Aqui, chega-se a uma conclusão mais ampla, que é também um apontamento para pesquisas futuras. Trata-se da ideia de que tenha havido, no transcorrer da segunda metade do século XX, um deslocamento do centro nacional da crítica literária brasileira, isto é, que Rio de Janeiro e São Paulo tenham invertido seus poderes. Com efeito, até a etapa aqui estudada, incontestavelmente a maioria dos principais críticos literários foi nascida ou radicada no Rio de Janeiro. Mas, tempos depois, os mais renomados especialistas da literatura abrigaram-se em São Paulo e na USP.

Esse fato parece guardar relação com a desigualdade da transição entre a crítica de rodapé e a crítica especializada, nos dois centros. Como já dito, a frágil autonomização do campo literário durante a primeira metade do século XX favoreceu a influência dos críticos jornalísticos ao redor do país. Mas o modelo foi arraigado no Rio de Janeiro, onde estavam o aparato cultural oficial e a esfera de atuação prioritária do Estado e da Igreja. Dependendo mais decisivamente das linhagens sedimentadas do campo, a capital, como centro tradicional, sofreu o impacto das mudanças processadas depois, quando a figura do crítico católico e impressionista perdeu destaque, pouco a pouco. São Paulo, em contrapartida, aproveitou o espaço de um

centro novo, na esteira dos investimentos da elite paulista nas instituições e frentes culturais erguidas após a derrota política de 1932, entre elas, a universidade²¹⁵.

Na crítica literária, a transição operada por Antonio Candido (por meio da *síntese*) teve ressonância. Em uma nova configuração a partir da década de 1960, os críticos de São Paulo destacaram-se, ascendendo no meio intelectual junto a certo declínio de poder dos escritores (cf. JACKSON e BLANCO, 2014: 36). Conformou-se uma dinâmica distinta daquela observada na era dos rodapés, quando a relevância destes e dos críticos se retroalimentava. No Rio de Janeiro, em que pese a crítica tenha se atualizado, com efeitos sensíveis, a esfera artística prevaleceu. Isso se intui olhando os maiores suplementos literários nas cidades, no final da década de 1950. No *Suplemento Literário do Estado de São Paulo*, Candido e Décio de Almeida Prado, dois críticos (de literatura e de teatro) vinculados à universidade, dirigiram a edição. Já no *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, comandado por Reynaldo Jardim, a proeminência foi de artistas e poetas concretos, com menos peso para a crítica.

Na então capital federal, a tríade que susteve a força da crítica literária até meados do século XX foi constituída pelo rodapé, pela religião e pelo impressionismo. Instâncias que, em perspectiva, desfizeram-se.

²¹⁵ “São Paulo [...] assume a proeminência no âmbito da cultura — até então ocupada pelo Rio de Janeiro” (ARRUDA, 2001: 117).

BIBLIOGRAFIA

DICIONÁRIOS ESPECIALIZADOS

ABREU, Alzira Alves de. [et al.] *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*.

Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 volumes.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. São Paulo: Globo, 1973.

MENESES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

PEREZ, Renard. *Escritores brasileiros contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

PERIÓDICOS, ARTIGOS E REPORTAGENS DE IMPRENSA

“A crítica literária de ‘A Manhã’”. In: *A Manhã*. Rio de Janeiro: terça-feira, 05/01/1943, p. 3.

“Ação Integralista Brasileira – A Conferência do Sr. Plínio Salgado no Santa Izabel – O discurso do acadêmico Álvaro Lins”. In: *Diário de Pernambuco*. Recife: Sábado, p. 3, 19/08/1933.

“Ação Integralista Brasileira – Manifesto do Núcleo da Faculdade de Direito do Recife”. In: *Diário de Pernambuco*. Recife: Quinta-feira, p. 3, 24/11/1932.

Boletim de Ariel. Mensário Crítico-Bibliográfico. Ano I – Outubro de 1931 a Setembro de 1932. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensário Crítico-Bibliográfico. Ano II – Outubro de 1932 a Setembro de 1933. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensário Crítico-Bibliográfico. Ano III – Outubro de 1933 a Setembro de 1934. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensário Crítico-Bibliográfico. Ano V – Outubro de 1935 a Setembro de 1936. 12 números.

AMADO, Jorge. “Sobre romance internacional” (sic). In: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: Sexta-feira, p. 2, 26/10/1934.

ANDRADE, Carlos Drummond de. “O escritor e sua paixão”. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Sábado, Caderno B, p. 8, 6/06/1970.

ANDRADE, Mário de. “Vida Literária - Um crítico”. In: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Domingo, p. 8, 25/02/1940.

ATHAYDE, Tristão de. “Adeus à disponibilidade (carta a Sérgio Buarque de Holanda)”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano VIII, vol. I, p. 54-59, 1929.

_____. “Catolicismo e integralismo II”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XV, vol. XIII, p. 5-15, jan-jun. 1935.

_____. “Vida Literária – Entre Antero e Eça”. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro: Domingo, p. 6, 25/02/1940.

BARBOSA, Francisco do Assis. “Álvaro Lins”. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: Quinta-feira, p. 2, 07/04/1955.

COUTINHO, Afrânio. “A literatura na pesquisa da nova ordem de vida.”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVI, vol. XV, p. 36-51, jan-jun. 1936. (1936a).

_____. “A aventura poética contemporânea”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVI, vol. XVI, p. 38-42, jul-dez. 1936. (1936b).

_____. “Humanismo Integral Cristão”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVI, vol. XVI, p. 436-441, jul-dez. 1936. (1936c).

_____. “Rotarismo”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVII, vol. XVII, p. 529-536, jan-jun. 1937. (1937a).

_____. “Necessária renovação”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVII, vol. XVIII, p. 434-438, jul-dez. 1937. (1937b).

_____. “O que morre e o que nasce”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVIII, vol. XIX, p. 365-370, jan-jun. 1938. (1938a).

_____. “Vocação da América: Ocidente e Continente”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XVIII, vol. XX, p. 352-360, jul-dez. 1938. (1938b).

_____. “O Cristianismo diante dos fascismos e do comunismo”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIX, vol. XXI, p. 466-494, jul-dez. 1939.

_____. “Pela educação humanista”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XXI, vol. XXV, p. 546-548, jan-jun. 1941.

_____. “Testemunho”. In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XXVI, vol. XXXV, p. 411-423, jan-jun. 1946.

CRULS, Gastão. “Conversa fiada...”. In: *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1, p. 1, out. 1931.

DANTAS, Pedro. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XI, vol. IV, p. 103-109, 1931. (1931a).

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XI, vol. IV, p. 235-239, 1931. (1931b).

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XI, vol. IV, p. 298-302, 1931. (1931c).

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XI, vol. IV, p. 369-374, 1931. (1931d)

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XI, vol. VI, p. 43-46, 1931. (1931e)

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XI, vol. VI, p. 312-317, 1931. (1931f)

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIII, vol. VII, p. 278-281, 1932. (1932a)

_____. "Crônica literária". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIII, vol. VII, p. 442-445, 1932. (1932b)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Indicação". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano VIII, vol. I, p. 264-265, jan. 1929.

LINS, Álvaro. "Defesa do crítico católico". In: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Domingo, p. 8, 11/02/1940.

PEREIRA, Lucia Miguel. "O perigo do feminismo". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 34, p. 449-450, dez. 1932.

_____. "O cristianismo e a paz". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIV, nº 35, p. 41-42, jan. 1933. (1933a)

_____. "Crônica feminina". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIV, nº 37, p. 268-270, mar-abr. 1933. (1933b).

_____. "Crônica feminina". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIV, nº 38, p. 432-434, mai-jun. 1933. (1933c).

_____. "O cristianismo e a paz". In: *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XIV, nº 40, p. 760-763, set-out. 1933. (1933d)

PINHEIRO, Péricles da Silva. "Plínio Barreto: jornalista, advogado e político". In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Sábado, p. 1-4, 26/07/1975.

SCHMIDT, Augusto Frederico. “Crônica de letras – Esta primeira crônica...”. In: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Domingo, p. 7, 03/07/1932.

TAVARES, Odorico. “Falam os escritores do Recife”. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro: Domingo, Quarta Seção, p. 1, 16/07/1939.

REFERÊNCIAS GERAIS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editoria Sumaré, 2001.

ALVES, Luis Alberto. “A dimensão política da obra de Afrânio Coutinho”. In: CORDEIRO, Rogério [et al.] (org.). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2013.

AMADO, Thiago da Costa. *Para a Glória de Deus e da nação: o integralismo, a Igreja Católica e o Laicato no Brasil dos anos 1930*. Campinas/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2017. Dissertação de mestrado.

ANDRADE, Carlos Drummond de & LIMA, Alceu Amoroso. *Correspondência de Carlos Drummond de Andrade & Alceu Amoroso Lima*. RODRIGUES, Leandro Garcia (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 5ª Edição. São Paulo: Martins, 1974.

_____. *Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros*. FERNANDES, Lygia (org.). Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968.

ANDRADE, Oswald. *Ponta de lança*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)*. São Paulo/SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014. Tese de doutorado.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição”. In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, FFLCH, vol. 23, 2011.

_____. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX*. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, Fernando de [et. al.]. *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Editora Massangana, 2010.

AZZI, Riolando. *Os pioneiros do Centro Dom Vital*. Petrópolis/RJ: EDUCAM; Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2003.

BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1946)*. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.

BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

BASTIDE, Roger. "Religion and the Church in Brazil". In: *Brazil: portrait of half a continent*. New York: Dryden Press, 1951.

BOLLE, Adélia Bezerra de Meneses. *A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

BOURDIEU, Pierre. "Como ler um autor". In: *Meditações Pascalianas*. Tradução: Miceli, Sergio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução: Machado, Maria Lúcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O poder simbólico*. Tradução: Tomaz, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução: Kern, Daniela & Teixeira, Guilherme J. F. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BRASIL, Antônio. *O pensamento crítico de Álvaro Lins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

CABRAL, André da Costa. *Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Dissertação de mestrado.

CAMARGO, Candido Procópio F. de. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1973.

CANDIDO, Antonio. "Um crítico". In: LINS, Álvaro. *Jornal de Crítica: 5ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. “Prefácio”. In: BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. “Depoimento sobre Clima”. In: *Discurso*, nº 8. São Paulo: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pp. 183-93, maio de 1978.

_____. “Sérgio Milliet, o crítico”. In: *Diário Crítico*, vol 1: 1940-1943. São Paulo: Martins, 1981.

_____. “A revolução de 1930 e a cultura”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. “Radicalismos”. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010a.

_____. *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010b.

_____. *Brigada ligeira*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

_____. “Prefácio”. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.

_____. “Entre Duas Cidades”. In: Marras, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: EDUSP, 2012b.

_____. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012c.

CARPEAUX, Otto Maria. *A cinza do purgatório: ensaios*. Rio de Janeiro: CEB, 1942.

_____. *Origens e fins*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

_____. *Respostas e perguntas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953. (1953a).

_____. *Retratos e leituras*. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1953. (1953b).

_____. *Presenças*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1958.

_____. *Livros na mesa: estudos de crítica*. Rio de Janeiro: São José, 1960.

_____. “Álvaro Lins e a Literatura Brasileira”. In: BRASIL, Antônio. *O pensamento crítico de Álvaro Lins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

- CAVALCANTI, Valdemar. *Jornal Literário: crônicas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CEFAÏ, Daniel. “Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2)”. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, v. 36, p. 129-142, 2017.
- CORDEIRO, Rogério. [et al.]. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2013.
- CORRÊA, Roberto Alvim. *Anteu e a crítica: ensaios literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- COUTINHO, Afrânio. *A filosofia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1940.
- _____. *Correntes Cruzadas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1953.
- _____. *No hospital das letras*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.
- _____. *Da crítica e da nova crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- _____. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- _____. *Tristão de Athayde, o crítico*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- COUTINHO, Afrânio (org). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio/Universidade Federal Fluminense, 1986.
- COUTINHO, Fabio de Sousa. *Lucia: uma biografia de Lucia Miguel Pereira*. Brasília: Outubro Edições, 2017.
- DANTAS, Vinícius. *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- DELLA CAVA, Ralph. “Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-1964”. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 12, p. 5-52, abril/maio/junho 1975.
- DIAZ, José-Luis. “Qual genética para as correspondências?”. Tradução: HIRO, Cláudio & BARSALINI, Maria Sílvia Ianni. In: *Manuscrita: Revista De Crítica Genética*. São Paulo: Editora Humanitas, n. 15, 2007.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART - São Paulo Livraria Editora Ltda., 1971.
- EL FAR, Alessandra. “A presença dos ausentes’: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 14, nº 25, pp. 119-134, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Tradução: RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2014.

FERNANDES, Cléa Alves Figueiredo. *Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

FERNANDES, Ronaldo Costa. "História da literatura ocidental: a obra monumental de Otto Maria Carpeaux." In: CARPEAX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. São Paulo: Leya, 2011.

FERREIRA, Xikito Affonso. *Histórias de meu avô Tristão: a biografia de Alceu Amoroso Lima*. São Paulo: Azulsol Editora, 2015.

FILHO, Leodegário Amarante de Azevedo [et al.]. *Miscelânea de estudos literários: homenagem a Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.

FRANÇA, Humberto. "Álvaro Lins, um esteta da crítica". In: HOLANDA, Lourival; FRANÇA, Humberto (orgs.) *Álvaro Lins: ensaios de crítica literária e cultural*. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2007.

GIUMBELLI, Emerson. "Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade". In: *Plura: Revista de Estudos de Religião*. Juiz de Fora/MG, ISSN 2179-0019, vol. 3, nº 1, p. 79-96, 2012.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. "Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima". In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, FFLCH, vol. 23, 2011.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Sérgio Milliet, crítico de arte*. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

GRIECO, Agripino. *Fetiches e Fantoques*. Rio de Janeiro: Livraria Schettino, 1922.

_____. *Memórias de Agripino Grieco. 1 – Província*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GRIECO, Donatello. *Bibliografia e crítica de Agripino Grieco*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

HADDAD, Fernando. "Os manifestos". In: AZEVEDO, Fernando de [et. al.]. *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Editora Massangana, 2010.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo: EDUSP; Queiroz, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Prado, Antonio Arnoni (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (1996a).
_____. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária II (1948-1959)*. Prado, Antonio Arnoni (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (1996b).

HOUAISS, Antônio. "Prefácio". In: LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias Improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.

ISAIA, Artur Cesar. "A hierarquia católica brasileira e o passado português". In: *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. SZESZ, Christiane Marques [et al.] (org.). Bauru/SP: EDUSC, 2003.

JACKSON, Luiz Carlos & BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. "Três críticos latino-americanos". In: *Sociologias* [online]. Porto Alegre: ano 20, 2018.

JACKSON, Luiz Carlos & MORAES, Monica Isabel de. *Açúcar e café: ambiguidade de Raízes do Brasil*. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo: CEDEC, nº 113, maio/agosto 2021.

JOHNSON, Randal. "A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)". In: *Revista USP*, pp. 164-181. São Paulo: junho/agosto 1995.

LAFETÁ, José Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

LEITE, Fábio Luis de Almeida. *A reconversão de Alceu Amoroso Lima: a correspondência com Jackson de Figueiredo entre 1924 e 1928*. Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014. Dissertação de Mestrado.

LEONIDIO, Adalmir. "Notas de pesquisa sobre a correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo (1919-1928)". In: *Revista de História e Estudos Sociais* [online]. vol. 4, 2007.

LIMA, Alceu Amoroso & FIGUEIREDO, Jackson. *Correspondência: Harmonia dos Contrastes. Tomo I*. FILHO, João Etienne (org.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991.

_____. *Correspondência: Harmonia dos Contrastes. Tomo II*. FILHO, João Etienne (org.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991.

LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos, 1ª série*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

- _____. *Estudos, 5ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Companhia Editora Nacional, 1933.
- _____. "Introdução". In: MARITAIN, Jacques. *Noite de agonia em França*. ATHAYDE, Tristão (trad.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *Mitos de nosso tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- _____. "Críticos". In: LINS, Álvaro. *Jornal de Crítica: 4ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.
- _____. *Primeiros Estudos*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.
- _____. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.
- _____. *Companheiros de viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- _____. *Memórias Improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.
- _____. *Estudos, 2ª série*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.
- LIMA, Medeiros. "Apresentação". In: LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias Improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.
- LINS, Álvaro. *História literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- _____. *Jornal de Crítica: 1ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *Jornal de Crítica: 2ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- _____. *Jornal de Crítica: 3ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- _____. *Jornal de Crítica: 4ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.
- _____. *Jornal de Crítica: 5ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. *Jornal de Crítica: 6ª série*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. *Jornal de Crítica: 7ª série*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963.
- _____. *Rio-Branco (o Barão do Rio Branco): 1845-1912*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.
- _____. *A glória de César e o punhal de Brutus: ideias políticas, situações históricas, questões do nosso tempo (1939-1959)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- _____. *Os mortos de sobrecasaca: obras, autores e problemas da literatura brasileira (1940-1960)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- _____. *O relógio e o quadrante: obras, autores e problemas de literatura estrangeira (1940-1960)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

- LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento literário – que falta ele faz!*. São Paulo: IMESP, 2007.
- LUCA, Tania Regina de. “Periódicos lançados por editoras: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939)”. In: *História*. Franca/SP, vol. 36, ed. 32, 2017.
- _____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- MAIA, Eduardo Cesar. *Crítica e contingência: uma reavaliação da crítica humanista através do perspectivismo filosófico de José Ortega y Gasset e do personalismo de Álvaro Lins*. Recife/PE: Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Tese de doutorado.
- _____. “O último refúgio do indivíduo: o ideal de autonomia na crítica de Álvaro Lins”. In: *Teresa*, [S. L.], nº 18, p. 77-92, 2018.
- MAIA, Eduardo Cesar (org.). *Álvaro Lins: sobre crítica e críticos*. Recife: Cepe, 2012.
- _____. *Álvaro Lins: sete escritores do Nordeste*. Recife: Cepe, 2016.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: PRIETO, Heloisa Braz de Oliveira. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução: Santeiro, Sérgio Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARCELINO, Giovanna Henrique. “Feminismo, ponto de renovação do marxismo”. In: *Revista Outubro*. Nº 33, p. 29-62, 2019.
- MARCHI, Euclides. “Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação”. In: *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. SZESZ, Christiane Marques [et al.] (org.). Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- MARITAIN, Jacques. *Noite de agonia em França*. Tradução: Athayde, Tristão de. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- MARTINS, Luciano. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940”. In: *Revista do Brasileira de Ciências Sociais*, 2.4, 1987.
- MARTINS, Luís. In: *Boletim Bibliográfico*. São Paulo: Biblioteca Municipal Mário de Andrade, nº39 (3/4), jul.-dez. 1978.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*, vol. I: 1724-1939. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *A crítica literária no Brasil*, vol. II: 1940-1981. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MENDONÇA, Bernardo de. “A leitora e seus personagens: profecias e memórias dos anos 30”. In: *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943), e em livros*. VIÉGAS, Luciana (org.). Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

MENDONÇA, Wellington Pascoal de. “Graciliano Ramos e a roda de Maceió” In: *Revista Sociedade e Estado*. [online], vol.35, n.3, 2020.

MICELI, Sergio. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editoria Sumaré, 2001.

_____. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol I: 1940-1943. São Paulo: Martins, 1981a.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol II: 1944. São Paulo: Martins, 1981b.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol III: 1945. São Paulo: Martins, 1981c.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol IV: 1946. São Paulo: Martins, 1981d.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol V: 1947. São Paulo: Martins, 1981e.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol VI: 1948-1949. São Paulo: Martins, 1981f.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol VII: 1949. São Paulo: Martins, 1982a.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol VIII: 1951. São Paulo: Martins, 1982b.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol IX: 1953-1954. São Paulo: Martins, 1982c.

_____. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol X: 1955-1956. São Paulo: Martins, 1959.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto de Estudos Brasileiros; EDUSP, 2012.

MONTERO, Paula. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. In: *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MORAES, Marcos Antonio de. “Razões mais profundas”. In: RODRIGUES, Leandro Garcia (org.). *Correspondência de Carlos Drummond de Andrade & Alceu Amoroso Lima*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MORAES, Monica Isabel de. *Duas raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016. Dissertação de mestrado.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

NINA, Cláudia. *Literatura nos jornais: a crítica literária dos rodapés às resenhas*. São Paulo: Summus, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. “As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Editoria Sumaré, 1995.

PEREIRA, Lucia Miguel. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943), e em livros*. VIÉGAS, Luciana (org.). Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

_____. *Escritos da maturidade: seleta de textos coletados em periódicos (1944-1959)*. VIÉGAS, Luciana (org.). Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1994.

_____. *O século de Camus: artigos para jornal (1944-1954)*. VIÉGAS, Luciana (org.). Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2015.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “A revista *A Ordem* e o ‘flagelo comunista’: na fronteira entre as esferas política, intelectual e religiosa”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p. 279-300, 2015.

PEREZ, Renard. “Afrânio Coutinho”. In: FILHO, Leodegário Amarante de Azevedo [et al.]. *Miscelânea de estudos literários: homenagem a Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. "A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil". In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, FFLCH, vol. 19, n. 1, 2007.

PINHO, Péricles Madureira de. "Afrânio Coutinho: recordações de colégio". In: FILHO, Leodegário Amarante de Azevedo [et al.]. *Miscelânea de estudos literários: homenagem a Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.

PONTES, Heloísa. "Retratos do Brasil: editores, editoras e 'Coleções Brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50". In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editoria Sumaré, 2001.

_____. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2010.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. "Inquietudes da crítica literária militante de Antonio Candido". In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, FFLCH, vol. 23, 2011.

_____. *A vida das formas literárias: crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido*. Campinas/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013. Tese de doutorado.

RIBEIRO, Francigelda. *Caminhos da crítica e da literatura sob a perspectiva de Assis Brasil*. Belo Horizonte/MG: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Tese de doutorado.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *Aproximações e conversões: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928-1946*. São Paulo: Alameda, 2013.

RODRIGUES, Leandro Garcia. *Alceu Amoroso Lima: cultura, religião e vida literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

ROMANCINI, Richard & LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis/SC: Insular, 2007.

RONCARI, Luiz. "Lúcia/Miguel: romance e crítica". In: CORDEIRO, Rogério [et al.] (org.). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2013.

SENNA, Homero (org.). *República das Letras: entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SERRANO, Pedro Bueno de Melo. *A crítica bandeirante (1920-1950)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016. Dissertação de mestrado.

_____. “Mapa da crítica de rodapé paulista (1920-1950)”. In: *Teresa*, [S. L.], nº 18, p. 93-107, 2018.

SILVEIRA, Tasso da. *Diálogo com as raízes: jornal de fim de caminhada*. Salvador: GRD; Instituto Nacional do Livro, 1971.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011a.

_____. *Memórias de um escritor*. Itu, SP: Centro de Estudos Nelson Werneck Sodré; Ottoni, 2011b.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 2010.

SOUZA, Elaine Brito. *Ideias, livros e polêmicas: a nossa vida literária nas páginas do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de mestrado.

SÜSSEKIND, Flora. “Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna”. In: *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2016.

VELLOSO, Monica Pimenta. “A ordem: uma revista de doutrina, política e cultural católica”. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 117-160, jul. 1978.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ANEXOS

ANEXO I - IMAGENS DE RODAPÉS DE CRÍTICA LITERÁRIA

Imagem I - Rodapé "Vida literária" de Tristão de Athayde em *O Jornal*. Domingo, 21/01/1923, p. 1.

O JORNAL

BRASIL - Rio de Janeiro - Domingo, 21 de Janeiro de 1923

COMISSION
DIRETOR DE TIPOGRAFIA
SARACAY, S. MARINHO
12 - Rua Rodrigo Silva - 12
Ano 5 - N. 10 - 1923
Ano 5 - N. 10 - 1923

OCCASO

ASSIGNATURAS:
1923 - 1923 - 1923
1923 - 1923 - 1923
1923 - 1923 - 1923

O ENGENHO QUE MAIS CONVEN

Os meus engenho tipo "P.E. 2" N. 10 "B. 10" são próprios para os seguintes usos: para os grandes laboratórios, para os pequenos laboratórios, para os estudos de química orgânica, para os estudos de química inorgânica, para os estudos de química física, para os estudos de química analítica, para os estudos de química industrial, para os estudos de química agrícola, para os estudos de química médica, para os estudos de química veterinária, para os estudos de química farmacológica, para os estudos de química alimentícia, para os estudos de química ambiental, para os estudos de química geológica, para os estudos de química cosmológica, para os estudos de química biológica, para os estudos de química social, para os estudos de química econômica, para os estudos de química política, para os estudos de química jurídica, para os estudos de química religiosa, para os estudos de química filosófica, para os estudos de química literária, para os estudos de química artística, para os estudos de química científica, para os estudos de química humana, para os estudos de química divina, para os estudos de química eterna, para os estudos de química infinita, para os estudos de química absoluta, para os estudos de química universal, para os estudos de química eterna, para os estudos de química infinita, para os estudos de química absoluta, para os estudos de química universal.

A viagem de De Gennes ao Brasil

Para quem quiser saber mais sobre a viagem de De Gennes ao Brasil, basta ler o artigo publicado nesta edição de *O Jornal*. O autor, um dos maiores especialistas em história da ciência, narra com detalhes a trajetória do pesquisador francês em terras brasileiras, destacando suas contribuições para a ciência e a cultura do país. O artigo é uma leitura obrigatória para quem se interessa por história da ciência e por aprofundar seus conhecimentos sobre a ciência brasileira.

VIDA LITERARIA

Esta seção traz notícias e críticas literárias de destaque. Confira as últimas obras publicadas e as opiniões dos especialistas. Também são abordados temas relacionados à literatura brasileira e internacional, oferecendo uma visão abrangente do cenário literário atual.

Imagem II – Rodapé “Registro literário” de Múcio Leão em *Jornal do Brasil*. Quinta-feira, 01/11/1934, p. 8.

JORNAL DO BRASIL — QUINTA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 1934

Diretorio Autonomista da Candelaria

UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO AO DOUTOR SANTOS MOREIRA

Em 20 de outubro, Moreira, Presidente do Diretorio Autonomista da Candelaria, recebeu em sua residência, na Rua da Candelaria, 10, uma numerosa delegação de estudantes de Direito, que se reuniram para discutir a situação da faculdade e a possibilidade de sua transformação em uma instituição de ensino superior.

Os estudantes, liderados por seus representantes, apresentaram ao doutor Moreira um extenso relatório sobre a situação da faculdade, destacando a falta de recursos, a precariedade das instalações e a necessidade de uma reestruturação administrativa e financeira.

Moreira, em resposta, explicou a situação da faculdade e a importância de manter a instituição, apesar das dificuldades. Ele prometeu trabalhar para melhorar a situação e garantir a qualidade do ensino.

A reunião terminou com a assinatura de um documento que estabelece as diretrizes para a transformação da faculdade em uma universidade, com a criação de um conselho de administração e a abertura de novas áreas de curso.

O CURSO DE MUCIO LEÃO SOBRE A VIDA E A OBRA DE JOÃO RIBEIRO


Constituiu verdadeiro sucesso a primeira conferencia realizada ontem na Biblioteca Nacional

Uma conferência sobre a vida e a obra de João Ribeiro, realizada ontem na Biblioteca Nacional, constituiu um verdadeiro sucesso. O curso, ministrado por Múcio Leão, reuniu um grande número de interessados e proporcionou uma valiosa oportunidade para a discussão de temas importantes da literatura brasileira.

O curso foi dividido em duas partes. Na primeira, Múcio Leão abordou a vida de João Ribeiro, desde sua infância até sua chegada ao Brasil. Ele destacou a importância da obra de Ribeiro para a cultura brasileira e a influência que ele teve na formação de uma identidade literária nacional.

Na segunda parte, foram discutidas as principais obras de Ribeiro, com ênfase em sua obra de ficção e de crítica literária. Os participantes tiveram a oportunidade de fazer perguntas e trocar ideias com o professor.

A conferência foi muito bem recebida e despertou o interesse de muitos jovens que desejam conhecer mais sobre a obra de João Ribeiro e a literatura brasileira do período.



Dota Diagrato de conferência de Múcio Leão. Ao alto: o conferente; ao lado: um aspecto do auditório.

REGISTRO LITERARIO

Este registro literário apresenta uma seleção de obras e autores que merecem destaque no cenário literário brasileiro. Destacamos a obra de João Ribeiro, cuja vida e obra são o tema central do curso ministrado por Múcio Leão.

Além disso, mencionamos outras obras importantes de autores contemporâneos, que refletem a diversidade e a riqueza da produção literária nacional.

O registro serve como uma ferramenta para leitores e pesquisadores interessados em acompanhar as tendências e os avanços da literatura brasileira.

Imagem VII – Trecho da seção “Correntes cruzadas”, de Afrânio Coutinho, e rodapé “Letras e problemas universais”, de Tristão de Athayde, em Diário de Notícias. Domingo, 12/10/1952, p. 1, suplemento literário “Letras e artes”.

LETRAS E ARTES

Diário de Notícias

IDÉIAS GERAIS

O grande templo de Sião... O templo de Sião, que se eleva no topo da montanha de Jerusalém, é o mais sagrado dos santuários para os judeus...

O lendário Taj-Mahal

Chiang Sing



Vista do Taj Mahal, em Agra

Quando se fala em Taj Mahal, não se pode esquecer o nome do seu autor, o arquitecto de origem indiana, o mestre de obras, o mestre de obras...

Quando se fala em Taj Mahal, não se pode esquecer o nome do seu autor, o arquitecto de origem indiana, o mestre de obras, o mestre de obras...

O CHAMADO DA TERRA NOSSA MÃE

Rachel de Queiroz

Quando se fala em terra, não se pode esquecer o nome da terra, a terra que nos dá a vida, a terra que nos dá a vida...

Quando se fala em terra, não se pode esquecer o nome da terra, a terra que nos dá a vida, a terra que nos dá a vida...

Quando se fala em terra, não se pode esquecer o nome da terra, a terra que nos dá a vida, a terra que nos dá a vida...

UM VÔO À BAHIA

Vitorino Nemésio

Quando se fala em voo, não se pode esquecer o nome do voo, o voo que nos dá a vida, o voo que nos dá a vida...

Quando se fala em voo, não se pode esquecer o nome do voo, o voo que nos dá a vida, o voo que nos dá a vida...

Quando se fala em voo, não se pode esquecer o nome do voo, o voo que nos dá a vida, o voo que nos dá a vida...

LETRAS E PROBLEMAS UNIVERSAIS

Caminhos da terra e do céu

Tristão de Athayde

Quando se fala em terra, não se pode esquecer o nome da terra, a terra que nos dá a vida, a terra que nos dá a vida...

CORRENTES CRUZADAS

Os Sertões, obra de ficção

Afrânio Coutinho

Quando se fala em ficção, não se pode esquecer o nome da ficção, a ficção que nos dá a vida, a ficção que nos dá a vida...

Quando se fala em ficção, não se pode esquecer o nome da ficção, a ficção que nos dá a vida, a ficção que nos dá a vida...

Quando se fala em ficção, não se pode esquecer o nome da ficção, a ficção que nos dá a vida, a ficção que nos dá a vida...

ANEXO II – ESCRITORES FALAM SOBRE CRÍTICOS

Carlos Drummond de Andrade. “O escritor e sua paixão”. *Jornal do Brasil* (RJ), sábado, Caderno B, p. 8, 6/06/1970.

Álvaro Lins: que perturbadora, fascinante mistura de inteligência e paixão. Não será esta, quem sabe, a composição ideal para o crítico literário? Os que obedecem ao traçado exclusivo da inteligência produzem análises frias, de que resultarão etiquetas para as peças do museu da literatura. Os que se deixam conduzir pela paixão, condenam-se a si mesmos. Em Álvaro, pernambucano *valiente* aristocratizado pela cultura até a compreensão dos infinitesimais psicológicos de um Proust, a paixão era um jogo sempre desperto, mas oculto sob a rigorosa organização intelectual, a insuflar-lhe uma força abrasada.

O que, na conduta do homem, se traduzia em rompantes (“não ponho mais os pés na Academia, a não ser para receber o *jeton* e, com o seu produto acumulado, instituir um prêmio para o melhor trabalho sobre o tema: por que motivo as nulidades são sempre eleitas para a Academia?”) já no texto crítico, e no ensaio, assumia o caráter de reflexão cálida, às vezes contundente, mas sempre reflexão. Por isso mesmo, nunca era indiferente o que ele escrevia. Não deixa uma página insossa. Foi o imperador da crítica brasileira, entre 1940 e 1950. Cada rodapé de Álvaro, no *Correio da Manhã*, tinha o dom de firmar um valor literário desconhecido ou contestado. E quando arrasava um autor, o melhor que o arrasado tinha a fazer era calar a boca.

Tudo isso passou, como vibração e sensação, no mofino meio literário de ontem, por sinal que não muito diferente do de hoje. Mas o corajoso e ardente trabalho semanal de Álvaro permanece nos sete volumes de *Jornal de Crítica*. Mais tarde, o autor reproduzia a matéria desses livros, selecionando-a, retocando-a e ordenando-a por um processo de crítica da crítica, que de certo modo desfigura a expressividade do texto original. Este é que reflete com limpidez a atmosfera dos anos 40, quando Álvaro, cercado igualmente de admirações e agressões, realizava, impávido, sua melhor obra crítica.

Em *Literatura e vida literária* (1963), o escritor nos informa que adquiriu nova concepção da literatura, e da vida mesma. Acrescenta: “Espero que o destino

continuará a consentir-me esta graça de haver chegado aos 50 anos menos estático como homem e como escritor, menos cauto ante as forças sociais dominantes, menos calculador quanto aos meus interesses pessoais e menos preso aos deformados valores de mundos mortos — do que acontecia no tempo dos 20 ou dos 30 anos. O que significa também que — assim posto, para sempre, a salvo de tornar-me um hábil medalhão, ou aquilo que, neste país, se costuma chamar um *homem importante* — espero ainda do destino permitir-me outra graça concorde e conseqüente: esta de permanecer liberto — e situado a igual distância — tanto do temor como da temeridade.”

Chegado a este ponto extremo de consciência do comportamento humano do escritor, a solidão invade Álvaro Lins, e seu isolamento tem qualquer coisa de ascese. Por certo ele desejaria, como intelectual, participar ativamente da vida pública. Mas as circunstâncias lhe barram o propósito. E entre os “valores deformados de mundos mortos”, talvez ele incluísse uma concepção estética, desinteressada e autônoma da literatura, que mal se sustenta no mundo essencialmente conflituoso em que vivemos. E é pena. Quando um crítico literário se converte em crítico de ideias, ou em ativista do pensamento voltado para o social, tenho a impressão de que renuncia a uma parte virginal do ser, e que essa perda nunca se compensa. O escritor terá ficado socialmente mais útil, mas sacrificando os nobres interesses da poesia e da imaginação, de que afinal nos nutrimos todos. Declaro-me um saudosista dos folhetins de Tristão de Athayde em *O Jornal*, como dos de Álvaro Lins no *Correio*. Verdade seja que ninguém aguenta ser crítico literário a vida inteira, e se outros objetivos intelectuais não o seduzirem, o coitado morrerá é de desespero — e de fome.

Há nos últimos anos da vida de Álvaro Lins o patético de uma renúncia que só era renúncia para servir melhor ao desejo de ser ele mesmo, na afirmação total do escritor como homem — ainda uma paixão, a mais intensa e devoradora de todas, quando as portas se fecham para a realização deste destino escolhido à revelia da sorte.

Jorge Amado. “Sobre romance internacional” (sic). *Gazeta de Notícias* (RJ), sexta-feira, p. 2, 26/10/1934.

Num destes últimos domingos, Lucia Miguel Pereira, a romancista de *Maria Luísa* e *Em surdina*, escreveu na *Gazeta de Notícias* um artigo bem trabalhado sobre romance. Este seu estudo é realmente bem feito como tudo que sai da pena dessa clara inteligência que é Lucia Miguel Pereira. Traz, no entanto, funda marca política. Todos sabem que Lucia Miguel Pereira é uma escritora reacionária, comprometida com a religião. Ela escreve em função da moral católica. Os artigos e os romances da autora de *Em surdina* são panfletos católicos, bem escritos, equilibrados, mas... políticos. É evidente que eu não me revolto contra essa maneira de ser da ilustre escritora, como é evidente, também, que não concordo absolutamente com as suas ideias religiosas e políticas.

Acho que, em qualquer lado que o indivíduo se encontre hoje, tem que lutar pela sua causa. Ruiu a torre de marfim dos escritores de antes da guerra. O intelectual de hoje ou se compromete com o proletariado para a luta em reivindicação dos oprimidos, ou defende com unhas e dentes a sociedade capitalista que agoniza. Desapareceu o homem sem partido. Hoje, ele é tão raro como um animal pré-histórico. Desapareceu, por consequência, a literatura desinteressada. Os intelectuais que não estão de um lado estão de outro. Impossível existir o indiferente. Como impossível é existir o livro sem finalidade. Mesmo porque quem não está com o proletariado está, necessariamente, contra ele.

Penso mesmo que Lúcia Miguel Pereira joga com carta sem valor quando diz que a grande força de *Maleita* está justamente em não ter finalidade. Isso respondendo a uma nota onde eu dizia que *Maleita* era um livro catolicizante. Digo que é carta sem valor porque, ainda há poucos dias, li um artigo do sr. Tristão de Athayde, onde o chefe católico e simpatizante integralista responde energicamente a uma entrevista de José Lins do Rego. E respondia para dividir claramente os campos políticos do romance brasileiro moderno. O mais engraçado da história é que, com uma violência danada, o sr. Tristão puxou todo mundo para dentro da Igreja, o José Lins do Rego inclusive, o Amando Fontes e até o meu amigo Graciliano Ramos. Do lado de fora deixou apenas a Rachel de Queiroz e a mim, fracos sem dúvida para

resistir a tanta gente que o chefe católico meteu na Igreja (continuo com a impressão que pelo menos Graciliano Ramos não deve estar de muito bom humor metido na sacristia). Ora, repare nisso, Lucia Miguel Pereira: é um chefe católico quem vem achar católicos todos os romances novos do Brasil, exceto 3 livros meus e 2 grandes romances de Rachel de Queiroz. É o sr. Tristão de Athayde quem situa Lucia Miguel Pereira em frente a Rachel de Queiroz no campo de luta. E é o sr. Tristão de Athayde que pretende esmagar os livros 'socialistas', como ele os chama, com uma série de romances diferentes e por vezes contrários, mas que o crítico consegue botar na Igreja apesar de tudo.

Também o sr. Tristão de Athayde não acredita nesse negócio de romance sem finalidade, de romance sem cor política.

Lucia Miguel Pereira, inteligência, repito, que estimo e admiro, me faz uma série de acusações quanto aos meus pontos de vista em matéria de romance. Critica fortemente meus dois últimos livros. Porque têm uma finalidade pré-concebida, porque são interessados etc. Na verdade, porque são interessados... do outro lado, do lado contrário ao da escritora.

Digo isso pelo seguinte: — se Lucia Miguel Pereira tem essas ideias todas sobre o romance, por que entregou a bonita história de *Maria Luiza* para fazer pregação religiosa, livro político, preconcebido? O defeito que toda a crítica notou no primeiro livro da jovem romancista foi essa coisa de Lucia Miguel Pereira ser personagem principal, ou melhor, ser governante das suas personagens. E tão premeditada é essa atitude que se repete inteirinha no *Em surdina*, romance que sofre do mesmo defeito que ela aponto no *Cacau*, torcido, parcial, livro de propaganda da moral católica. Afinal, por que ruiu toda aquela família? Pela falta de Jesus...

Mas não se sente isso pelo movimento do romance. Sabe-se disso porque a autora o diz no último capítulo...

Quanto aos meus livros se destinarem a leitores gordos e ricos, não é verdade.

Meus livros têm palavrões, sim, pois meus personagens falam como fala o povo com o qual vivi nas fazendas de cacau e nos casarões coloniais da Bahia. Mas não são romances maliciosos e picantes que divirtam a sensibilidade gasta desses leitores gordos ricos. Dando um balanço em artigos, cartas e referências, posso afirmar que meus livros são lidos de preferência pelas camadas mais jovens de leitores. O *Suor* foi grandemente apoiado pelos moços estudantes e trabalhadores. São esses os

meus leitores. Esses que me animam a continuar. Continuar apesar de saber que nunca serei um escritor operário. Pequeno-burguês, com vícios de origem, não possuo a grande poesia, a grande pureza, a força, que hoje, no mundo, só tem o proletariado revolucionário.

É evidente que os nossos livros, volumes de pequeno-burgueses que aderiram ao proletariado, podem ser ingênuos e falhos. Apesar de tudo, eles falam uma linguagem nova e verdadeira. Com todos os palavrões eles dizem verdades duras de ouvir. Vejam esse *Cassacos* de um jovem cearense que viu a seca de um modo diferente. Cordeiro de Andrade quis passar da emoção à revolta nesse seu romance e o conseguiu com um diálogo forte e intenso. No entanto, quanta falha no livro... Quanta coisa falta para ele ser um romance no sentido definitivo do termo.

Nem sempre é um livro belo e perfeito, quase sempre é apressado e solto, sem várias ligações necessárias. Mas que ar de revolta, que corajoso fundo de cena pintou esse moço romancista. Com que coragem ele passou sobre a vaidade de fazer um romance construído e bonito, romance que seria aplaudido por toda crítica, para nos dar apenas uma sucessão de quadros rápidos e cortantes de miséria a mais intensa, de exploração a mais miserável. Dirão que seria melhor ele conseguir esses quadros, essa revolta, num romance perfeito. Lembrarei então que estamos ante uma estreia e que estamos no Brasil. Que obra perfeita pode fazer um homem num país onde a inteligência é moeda sem curso, é coisa desprezada, onde um homem inteligente é espancado por um grupo de sujeitos sem que se levante um clamor intenso desse país?

Cordeiro de Andrade chega com uma atitude das mais simpáticas. Ele não viu a seca apenas pelo seu lado heroico. Não viu somente a natureza, o sol, o gado morrendo. Viu principalmente essa legião de cassacos famintos, rotos, produtos da seca. Além da seca, viu os homens que exploravam os flagelados. Ao lado da natureza esmagadora, o capitalismo explorador. Cordeiro de Andrade, nesse romance de estreia descosido, largado, romance sem grandes alicerces, vacilante na sua construção, teve uma visão larga. Passou por cima do elemento puramente emocional para descobrir aquelas cenas, aqueles quadros que são capazes de revoltar o leitor. Aí não é o sol o carrasco maior. São os homens que exploram os homens, que exploram os cassacos, os que com a seca têm lucro. No forte e vivo diálogo do livro de Cordeiro de Andrade, aparecem frases admiráveis de verdades. Muita resposta ao

artigo de Lucia Miguel Pereira. Aliás, não será *Cassacos*, com a sua coragem de desprezar todos esses elementos de romance pelos quais tanto gritam os nossos críticos, para se firmar apenas naquilo que pode revoltar, uma resposta às afirmações da ilustre escritora? Nós, quanta vez já se repetiu isso, somos uma geração essencialmente política. Lucia Miguel Pereira, como Cordeiro de Andrade e todos nós, não pode fugir para a imparcialidade, para o terreno neutro. Era impossível. Então ficou amarrada a velhos conceitos, a velhas fórmulas. Mas isso não é o que importa. Importa, sim, saber que a chamada arte pela arte, a arte sem finalidade política, não existe para mim nem existe para Lucia Miguel Pereira. Apenas os nossos campos estão opostos. Mas são dois partidos políticos: o revolucionário e o católico...

Mário de Andrade. “Um crítico”. *Diário de Notícias* (RJ), rodapé “Vida literária”, domingo, p. 8, 25/02/1940.

O Sr. Álvaro Lins publicou recentemente um livro notável sobre a “História literária de Eça de Queiroz” (Liv. José Olympio Edit. Rio, 1939). Trata-se de um ensaio muito rico de ideias, de um interesse apaixonante, em que o autor soube se conservar dentro da posição essencialmente crítica, se esforçando por ver e julgar numa atitude estética. Estou certo que o conseguiu. Mas, ao invés de Eça de Queiroz que foi tão indeciso no delineamento da sua figura espiritual, o Sr. Álvaro Lins é um católico bem nítido, e sua visão se processa lealmente dentro de lentes bem polidas e claras de catolicismo. Essa visão se revela por todo o livro. Em parcialidade? Não, justamente numa espécie de imparcialidade um bocado inquieta e cuidadosa de si, que muito honra o crítico e lhe demonstra as excelentes intenções e a possibilidade em que está de um verdadeiro julgamento artístico. Este me parece um grande mérito, o melhor elogio que se possa fazer ao sr. Álvaro Lins. As formas da vida estão se tornando de tal maneira interessadas, que tudo se aniquila e se reconduz a uma primariedade de anã, fácil como beber água.

Em arte, especialmente em crítica de arte, se vemos um crítico iniciar o estudo de um determinado livro, nós já sabemos de antemão se vai atacar ou elogiar, se gostou, se não gostou. De resto, o que é pior não é semelhante monotonia, mas a precariedade desta monotonia, pois que o estudo, a análise de uma obra cada vez é menos estudo ou análise, reduzida a crítica a uma colegial distribuição de prêmios, em que aplaudimos os que estão conosco e atacamos os que são contra nós. O Sr. Álvaro Lins soube escapar com muita inteligência e acerto deste novo primarismo interessado e se torna de real interesse ver como este católico de vistas largas e generosas compreende Eça de Queiroz. Como prova disso, recordo o estudo que faz o Sr. Álvaro Lins do anticlericalismo existente em obras como “O crime do Padre Amaro” e a “Relíquia”. São páginas muito finas, cheias de verdade.

Mas a personalidade espiritual do crítico pernambucano não deixou de conformar com demasiada insistência o seu conteúdo. Os problemas da catolicidade, da religiosidade, do espiritualismo de Eça de Queiroz tingem todo o livro, a meu ver, num excesso prejudicial. Não creio que num ensaio sobre a “História literária (inteira)

de Eça de Queiroz” o problema da sua religiosidade merecesse tamanha importância. Há uma tal ou qual desproporção, em que apesar da objetividade, se percebe que o crítico esteve sempre demasiado presente, nas suas aspirações e tendências, em Eça de Queiroz. Não haverá desproporção relativamente ao Sr. Álvaro Lins, mas a história literária do romancista ficou um pouco deformada. O crítico foi generoso demais e não insistiu sobre o carácter simplista da personalidade espiritual, de sua deficiência de cultura verdadeira. Eça de Queiroz foi um homem bastante... desmantelado — o que o Sr. Álvaro Lins soube perdoar ao gênio incontestável do português.

Aliás, esta desproporção quanto ao cristianismo de Eça de Queiroz ainda se estende mais generalizadamente, para caracterizar todo o livro. Realmente o que menos aprecio, no estudo do Sr. Álvaro Lins, é o seu título. Sempre muito presente em seu livro, embora tenha tratado de todas as obras de Eça de Queiroz, de cada uma delas o crítico apenas escolheu os aspectos que lhe interessavam em particular. De forma que pela ausência de descritividade crítica, não se tem exatamente uma “História literária de Eça de Queiroz”, mas antes alguns dos aspectos dela. O livro implica em nós, não apenas um conhecimento profundo das obras do romancista como até da sua bibliografia. Embora com risco de me tornar pedante, acho que o Sr. Álvaro Lins não quis tomar aquela atitude universitária que lhe permitiria realizar uma sistematização e uma síntese mais resolutas do seu tema. Eça de Queiroz foi um pretexto para serem pensados certos problemas deriváveis dele, mas do agrado ou da inquietação do Sr. Álvaro Lins. Isto não é defeito: é um carácter. Os assuntos versados pelo crítico, estão expostos com firmeza, estudados em profundidade. O Sr. Álvaro Lins tem uma ótima faculdade de não reduzir os seus problemas a juízos precários. Haja vista a fina digressão sobre a linguagem de Eça de Queiroz. Mas se os problemas são assim tratados em profundidade e de maneira nada impressionista, o estudo, em si, permanece o seu tanto impressionista.

Talvez dessa concepção pouco “universitária”, pouco sistemática de seu livro, o Sr. Álvaro Lins deixasse nele meio obscuros certos assuntos tratados. Fiquei, por exemplo, um pouco inquieto vendo o crítico afirmar categoricamente que “Eça é cem por cento um humorista” (p. 240), tanto mais que pouco adiante nos diz se tratar de um “artista cheio de sentimentos humanos”. Senti necessidade de uma explicação maior, pois, embora não veja nessas duas afirmativas uma contradição, me parece que o crítico dá para “humorismo” uma conceituação muito especial. Eça de Queiroz

era um sensual da vida, um apaixonado. O Sr. Álvaro Lins nos garante, com muita razão, que ele era um extrovertido, que o seu socialismo era sentimentalóide. Acho muito difícil um artista com tais constantes psíquicas se apresentar “cem por cento humorista”, a não ser que se dê para humorismo um sentido menos inglês, que não consigo bem aferrar. Ainda a digressão das pp. 48 e 49 sobre a não fundamental influência dos acontecimentos exteriores sobre uma existência artística me pareceu pouco firme e dificilmente defensável. Poucas páginas adiante, o crítico mesmo observa “quando Eça renunciou de si mesmo, do seu temperamento, ao aceitar os limites da escola realista”. Não me parecem prováveis nem uma nem outra afirmativa. O realismo do Eça de Queiroz da grande época foi perfeitamente temperamental.

Me vejo, ainda, obrigado a defender contra o crítico os romancistas que se dizem escravos dos seus personagens. Não sei como o Sr. Álvaro Lins, geralmente tão refinado e hábil, nas suas análises críticas, deixou escapar aquela condenação abusiva dessa incontestável verdade. Um crítico como o Sr. Álvaro Lins, que situou tão bem, desde o início a sua atitude estética, não podia deixar de verificar que essa proclamada independência dos personagens é de uma profunda verdade artística. Está claro que um personagem é sempre criatura do seu criador nisto que só pode derivar daquilo que o criador é. A sua liberdade de ação será, portanto, preliminarmente relativa e derivada. Mas esta verificação é muito precária e fácil. O importante é verificar que na relativa liberdade do personagem é que está implicada a verdadeira liberdade de criação, a própria liberdade da arte. Do lado oposto é que estão os romances de tese, que o Sr. Álvaro Lins justamente condena. Do lado oposto, pior que os romances de tese, é que está essa lógica psicológica tão precária, meramente exterior e consciente, do psicologismo francês que sucedeu imediatamente ao realismo. A independência do personagem pertence à mais legítima, à mais profunda “poética”. Quero dizer: o autor, em verificação primária, estará dirigindo sempre o seu personagem, mas se ele, autor, imagina, sente, percebe o personagem se movimentando e agindo à revelia dele, é porque a sua direção se processa sem consciência de si mesma, naquela vida intuitiva e para-consciente do ser, onde se realiza, no seu mais divinatório e profundo sentido, o fenômeno da invenção. A este personagem, verdadeiro, semovente, o autor corrige, mas em arte, já em plena consciência, pela técnica em principal.

E não está nisto, nesta independência do personagem, a mais legítima forma “social” da arte?... Porque um legítimo artista, suponhamos, sinceramente integralista, que criasse um personagem e lhe aceitasse a independência, criaria “necessariamente” um personagem de combate, integralista ou anti-integralista. Mas, esta forma social de criação, até mesmo de combate, não se deformaria na sua arte, porque esta é que seria o propósito e estaria na consciência e na vontade do criador, e não o combate. Mas se o artista voluntariamente faz da sua arte uma arma de combate, e nega aos seus calungas aquela relativa independência em que ele, autor, é um vate, um paralógico, um para-consciente, um “desumano”, para me utilizar da expressão do gosto do Sr. Álvaro Lins, a arte desaparece, a criação se deforma e fragiliza. Quando não é quase totalmente abandonada, como está sucedendo com os nossos romancistas combativos da atualidade. Estes dirigem seus personagens até na gravata com que se enfeitam ou na vontade de beber um chopp. E isto é tese, é apólogo, é fábulos. E já não estaremos mais no domínio exato e exclusivo, direi mesmo hedonístico, da arte.

Não é possível nos limites de uma crônica estudar este problema em toda a sua complexidade. Nem é mais possível comentar o livro do Sr. Álvaro Lins, em toda a sua riqueza de ideias. A verdade é que estamos diante de um crítico excelente, que deve perseverar na crítica. Com personalidade assim é que poderemos melhorar a nossa qualidade crítica, talvez o ponto mais frágil da nossa inteligência literária de agora.

Augusto Frederico Schmidt. “Esta primeira crônica...”. *Diário de Notícias* (RJ), rodapé “Crônica de letras”, domingo, p. 7, 03/07/1932.

Não temos um só crítico literário neste momento, com projeção pública. O último, o sr. Tristão de Athayde, há muito silenciou, voltando sua atividade intelectual para outros rumos que lhe pareceram mais nobres, porque mais úteis. É, aliás, o caso do sr. Tristão de Athayde um caso que está a merecer, nas primeiras linhas deste início de tentativa crítica, um reparo mais demorado, exatamente porque é um caso melancólico para as letras puras, sem outra intenção que as da sua própria essência. Crítico literário principiou ele. Lembro-me dos seus primeiros ensaios indecisos nos números iniciais de ‘O Jornal’. Estou a lembrar, também, o crescimento de sua força nos primeiros tempos. E o espanto com que já o líamos na sua grande fase, há cinco anos passados. Era alguém que se possuía, que tinha a sua personalidade, as suas convicções próprias, e uma grande capacidade de se manter honesto e rigoroso na sua linha de conduta. Toda a vida intelectual brasileira se passou a fazer em torno dos seus rodapés dominicais. Ele nos dava conta dos romancistas incipientes, dos poetas balbuciantes, dos sociólogos e sociologistas que se ensaiavam. Durante todo o tempo em que ativamente tratou de letras brasileiras não houve nada de rigorosamente digno de ser levado a sério que não aparecesse nos seus folhetins.

Faltava-lhe talvez um grande sentido de poesia, mas todos os poetas que marcaram de qualquer jeito a desoladora pobreza das nossas letras estiveram nos seus trabalhos, porque ele mesmo não percebendo, com grande nitidez, as formas, os contornos, sabia com exatidão ver o volume.

A fé o roubou inteiramente às letras. Na sua última fase, ocupava o espaço que o jornal lhe concedia semanalmente a explicar, a procurar pôr em ordem o pensamento político, doutrinário e apologético. O crítico de letras passou a ser para o apóstolo um diletante — um ser quase desnecessário. Seus livros estão se sucedendo vertiginosamente e são sobre pedagogia, economia política e sociologia, escritos. No lugar em que aparecia “Vida literária” o leitor interessado encontrará agora as notícias de viagens de interventores, de secretários de governo, e toda uma miscelânea de pequeninas intrigas políticas.

Nenhum crítico o substitui neste momento.

O sr. Agripino Grieco, admirável cronista, trata de tudo menos de livros nacionais; o sr. João Ribeiro, arguto e inteligente, limita-se a registrar o aparecimento da copiosa produção brasileira, chamando de quando em vez de gênio o sr. Luiz Carlos, por exemplo, como a demonstrar que não leva a sério este negócio literário no Brasil...

No entanto, período algum nosso necessitou tanto de se voltar para uma atividade mais gratuita, que viesse distrair dessa mania politqueira a nossa pequena e pobre família espiritual. Povo que se precisa conhecer, já está querendo apontar regras sociológicas. Filhos desconhecidos de uma confusão sem voz, já pretendemos, sem nos termos a nós próprios, entrar na posse dos segredos das grandes diretrizes políticas. Se não temos cultura de ambiente para produzirmos uma literatura que seja uma flor de extrema sutileza, será que não teremos forças para traçarmos as nossas inquietas mutações, e espelharmos a nossa psique enevoada, — como aconteceu com a Rússia bárbara — que arrancou da sua confusão tumultuária talvez os mais impressionantes documentos humanos surgidos em qualquer literatura até aqui?

Neste sentido, dando mesmo essa função reveladora à literatura, é ela uma necessidade para o Brasil de agora, maior ainda do que para o Brasil de ontem. O crítico que não escreve para fazer a alegria dos literatos amigos, o crítico que não servirá de manejo a interesses de grupo, que vier em defesa dos livros representativos da nossa vida intelectual, o crítico que chamar a atenção para os valores desconhecidos, que animar o que é bom e mostrar ao público desavisado o que é chantagem e mediocridade — este crítico terá uma razão nobre de existir e se exercitar no Brasil.

Não será absolutamente um luxo.

Ainda está bem viva na memória dos que leem o rodapé com que o sr. Tristão de Athayde revelou ao Brasil o sr. José Américo de Almeida, pequeno advogado de província — transformado pelo entusiasmo do crítico em grande figura de escritor nacional. Subitamente depois das palavras transbordantes do comedido sr. Athayde, *A Bagaceira* passou a ser procurada avidamente nas livrarias. E as edições se sucederam rapidamente. Agora poderá aparecer o que for de mais precioso, que ninguém terá força para desviar a atenção dos leitores que as casas editoras estão pervertendo aos poucos com as traduções de péssimos romances de aventuras estrangeiros, que já estão agora abarrotando os nossos mercados. Será que existe

este crítico de grande fôlego em disponibilidade para povoar este desolador deserto em que nos revolvemos?

Creio que existe.

E será mesmo um que aparece numa revista mensal dono de todas as grandes qualidades para se tornar um guia seguro da opinião tão desorientada neste assunto como nos demais. Estou me referindo ao sr. Pedro Dantas de quem venho lendo na revista 'A Ordem' uma série de artigos admiráveis sobre livros brasileiros. Um senso apurado do que é bom o dirige e um equilíbrio raro demonstra a cultura que possui. Estaria perfeitamente à vontade escrevendo na *Nouvelle Revue Française*. Para ele chamo a atenção, aproveitando este ensejo de preparo para uma tarefa espinhosa e dura.

Sei bem o que me espera dessa atividade em que me vou meter.

País deseducado para o comércio do espírito, não serão poucos os dissabores e as inimizades que terei de arrostar. Talvez em nenhuma outra parte do planeta fervere tão grande cultura de maus escritores. Creio que os piores livros do mundo brotam por estas bandas. Sei também que é sempre respeitável qualquer trabalho, porque é sempre um abandono do autor; a menor obra aparecida é uma grande ilusão. E o crítico tem de olhá-la de uma maneira objetiva, sem piedade e sem ódio. Assim muitas vezes terei de ferir as boas intenções e pequenos sonhos; terei de contrair ódios e cometer injustiças.

Mas tudo isto será compensado se servir a revelar algum valor, se puder prevenir a opinião sobre um ou outro livro.

Estou reparando agora na pretensão destas linhas. Muitas vezes as palavras traem. E é possível que os leitores estejam a julgar que me inculco como o *crítico* que falta no momento, quando estas linhas são na realidade escritas mais para mim do que para outro qualquer e servem-me como que de uma espécie de justificação de ter aceito o honroso convite da direção deste jornal.

Não estou ainda bem certo das minhas forças, temo não ter coragem o bastante para me lançar nesta aventura completamente.

Os que vivem das letras sabem o que representa fazer crítico, o que envolve isto de delicado, de perigoso não apenas no sentido objetivo de justiça, de realização social, mas no equilíbrio psicológico do crítico, que passa em verdade a não existir.

Enquanto estou redigindo estas linhas estão me surgindo à memória os nomes dos críticos que tenho lido. O juízo que deles faço se perde e confunde com os autores de que trataram — porque o crítico é a ‘tante berceuse’ da literatura. As injustiças que cometeram avultam extraordinariamente aos nossos olhos. Sainte-Beuve é, por exemplo — não o autor do ‘Port-Royal’, o ensaísta genial de tantos clássicos, o retratista impecável, mas apenas, na minha sensibilidade, no meu primeiro impulso, e porque primeiro menos consciente, apenas o homem que passou pelo maior poeta da França — Baudelaire — e poupou-lhe elogios com uma frieza horrenda, enquanto se abandonava a qualquer mediocridade acadêmica. Isto basta para invalidá-lo na minha simpatia e na de quase todos. Estou a ver se não passará algum dia por mim um homem ‘tocado’ de poesia e por isso rápido, como estrela fugitiva, e o pequeno óculo com que espio o reduzido céu literário do Brasil, não o perceber bem. Até agora os acusadores de Sainte-Beuve se fazem ouvir, multiplicam-se, crescem à medida que aumenta pelo tempo o brilho e Baudelaire, brilho único, incrível, de quem trouxe do chão o que se supõe estar no ar mais purificado e distante. E à medida que estas linhas estão enchendo as tiras de papel em que escrevo apressadamente — me vejo perseguido por um provável Baudelaire tropical...

Há críticos e críticos. Eu queria dizer à maneira de programa o que desejo fazer, os rumos que pretendo dar a estes meus folhetins. Mas não tenho uma teoria em mim, ela nascerá do próprio seguimento problemático destas linhas. Serei um impressionista, o menos vadio quanto possível, buscando trazer à tona o que encontrar nos meus mergulhos nestes ‘riachos artísticos’ nacionais.

Sílvio Romero, Veríssimo, Araripe e Tristão de Athayde são os astros desta atividade intelectual entre nós. O primeiro era transbordante, humano, cultura atabalhoadamente feita, mas vivo, animado, marcado pelas paixões, trabalhado pelos ódios, chorando diante da pobreza de um Cruz e Sousa que, segundo o depoimento do sr. Alberto de Oliveira, ia crescendo nos adjetivos do pensador sergipano à medida que este vinha sabendo das contingências materiais em que se debatia o ‘cisne preto’, como o chamou um ensaísta rio-grandense, sr. Carlos Dante de Moraes.

José Veríssimo era outra espécie de homem. Menos humano, mais severo e cuidadoso do que Sílvio Romero, de quem foi inimigo feroz. A amizade de Machado de Assis de muito lhe deve ter valido. Era, porém, Veríssimo um tipo nada simpático,

quase insensível à poesia. Araripe Júnior, a rigor não exercia a função de julgador. Viajava pelas obras de que tratava, com a maior elegância possível para um brasileiro; curioso, era o mais artista de todos, ensaiando com relativo sucesso outros ramos literários, como por exemplo o romance. Do sr. Tristão de Athayde já disse mais ou menos, linhas acima, a grande significação que teve como analista de livros. Sua influência neste particular foi decisiva (e continua a ser em outros aspectos — das mais fortes — senão a mais forte). Creio que ninguém como o sr. Tristão de Athayde teve tão copioso cabedal de informações, sabendo muito de tudo, podendo tratar de todas as tendências, as mais modernas, conhecendo os autores alemães, ingleses e franceses profundamente bem. Seu estudo sobre Proust, para citar apenas um, é ótimo. Nenhum homem de letras, entre nós, terá esse universalismo, essa capacidade intelectual de apreender as ideias gerais, os rumos do pensamento nas suas menos sensíveis mudanças, como o autor de 'Afonso Arinos'.

Estes quatro homens foram os nossos críticos oficiais. Têm esse lugar nas letras nossas. E, todos eles, fizeram muito para guiar, amparar e fazer com que a pequena luz de arte, tremulamente existente nestas bandas, não se apagasse de todo.

Em revistas e jornais efêmeros, muitas inteligências penetrantes têm se ocupado de obras literárias. Não quero porém fazer nenhum comentário minucioso, o que seria impossível de todo, porque longo e fastidioso. Mas é preciso não esquecer o grande papel de um Mário de Andrade que toca todos os instrumentos, e é capaz de dizer sobre música, pintura, arquitetura, poesia, romance, com a mesma proficiência. Estudioso, incansável e honesto, se tem muitas vezes errado, tem prestado serviços valiosos à crítica literária, publicando estudos penetrantes e justos sobre os novos. Nem tampouco o sr. Octávio de Faria, que o grande público conheceu como pensador político com o seu livro 'Maquiavel e o Brasil', e que é das maiores revelações críticas destes últimos tempos. E ao sr. Agripino Grieco, que já citei acima e que não se ocupando, embora, senão raramente, de livros nacionais, substituiu com um brilho admirável o sr. Tristão de Athayde no 'O Jornal'. Escritor de muito bom gosto, com um estilo seu e que tem, mesmo fora do seu aspecto de cronista e panfletário, grandes serviços prestados à causa pouco agradecida. Não será possível também deixar de falar no sr. Ronald de Carvalho, autor da Pequena História da Literatura Brasileira, obra cuidadosa, séria, medida e principalmente hábil, sendo no gênero

entre nós verdadeira obra prima. Não ficou nisto, porém, o sr. Ronald. Outros volumes seus existem, tratando com elegância e segurança de autores nacionais, tais como 'O Espelho de Ariel' e as Séries dos Estudos Brasileiros.

Revolvi-me a aceitar esta incumbência difícil e perigosa, diante do desinteresse geral e sabendo que uma ânsia de afirmação intelectual percorre o Brasil, vinda da mocidade. Que escritores estão nascendo todo dia, sem que o público tenha deles conhecimento, falta de quem o informe, de certo. Para esses novos e por eles é que me disponho a esse sacrifício de encher interminavelmente este papel que as letras custam tanto a cobrir. E me perdoem a palavra sacrifício, que emprego para esta atividade que não é, porém, tão incruenta quanto o posso imaginar.